

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf RICARDO MOUSSALLEM

**O SIGNIFICADO DA CRIAÇÃO DO CONSELHO DE
DEFESA SUL-AMERICANO, PARA O BRASIL, NO
CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL**



Rio de Janeiro

2011

Maj Inf RICARDO **MOUSSALLEM**

O SIGNIFICADO DA CRIAÇÃO DO CONSELHO DE DEFESA
SUL-AMERICANO, PARA O BRASIL, NO CONTEXTO DA
INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL

Projeto de pesquisa apresentado à Escola de
Comando e Estado-Maior do Exército, como
pré-requisito para matrícula em programa de
pós-graduação *stricto sensu* em Ciências
Militares.

Orientador: CMG Carlos Antônio Raposo de Vasconcelos

Rio de Janeiro
2011

M 892 Moussallem, Ricardo.

O significado da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, para o Brasil, no contexto da integração da América do Sul / Ricardo Moussallem. – 2011. 194 f.

Tese (Doutorado) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

Bibliografia: f. 159-168.

1. Conselho de Defesa Sul-Americano. 2. Integração. 3. América do Sul. 4. Liderança brasileira. Título.

CDD 327

Maj Inf RICARDO **MOUSSALLEM**

O significado da criação do Conselho de Defesa Sul-
Americano, para o Brasil, no contexto da integração da
América do Sul

Tese apresentada à Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, como requisito
parcial para obtenção do título de Doutor em
Ciências Militares.

Aprovado em 18 de agosto de 2011.

BANCA EXAMINADORA

CARLOS ANTÔNIO **RAPOSO** DE VASCONCELOS – CMG – Dr Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - FGV

MARCO AURÉLIO DE SÁ RIBEIRO – Prof Dr Membro
Fundação Getúlio Vargas

GERSON SILVA – Cel Cav – Dr Membro
Estado-Maior do Exército

ANDRÉ TIAGO SALGADO **CHRISPIM** – Cel Cav – Dr Membro
Brigada de Infantaria Pára-quedista

CARLOS EDUARDO **DE FRANCISCIS** RAMOS – Tem Cel Inf – Dr Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

A minha esposa Paula e a minha filha Sofia, que sempre me apoiaram e compreenderam a minha falta.

A meus pais Adão Moussallem (in memoriam) e Greice Portella Moussalem, se hoje dou mais este passo é graças à formação que vocês me deram.

A DEUS, meu pai do céu, que me ilumina e cuida de mim, até mesmo se respiro, é graças ao Sr.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho foi possível graças ao apoio de inúmeras pessoas.

Ao meu orientador, CMG Raposo, seu apoio e orientação foram fundamentais ao longo dessa jornada de produção do conhecimento, muito obrigado! Tive extrema sorte em tê-lo como mentor e amigo.

Ao TC Reinaldo da SPG da ECEME, os conhecimentos que você me passou serviram de alicerce metodológico para a construção da tese.

À Possídio, agradeço pelos conhecimentos transmitidos na elaboração do projeto. O seu apoio e aconselhamento foram fundamentais no início da pesquisa.

Ao amigo de sempre, Julio Cesar de França, companheiro da ECEME e de outras jornadas, pelo apoio na distribuição e coleta de questionários.

Aos adidos militares e alunos da ESG, ECEME, ECEMAR e CAEPE que se dispuseram a participar da pesquisa, sem a contribuição de vocês o trabalho não seria possível.

Aos integrantes da Banca Examinadora, que deixaram de lado diversos afazeres para analisar a tese e apresentar orientações com o objetivo de aprimorar o trabalho.

À minha esposa Paula Fonseca Moussallem, que estava grávida durante a etapa final deste trabalho, sem sua compreensão a realização desta tese não seria possível. Se estive ausente, você entendeu e cuidou de nossa filha e casa, realizando tarefas que seriam minhas. Assim, não há palavras que sejam capazes de descrever minha gratidão e admiração, muito obrigado!

A DEUS, sem ti nada é possível e nada faz sentido. No entanto, para quem sabe que o Sr é nosso pai, tudo fica mais fácil, pois para um dos filhos de DEUS tudo é realizável.

RESUMO

Com a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, o Brasil e os demais países membros definiram a América do Sul como espaço geopolítico para o incremento da cooperação regional e formação de um bloco com maior importância e representatividade global. Neste cenário, procurou-se intensificar o processo de integração regional, que inicialmente teve o aspecto econômico como principal foco de atuação, baseado nas características comuns de terceiro mundo. Com os progressos alcançados, ao longo do século XX, e com a evolução das relações entre as nações sul-americanas, inicia-se um novo desafio, nos diversos campos do poder. Este trabalho desenvolve um encadeamento de idéias sobre a evolução e os resultados obtidos no processo de amadurecimento da integração sul-americana. Neste cenário, verificaram-se as condicionantes da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, bem como seus objetivos, amplitude, necessidade e efetividade, realizando uma análise de sua congruência com o pensamento geopolítico brasileiro. O foco do estudo é demonstrar, por meio de análise, valendo-se dos métodos histórico e comparativo e dos instrumentos de pesquisa bibliográfica e de campo, que o Conselho de Defesa Sul-Americano tem um significado relevante para a integração regional, no momento em que representa mais um instrumento, fruto da iniciativa e inspiração brasileira, que contribui para a estabilidade regional, incrementa a cooperação e constitui mais um foro para a solução de crises e conflitos. Partir-se-á para a construção de uma visão prospectiva sobre as possibilidades que se descortinarão a partir da maior maturidade deste órgão. A importância do CDS reside na congruência de seus propósitos com a linha mestra que orienta a política externa brasileira, com o pensamento geopolítico nacional, com a Política de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa, além dos resultados que possam advir de sua efetivação sob os auspícios da liderança brasileira.

Palavras-chave: Conselho de Defesa Sul-Americano – Geopolítica – Política de Defesa Nacional.

ABSTRACT

With the creation of the Union of South American Nations (UNASUR), in 2008, Brazil and the other member countries defined South America as a geopolitical space for enhancing regional cooperation and the development of a bloc with greater global importance and representation. In this scenario, we could observe the intensification of the regional integration process, initially focused primarily on economics, and based on common characteristics of the developing world.

Through progress made during the twentieth century, and through the evolution of relationships among South American nations, we can observe a new challenge in the various fields of power. This paper analyses the evolution and the results of the maturation of the process of South American integration. In this context, the study aims to highlight the constraints on the creation of the South American Defense Council, as well as its objectives, scope, necessity and effectiveness, while analyzing their convergence with Brazilian geopolitical thinking. Using historical and comparative analysis as well as theory and practical research, this paper demonstrates that the South American Defense Council, the fruit of Brazilian initiative and inspiration, facilitates regional integration in that it is one more instrument which contributes to regional stability, enhances cooperation and serves as a venue to resolve crises and conflicts. This work develops a forward looking, realistic vision regarding the possibilities derived from the greater maturity of this organization. The importance of the South American Defense Council is reinforced by the consistency of its objectives with the guidelines that orient Brazilian foreign policy, with national geopolitical thinking, with the National Defense Policy and the National Defense Strategy, as well as the auspicious results that may arise from its implementation under Brazilian leadership.

Keywords: South American Defense Council - Geopolitics - National Defense Policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEs	Acordos de Complementação Econômica
ALADI	Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALBA	Aliança Bolivariana
ALCASA	Área de Livre Comércio da América do Sul
APEC	Associação de Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico
ASA	Fóro América do Sul – África
AS	América do Sul
ASPA	Fóro América do Sul – Países Árabes
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICs	Brasil, Rússia, Índia e China
BRPM	Bloco Regional de Poder Militar
CAECOPAZ	Centro Argentino de Treinamento Conjunto para Operações de Paz
CASA	Comunidade Sul-Americana de Nações
CAN	Comunidade Andina de Nações
CAF	Comunidade Andina de Fomento
CENIM	Centro de Estudos Nova Maioria
CIMIC	Cooperação Civil Militar
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEA	Conferência dos Exércitos Americanos
CEE	Centro de Estudos Estratégicos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina

CIJ	Corte Internacional de Justiça em Haia
CMG	Capitão de Mar e Guerra
CMDAS	Conferência dos Ministros da Defesa das Américas
CNI	Conferência Naval Interamericana
CoBPSC	Código de Melhores Práticas na Cadeia de Abastecimento
CPEAEx	Curso de Política Estratégia e Alta Administração do Exército
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
CS ONU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
CTEX	Centro Tecnológico do Exército
DGP	Departamento Geral do Pessoal
EB	Exército Brasileiro
ECEMAR	Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica
ECEME	Escola de Comando e Estado Maior do Exército
EGN	Escola de Guerra Naval
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
EME	Estado-Maior do Exército
END	Estratégia Nacional de Defesa
EPP	Exército do Povo Paraguaio
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FADEA	Fábrica de Aviões de Córdoba
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FFAA	Forças Armadas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

GAAT	<i>General Agreements on Tariffs and Trade</i>
GM	Guerra Mundial
IBAS	Fóro Índia – Brasil – África do Sul
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
ITLOS	Tribunal Internacional do Direito do Mar
JID	Junta Interamericana de Defesa
MECOSUL	Mercado Comum do Sul
MEM	Material de Emprego Militar
MD	Ministério da Defesa
MFCM	Mediadas de Fomento a Confiança Mútua
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MOMEPE	Missão de Observadores Militares Equador - Peru
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NAFTA	<i>North America Free Trade Area</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIM	Organização Internacional para Migração
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONA	Oficiais de Nações Amigas
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
OSCE	Organização para Segurança e Cooperação da Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

OTCA	Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia
PARLASUL	Parlamento Sul-Americano
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
PEI	Política Externa Independente
PDN	Política de Defesa Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PROSUL	Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades Cooperação em Ciência e Tecnologia do Brasil com os Países da América do Sul
PSCI	Programa de Substituição Competitiva das Importações
RI	Relações Internacionais
SELA	Sistema Econômico Latino-Americano
SIA	Sistema de Navegação Inicial para Aplicação Aeroespacial
SICOFAA	Sistema de Cooperação das Forças Aéreas Americanas
SIPLEX	Sistema de Planejamento do Exército
SIPRI	<i>Stockholm International Peace Research Institute</i>
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
STF	Supremo Tribunal Federal
TEC	Tarifa Externa Comum
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UE	União Européia
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
YPFB	<i>Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos.</i>
ZPCAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	TEMA.....	16
1.2	PROBLEMA.....	16
1.2.1	Antecedentes do problema	17
1.2.2	Alcances e limites	18
1.3	JUSTIFICATIVAS.....	19
1.4	CONTRIBUIÇÕES.....	20
2	A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: SÍNTESE HISTÓRICA E RESULTADOS ALCANÇADOS	22
2.1	HISTÓRICO DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA.....	22
2.1.1	Os primórdios da integração sul-americana	23
2.1.2	Os instrumentos da integração regional e seus resultados	26
2.1.2.1	A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).....	27
2.1.2.2	Associação Latino - Americana de Livre Comércio (ALALC), Pacto Andino e Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)..	28
2.1.2.3	A Associação Latino-Americana De Integração (ALADI) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).....	31
2.1.2.4	A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).....	35
2.2	A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA NA EXPRESSÃO MILITAR.....	39
2.3	O PAPEL DO BRASIL NA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA.....	47
3	AS CONDICIONANTES DO CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO	59
3.1	A SITUAÇÃO ATUAL DAS ÁREAS DE FRICÇÃO NA AMÉRICA DO SUL.....	59

3.1.1	As questões de fronteira envolvendo o Brasil.....	60
3.1.2	A questão que envolve Colômbia e Venezuela.....	62
3.1.3	A questão que envolve Chile, Peru e Bolívia.....	63
3.1.4	A questão que envolve Paraguai e Bolívia.....	65
3.1.5	A questão que envolve Venezuela e Guiana.....	66
3.1.6	A questão que envolve Guiana e Suriname.....	68
3.1.7	A questão envolvendo Argentina e Chile.....	69
3.1.8	A questão envolvendo Peru e Equador.....	70
3.2	NOVAS DIVERGÊNCIAS SURGIDAS NO ÂMBITO DA AMÉRICA DO SUL.....	71
3.3	INSTABILIDADES POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL NA AMÉRICA DO SUL.....	77
3.4	POLÍTICA EXTERNA E DE DEFESA DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS.....	81
3.4.1	A política externa das nações sul-americanas.....	81
3.4.2	O modelo das Políticas de Defesa.....	84
3.5	POSICIONAMENTO BRASILEIRO EM RELAÇÃO À VENEZUELA.....	85
4	O CDS E O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO.....	92
4.1	A TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O CDS.....	92
4.2	A CRIAÇÃO DO CDS.....	97
4.3	O PROTAGONISMO BRASILEIRO NA CRIAÇÃO DO CDS.....	100
4.4	A CONGRUÊNCIA ENTRE OS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO CDS E O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO.....	103
4.4.1	A importância da América do Sul como espaço geopolítico prioritário para a defesa e cooperação regional.....	104
4.4.2	Os princípios e objetivos do CDS.....	106

4.4.3	O CDS e as orientações da Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa.....	116
5	A EFETIVIDADE DO CDS.....	121
5.1	A ESTRUTURA DO CDS.....	121
5.2	CRONOLOGIA DAS REUNIÕES, PLANEJAMENTOS E AÇÕES DO CDS DESDE SUA CRIAÇÃO.....	122
5.2.1	Primeira Reunião da Instância Executiva do CDS e Plano de ação 2009 -2010.....	123
5.2.2	Primeira Reunião Ordinária do CDS - Santiago do Chile.....	124
5.2.3	Reunião Extraordinária de Ministros de Relações Exteriores e de Defesa da UNASUL – Quito.....	126
5.2.4	Segunda Reunião ordinária do CDS – Guayaquil.....	128
5.2.5	Plano de ação 2010-2011.....	129
5.3	RESULTADOS CONCRETOS DO CDS RELACIONADOS AOS PLANOS DE AÇÃO.....	130
5.4	PERSPECTIVAS DA UNASUL.....	133
5.5	TEMPESTIVIDADE DA CRIAÇÃO DO CDS.....	142
5.6	O FUTURO DAS RELAÇÕES BRASIL – EUA.....	153
6	POSSIBILIDADES DO CDS.....	157
6.1	INCREMENTO DAS INDÚSTRIAS NACIONAL E SUL-AMERICANA DE DEFESA.....	158
6.2	AUMENTO DOS PODERES DE NEGOCIAÇÃO E DISSUAÇÃO REGIONAL E OBTENÇÃO DE UM ASSENTO NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU PELO BRASIL.....	166
6.3	CRIAÇÃO DE UM FÓRUM REGIONAL PARA A CONSOLIDAÇÃO DA PAZ E PARA A DISCUSSÃO E PLANEJAMENTO CONJUNTO DE ASPECTOS RELEVANTES.....	176
6.4	ADOÇÃO DE ASPECTOS DO MODELO EUROPEU DE DEFESA E CRIAÇÃO DE UMA FORÇA DE PAZ SUL-AMERICANA.....	181

6.5	CONSOLIDAÇÃO DA LIDERANÇA BRASILEIRA.....	191
7	METODOLOGIA	199
7.1	OBJETIVOS.....	199
7.2	HIPÓTESE.....	200
7.3	VARIÁVEIS.....	200
7.3.1	Definição conceitual das variáveis	200
7.3.1.1	Variável independente: “CDS”.....	200
7.3.1.2	Variável dependente: “integração sul-americana”.....	201
7.3.2	Definição operacional das variáveis	201
7.4	POPULAÇÃO.....	204
7.5	AMOSTRA.....	205
7.6	MÉTODO DE PESQUISA.....	205
7.7	TIPO DE PESQUISA.....	206
7.8	TÉCNICA DE PESQUISA.....	206
7.8.1	Elaboração do referencial teórico	206
7.8.1.1	Fontes de busca.....	207
7.8.1.2	Estratégia de busca para as bases de dados eletrônicas.....	207
7.8.1.3	Critérios de inclusão.....	207
7.8.1.4	Critério de exclusão.....	208
7.8.2	Instrumentos de coleta de dados	208
7.9	ANÁLISE DE DADOS.....	210
7.10	ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	211
7.11	ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS.....	212
8	RESULTADOS	214
8.1	RESULTADOS DAS ENTREVISTAS.....	214

8.1.1	Evolução da integração sul-americana.....	214
8.1.2	Contribuições mais importantes do CDS.....	216
8.1.3	Necessidade do CDS.....	218
8.1.4	Efetividade do CDS.....	220
8.2	RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS.....	223
8.2.1	Evolução da integração sul-americana.....	224
8.2.2	Contribuições mais importantes do CDS.....	228
8.2.3	Necessidade do CDS.....	233
8.2.4	Efetividade do CDS.....	238
9	DISCUSSÃO.....	242
9.1	EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA.....	242
9.2	CONTRIBUIÇÕES MAIS IMPORTANTES DO CDS.....	245
9.3	NECESSIDADE DO CDS.....	249
9.4	EFETIVIDADE DO CDS.....	253
10	CONCLUSÃO.....	255
	REFERÊNCIAS.....	260
	APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA NO MD.....	265
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA ADIDOS.....	266
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA ONA.....	270
	APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA ESCOLAS E CIVIS.....	274
	APÊNDICE E – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS.....	278

1 INTRODUÇÃO

O novo século trouxe consigo algumas máximas e axiomas, advindas de mudanças radicais no cenário global. O fim da Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim, a globalização, a nova Ordem Mundial, a existência de uma Nação Hegemônica e o terrorismo, dentre outros atos e fatos, foram determinantes na estratégia das grandes nações e blocos regionais.

Neste contexto, assistiu-se a um novo arranjo mundial no qual os principais atores recrudesciam antigas alianças, originadas do término da segunda Grande Guerra, sendo que o enfoque econômico começava a superar o ideológico. O mundo se reorganizou em blocos com ênfase nos aspectos políticos e econômicos, em um primeiro momento.

Esta tendência de formação de blocos comerciais vem sendo liderada pelas principais potências nos diversos continentes. Periféricamente, as nações emergentes de maior destaque, por muitos chamadas de BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), seguem na busca de delimitar suas áreas de influência e poder regional.

A criação da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), em 2008, representou mais uma tentativa brasileira, contemporânea, de se firmar como principal ator no cenário da América do Sul¹.

Neste sentido, no mesmo ano, foi criado o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)², cujo lançamento permitiria a ampliação da cooperação regional, pelo menos na teoria, para as expressões militar e científico-tecnológico. Este novo órgão regional foi criado em meio a um cenário conturbado, no qual outras lideranças buscam marcar sua influência no subcontinente e antigas rivalidades vêm à tona.

O CDS surgiu após diversas outras tentativas de integração sul-americana, marcadas pela retórica e pouco conteúdo prático. Além disto, a falta de uma política própria e compartilhada para o subcontinente, que, durante praticamente todo o século XX, viveu no ostracismo da convergência dos interesses das grandes potências, suscita dúvidas quanto à maturidade de suas lideranças na adoção de uma comunhão de esforços e objetivos.

¹MOREIRA, Heleno. **Integração sul-americana: situação e perspectivas**. Artigo para a FAPERJ, 2009.

²MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Nota nº 265 - Distribuição 22 - Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americana**. Brasília, 2008.

Além disto, as características heterogênicas do subcontinente, as instabilidades política, econômica e social marcantes, além das recorrentes crises entre suas nações evidenciam um cenário indefinido que merece ser analisado na busca do real interesse brasileiro em investir seus esforços para a efetividade do CDS.

Apesar da pouca literatura existente sobre o Conselho, este trabalho buscará engendrar um raciocínio holístico e integrado sobre os diversos tópicos estudados. Assim, seguir-se-á uma sequência lógica para a análise realizada. Este estudo deve ser contextualizado, levando-se em conta o atual cenário sul-americano e mundial.

Para que se compreendam as condicionantes geopolíticas e históricas que influenciaram a criação do CDS e repercutirão na sua efetividade, é fundamental investigar como se desenvolveu, até agora, o processo de integração sul-americana e os resultados alcançados. Ainda neste sentido, não se deve olvidar do papel brasileiro nesta trajetória, nem das iniciativas com fulcro na área militar, visando-se entender qual o estágio atual desta integração.

Alguns aspectos do CDS inspiram uma pesquisa mais aprofundada com vistas a identificar sua adequação e propriedade, permitindo ao Conselho realmente atingir as metas para as quais foi idealizado. Desta forma, pretende-se investigar sua amplitude, metas, tempestividade, liderança brasileira e modelo. Na análise do modelo, utilizar-se-á da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), um parâmetro mundialmente conhecido, para se vaticinar possibilidades de aperfeiçoamento do novo Conselho.

Logo, o significado do Conselho será evidenciado, no cenário atual, observadas as condicionantes e seus aspectos relevantes, na medida em que este órgão se mostrar apto e inovador para enfrentar os novos desafios surgidos da inter-relação dos seus atores, nas diversas expressões do poder. Terá que representar mais uma via para a solução de crises e impasses regionais relevantes, além de permitir uma maior integração no subcontinente.

Este trabalho terá por finalidade elaborar uma radiografia do novo órgão pioneiro da integração na área de defesa, na perspectiva geopolítica brasileira, permitindo que se verifique a real necessidade de sua criação, a efetividade de sua existência e qual o seu significado, sob uma ótica realista das relações internacionais, para aumentar a integração sul-americana sob a liderança do Brasil.

1.1 TEMA

O papel do Brasil na integração sul-americana é um assunto bastante amplo e diversificado, tendo diversas nuances a serem investigadas. Isto se deve a complexidade do cenário regional, compreendendo diversos atores e interesses, nem sempre coincidentes.

Dito isto, aduz-se a necessidade de se delimitar este tema naquilo que é mais afeto à Política de Defesa Nacional e sua decorrente Estratégia Nacional de Defesa. O fato novo mais marcante, na área da defesa sul-americana, foi o lançamento do CDS, cujo estudo norteará este trabalho de pesquisa.

Sobre a prioridade do tema defesa, na alta esfera das decisões políticas, o atual Comandante do Exército Brasileiro, General de Exército Enzo Martins Peri³, divulgou para a Força Terrestre a seguinte diretriz de planejamento:

A iniciativa do Ministério de Defesa no sentido de levar o setor de defesa a ocupar, com peso específico, o espaço que lhe cabe no núcleo decisório do Governo, é uma oportunidade ímpar para que as Forças Armadas, atuando íntegras e sob coordenação daquele Ministério, sejam ouvidas no mais alto escalão decisório do País.

Assim, indo ao encontro desta diretriz, priorizando os assuntos relacionados à Política de Defesa Nacional, escolheu-se o seguinte tema: O papel do Brasil na integração da América do Sul.

Como título do trabalho, dentro do tema supracitado, ficou estabelecido: O significado da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, para o Brasil, no contexto da integração da América do Sul.

1.2 PROBLEMA

Neste tópico abordam-se, inicialmente, os antecedentes históricos da situação - problema, onde são apresentados os dados que estimularam a elaboração desta tese. Em seguida é apresentado o problema, que segundo KERLINGER⁴ “é uma questão que pergunta como as variáveis estão relacionadas”, ou seja, é o ponto de

³ PERI, Enzo Martins. **A estratégia Nacional de Defesa e suas implicações para o planejamento estratégico do Exército**. Brasília, 24/03/2009.

⁴ KERLINGER, Fred N. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: EPU:EDUSP, 1980, p. 35.

partida que motiva as ações do pesquisador. Por fim, são estabelecidos os alcances e limites da pesquisa, definindo-se com precisão o objeto de estudo.

1.2.1 Antecedentes do problema

O Brasil, fruto de sua vocação para a liderança do subcontinente sul-americano, não poderia ficar anacrônico no processo irreversível, em nível global, de alinhamento geopolítico, idealizando e liderando o MERCOSUL, e, mais recentemente, a UNASUL.

Assim, coerente com este raciocínio, foi o mentor e interlocutor principal da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), em dezembro de 2008, em Sauípe - BA, durante a Cúpula Extraordinária da UNASUL. Desta forma, cresce de vulto a compreensão da atual conjuntura sul-americana para visualizar-se a relevância deste recém-criado organismo, na integração regional.

As orientações estratégicas da Política de Defesa Nacional exortam o fomento da integração regional, mediante cooperação e certas premissas, reforçando que:

Além dos países e blocos tradicionalmente aliados, o Brasil deverá buscar outras parcerias estratégicas visando ampliar as oportunidades de intercâmbio e geração de confiança na área de Defesa⁵.

Além disto, as características heterogênicas da América do Sul e seu histórico de instabilidades política, econômica e social, além da existência de áreas de fricção entre suas nações, evidenciam um cenário que será influenciado diretamente pela criação do CDS.

Em razão de pouca maturação do Conselho e da pouca literatura correlata existente, torna-se necessário seguir uma sequência lógica que permita entender os diversos aspectos que possam interferir na efetividade e no futuro da integração regional, bem como na liderança brasileira neste processo.

Da análise do papel do Brasil na integração da América do Sul, com ênfase na criação do Conselho Sul Americano de Defesa, este trabalho pretende perquirir sobre: **“Qual o significado, para uma maior integração sul-americana, diante da**

⁵ BRASIL, Presidência da República – Casa Civil. **Decreto Nº 5.484 - Política de Defesa Nacional**. Brasília, 30/06/2005.

atual conjuntura, da criação do CDS, compreendendo suas condicionantes, efetividade e papel do Brasil?

1.2.2 Alcances e limites

Este trabalho focou a importância da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, tendo, como pano de fundo, as condicionantes e aspectos relevantes para sua efetividade, no contexto atual da América do Sul.

Seu alcance investigou as condicionantes históricas que antecederam esta ampliação do escopo da UNASUL para a área militar, ressaltando o papel brasileiro neste processo. Esta análise teve como objetivo principal entender os resultados alcançados, até o presente momento, de tentativas anteriores de integração regional, compreendendo os fatores que influenciarão o CDS.

A eleição das condicionantes que permeiam a integração da América do Sul se restringiu aos atos e fatos, nas diversas expressões do poder (Política, Econômica, Psicossocial, Militar e científica e tecnológica)⁶, que interfiram e sugiram, de forma expressiva, a adoção de políticas comuns no subcontinente.

No espectro deste trabalho, foram alvos de estudo as possibilidades e resultados significativos, advindos da criação deste novo órgão regional para o Brasil e América do Sul. Este estudo teve um caráter prospectivo, em virtude da recente criação do CDS.

Quanto aos limites do trabalho, embora em certos momentos se tenha como referência a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), não se objetivou estabelecer parâmetros mais aprofundados entre este órgão e o recém-criado Conselho, por não estar diretamente relacionado com o problema levantado.

As sugestões apresentadas ao término do trabalho, como fruto das observações e estudos realizados, não pretenderam ser o fulcro da pesquisa, não se tentando inferir sobre a estrutura definitiva e operacional do novo Órgão.

Outro ponto importante diz respeito ao alcance dos estudos apresentados como condicionantes do Conselho. Buscou-se, apenas, definir que tipo de influência ou reflexo sofrerá ou acarretará em relação ao Conselho. Utilizou-se de estudos

⁶ Escola Superior de Guerra. **Manual Básico da ESG. Elementos fundamentais**. Vol 1, Rio de Janeiro, 2009, p. 36.

mais completos realizados por outros projetos, visando a não tergiversar quanto ao problema escolhido.

Quanto à pesquisa de campo, em razão do tempo disponível, não foi possível consultar os Oficiais de Nações Amigas (ONA) das escolas de altos estudos da América do Sul, devido ao trâmite burocrático e autorização da EME (Estado - Maior do Exército). De qualquer forma, restou como alternativa a consulta aos ONA que se encontravam cursando as escolas militares brasileiras.

1.3 JUSTIFICATIVAS

A América do Sul foi marcada⁷, ao longo do século XX, pela instabilidade política, econômica e social, sendo este o grande aspecto em comum entre seus países. A criação do CDS vai ao encontro das tentativas regionais de solucionar, sem a interferência de potências exógenas, as crises locais. Assim, torna-se mister aquilatar a efetividade do recém-criado Conselho e sua real necessidade e importância.

Como sua criação é recente, carece de trabalhos específicos e análises mais profundas. Desta forma, torna-se precípua a existência de pesquisas e debates sobre esta ampliação do leque de integração regional, com maior incremento do campo militar, político e científico-tecnológico, além de sua natural interligação com os demais campos do poder.

Também salienta o relevo do tema, a natural ocorrência de sugestões e observações que permitam que esta iniciativa seja eficiente e atuante, no sentido de tornar-se muito mais que retórica. Além disto, proporcionar que os pontos positivos sejam otimizados e os negativos contornados.

A atual repercussão pública dos assuntos de Defesa – cite-se a recente decisão judicial sobre a demarcação da Terra Indígena Raposa Terra do Sol – demonstra a necessidade de se estudar com profundidade assuntos relacionados ao tema. Corroborando com tal assertiva, afirma CARVALHO⁸:

⁷ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro, Ed Elsevier, 2004, Cronologia, Elementos Pré-textuais.

⁸ CARVALHO, Roberto Guimarães de. **O peso da tecnologia na segurança e na defesa**. Rio de Janeiro, 31/03/2009. Revista Gazeta Mercantil, Caderno A, p. 3.

Quem se dispuser a consultar revistas e jornais brasileiros, interessado exclusivamente em encontrar textos sobre áreas de segurança e defesa, terá surpresas. A primeira é que, embora o assunto pareça árido e muitos acreditem que a imprensa publique poucas matérias sobre o tema, não há uma semana que passe sem um veículo registrar algo a respeito.

Passados mais de 10 anos da criação do Ministério da Defesa, torna-se mister aquilatar o atual nível de integração da América do Sul, em especial na área da defesa. Seria significativa a pesquisa sobre o CDS, já que representa a iniciativa e manobra no campo exterior, sob o tema político de cooperação militar regional e preservação da paz, mais consistente e ousada, até aqui, deste ministério.

A nova Estratégia Nacional de Defesa, de forma bastante clara, enfatiza e exorta a participação de todos naqueles assuntos antes restritos às Forças Armadas. Coadunando com este raciocínio, foi realizado, na Câmara de Deputados, o II Seminário Estratégico de Defesa⁹.

COSTA¹⁰, ao analisar um tema tão contemporâneo como o fim da bipolaridade e a reorganização global de forças, assinala:

[...] o atual momento de transição oferece, portanto, oportunidade para que países como o Brasil, bem como, seus vizinhos de continente, trabalhem no sentido de criar, na América do Sul, um ambiente livre dos impasses impostos pelo antigo sistema de correlação de forças.

Assim, pelo que foi apresentado sobre o assunto, justifica-se, pela relevância, atualidade e oportunidade, o debate e o estudo sobre as questões que envolvam a Política de Defesa Nacional, bem como a Estratégia Nacional de Defesa, e a integração sul-americana.

1.4 CONTRIBUIÇÕES

DOVAL¹¹ advoga a tendência global da regionalização, explicitando a necessidade de expansão deste conceito para todos os campos do poder, incluindo o militar. O autor cita VILLEGAS¹², para justificar seu pensamento:

⁹ Realizado em 07 de Abril de 2009. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em: 12/03/2009.

¹⁰ COSTA, José Luiz Machado. Balanço estratégico na América do Sul e o papel do Brasil na construção de uma visão sul-americana de defesa. Revista Política Externa, Vol 7, Nr 4, São Paulo, Ed Paz e Terra/ Mar, Abr, Mai de 1999, p. 68.

¹¹ DOVAL, Eduardo Luis. **Reflexos dos processos de integração regional (MERCOSUL) no âmbito militar**. 1997. 52f. Monografia do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado maior do Exército. Rio de Janeiro, 1997, p. 14.

¹² VILLEGAS, Osiris Guillermo. **A decisão e a guerra**. Revista Militar Nr 724. Apud DOVAL, 1997, Ibidem.

[...] o acordar da consciência regional é muito importante na política atual
[...] Esta dissuasão indireta, fornecida pela integração de estruturas maiores e mais sólidas permite visualizar os limites da futura arquitetura político-econômica do século por vir.

Ao pesquisar sobre a efetividade e importância do CDS, sob um prisma científico e imparcial, engendra-se uma visão crítica que permite indicar os pontos fortes e as oportunidades de melhoria deste órgão de integração regional. Por isto, este trabalho pretende contribuir com um estudo que sirva de referencial teórico para futuras pesquisas, de civis e profissionais da guerra, sobre integração militar, econômica e política, no âmbito da América do Sul.

Desta forma, o trabalho intenta proporcionar a opinião de especialistas dos diversos centros de estudos estratégicos e geopolíticos de alto nível, civis e militares, como a ECEME, UNICAMP (Universidade de Campinas), USP (Universidade de São Paulo), ECEMAR (Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica), ESG (Escola Superior de Guerra), EGN (Escola de Guerra Naval), além do MD. Com isto, permitirá uma apreciação qualificada da iniciativa de criação do novo Conselho naquilo que contribuiria para o incremento da cooperação regional.

A percepção da motivação e interpretação da criação do CDS pelos demais atores da América do Sul pode ser considerada uma contribuição deste trabalho. A pesquisa de campo, proposta neste projeto, contempla a distribuição de questionários para os ONA sul-americanos, com o intuito acima elencado.

Outro legado de destaque que este trabalho pretende inferir refere-se à análise de alguns pontos fundamentais para a efetividade e importância do CDS, quais sejam: sua amplitude, objetivos, tempestividade, consolidação da liderança brasileira e finalidade. Com isto, utilizando-se de um processo científico, pode-se vaticinar a eficiência e eficácia deste órgão de Defesa naquilo que ele se propõe a realizar.

2 A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: SÍNTESE HISTÓRICA E RESULTADOS ALCANÇADOS

O objetivo deste capítulo é construir um referencial teórico sobre a integração sul-americana, abordando sua evolução ao longo do tempo e os resultados alcançados. Buscar-se-á compreender como este processo vem evoluindo no sentido de incrementar a cooperação regional, nos diversos campos do poder, com especial destaque para a área de defesa.

Será apresentado o papel do Brasil neste contexto, como participante e grande interessado no estreitamento dos laços no subcontinente. As ações de sua política externa serão apresentadas para que se possa entender seu peso político e seu grau de comprometimento.

Portanto, este referencial abordará a integração sul-americana, procurando avaliar seus resultados, sob três prismas: a evolução histórica e a cronologia dos instrumentos que impulsionavam a cooperação regional, o papel do Brasil neste processo e a cooperação na área de defesa.

2.1 O HISTÓRICO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Como bem salienta RODRIGUEZ¹, coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Souza”, da UFJF, o estudo do histórico das tentativas de integração regional é fundamental para que se compreenda este processo. Em suas palavras:

A integração continental não é, contudo, realidade nova. É o ideal que corresponde a projetos antigos [...] Sem levarmos em conta estas perspectivas, mal podemos compreender o que se passa, hoje, em termos de integração. Porque as opções do presente estão condicionadas pelos pressupostos que iluminaram as opções do passado [...] considero, seguindo o pensamento de François Guizot, que sem levarmos em consideração os traços da história, mal poderemos planejar o futuro.

Apesar do grande apelo atual pela integração no subcontinente, este não é um assunto tão recente. Na verdade, já havia sido idealizado por antigos líderes regionais, com seus ambiciosos projetos. É necessário, portanto, para uma análise

¹ RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Integração Sul-Americana – Projetos e Perspectivas**. Palestra apresentada no VI Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, em 09/10/2006, na Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro. *Ibérica, Revista Interdisciplinar de estudos ibéricos e ibero-americanos*, p. 2.

atual, fidedigna e alinhada com os passos galgados no passado, que se conheça e compreenda as iniciativas mais relevantes neste sentido.

2.1.1 Os primórdios da integração sul-americana

Para contextualizar o ambiente histórico, vale lembrar as características do colonialismo espanhol que, pelo caráter centralizador, dificultaria a integração de suas ex-colônias, conforme lembra COUTO²:

[...] a Espanha havia imposto um modelo colonial que desestimulava as ligações entre seus vice-reinados na América, preocupada em fortalecer os vínculos diretos destes com a sede do Império Espanhol. Com isso, do processo revolucionário de independência na América Hispânica resultaram países que mantinham relações escassas entre si.

A tentativa integracionista³ pioneira foi conduzida pelo Libertador Simon Bolívar que idealizou a Grã Colômbia, a partir da união dos vice-reinados do Peru e de Nova Granada (englobava territórios da atual Venezuela, Equador, Colômbia e Panamá). Personagem histórico importante para a América do Sul, Bolívar seria a instância máxima, aglutinando toda a força moral e representando a prevalência dos interesses públicos sobre os privados.

Em 1815, Bolívar lançou a idéia da constituição de uma Confederação Americana. Porém, somente em 1826, após intensas negociações, conseguiu realizar o Congresso do Panamá. Tudo isto, inspirado pela doutrina filosófica de Jean-Jacques Rousseau, que considerava esta espécie de encarnação de poder supra-individual e supranacional como a única forma de superar a degradação causada nas sociedades modernas pelo materialismo e o individualismo.

Em 1836, Simon Bolívar propôs a união dos países que se libertaram da colonização espanhola⁴. O sonho de unidade não prosperou devido à falta de estrutura administrativa destas nações, que terminaram ensejando várias repúblicas. Soçobrava o ideal do grande furacão revolucionário⁵, general de grande valor e

² COUTO, Leandro Freitas. **O ambiente regional do Brasil e a construção da América do Sul**. Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2006, p. 115.

³ FEDOZZI, Maria Cristina Goiana. Sistema Interamericano. **Cadernos de Estudos Estratégicos**, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2005, p. 161.

⁴ DA SILVA, José Guilherme Carvalho. **A Integração Sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA**. Universidade Federal do Pará, p. 13.

⁵ GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **El general en su laberinto**. Bogotá: Editora La Oveja Negra, 1989.

estrategista magnífico que, no entanto, não conseguiu reunir as ex-colônias espanholas sob uma mesma bandeira.

Nesta mesma linha de raciocínio, seguiram José de San Martín⁶ e José Artigas (herói nacional do Uruguai). Em uma nota⁷ redigida há quase dois séculos (29/07/1819), Artigas, para quem a autonomia nacional era condição prévia para a produção de uma vontade americana, oferece a Bolívar “a maior cordialidade pela melhor harmonia e união mais estreita, porque firmá-la é obra de apoio por interesses recíprocos”.

Em 1847, o Peru convocou um Congresso, que durou um ano, contando com a participação da Bolívia, do Chile, do Equador, da Nova Granada e do Peru, sendo assinados Tratados de Cooperação.

Durante o século XIX, a integração sul-americana foi mitigada, em grande parte, pelas disputas geopolíticas e de demarcação territorial, tendo sido muito influenciada pelos interesses europeus e norte-americanos.

[...] a paz, até então, decorria, em certa medida, das divergências generalizadas sobre limites, que antagonizavam entre si quase todos os países da região e, encadeando-se, inibiam as tentativas de tentar resolvê-las pelas armas. A América do Sul era como um tabuleiro de xadrez, em que não se podia mover qualquer peça contra outra, sem o risco de sofrer um ataque pela retaguarda.⁸

A semente pan-americana surgiria em 1889 com a Primeira Conferência Internacional de Estados Americanos⁹, realizada em Washington. Nesta ocasião foi criado o Escritório Comercial das Repúblicas Americanas, antecessor da União Pan-Americana, com o objetivo de divulgar as atividades comerciais, a legislação alfandegária e o nível de produção dos Países Membros. Esses primeiros passos em torno da unidade orbitavam em torno dos EUA, potência emergente que pretendia tutelar todo o continente.

Como grande obstáculo à aproximação regional, vale destacar que, no começo do Século XX, a influência das indústrias bélicas européias no contexto sul-

⁶ General argentino e o primeiro líder da parte sul da América do Sul que obteve sucesso no seu esforço para a independência da Espanha. Participou ativamente dos processos de independência da Argentina, do Chile e do Peru.

⁷ RIVAROLA, Milda. **Latinoamérica, identidad e integración**. Integração da América do Sul, Textos Acadêmicos, Brasília, Palácio Itamaraty, 2009, p. 4 (Tradução do autor).

⁸ BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul**, 2ª Ed, Rio de Janeiro, 2003, p. 56.

⁹ RICOBOM, Gisele. A integração sul-americana e o diálogo intercultural: novas perspectivas a partir da universidade. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais**, UNUBRASIL, Curitiba, 2010, p. 352-354.

americano recrudescia os antagonismos existentes. Os estaleiros ingleses, franceses e as construtoras de canhões alemães promoviam corridas armamentistas no continente, em ciclo vicioso e gerador de desconfianças regionais. Desta forma, crescia e realimentava-se a desconfiança entre as nações sul-americanas¹⁰.

Além disto, os EUA passaram por grave crise de produção no final do século XIX, tendo elegido o Presidente Theodoro Roosevelt, em 1901, com o desafio de superá-la. Este definiu a maior projeção internacional norte-americana, a partir do estabelecimento das Américas como principal área de influencia, como o caminho para a recuperação econômica.

Com este objetivo, retificou os princípios idealizados por James Monroe, com sua Doutrina Monroe, que definiam a América do Sul como área prioritária para os interesses dos EUA. Preconizava a estabilidade política e econômica e a paz regional como condições essenciais ao desenvolvimento do subcontinente. Facultava-se aos norte-americanos a intervenção quando necessária.

Para Roosevelt, a ação norte-americana no sistema deveria orientar-se regendo dois princípios básicos: a ordem e a estabilidade [...] Entre as prioridades destacam-se a necessidade de não incentivar e de eliminar movimentos de caráter revolucionários, a importância de policiar e conduzir as políticas dos demais Estados latino-americanos [...] e, como crença, podemos arrolar a centralidade e a responsabilidade do papel norte-americano nesta tarefa¹¹.

Diante deste cenário, interessava ao Brasil e Argentina assegurar certo respaldo norte-americano contra alguma ingerência européia nos processos de demarcação territorial, bem como conquistar a estabilidade regional, reduzindo a corrida armamentista. A partir daí, houve certa aquiescência e mesmo apoio ao “Colorário Roosevelt a Doutrina Monroe”, inclusive por parte do Brasil.

Em 1914, no entanto, os EUA intervieram no México sob pretexto de interceptar armamento alemão direcionado a revolucionários opostos ao governo pró-estadunidense. Assim, Brasil, Argentina e Chile lançaram o Pacto ABC, em 1915, instrumento jurídico que garantia o comprometimento das principais economias da América Latina na solução pacífica de controvérsias, descartando a

¹⁰ CONSIDERA, Carlos Alexandre Fernandes. **Desenvolvimento produtivo e equidade social na América do Sul: metas da integração regional no século XXI**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006, p. 19.

¹¹ PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre, UFRGS, 2003, p. 86.

ingerência de nações exógenas ao continente nos assuntos ligados a política interna e soberania de cada Estado.

O Tratado do ABC foi o primeiro instrumento internacional sul-americano concebido no contexto de influência norte-americana sobre o continente e motivado pela percepção dos países latinos de que por meio de minimização de rivalidades regionais podia-se conviver em situação de parceria ao invés de submissão aos desígnios da nova Potência mundial.¹²

Para Amado Cervo e Clodoaldo Bueno¹³, esta aproximação “nos termos que Rio Branco concebia, não significava criar contraponto à influência norte-americana. O ABC seria para atuar de acordo com o governo de Washington, numa espécie de condomínio oligárquico de nações”.

A partir daí, na opinião de Vidigal¹⁴ as iniciativas de integração regional adotadas, na América do Sul, até 1980, teriam sido conduzidas segundo o interesse norte-americano. Cita como exemplos desta integração: a primeira Conferência Internacional dos Estados Americanos, em 1890, e a pioneira utilização do princípio de “Segurança coletiva hemisférica”, em 1942, na Conferência do Rio de Janeiro.

2.1.2 Os instrumentos da integração regional e seus resultados

Passado os primeiros momentos pós-independência, durante o século XIX, as nações sul-americanas ensejavam os primeiros passos em relação à criação de maiores laços e atitudes pró-ativa em direção a integração regional. Após a 1ª GM, com a grave crise econômica que assolava a exportação de matérias-primas das nações sul-americanas e, conseqüentemente, dificultava a importação de manufaturados, tem início a industrialização¹⁵ no subcontinente e no Brasil.

De forma concomitante, se desperta a inquietude cognitiva dos intelectuais das principais economias da América do Sul em relação a integração regional. Com a aceleração da industrialização, a partir de 1940, buscou-se a discussão do subdesenvolvimento regional e de soluções para atrair investimentos produtivos.

¹² CONSIDERA. Idem, p. 21.

¹³ CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Externa do Brasil**. Brasília, UNB, 3ª Ed. 2008, p. 195-196.

¹⁴ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Integração Sul-Americana: segurança regional e defesa nacional. Universidade Estadual de Campinas. **Premissas, Caderno 14**, Campinas/SP, 1996, p. 118.

¹⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988, 36ª Ed, p. 261 -262.

Neste contexto, foram formalizados os primeiros instrumentos para pensar o continente como um todo, de forma mais abrangente, englobando todo o continente americano, sob clara influência dos EUA. Apresentar-se-á, a seguir, de forma cronológica algumas iniciativas nesta direção.

2.1.2.1 A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)

A CEPAL foi instituída em 1948, na Cidade de Santiago, no Chile. Representava um organismo da ONU para a discussão sobre os rumos tomados pela América Latina na busca de sua inserção internacional. Sem querer entrar no mérito das políticas e pensamentos econômicos advogados neste fórum, deve-se reconhecer o seu pioneirismo em relação ao pensamento baseado em condicionantes históricas da América Latina.

As análises, estudos e reflexões nascidas no âmbito da CEPAL representam o primeiro diagnóstico traçado [...] baseado nas condições históricas próprias da América Latina. O grande mérito do pensamento cepalino refere-se ao fato de que este possui caráter permanentemente evolutivo, sendo capaz de analisar a conjuntura contemporânea, a partir da realidade própria dos países da região, ao invés de importar conceitos e receitas concebidas em realidade muito distinta da condição periférica na qual se insere a América Latina.¹⁶

Vale ainda destacar, dentro da visão integracionista, que neste fórum foram estudados os principais desafios econômicos e sociais da América Latina, com uma visão de conjunto. Resultado disto foi o esforço conjunto para a liberação do comércio latino com o restante do mundo, no âmbito do GAAT (General Agreements on Tariffs and Trade)¹⁷, precursor da Organização Mundial do Comércio (OMC), visando regras diferenciadas para o comércio entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas¹⁸.

De acordo com BRAGA¹⁹, a CEPAL pensou a integração regional em dois momentos: no primeiro, a integração faria parte de um processo de desenvolvimento econômico regional, no segundo, buscaria na integração regional uma maior inserção das economias latino-americanas na economia internacional.

¹⁶ CONSIDERA, 2006. Ibidem, p. 23.

¹⁷ CONSIDERA, 2006. Ibidem, p. 26.

¹⁸ CORTADA, Antonio Martins. **Comércio e Integração do Brasil na América Do Sul**. BRASIL. Ed Juriá, p. 26, 2008.

¹⁹ BRAGA, Márcio Bobik. **Integração Econômica Regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL**. Caderno PROLAM/USP, 2002, p. 09-11.

Fica claro, com foco no campo econômico e social, que a CEPAL representou um avanço na cooperação regional, pois inaugurou um centro de debate para os problemas do subcontinente e para a busca de soluções comuns para a América Latina e do Sul.

Diferentes acordos de preferências comerciais entre países da região têm sido estabelecidos desde o início da Sec XX, mas é só a partir da CEPAL, no final da década de 1940, que o tema é recolocado e formalizado, trazendo a integração ao centro do debate acadêmico, da política e gestão pública. Desde os primeiros trabalhos com a chancela da CEPAL, a questão da integração regional esteve presente²⁰ [...]

2.1.2.2 Associação Latino - Americana de Livre Comércio (ALALC), Pacto Andino e Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)

O pensamento preconizado pela CEPAL proporcionou um impulso integracionista mais amplo do que o iniciado, de forma incipiente, no começo do século XX, por Brasil, Argentina e Chile. Este fórum permitiu que se idealizasse uma área de livre comércio envolvendo a América Latina.

Assim, em 1960, em Montevideu, Uruguai, seis países sul-americanos²¹, mais o México, aderiram ao Tratado de constituição da Associação Latino-Americana de Livre Comércio que se propunha a promover a liberação tarifária, o aumento do comércio intra-regional e maior eficiência no mercado internacional.

Por seus objetivos ambiciosos, para uma realidade sul-americana que tinha sua base produtiva voltada para o comércio ultra-marinho, sem uma infra-estrutura de integração regional compatível, além de economias em graus diferentes de industrialização²², a ALALC fracassou. No entanto, serviu como ensinamento para as iniciativas futuras, ampliando o rol de países envolvidos.

O fracasso da ALALC proporcionou certo amadurecimento das teorias de integração, resultando na busca por organismos regionais que tivessem por base a promoção do crescimento com equidade entre seus membros.²³

Outra consequência da ALAC foi a percepção de que a América do Sul, apesar de integrar a América latina, apresentava discrepâncias relativas aos seus

²⁰ CONSIDERA, 2006. Ibidem, p. 23.

²¹ Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Peru. Posteriormente, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela aderiram a ALALC.

²² FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 233.

²³ CONSIDERA, 2006, Ibidem, p. 27.

países, ensejando a criação de organismos sub-regionais, como seria o caso do Pacto Andino.

A dificuldade da promoção da integração regional em escala regional gerou vários esforços sub-regionais mais recentes, como o Pacto Andino e a Comunidade Andina de Nações, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o Mercado Comum Centro Americano (MMCA) [...] ²⁴

Buscando então materializar o tratamento diferenciado de seus membros na ALALC, Bolívia, Chile, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela produziram o Acordo de Cartagena, em 1969, conhecido como Pacto Andino. Como metas, estabeleceram a harmonização de políticas econômicas e sociais, programas de atração de investimentos e esboços de programas sub-regionais de industrialização.

Apesar de enfraquecido pela crise política envolvendo Peru e Equador, na década de 1970, e pela saída do Chile, em 1976²⁵, o Pacto teve reflexos positivos para a integração sul-americana. Serviu para, mais uma vez, aperfeiçoar as estratégias de aproximação no subcontinente, sinalizando a necessidade de se concretizar medidas diferenciadas que algumas nações sul-americanas necessitavam para prosseguir na liberação do comércio, no âmbito da ALALC. Assim, permitiu-se uma maior participação destas nações no comércio regional.

Este fato se comprova com o crescimento do volume do comércio internacional na América Latina²⁶ que, durante a década de 1970, cresceu, em média, 20,8%, enquanto que o percentual desta evolução, entre 1950 e 1970, foi de apenas 5,4%.

[...] com a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960 [...] criou a base para a ampliação do comércio entre os países membros... A ALALC apresentou um grande dinamismo até a década de setenta [...] Entre 1961 e 1978, o comércio entre os países latino-americanos passou de US\$ 250 milhões para US\$ 3,3 bilhões, o que demonstra o relativo sucesso das teses que levaram à criação da ALALC. Entretanto, à medida que iam se abrindo novas concessões para outros produtos com menor grau de complementaridade econômica, as negociações foram se tornando mais difíceis, restringindo o processo pretendido de integração.²⁷

²⁴ CORTADA, 2008. *Ibidem*, p. 25.

²⁵ A incorporação da Venezuela ocorreu em 1974, tendo este País saído em 2006. O Peru suspendeu sua participação em 1993, mas voltou a fazer parte da associação em 1994. Em setembro de 2006, o Conselho Andino de Chanceleres, reunido em Nova York, aprovou a reincorporação do Chile à CAN como membro associado.

²⁶ UNCTAD. *Handbook of International Trade and Development Statistics*. Nova York e Genebra. UNCTAD: 1994.

²⁷ COSTA, Darc Antonio da Luz. **Um discurso de estratégia nacional: a cooperação sul-americana como caminho para inserção internacional do Brasil**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. BRASIL, 1999, p. 83.

O Pacto Andino deu origem a Comunidade Andina²⁸, em 1997, com a abertura da Secretaria Geral em Lima. A Comunidade deu os primeiros passos para definir uma política externa comum. Outro instrumento importante da CAN é a *Corporação Andina de Fomento (CAF)*, órgão financeiro que apóia o desenvolvimento econômico e a integração dentro da Comunidade. A CAN também promove o livre comércio fora dos países andinos. Atualmente está negociando uma área de livre comércio com o MERCOSUL.

Além das tentativas de integração já citadas, em caráter sub-regional, merece referência o Tratado da Bacia da Prata (1969), assinado em 23 de abril de 1969, em Brasília, quando da ocorrência da I Reunião Extraordinária de Chanceleres dos Países da Bacia da Prata. As Partes contratantes tinham por objetivos promover a integração física da Bacia, fomentar o transporte multimodal e realizar a complementação econômica, elétrica e de telecomunicação. Tal expediente possibilitou a criação da Usina Hidrelétrica Itaipú Binacional, em 1973, com a participação do Brasil e do Paraguai.

Outra iniciativa, em sentido mais amplo, foi o Sistema Econômico Latino-Americano – SELA, criado em 17 de outubro de 1975, contando com a participação da Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, dentre outros países da América Central. Tinha como proposta a defesa dos interesses dos seus Estados Membros nos fóruns internacionais, buscando maior peso em sua atuação fora do continente. Ainda hoje atua como instrumento intergovernamental, abarcando 27 países.

Seguindo uma tendência de estreitamento dos laços regionais, o subcontinente assistiria outra convergência de esforços na defesa dos interesses sul-americanos. A dimensão continental e a riqueza da Amazônia, somadas aos focos de tensões e pressões de interesses internacionais sobre os países da região (questões de direitos humanos, problemas indígenas, proteção do meio ambiente), tem sido razão da atenção dos governos da região, quanto a sua segurança e defesa.

²⁸Comunidade Andina. Disponível em: <<http://www.comunidadeandina.org/quienes.htm>>. Acesso em 15/08/2009.

Assim, os países do arco amazônico, sensíveis a esses problemas, formularam o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), que foi assinado no dia 03 de julho de 1978, em Brasília, pelos oito países amazônicos²⁹.

É um instrumento jurídico de natureza técnica que tem por objetivo promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia, que permita uma distribuição eqüitativa dos benefícios desse desenvolvimento entre as partes contratantes, para elevar o nível de vida de seus povos e lograr a plena incorporação de seus territórios amazônicos às respectivas economias nacionais.³⁰

Em 1995, os Ministros do Exterior dos países-membros, reunidos em Lima, Peru, criaram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), para fortalecer institucionalmente o TCA, dando-lhe personalidade internacional. A emenda foi aprovada em Caracas, Venezuela, em 1998, estabelecendo a Secretaria Permanente da OTCA em Brasília.

Este fórum permanece ativo, como se pôde constatar em sua atuação no Mercado Mundial de Turismo de Londres³¹, realizado em 11 de novembro de 2009. Neste contexto, a Amazônia surge como um importante pólo de atração política, de oportunidades econômicas e de integração com seus vizinhos.

Conforme se observa, a integração da América do Sul, até a década de 1980, era absorvida, em parte, por um discurso latino-americano, sem, no entanto, impedir o surgimento de organismos sub-regionais específicos e embrionários de uma maior cooperação sul-americana.

2.1.2.3 A Associação Latino-Americana De Integração (ALADI) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

Devido aos aspectos supracitados, a ALALC não atendia às demandas dos países membros, apesar de ter servido ao propósito de uma maior aproximação regional. Na sequência natural do processo de integração, havia a necessidade de uma evolução e aprofundamento do comércio intra-regional.

²⁹ Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Suriname e Guiana. Disponível no site oficial da OTCA: <<http://www.otca.info/portal/>>. Acesso em 20/12/2009.

³⁰ MOREIRA, Heleno **Integração sul-americana: situação atual e perspectivas**. BRASIL, 2009, p. 3. Disponível em <www.tempopresente.org.com>. Acesso em 21/12.2009.

³¹ Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Disponível em < www.otca.org.br>. Acesso em: 17/11/2009.

O Tratado de Montevideu, assinado em 12 de agosto de 1980, criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em substituição a ALALC, contando com a participação da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Como diferencial apresentava a possibilidade de se reconhecer, em acordos menos amplos, as diferenças entre seus membros.

Tinha por metas a complementação econômica e a regulação comercial entre os seus signatários, permitindo tratativas bilaterais, que poderiam ser ampliadas de acordo com os interesses de outras nações latino-americanas, respeitando assim as idiossincrasias regionais. Pode-se dizer que, a partir deste momento, a integração teve um caráter mais pragmático, apresentado resultados práticos e alvissareiros e tornando-se mais flexível.

De modo gradual e progressivo, buscava-se um mercado comum para a região, por meio de acordos bilaterais, que não eram extensivos automaticamente aos demais países-membros. Além de melhorar o comércio intra-regional, a ALADI serviria como base para o MERCOSUL, tendo contribuído para a aproximação dos principais mentores daquele organismo, especialmente por intermédio dos Acordos de Complementação Econômica (ACEs) e Regulamentos Técnicos³².

No entendimento de Rubens Barbosa³³, a integração sul-americana pode ser considerada romântica, até a década de 1980, de maneira que os discursos não se compatibilizavam com as práticas, fruto da incapacidade dos Estados.

A aproximação entre Brasil e Argentina, recrudescida com o retorno de governos civis (José Sarney e Raúl Alfonsín) e a consolidação de suas democracias, serviu de parâmetro e exortou o aprofundamento das relações comerciais no subcontinente, com uma série de iniciativas, a partir de 1985.

Os passos iniciais para a integração do Cone Sul seguiram essa idéia e foram dados pelos Presidentes Sarney e Alfonsín que, com a Declaração de Iguazu, de 1985, criaram uma Comissão Mista para estudar modalidades de integração econômica entre Brasil e Argentina [...] Nessa fase, foram assinados 24 protocolos em áreas diversas (bens de capital, trigo, biotecnologia, cooperação nuclear, siderurgia, indústria automotiva, etc.). Os resultados iniciais superaram as expectativas e serviram para quebrar os argumentos, do lado argentino, que o acordo viria a atender somente interesses brasileiros. Enquanto o intercâmbio total entre o Brasil e a Argentina estava em uma média anual de 9% da pauta, entre 1980 e 1985,

³² Principais ACEs envolvendo Brasil e Argentina: 1) Acordo de Alcance Pontual de Complementação Econômica (ACE 07), dezembro de 1986; 2) ACE no setor de bens industrializados, setembro 1988; 3) ACE 014, de dezembro de 1990; 4) ACE 018, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, novembro 1991; 5) ACE nr 34 e 35, entre os Estados do MERCOSUL e Bolívia e Chile, respectivamente, em dezembro de 1995 e setembro de 1996.

³³ BARBOSA. Rubens, 1996, apud CONSIDERA, 2006, *ibidem*, p. 32.

no quinquênio seguinte, entre 1986 e 1990, essa média havia subido para 15%.³⁴

Embora os protocolos firmados a partir de 1985, entre Brasil e Argentina, não tenham sido suficientes para harmonizar suas políticas econômicas, ao menos, produziram uma nova relação política entre os dois países. A antiga rivalidade geopolítica foi mitigada. O próximo passo surgiu em 1988, por meio do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, quando ambos os países manifestaram o desejo de remover, num prazo máximo de dez anos, todos os obstáculos tarifários.

A importância da aproximação entre Brasil e Argentina para a integração sul-americana deve ter seu entendimento correto para verificar-se a outra dimensão alcançada pelo subcontinente e mesmo a América Latina. De acordo com CERVO e BUENO

Não se sabe bem quando, mas a América Latina passou a falar com voz própria, a revelar uma consciência política coletiva, a posicionar-se com coerência. Atestam-no os “consensos” (Viña Del Mar, Cartagena, Contadora e Apoio), novos órgãos (SELA, ALADI, Conferencia de Cúpula), novas experiências de cooperação (Bacia do Prata, Pacto Andino, Pacto Amazônico) e, enfim, um processo novo de integração, iniciado com o eixo Brasil e Argentina, em 1986.³⁵

De forma concomitante, buscar-se-ia uma simetria nas políticas internas, visando o estabelecimento de um mercado comum. A Ata de Buenos Aires, subscrita pelos presidentes Menem e Collor, em 1990, extrapolava uma simples zona de livre comércio, engendrando, até o fim de 1994, um mercado comum. Haveria, paulatinamente e de forma ampla, semestralmente, uma diminuição das tarifas alfandegárias, a cada seis meses, tendo sido criado o Grupo Mercado Comum³⁶ e assinado um Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas.

O Uruguai e o Paraguai aderiram às negociações, assinando o Tratado de Assunção, em 1991, no qual os quatro países firmaram o compromisso de constituir o Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL, no mesmo prazo fixado por Brasil e Argentina. Em 1994, em Ouro Preto, os Presidentes definiram a estrutura do MERCOSUL e determinaram a formação de uma Zona de Livre Comércio e uma

³⁴ COSTA, 1999. Ibidem, p. 83.

³⁵ CERVO e BUENO. BRASIL, 2008. Ibidem, p. 450.

³⁶ Na Zona de livre comércio eliminam-se direitos alfandegários e outras restrições comerciais às importações originárias de parceiros do acordo. Na união aduaneira, adotam-se, adicionalmente, políticas comerciais comuns para os produtos provenientes de terceiros países. De forma mais ampla, o mercado comum abrange as duas formas de integração anteriores, somando-se, a livre movimentação de serviços, capital e trabalho.

União Aduaneira parcial, a partir de 01/01/1995, sendo que alguns produtos ficaram provisoriamente fora da Tarifa Externa Comum (TEC).

O MERCOSUL, além do lado comercial, foi importante para a consolidação da Democracia no continente com sua cláusula democrática, contribuindo para a perenização de valores e estabilização política. Assim expressou PFEIFER³⁷

O MERCOSUL conforma uma espécie de núcleo duro da estabilidade regional. Um fato muito auspicioso foi que as recentes crises do Paraguai (1999) e da Argentina (2001) não significaram o fim da democracia nesses países. Isso demonstra que há certa perenidade de valores; que o MERCOSUL, com a sua cláusula democrática, é uma fonte de exportação de alguma estabilidade democrática no continente.

Há, no entanto, quem veja no MERCOSUL um esforço inútil e improdutivo para o Brasil, vez que os resultados, em geral, não são satisfatórios e ainda geram impasses em negociações mais complexas envolvendo outros interlocutores.

No Brasil ganham maior espaço no meio empresarial as visões de que, ao invés de reforçar o poder de barganha do País nos fóruns internacionais, o MERCOSUL vem se constituindo em um entrave para o avanço dos interesses brasileiros nos acordos em negociação.³⁸

O MERCOSUL, aprofundando as discussões políticas e instrumentalizando o bloco, instituiu o Parlasul (Parlamento Sul-Americano). Instalado há dois anos, funciona em caráter provisório, com orçamento próprio de US\$ 2 milhões, tendo sua sede prevista de instalar-se no anexo do antigo Cassino de Montevidéu, onde está a sede da Secretaria do MERCOSUL.

O Parlasul é a mais recente instância de um novo mundo que está sendo criado pela burocracia dos governos integrantes do Mercosul, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai [...] É do Brasil a proposta de que cada país tenha representação no Parlasul proporcional ao peso da respectiva população. Pelo projeto, o Brasil ficaria com 75 cadeiras, a Argentina com 35, o Uruguai com 18 e o Paraguai com 18 [...] a Venezuela teria 31 representantes [...].³⁹

CERVO e BUENO⁴⁰ analisam os pontos positivos e negativos do MERCOSUL, mas destacam que “seus resultados positivos foram concretos e

³⁷ PFEIFER, Alberto e TEIXEIRA DA COSTA, Roberto. Relatório: Política Sul-Americana. In. MARCONINI, Mário (Org.). **A Política Externa Brasileira em Perspectiva: Segurança, Comércio e Relações Bilaterais**. São Paulo, Aduaneiras, 2006, p. 81.

³⁸ RIOS, Sandra Polônia. Artigo: Comércio e integração. In. MARCONINI, Mário (Org.). **A Política Externa Brasileira em Perspectiva: Segurança, Comércio e Relações Bilaterais**. São Paulo, Aduaneiras, 2006, p. 66.

³⁹ CASSADO, José e Lima, Mariana. Parlasul: Brasil pode eleger mais 75 deputados em 2010. **Jornal O Globo**. Disponível em: < www.oglobo.globo/pais/mat/2008/02/28>. Acesso em: 28/02/1009.

⁴⁰ CERVO e BUENO, 2008, ibidem, p. 484.

históricos para a vida dos povos”. Apontam, ainda, que o “comércio regional elevou-se de 4,1 bilhões de dólares, em 1990, para 20,5 bi, em 1997 [...] as exportações do bloco cresceram 50% e as importações 180% [...] O Paraguai converteu-se em oitavo comprador do Brasil”.

Diversos analistas prevêem desafios ao futuro do MERCOSUL, o que, de forma direta afetaria iniciativas integracionistas mais ambiciosas. Os acordos bilaterais entre seus membros e outros países ou blocos dificultam o seu aprofundamento e a negociação em conjunto com o resto do mundo. Em 2010, o recém-eleito presidente uruguaio José Mujica apresenta algumas queixas quanto ao funcionamento da parceria no cone sul, conforme destaca LORENZO⁴¹

Brasil e Argentina são sócios comerciais naturais, e não pensamos em crescer por fora do Mercosul, mas, como somos uma economia pequena, temos de melhorar também o acesso a terceiros mercados. Precisamos de outras negociações multilaterais, sobretudo com a União Europeia. Não questionamos o Mercosul como estratégia de longo prazo, questionamos como as coisas são feitas atualmente. Existem assimetrias, o Mercosul não está funcionando corretamente.

2.1.2.4 A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)

Conforme afirma CORTADA⁴², foi nos últimos 50 anos que o anseio de integração traduziu-se em projetos concretos. Neste sentido, o MERCOSUL serviu de base para o lançamento de projetos mais ambiciosos, extrapolando o âmbito da Bacia do Prata e incluindo as demais nações sul-americanas.

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) representa esta nova proposta, correspondendo à iniciativa dos doze países do subcontinente com a finalidade de promover o desenvolvimento da infraestrutura de transporte, energia e comunicações, por meio da integração física destes países.

A IIRSA surgiu efetivamente a partir de uma reunião dos doze Chefes de Estado, ocorrida em 2000, na cidade de Brasília. Nesta ocasião, aprovou-se a realização de ações conjuntas para se impulsionar o processo de integração política, econômica e social da América do Sul, incluindo a modernização da infraestrutura regional e ações específicas.

⁴¹ LORENZO, Fernando. O Mercosul não está funcionando direito. **Jornal O Globo**. Montevideu, 30/11/2009. Disponível em: < www.exercito.org.br >. Acesso em: 21/02/2010.

⁴²CORTADA, 2006. Ibidem, p. 15.

Em 8 de dezembro de 2004, os 12 países sul-americanos, na III Reunião de Presidentes da América do Sul, assinaram a Declaração de Cuzco, no Peru, anunciando a fundação da então Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). Foi lançada na ocasião a “Declaração de Ayacucho”, reafirmando a prioridade da IIRSA.

A integração das cadeias turísticas e a isenção do uso de vistos no trânsito de cidadãos sul-americanos entre as nações do subcontinente, surgida na I Reunião de Presidentes e Chefes de Governo dos países da Comunidade Sul-Americana, contribuem para uma maior interação no campo social, criando uma identidade sul-americana. CARBONAR⁴³ afirmou:

Outros resultados da integração sul-americana – sobretudo, mas não apenas, no âmbito do MERCOSUL – podem-se constatar nas áreas migratória, cultural, educacional, social. O que se nota é que, com dispensas de visto, permissão para viagem apenas com documento de identidade, acordos de residência e outras iniciativas, o engajamento diplomático com o entorno imediato é capaz de trazer benefícios diretos para o cidadão.

Grande prova do interesse na integração regional é o número considerável, no Brasil, de estudiosos da língua espanhola, conforme apontado em estudo⁴⁴ do Instituto Cervantes. Em especial, após a LEI Nº 11.161⁴⁵, de 2005, que obriga o ensino deste idioma nas escolas públicas nacionais.

Mais de 5 (cinco) milhões de brasileiros estudam espanhol no Brasil, conforme o "Anuário 2009 - o espanhol no mundo", que foi apresentado por diretores do Instituto Cervantes. A quantia é cinco vezes superior ao último levantamento, feito em 2006.[...] Após a aprovação em 2005 de uma lei obrigando o ensino do espanhol em escolas públicas de ensino médio, diferentes estatísticas apontam que 2,4 milhões de alunos estudam espanhol no país e estimam que, no ensino fundamental, a quantia pode ser "superior", embora não existam dados exatos.

Ainda no campo psicossocial, o Brasil recebia⁴⁶ 1,99 milhões de turistas em 1999. Em 2008 recebeu cerca de 5,05 milhões. Deste total, 20,15% eram provenientes da Argentina, que ocupava o 1º lugar em termos de mercado emissor de turista. No âmbito da América do Sul, temos ainda o Paraguai em 7º lugar

⁴³ CARBONAR, Afonso Álvaro de Siqueira. Palestra conferida na ECEME, a cargo do MRE, em 07/07/2010, ao tratar sobre a UNASUL.

⁴⁴ CAFFAREL, Carmen e MORENO, Francisco Instituto Cervantes. **Anuário 2009 – o Espanhol no mundo**. Madri, 2010. Disponível em: <<http://saopaulo.cervantes.es/es/default.shtm>>. Acesso em: 21/09/2010.

⁴⁵ Presidência da República. Casa Civil. Lei Nr 11.161/2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2004-2006/2005/Lei/L11161.htm>. Acesso em 22/09/2010.

⁴⁶ Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo do Ministério do Turismo 2009**. Vol. 36, ano base 2008.

(4,31%), o Chile em 5º lugar (4,75%) e o Uruguai, Colômbia, Peru e Bolívia com, respectivamente, o 10º, 12º, 13º e 14º lugares. Embora ainda pouco expressiva (40%) do turismo destinado ao Brasil, a América do Sul é uma aposta e vem recebendo aumento de 20% nos investimentos em promoção dos destinos turísticos brasileiros na região sul-americana

Essa estratégia faz com que ganhemos potência também na divulgação, já que vamos pagar em peso e não em euro. O principal emissor de turistas para o Brasil é a Argentina, de onde chegam 1 milhão de viajantes, sendo que o Chile também tem grande potencial, com a projeção de, este ano, passar dos 300 mil visitantes.⁴⁷

A integração regional, que se iniciara no âmbito da América Latina, passara por arranjos sub-regionais embrionários – como o MERCOSUL, a OTCA e o Pacto Andino -, encontra o meio termo, em termos de amplitude, para uma convergência nos diversos campos do poder. A partir da CASA, a América do Sul elege o subcontinente como o universo ideal de aproximação e constituição de uma identidade representativa.

Após a independência em relação às metrópoles ibéricas e da busca por um caminho peculiar para o subcontinente, tendo percorrido as etapas já vistas neste trabalho, surgiu a UNASUL. Criada, formalmente, em 23 de maio de 2008, em Brasília, com a assinatura do Tratado Constitutivo, conferiu personalidade jurídica internacional ao subcontinente.

Como consequência imediata da constituição deste bloco, pode-se aduzir que o subcontinente aumenta sua capacidade de discutir temas sensíveis em fóruns internacionais, conforme afirma MOREIRA⁴⁸

A América do Sul ganha status de organização internacional, reconhecida na Organização das Nações Unidas (ONU) e capaz de negociar com outros países, blocos de países e instâncias multilaterais [...] como se reiterou na cúpula de Brasília, espaços como a Unasul são essenciais para botar a América do Sul no mapa e dar-lhe peso maior nas negociações internacionais.

Bem mais abrangente que o MERCOSUL, aglutina os 12 países sul-americanos, com objetivos de coordenação política, econômica e social. Sua origem

⁴⁷ BARRETO, Luiz. Palestra para lançamento da campanha de promoção turística “O Brasil te chama”. Buenos Aires, Argentina, 23/08/2009. Disponível em: <<http://ecoviagem.uol.com.br/noticias/turismo/encontros-e-eventos-de-turismo/em-10-anos-turismo-no-brasil-devera-movimentar-us-140-bi-8833.asp>>. Acesso em: 25/11/2009.

⁴⁸ MOREIRA, Heleno, 2009. Ibidem, p. 4.

remonta ao terceiro encontro de cúpula sul-americano, com a Declaração de Cuzco, onde havia sido criada a CASA⁴⁹.

A UNASUL tem por meta a criação de um mercado comum, começando com a eliminação de tarifas para produtos considerados não sensíveis até 2014 e para produtos sensíveis até 2019.

Além de suscitar uma nova geopolítica para a região, a UNASUL permite que se vaticine a priorização, não apenas da economia e do intercâmbio comercial, mas também dos campos político, social e militar, tendo representado uma iniciativa independente em relação aos EUA, sem, no entanto, descartá-lo como parceiro e aliado.

Seu Tratado Constitutivo⁵⁰ relaciona 27 Artigos que descrevem os órgãos, participantes, Conselhos, presidência, fontes jurídicas, dentre outros aspectos. Foi neste fórum que em Dezembro de 2008 foi criado o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Fica claro que é necessária uma superveniência auspiciosa da UNASUL para que o CDS seja efetivo e útil a América do Sul.

Somando-se ao CDS⁵¹, foi criado o Conselho de Saúde Sul-Americano e acordados os conselhos de Infraestrutura e Planejamento; de Luta contra o Narcotráfico; de Educação; Ciência, Tecnologia e Inovações e de Desenvolvimento Social.

O Brasil deu os primeiros passos na direção de uma futura cooperação mais abrangente, envolvendo a América Latina e Caribe. O então Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, participou da II Cúpula da América Latina e do Caribe, sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) e da XXI Cúpula do Grupo do Rio (G-Rio), de 21 a 23 de fevereiro de 2010, em Cancun, no México. Como resultado⁵², fundiram-se estes dois organismos, criando-se uma nova institucionalidade, a CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), abrangendo toda a América Latina. É uma institucionalidade mais ampla que a UNASUL, também excluindo os EUA.

⁴⁹ Declaração de Cusco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações. MRE, Cusco, Peru, 08/12/2004. Disponível em: < <http://casa.mre.gov.br/documentos/reuniao-presidencial-de-cusco/declaracao-de-cusco> > Acesso em: 12/03/2009.

⁵⁰ Nota Nr 265, Distribuição 22, do Ministério de Relações Exteriores, **Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas**. Brasília, 23 de maio de 2008.

⁵¹ Nota nº 700, Distribuição 22, do Ministério de Relações exteriores. **Tratado Constitutivo do CDS**. Saúpe, 16/12/2008.

⁵² Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/1.2.1-america-central-e-caribe-calc>>. Acesso em 08/08/2010.

Em recente reunião do chamado Grupo do Rio (ou Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da AL e do Caribe), cúpula que desde 1986 reúne anualmente os chefes de Estado da região, apontou em sua última reunião para a criação de um novo organismo [...] A materialização da proposta deve ser concretizada nas próximas reuniões previstas para Venezuela (2011) ou do Chile (2012). A previsão inicial é que a nova organização denominada CELAC venha congregar 33 países de todas as regiões da América Latina, incluindo Cuba⁵³.

No entanto, alguns intelectuais não visualizam progressos consistentes na integração regional. PASSARINHO⁵⁴ expressa sua opinião:

Entre os Princípios Fundamentais constantes de nossa Constituição, figura a busca da "integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações". São passados mais de 20 anos e o balanço desse nobre objetivo não é dos mais meritórios.

Apesar da discussão de diversos autores e pensadores acerca dos resultados alcançados pelos diversos instrumentos de aproximação regional, alguns números são alvissareiros, conforme aponta Antônio Martins Cortada⁵⁵ ao analisar o Brasil como parceiro comercial da América do Sul quando afirma que, entre 1994 e 2004, as exportações totais dos países da ALADI cresceram 3,4 vezes, passando de 31,4 bilhões para 430 bilhões. Ainda mais interessante é o dado exposto a seguir:

As exportações intra-regionais apresentaram crescimento ainda maior. Dos US\$ 12,6 bilhões em 1990, passaram a US\$ 56,9 bilhões em 2004, um crescimento de 4,5 vezes. No comércio intra-regional o Brasil exportou US\$ 19,7 bilhões em 2004, importando US\$ 10,7 bilhões, ou 19% do comércio intra-regional.⁵⁶

2.2 A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA NA EXPRESSÃO MILITAR

É difícil tratar do tema "Segurança e Defesa num seminário intitulado "Política Externa Brasileira em Perspectiva: Segurança, Comércio e Relações Bilaterais", simplesmente porque é tema que não está presente em nossa política externa há muitos anos.

Desta forma, FLORES⁵⁷ referiu-se ao desinteresse por segurança e defesa no Brasil que, segundo o militar, no passado, foram alvos de preconceito (decorrente

⁵³ FAGUNDES, Ernesto. **A América dos 33: a proposta de criação da CELAC**. Disponível em: <<http://meridiano47.info/category/artigos/america-do-sul/>>. Acesso em: 23/07/2010.

⁵⁴ PASSARINHO, Jarbas. Integração Latino-Americana. **Jornal do Brasil On Line**, 17/03/2010. Disponível em: <www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID>. Acesso em: 12/09/2010.

⁵⁵ CORTADA, Antonio Martins. **Comércio e integração do Brasil na América do Sul**. Curitiba. Ed. Juruá. 2008, p. 40-48.

⁵⁶ CORTADA, 2008. Ibidem p. 38-39.

⁵⁷ FLORES, Mário Cesar, 2006. Ibidem, p. 99.

das interferências militares na política brasileira) e de falta de atenção, pela ausência de percepção de ameaças externas e porque o Brasil não foi ator importante em guerra desde 1870.

Para se compreender o atual nível regional de cooperação na área militar, torna-se necessário uma pesquisa histórica sobre o tema. Isto permitirá uma avaliação do processo em que esta se deu e do grau em que se encontra.

O Congresso do Panamá de 1826⁵⁸ tinha por objetivo estabelecer pontos de partida para a defesa de interesses comuns, com a implantação de uma Confederação hispano-americana. A idéia principal era procurar a integração, respeitando o princípio de soberania nacional, formando assim um bloco com capacidade de atuação internacional e defesa conjunta dissuasiva⁵⁹.

Ainda neste contexto, vale lembrar que a Espanha, então muito poderosa para os padrões do subcontinente, foi vencida por uma coligação entre Peru, Bolívia e Equador, na Batalha de Callao⁶⁰, em 02 de maio de 1866. Foi a primeira oportunidade em que as nações recém-emancipadas empregaram seus exércitos contra um inimigo exógeno comum.

Não se pode olvidar da tríplice aliança, formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai, contra a ameaça imperialista Paraguaia. Esta aliança militar ocorreu na Guerra do Paraguai, maior conflito armado internacional na América do Sul, estendendo-se de dezembro de 1864 a março de 1870. Foi mais um exemplo do sucesso da sinergia, na expressão militar do Poder, envolvendo nações do subcontinente.

Com fulcro na área de defesa, surgiram tratados bilaterais, entre a Argentina, Chile e Brasil. Logo, formar-se-ia entre eles o “Pacto ABC”, assinado em Buenos Aires, em 25 de maio de 1915, sendo importante na mediação do conflito desencadeado entre EUA e México. Houve, porém, uma grande resistência por parte dos outros países americanos, vendo neste fato uma tentativa de hegemonia dos três pactuantes⁶¹.

⁵⁸ Compareceram os representantes do México, da Federação Centro-Americana, da Grã-Colômbia (Colômbia, Venezuela e Equador) e do Peru (incluindo então, a Bolívia). Registrou-se a ausência da Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Brasil, E U A e Haiti. Bolívar não compareceu (interventor no Peru, à frente de uma força de seis mil colombianos).

⁵⁹ DOVAL, Eduardo Luis. **Reflexos dos processos de integração regional no âmbito militar**. Rio de Janeiro, BRASIL, 1997, p. 9.

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.areamilitar.net/HISTbcr.aspx?N=39>>. Acesso em: 29/11/2009.

⁶¹ QUINTANA, Lucio Moreno. **Tratado de direito internacional**. Ed Lumen, 1988, p. 327.

Ainda no campo militar, em 1936, ocorreu em Buenos Aires a Convenção para a Manutenção, Prevenção e Restabelecimento da Paz, que ratificava tratados anteriores que pregavam a paz no continente americano e instrumentalizavam a busca pela paz⁶². Já a partir deste momento, as tratativas sobre uma defesa conjunta, abarcavam todo o continente americano, sob coordenação e interesse dos EUA, já no contexto da 2ª Guerra Mundial.

A Declaração de Lima, em 1938, estabeleceu que qualquer problema litigioso que afetasse a paz de um país americano, também envolveria os demais países membros.

Em 1939, a Conferência do Panamá buscou a neutralidade dos Estados Americanos em relação à eclosão da II Guerra Mundial (GM). No ano seguinte, em Havana, foi assinada a Declaração de Assistência Recíproca e Cooperação para a Defesa das Nações das Américas.

Foi sob a égide norte-americana que uma visão hemisférica de defesa cresceu de vulto. A Junta Interamericana de Defesa (JID)⁶³ foi estabelecida em 30 de março de 1942, no auge da II Guerra Mundial, com a finalidade de estudar e recomendar as medidas necessárias para a defesa do hemisfério ocidental e preconizava que “ [...] um ataque por um Estado não americano contra qualquer Estado americano, será considerado como um ataque a todas as nações signatárias”. Desde 1950, a JID trabalha com um planejamento militar de defesa comum, elaborado pelo seu Estado-Maior.

No âmbito da América Latina, ocorreu a Conferência de Chapultepec, no México, em 1945, por sua iniciativa. Com exceção da Argentina, as demais nações americanas ratificaram o sistema interamericano de apoio mútuo para os problemas da guerra. Isto ensejou a criação do “Tratado Interamericano de Assistência Recíproca” (TIAR) e da “Organização dos Estados Americanos” (OEA).

Fica clara, neste momento, que as iniciativas de defesa coletiva derivavam da 2ª Guerra Mundial e da Guerra Fria, que se configuraria na segunda metade do século XX. Em 1947, por meio do “Tratado do Rio de Janeiro”, acordou-se o TIAR, que não estabelecia uma integração militar, mas procurava a defesa coletiva no

⁶² Decreto Nr 3.744, de 15/02/1939. Promulga a Convenção para, coordenar, ampliar e assegurar a execução dos tratados existentes entre os Estados Americanos, firmada em Buenos Aires, a 23/12/1936, na Conferência Interamericana de Consolidação da Paz. Disponível em: < <http://www2.mre.gov.br/dai/execu%C3%A7%C3%A3o.htm>>. Acesso em: 29/11/2009.

⁶³ Site oficial da JID. Disponível em: < <http://www.jid.org/index.php>>. Acesso em: 02/12/2009.

caso de um ataque de alguma potência extracontinental. O TIAR⁶⁴ estabelecia em seu preâmbulo

[...] Em nome de seus Povos os Governos representados na Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e da Segurança do Continente, animados pelo desejo de consolidar e fortalecer suas relações de amizade e boa vizinhança e [...] pelo “prevenir e reprimir as ameaças e atos de agressão [...]

Este Tratado tornou-se o elemento básico para a formulação da Política Militar do Sistema de Segurança Coletiva, alicerçado em três princípios gerais: condenação do uso da força na solução das controvérsias entre os Estados Americanos; solidariedade continental, em caso de ataque armado contra qualquer nação americana; e reconhecimento do direito de legítima defesa individual e coletiva dos Estados.

No caso de conflito intra-hemisférico está preconizada a suspensão das hostilidades, restauração do “status quo” e a solução do litígio pela via diplomática por meio do Tratado Americano de Soluções Pacíficas⁶⁵.

O TIAR demonstrou sua ineficácia durante a Guerra das Malvinas, entre a Argentina e Grã Bretanha, no ano de 1982⁶⁶. Os Estados Unidos da América (EUA) se posicionaram favoravelmente ao Reino Unido, evidenciando a vulnerabilidade do tratado e a ligação dos EUA à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em decorrência dos seus interesses estratégicos. SHINEIDER⁶⁷ (BRASIL, 1999, p.31) ainda cita outro desgaste do TIAR

O desgaste maior do Tratado foi desencadeado a partir do conflito na ilha de Granada, quando os EUA ignorando o TIAR invocou a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS), “prescindindo do TIAR como instrumento de defesa coletiva interamericana no quadro da Geopolítica Regional” (CASTRO, 1994, p.284), agindo unilateralmente e conforme seus interesses estratégicos no Mar do Caribe.

⁶⁴ Brasil. Decreto Nr 57.785, de 11/02/1966. Estabelece o Protocolo de Reforma (Pacto do Rio) do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Rio de Janeiro, 02/09/1947. Altera o Decreto Legislativo Nr 05, de 14/02/1948. Disponível em: <<http://www.cnen.gov.br/Doc/pdf/Tratados/TRAT0005.pdf>>. Acesso em: 12/12/2009.

⁶⁵ Estabelecido pelo Pacto de Bogotá. Promulgado, no, Publicado no Diário Oficial da Nação de 15/02/1966. Disponível em: <<http://br.vlex.com/vid/tratado-americano-pacificas-pacto-bogota-34159608>>. Acesso em: 22/12/2009.

⁶⁶ BARTOLMÉ, Mariano. **Círculo Militar**, Vol. 7, Buenos Aires, p. 159.

⁶⁷ SCHNEIDER, Edson Rodrigues. **MERCOSUL: um estudo geopolítico e seus reflexos para o estabelecimento de um sistema de defesa integrado**. ECEME, Rio de Janeiro, 2003, p. 31, 78 f, 30 cm.

Vale salientar que, desde a Doutrina Monroe, os EUA vêm exercendo forte influência no subcontinente, incluindo a área de defesa. Com o mesmo espírito do TIAR e envolto no contexto da Guerra Fria, surge a OEA⁶⁸.

A carta da OEA, assinada em Bogotá, em 30 de abril de 1948, criou uma organização com o objetivo de promover a paz, a segurança e a cooperação entre os países membros, defender a soberania de cada um deles e prestar assistência econômica e técnica a projetos de desenvolvimento.

Em 1967, a Carta da OEA foi alterada pelo Protocolo de Buenos Aires, firmado por ocasião da terceira Conferência Interamericana Extraordinária, tornando-se um documento básico para a formulação da segurança coletiva do sistema interamericano. A OEA absorveu a Junta Interamericana de Defesa (JID), agregando ainda o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a sua estrutura.

Foi criada, no ano de 1960, a Conferência dos Exércitos Americanos (CEA)⁶⁹, com a finalidade de constituir-se em um foro de debates para o intercâmbio de experiências entre os Exércitos do Continente Americano e para o estudo conjunto de problemas de interesse.

Na mesma época, foram criadas a Conferência Naval Interamericana (CNI) e o Sistema de Cooperação das Forças Aéreas Americanas (SICOFAA), organismos congêneres da CEA no âmbito, respectivamente, das Forças Navais e Aéreas dos países membros. O SICOFAA também busca o intercâmbio nas áreas de controle de vôos ilícitos, busca e salvamento, apoio em telecomunicações e adestramento do pessoal.

Nestes organismos, o Brasil⁷⁰ tem defendido o princípio da autodeterminação dos países americanos. Tem apoiado também aos países menos desenvolvidos em não aceitar a participação estrangeira nos exercícios do controle do tráfego marítimo, fazendo prevalecer os interesses nacionais.

A CEA realiza, ainda, o intercâmbio nas atividades de inteligência, direcionadas para o terrorismo, o narcotráfico e as convulsões sociais. A diplomacia militar e a estratégia são dois outros temas de fundamental importância desenvolvidos nas conferências. Tudo isso aumenta e fortalece a cooperação militar

⁶⁸ LUNA, Heimo André da Silva Guimarães. **A implantação do MERCOSUL e seus reflexos para a segurança externa do Brasil**. ECEME, Rio de Janeiro, 1999, p. 10.

⁶⁹ Disponível em: <<http://www.redcea.org/HistoricalBackground.aspx?Language=3>>. Acesso em: 20/10/2009.

⁷⁰ LUNA, Heimo André da Silva Guimarães, 1999. Ibidem, p. 11.

entre os países no continente. O Exército Brasileiro foi sede do Ciclo XXVII da CEA, no biênio 2006 e 2007, com a responsabilidade de coordenar todos os eventos neste período⁷¹.

Nos anos da década de 1970⁷², já havia uma boa integração dos governos sul-americanos, se afigurando uma facilidade no trato entre militares e uma identificação na solução de problemas comuns.

Ainda sob auspícios da Nação Hegemônica, foi criada a Conferência dos Ministros da Defesa das Américas⁷³ (CMDAs), em 1995, logo após a realização da Cúpula das Américas da OEA, ocorrida em Miami, no ano de 1994. Tinha a finalidade de ser mais uma forma de garantir, defender e solidificar os princípios democráticos na região, sendo realizada em sistema de rodízio, de acordo com a Reunião de Cartagena de Índias (1998), ratificada por 34 países.

De acordo com OLIVIERA⁷⁴, o Brasil apresenta uma postura tímida em relação a CDMA's, encarando-a como relativa a assuntos unicamente militares. Aponta, ainda, uma série de deficiências neste órgão e aduz uma pouca capacidade efetiva de proporcionar avanços significativos.

As CMDAs, partindo da análise dos documentos, parecem ser uma tentativa no sentido de construção em longo prazo de uma comunidade de segurança, mas a arquitetura que se pretende está ainda longe de ser alcançada [...] Considerando-se a participação do Brasil nas Conferências, nota-se um comportamento tímido do país nesse fórum [...] A relativa passividade nas CMDAs fica evidente quando se observa a falta de representantes do Ministério das Relações Exteriores, o que demonstra que o país trata as questões relativas ao tema sobretudo a partir de uma visão puramente militar⁷⁵.

Na IV Conferência Ministerial de Defesa das Américas, que se realizou em Manaus, no mês de outubro de 2000, foi o primeiro evento de vulto tratado pelo MD. O assunto Segurança Hemisférica no Século XXI foi o tema. O Brasil, ao formular o projeto de agenda, enfatizou o fato de que as realidades geográficas, políticas, econômico-sociais e culturais das Américas do Norte, Central e do Sul são distintas,

⁷¹ Disponível em: <www.exercito.gov.br/05notic/paineis/2007/07jul07/cea>. Acesso em: 20/11/2009.

⁷² DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX**. BRASIL, 2004, Ed Elsevier, p. 639-640.

⁷³ Regulamento da Conferência dos Ministros de Defesa das Américas (MANÁGUA, 2006). Disponível em: <www.ndu.edu/chds/ChdsFiles/DMA-06/Porto/MinDefRegulamentodaConf.pdf>. Acesso em: 23/12/2009.

⁷⁴ OLIVEIRA, Ana Paula Lage. **Os rumos da construção de uma arquitetura de defesa nas Américas**. Faculdade de História, Direito e Serviços Sociais. Franca, 2009, p. 12.

⁷⁵ OLIVEIRA, ANA PAULA LAGE. **Segurança e Defesa no Cone Sul: Uma Análise das Reuniões de Ministros de Defesa das Américas**. Relações Internacionais – UNESP/Franca, 2009.

e que é difícil imaginar uma visão única, hemisférica, de segurança, aplicável às três massas continentais.

Assim, apesar de ressaltar que a solidariedade e o intercâmbio hemisféricos sejam aspectos importantes e que mereçam ser incentivados, é preciso levar em conta a existência de diferenças estratégicas marcantes. Ficava claro, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, que o subcontinente, a partir do MERCOSUL, seria o foco da visão conjunta de defesa.

A América do Sul, que pela própria geografia é a área de nosso interesse estratégico imediato, no sentido de convivermos com um entorno de estabilidade e de paz. Durante a IV Conferência Ministerial de Defesa das Américas, o Brasil enfatizou a dificuldade de se imaginar uma visão única, hemisférica, de segurança para todo o continente americano. Os países sul-americanos, afastados dos principais eixos de tensão mundial, vivem processo de integração regional, impulsionado pelo Mercosul e pela Comunidade Andina. Isso minimiza a possibilidade de conflito na região⁷⁶.

No momento em que o Brasil resolve investir no MERCOSUL, e, ao mesmo tempo, aproximar-se da Argentina, diminuindo os focos de tensão regional, tem-se um novo quadro na integração militar regional. Corroborando com este raciocínio, assim expressa FERREIRA⁷⁷

Desde sua criação, em 1991, o MERCOSUL tem provocado um grau de distensão na área de segurança, ultrapassando as melhores expectativas daqueles que o idealizaram.

Vale citar o Artigo de José Luiz Machado e Costa⁷⁸ que faz um balanço estratégico da construção de uma visão sul-americana de defesa, destacando a balança de poder continental, as tendências para as Forças Armadas (FFAA) no subcontinente e a formulação de um novo sistema de defesa regional, servindo-se do MERCOSUL.

Aprofundando mais a cooperação militar, no âmbito sul-americano, GUIMARÃES⁷⁹ sugere alguns princípios para a integração militar sul-americana:

[...] reconhecer a importância primordial de cooperação com as Forças Armadas de países vizinhos da América do Sul, com extraordinária atenção à necessidade de evitar qualquer suspeita de hegemonia militar [...]

⁷⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. Mensagem ao Congresso Nacional de 2001, p. 228 -230. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/capn08.pdf>. Acesso em: 13/07/2010.

⁷⁷ FERREIRA, Jorge Ricardo Áureo. **Integração militar do Mercosul: o exemplo europeu**. Rio de Janeiro. 2004.40 fl. Trabalho de Conclusão de Curso – CPEAEx, ECEME. Rio de Janeiro, p. 30.

⁷⁸ COSTA, José Luiz Machado . **Balanço estratégico na América do Sul e o papel do Brasil na construção de uma visão sul-americana de defesa**. Política Externa, Vol 7, Nr 4, São Paulo, Ed Paz e Terra/ Mar, Abr, Mai de 1999, p. 67-95.

⁷⁹ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Pensamento Brasileiro Sobre Defesa e Segurança**. BRASIL, 2004, p. 47-48.

reconhecer a urgência de definição detalhada de uma estratégia militar própria para o Brasil e para a América do Sul. Esta estratégia de defesa deve ter a natureza civil militar [...]

Atualmente, diversas ações, no nível Forças Armadas, são realizadas entre os países sul-americanos, sem excluir os EUA. RABELLO⁸⁰ aponta diversas oportunidades em que foram realizados exercícios conjuntos, Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM) e conferências de caráter militar, intercâmbios e cooperações na indústria de defesa, envolvendo nações sul-americanas.

Embora incipiente, já houve projetos em comum na área da indústria de defesa como, por exemplo, o acordo de cooperação científica e tecnológica entre os governos da Argentina e do Brasil que existe, desde 1980. Segundo RABELLO⁸¹

Em 2004 essa cooperação na área de MEM saiu da retórica, com o desenvolvimento de uma viatura leve de emprego geral aerotransportável entre o Centro Tecnológico do Exército (CTEX), do Brasil, e pela “*Dirección de Investigación Desarrollo y Producción*”, da Argentina.

Outro fator que serve no incremento da cooperação no campo militar na região é o emprego dos exércitos dos países integrantes do subcontinente em missões de manutenção da paz. Os países sul-americanos, especialmente os do Cone Sul, têm contribuído de maneira significativa para as operações de manutenção da paz sob a égide da OEA e da ONU.

Além disto, realizam-se treinamentos conjuntos. O Centro Argentino de Treinamento Conjunto para Operações de Paz (CAECOPAZ) abrigou um oficial do Exército como instrutor, como mais uma opção de intercâmbio entre militares e fomentando a amizade e o conhecimento recíproco em operações dessa natureza. Ainda nesta direção, o Brasil já enviou oficiais e sargentos para compor o Batalhão Argentino da força de paz da ONU em Chipre. RABELLO⁸² cita que “os países do MERCOSUL, em especial Argentina, Brasil e Uruguai têm tradição nas missões de paz. No âmbito da ONU, foram realizadas 60 missões de paz, entre 1948 e 2005”.

Ainda nas Escolas Militares, existe um crescente intercâmbio de alunos e instrutores, especialmente nos cursos de aperfeiçoamento e de altos estudos

⁸⁰ RABELLO, Miguel Angelo Campagnac. **Segurança cooperativa e integração militar no Mercosul: viabilidade de uma força multinacional permanente**. 2006. 117 f, 30 cm. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – ECEME, Rio de Janeiro, 2006, p. 66-72.

⁸¹ RABELLO, 2006, *ibidem*, p. 81.

⁸² RABELLO, 2006, *ibidem*, p. 83.

militares. A Escola de Comando e Estado Maior do Exército recebeu, em 2009, 12 Oficiais de Nações Amigas (ONA), além de 06 instrutores de nações amigas⁸³.

De acordo com o Departamento Geral de Pessoal (DGP)⁸⁴, em 2009, havia 122 (cento e vinte e dois) militares brasileiros em missões na América do Sul. Comparativamente com outros continentes, um número bastante expressivo: África – 72 (setenta e dois) militares; Ásia – 17 (dezessete) militares; Europa – 44 (quarenta e quatro) militares; América do Norte – 66 (sessenta e seis); e Oceania - 01 (um).

Com o advento da UNASUL, a integração militar, antes, mais focada no Cone Sul, amplia seu rol de atuação, envolvendo todo o subcontinente. Antes focada no nível das Forças Armadas, ganha o nível estratégico com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, em dezembro de 2008. Conforme afirma RABELLO⁸⁵: “A integração econômica vem possibilitando arranjos de cooperação e integração em outros campos do poder, inclusive no militar, englobando medidas nas áreas de segurança e defesa”.

2.3 O PAPEL DO BRASIL NA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

A evolução da diplomacia brasileira na condução do estreitamento dos laços regionais, conforme atesta DANESE⁸⁶, originou-se com o Tratado de Tordesilhas, estabelecendo-se, sob a égide de colonizadores além-mar, os primeiros limites coloniais.

Após sua independência, segundo CERVO e BUENO⁸⁷ a Política Externa do Brasil continuava presa a algumas variáveis: o jogo de forças internacional do período e a inserção do continente americano neste sistema; a herança colonial brasileira e a forte influência inglesa, legado de Portugal. Assim resumiam o Estado brasileiro

O Estado brasileiro se apresenta à comunidade internacional, em 1922, reivindicando o papel de novo membro e ator. Tal Estado pouco tinha de brasileiro, na medida em que representava o transporte direto do Estado português. O Estado dos Bragança, comportando-se ao estilo da diplomacia européia, arquitetou para si, ao tempo da regência de Dom João VI, a

⁸³ Dados obtidos pelo autor, em 2010, na Divisão de Coordenação de Alunos (DCD) de ECEME.

⁸⁴ DGP. **Mapas de Efetivo, Setembro/2009**. Diretoria de Controle de Efetivos e Movimentação.

⁸⁵ RABELLO, 2006, Ibidem, p. 21.

⁸⁶ DANESE, Sérgio F. **Brasil e América do Sul, uma convergência**. Revista Política Externa, Vol 9, 2001, p. 61.

⁸⁷ CERVO e BUENO. BRASIL, 2008, Ibidem, p. 17.

construção de um Império Americano, para compensar a perdas sofridas na Europa [...] Assistimos a ocupação de Caiena e à incorporação da Banda Oriental [...]

Neste contexto, o Brasil tinha poucas opções, mantendo forte ligação com a Europa e convivendo com uma forte desconfiança mútua entre a única Monarquia da região, que representava, e as Repúblicas em formação na América Hispânica, que temiam um imperialismo brasileiro.

A partir de 1844, o Brasil iniciava uma gestão mais independente de sua Política Externa, com a extinção do sistema de Tratados (Portugal e Inglaterra) e com uma política externa mais enérgica em seus meios e mais independente em seus fins. De acordo com CERVO e BUENO⁸⁸, a tônica principal desta época era: o controle da política comercial, a sustentação das posses territoriais, regulamentando as fronteiras nacionais, e a preocupação com a Amazônia, ameaçada pela escalada do expansionismo norte-americano,

Como se pode observar, nesta época, o Brasil não encontrava ainda o momento e as condições ideais para agir em prol do incremento da cooperação regional. Era preciso ratificar os 16 mil Km de fronteiras com dez estados sul-americanos, além da navegação dos rios comuns a várias nações. No entanto, a forma como foi conduzido este processo até o início do século XX, foi fundamental para dirimir futuros óbices à integração regional.

Conforme CERVO e BUENO⁸⁹, a solução destas questões deu-se nos campos político-jurídicos, descartando as soluções bélicas. A postura brasileira neste período foi concordata e pacífica, baseada no Princípio do Uti Possidetis⁹⁰, conforme afirma o relatório da Chancelaria brasileira, de 1867⁹¹

O Brasil possui território tão vasto que não necessita aumentá-lo em prejuízo de seus vizinhos. O que seu governo deseja é que, no interesse de todos, conheça cada um o que lhe pertence e fique discriminado em sua jurisdição. Tal é o único motivo [...] nenhum outro o impele, e sobre isto não pode haver a mais leve sombra de dúvidas.

Outra ação da diplomacia brasileira no sentido de integrar o subcontinente deu-se frente à iniciativa norte-americana de apossar-se da Amazônia, liderada pelo

⁸⁸ Idem, p. 65.

⁸⁹ Idem, p. 89-92.

⁹⁰ O Princípio do Uti possidetis é derivado do direito privado romano do "*uti possidetis, ita possideatis*" (quem possui de fato, deve possuir de direito), tendo se consagrado no Tratado de Madri de 1750. Maiores detalhes no site: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Madrid_\(1750\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Madrid_(1750)).

⁹¹ CERVO e BUENO, 2008, ibidem, p. 96.

Tenente da Marinha, Matthew Maury⁹², desde 1850. O Brasil, atuando no campo exterior, enviou diplomatas⁹³ (Duarte da Ponte Ribeiro e Miguel Maria Lisboa) para unificarem os discursos antinorte-americanos nas repúblicas sul-americanas do Pacífico, Venezuela, Nova Granada e Equador, alertando-lhes do perigo da penetração imperialista dos ianques.

Vale recordar que a postura cooperativa do Brasil na utilização conjunta de rios contribuiu para a distensão das desconfianças no subcontinente. O Brasil utilizava-se do princípio do direito imperfeito⁹⁴ dos ribeirinhos superiores, que podiam acender a navegação dos rios interiores, mediante convenção. Isto foi utilizado na região amazônica e na região da Prata, onde era ribeirinho superior.

De forma resumida e clara CERVO e BUENO⁹⁵ explicam a atuação brasileira no subcontinente, durante boa parte do Império, o que de certa forma impediu o surgimento de uma potência concorrente e solidificou sua posição de líder regional, além de afastar uma maior influência das Potências exógenas

O período que vai de 1844 a 1876, caracterizou-se pela ascensão, apogeu e declínio de uma política brasileira de potência periférica regional, autoformulada, contínua e racional, na medida em que se guiava por objetivos próprios, aos quais se subordinavam os meios e fins. O Prata foi a área em que correu solta a política da potência [...] como a resistência à hegemonia interna da Inglaterra e às pretensões norte-americanas no Amazonas [...]

Com o advento da República, o Barão do Rio Branco assumiu a gestão do Itamaraty. Neste momento, o pan-americanismo passou a ser o eixo principal da Política Externa brasileira. Na época, os EUA despontavam como grande potência regional, optando o Brasil por alinhar-se à promissora nação, conforme afirmou LAMPREIA⁹⁶

[...] a *rationale* de Rio Branco era clara. Os EUA eram a principal potência do continente americano e estavam prestes a tornar-se a principal potência mundial. Manter as melhores relações possíveis com eles era condição necessária para assegurarmos tranquilidade em nossa política regional, que visava obter a solução sistemática de todas as nossas questões fronteiriças⁹⁷.

⁹² MAURY, Matthew. *The Amazon and the Atlantic Slopes of South América*. EUA, 1853. Apud CERVO e BUENO, 2008, Ibidem, p. 99.

⁹³ CERVO e BUENO, Ibidem, p. 104-105.

⁹⁴ Idem, p. 104.

⁹⁵ Idem, p. 109.

⁹⁶ LAMPREIA, Luiz Felipe. **Diplomacia Brasileira: Palavras, contextos e razões**. Rio de Janeiro, Ed Lacerda, 1999, p. 102.

⁹⁷ LAMPREIA, Luis Felipe. **Diplomacia Brasileira: palavras, contextos e razões**. Rio de Janeiro: Lacerda. Ed 1999, p. 102

Neste quadro, o Brasil limitava-se a arranjos subregionais, acatando a tese do pan-americanismo, tutelado e conduzido pelos EUA e seus interesses em transformar toda a região em sua área de influência. O Brasil se submetia a doutrina Monroe, principalmente naquilo que lhe servia, respaldando sua posição nas pendências das Guianas francesa e inglesa.

O Brasil mostrou grande diplomacia nas questões de limites⁹⁸, tendo Rio Branco como grande artífice, não empregando a força em nenhuma das questões. A questão de Palmas com a Argentina, dos limites com a Guiana Inglesa e do Amapá, com a França, aquietaram com arbitramento. A questão do Acre foi solucionada via negociação direta com a Bolívia. Fixou limites com a Colômbia (Tratado de 24/04/1907), com o Peru (Tratado de 08/09/1909), com o Uruguai⁹⁹, em 1909, e com a Guiana Inglesa, em 1906. Já havia resolvido as pendências fronteiriças com o Equador em 1904¹⁰⁰.

Para se entender o papel destas ações para o futuro da integração regional, deve-se compreender a correspondência enviada por Rio Branco ao então embaixador brasileiro em Washington, Joaquim Nabuco, distendendo fricções no cone sul, e facilitando entendimentos futuros:

Com o Uruguai as nossas relações são excelentes, e é imenso o prestígio do Brasil nesse país depois da concessão que espontaneamente lhe fizemos. São também excelentes nossas relações com a Bolívia e com o Peru depois do incidente que trouxe o desastrado laudo argentino e do nosso tratado de limites, assim como com as demais nações sul-americanas com exceção do Paraguai. Este acha há mais de ano sob o julgo de uma minoria despótica¹⁰¹.

Porém, com a busca por seu espaço no subcontinente, alinhado com os EUA e com sua Doutrina Monroe, o Brasil, ao passo que resolvia suas pendências de limites na América do Sul, despertava certa desconfiança quanto a possíveis pretensões imperialistas, apoiado pelo grande irmão do norte. O Washington Post descrevia a situação, em 1906, na visita do secretário de Estado Root ao Rio de Janeiro:

[...] Sr Root [...] vai visitar o governo brasileiro informalmente e arranjar uma *entente cordiale* com aquele país, da qual a doutrina Monroe será a base [...] É intenção do presidente delegar-lhe a política da Doutrina Monroe na

⁹⁸ CERVO e BUENO, 2008, *ibidem*, p. 197.

⁹⁹ Tratado de 30/10/1909, em que o Brasil cedia, sem compensações, o condomínio da Lagoa Mirim e Rio Jaguarão, em nome da concórdia sul-americana.

¹⁰⁰ Esse tratado perdeu a validade pois o Equador fez outro tratado com o Peru e deixou de ser nosso vizinho, Cf. FRANCO (1973, p. 261-263, 265), apud CERVO e BUENO, 2008, *ibidem*, p. 234.

¹⁰¹ Telegrama para Washington, 23/11/1909, Cf. VIANA, Filho (1959, p. 421-422), apud CERVO e BUENO, 2008, *ibidem*, p. 204.

América do Sul [...] Segundo um oficial brasileiro, aquele país estaria interessado em formular a Doutrina Monroe, com o conselho dos EUA, e, desta maneira, ser o guardião autorizado das [...] Repúblicas [...]¹⁰²

Esta desconfiança foi agravada ainda mais quando o projeto de rearmamento da Marinha do Brasil foi aprovado em 1904 e reformulado em 1906, despertando rivalidades em parte da mídia e setores da sociedade argentina¹⁰³. Buscando uma aproximação com as duas principais nações sul-americanas e diminuir as desconfianças, o Brasil adere ao tratado com Argentina e Chile conhecido como Pacto ABC, que ainda funcionaria segundo a tônica de Washington, conforme afirma COUTO¹⁰⁴

Mesmo o mais concreto projeto integracionista lançado por Barão (Rio Branco), o Pacto ABC, não representava uma introspecção da sul-americanidade na identidade da nação [...] deveria dar-se em consonância com as intenções de Washington.

Desta forma pode-se concluir que o Brasil, logo após sua independência, não assumiu uma identificação com o continente sul-americano, assumindo um pan-americanismo, conduzido nos moldes preconizados pelos EUA, não modificando esta política, de imediato, após a República.

Após as duas grandes guerras mundiais e a distensão da Guerra Fria, ocorreram mudanças na conjuntura internacional, iniciando-se um multilateralismo. Além disto, a industrialização do país, o desenvolvimento da sociedade e o desafio de inserção internacional, mais complexo, tornaram o alinhamento incondicional com Washington, gradativamente, mais difícil.

Assim, o Brasil buscou uma nova referência regional para projetar sua política externa no subcontinente e no mundo. A unidade latina americana seria esta base, especialmente nas décadas de 1950 e 1960.

Nesta direção, dentro da nova perspectiva brasileira, Juscelino Kubitschek lança a Operação Pan - Americana (OPA), em 1958, propondo uma revisão das relações com os EUA, no momento em que o país e a região respiravam antiamericanismo e preocupações com o imperialismo.

O Brasil reconhecia a importância do subcontinente para a estabilidade hemisférica, em função de seu desenvolvimento econômico. Outra opinião tinha

¹⁰² Whashington Post, 26/03/1906, Cf. VALLA (1972, p. 41-42), apud CERVO e BUENO, 2008, Ibidem.

¹⁰³ . El Pensamiento del Brasil. **La Prensa**, Buenos Aires, 02/02/1905, apud CERVO e BUENO, 2008, p. 195.

¹⁰⁴ COUTO, 2006, ibidem, p. 22.

VIZENTINI¹⁰⁵, “a OPA era usado mais como forma de barganha com os EUA, do que como política de integração latino-americana”.

Pouco resultado prático teve a OPA, tendo a OEA constituído a Comissão Especial¹⁰⁶ com seus 21 membros, incumbida de lhe dar execução. Também como resposta a OPA, costumava-se apontar o BID¹⁰⁷, além da ALALC e a Aliança para o Progresso do Presidente Kennedy, dos EUA.

O Brasil buscando uma posição mais independente, no início da década de 1960, apóia-se na integração latino-americana como forma de combater o subdesenvolvimento e modificar sua política externa em função desta evolução. Esta Política Externa Independente (PEI), como ficou conhecida, teve em San Tiago Dantas¹⁰⁸ um de seus principais articuladores.

Segundo Alexandra de Melo e Silva¹⁰⁹, Dantas comungava do pensamento cepalino da integração regional, visualizando uma aproximação em função das soluções para o subdesenvolvimento, além de uma maior aproximação com a Argentina, parceira fundamental nesta nova política

O determinante fundamental da PEI era uma nova consciência quanto ao grau de inferioridade e dominação a que o país estava condenado em função do subdesenvolvimento [...] o despertar desta consciência entre os povos subdesenvolvidos permitia a identificação de interesses comuns e a progressiva unificação de sua conduta internacional, evidenciando a emergência de uma força política nova [...]

Nos momentos seguintes, o Brasil, apesar de não apresentar homogeneidades relevantes com as demais nações latino-americanas, foi somando-se ao coro daqueles que clamavam por uma maior inserção comercial e desenvolvimentista, ajudando a criar uma certa latinidade, reforçada pela criação da CEPAL, ALALC e ALADI. O campo econômico dominava as tentativas de aproximação regional. Segundo COUTO¹¹⁰, o Brasil optou por uma união latino-americana periférica.

¹⁰⁵ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Relações Internacionais e desenvolvimento: o Nacionalismo e a Política Externa Independente (1951-1964)**. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 111.

¹⁰⁶ Resenha: Organização dos Estados Americanos – Comissão Especial dos 21. **Revista Brasileira de Política Internacional RBPI**, Ano 2, Nr 5, p. 93-96, março de 1959.

¹⁰⁷ MALAN (1984, p.88), apud CERVO e BUENO, 2008, ibidem, p. 292.

¹⁰⁸ Chanceler brasileiro que assumiu as pastas das Relações Exteriores e da Fazenda em 1961 e 1963, respectivamente.

¹⁰⁹ SILVA, Alexandra de Mello e. O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. **Revistas Estudos Históricas**. História e Região, Nr 15, 1995/1, CPDOC.

¹¹⁰ COUTO, 2006, ibidem, p. 33.

Durante os governos militares, o Brasil mudou um pouco seu enfoque integracionista, voltando a ter um enfoque pan-americano, tendo apoiado a criação da OEA, aceitando ser este o fórum apropriado para o tratamento das questões políticas americanas. Segundo VIZENTINI¹¹¹, o Brasil de Castelo Branco percebia a integração hemisférica como importante, porém “tanto na esfera econômica como política, a integração deveria se dar no âmbito pan-americano, e não latino-americano”.

A partir de Costa e Silva¹¹² o Brasil voltava aos tempos de multilateralismo, deixando de atuar preferencialmente na OEA, e buscando uma maior aproximação com as nações da América Latina. No entanto, ao longo dos governos militares¹¹³ esta política externa de identificação com a América Latina variava bastante, chegando ao final do governo do presidente Figueiredo com o Brasil identificado com os países latino-americanos.

O protagonismo brasileiro na criação do TCA, com sua proposta em 1977 e assinatura, em 1978, demonstra um posicionamento mais ativo no cenário regional. Na década seguinte, o Brasil buscou superar os obstáculos da integração, abrindo-se novas oportunidades de cooperação regional. Isto gerou uma maior atração entre os países da região, que, por meio de arranjos genuinamente sul-americanos, convergiam seus discursos, aprofundavam e consolidavam a democracia que dominava a América do Sul, pois, de acordo com CERVO¹¹⁴

[...] consolidação da democracia, uma atitude de maior introspecção latino-americana, em substituição a introspecção nacional dos países, e a presença ativa dos governos em grupos regionais de concertação política e econômico-financeira.

Na visão de CERVO e BUENO¹¹⁵, as relações externas brasileiras foram assim conduzidas em relação à integração regional, nos governos militares

A política externa brasileira, entre 1967 e 1979, foi conduzida em três dimensões: a ação dos órgãos multilaterais regionais para promover a cooperação dos EUA ao desenvolvimento regional, as iniciativas de integração multilateral e bilateral intrazonal e o escalonamento da América Latina na estratégia de inserção internacional. Uma política de conteúdo econômico, coerente e contínua e que buscava adaptações sucessivas ao longo do tempo em função dos resultados.

¹¹¹ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e criação de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre. UFRGS. 2004, 2ª Ed. p. 48.

¹¹² COUTO, 2006, *ibidem*, p.31.

¹¹³ *Idem*, p. 32.

¹¹⁴ CERVO, Amado Luis. **Relações Internacionais da América Latina - velhos e novos paradigmas**. IBRI. Brasília, 2002, p. 23.

¹¹⁵ CERVO e BUENO, 2008, *ibidem*, p. 416.

A política externa brasileira mudou o espectro regional de sua atuação quando da criação do *North America Free Trade Area* (NAFTA), englobando México, Canadá e EUA. Também a vinculação mais estreita das economias da América Central e Caribe com os norte-americanos evidenciou a inviabilidade da América Latina como referência para a inserção internacional do Brasil. O universo mais amplo, englobando a América Latina mostrou-se equivocado.

SOUTO MAIOR¹¹⁶, embora reconheça semelhanças entre o Brasil e a América Latina, sobretudo básicas, vaticinava que operar um regionalismo a partir da América Latina seria dificultado pelas diferenças econômicas, políticas e pela “ausência de convergência de percepções que servisse de base para um projeto aglutinador”.

Buscando atender às necessidades pacíficas dos países sul-americanos, o Brasil propôs o estabelecimento da Resolução 11/41 da ONU, em 1986, criando a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), uma nova organização para os países do atlântico Sul. Segundo George LAMAZIÈRE¹¹⁷:

Pode-se assim dizer que a concepção brasileira de uma região em termos de segurança e defesa evoluiu, desde o fim da Segunda Guerra, de um espaço integrado por todas as Américas e subordinado à lógica da confrontação global, corporificada no TIAR, para um descolamento da América do Sul como área com características próprias e o mais impermeável política, diplomática e militarmente possível a ameaças globais - que sua geografia já torna longínquos - para melhor concentração de seus recursos no desafio do desenvolvimento e do resgate da dívida social.

Esta iniciativa não contou com o apoio norte-americano, apesar de não ter um sentido contestatório em relação à Nação hegemônica, conforme afirma SHINEIDER¹¹⁸

Com voto contrário dos EUA, a resolução declarando o Atlântico na região situada entre a África e a América do Sul, como “Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul” foi aprovada, em 27 de outubro de 1986. Os EUA alegaram que havia defeitos graves na Resolução como: a má definição das águas incluídas e por excluir especificamente países ribeirinhos e interiores do Atlântico Sul (África do Sul e Namíbia). Dentro de uma concepção geoestratégica, a ZPCAS não teve o intuito de confrontar os interesses das superpotências, principalmente, os EUA, mas sim de marcar a posição antibelicista da região¹¹⁹.

¹¹⁶ SOUTO MAIOR, Luis A. P. **América Latina - O regionalismo continental revisitado. O Brasil em um mundo em transição**. Brasília. Editora Universidade de Brasília/IBRI. 2003, p. 117.

¹¹⁷ LAMZIÈRE, George. Cooperação político-militar na América do Sul. **Revista Política Externa**, Vol 9, 2001, p. 45.

¹¹⁸ SCHNEIDER, 2003, *ibidem*, p. 33.

¹¹⁹ Operação naval realizada entre Marinhas de Guerra européias e americanas para aumentar o adestramento e o intercambio operacional, em 2002 foi realizada sua 43ª edição.

Com este espírito, o Brasil idealizou e liderou o MERCOSUL, alçando-o como ator importante e reconhecido pelos principais protagonistas do mundo. Desta forma, como principal economia do grupo, incorporou seu significado e passou a empregá-lo em sua atuação no cenário global, sem buscar atritos gratuitos com as grandes potências.

Com relação ao MERCOSUL e o papel brasileiro em sua criação, Costa¹²⁰ apresentou uma abordagem positiva sobre os resultados obtidos nas áreas econômica, política e psicossocial.

A primeira iniciativa brasileira que dava contornos comerciais e econômicos a América do Sul foi proposta por Itamar Franco, em 1993, na VII Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, em Santiago. Pretendia a criação da Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCASA), que englobaria todo o subcontinente, opondo-se a atratividade que o NAFTA pudesse exercer sobre as demais nações sul-americanas. Vale citar a opinião do embaixador Rubens Barbosa¹²¹ que não acreditou que a ALCASA fosse uma contestação a ALCA, e sim uma ampliação do MERCOSUL.

MAGALHÃES¹²² ao analisar a participação negociadora brasileira na Cúpula das Américas, em 1994, constatou um crescimento importante do papel político dos blocos sub-regionais (MERCOSUL e CAN) como parte da nova dimensão estrutural da política internacional.

A partir do MERCOSUL, quando este completava 10 anos de existência, de acordo com CERVO¹²³, o Brasil teria alavancado e fortalecido a idéia de América do Sul, buscando uma ampliação de sua política externa, no sentido de alcançar uma maior integração do subcontinente.

O governo do Presidente Itamar Franco, de acordo com registros do Ministério das Relações Exteriores¹²⁴, demonstrou o papel idealizado pelo Brasil para a América do Sul:

O governo Itamar Franco contribuiu, desse modo, para que se cristalice, com nitidez, o perfil da América do Sul como área livre de tensões, voltada

¹²⁰ COSTA, 1999, ibidem, p. 103.

¹²¹ BARBOSA, Rubens Antonio. **Área de Livre Comércio na América do Sul: conformação de um novo espaço econômico**. Boletim de integração Latino-Americana. Nota MRE, Nr 18, Jan/Jun 1996.

¹²² MAGALHAES, Fernando Simas. **Cúpula das Américas 1994: papel negociador do Brasil em busca de uma agenda hemisférica**. Brasília. Instituto do Rio Branco, FUNAG, 1999.

¹²³ CERVO, Amado Luis. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 45, Nr 1, 2002, p. 5-35.

¹²⁴ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **A Política Externa do Governo Itamar Franco**. BRASÍLIA, FUNAG, 1994.

para a cooperação e o progresso [...] decidida a integrar cada vez mais suas economias, sua cultura, seus destinos. O Brasil orgulha-se, assim, da contribuição que tem prestado para a construção da identidade da América do Sul como região que tem personalidade própria não só no campo econômico, mas também em termos políticos.

Assumindo um papel fundamental neste novo cenário regional, o Brasil propôs em 2000 a realização da Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul¹²⁵, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Com esta ação, o país priorizou definitivamente a América do Sul em detrimento da América Latina, procurando dar-lhe uma identidade. LAMPREIA¹²⁶ destacou esta reunião:

Vontade política de dar um passo que a diplomacia brasileira já começara a preparar, há algum tempo, desde que Fernando Henrique Cardoso foi chanceler no início dos anos 90: transformar a América do Sul num conceito cada vez mais operacional para o conjunto das nações do continente.

Outra atitude importante do Brasil foi a priorização dos arranjos regionais já existentes, como o MERCOSUL, para a negociação com os EUA, que pretendiam implantar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e com a União Européia (UE). Esta posição brasileira é defendida por DARC¹²⁷

A tese, portanto, nos parece ter como contribuição marcante ao pensamento, a possibilidade de demonstrar que há um outro caminho para o destino do Brasil, que não o da dependência e da manutenção de uma situação periférica. Com esta tese explica-se e justifica-se uma inserção autônoma e soberana do Brasil e dos demais países da região no contexto mundial, fugindo, assim, também, a tentativa da potência hegemônica da constituição de um único mercado na América, o ALCA.

A IIRSA (Integração das Infra-Estruturas Regionais Sul-Americanas) é um instrumento da atual política exterior brasileira para a América do Sul, procurando a integração física dos doze países do subcontinente. O Brasil tem sido o grande mentor e fiador desta iniciativa¹²⁸.

¹²⁵Ministério das Relações Exteriores. **Nota Nr 105, de 23/03/2000**. Disponível em:<www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe.asp?ID_RELEASE=643>. Acesso em 12/01/2010.

¹²⁶LAMPREIA, Luis Felipe. Cúpula da América do Sul. **O Estado de São Paulo**, 31 de março de 2000. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAqY0AB/ensino-das-ri-no-brasil>>. Acesso em: 21/03/2009.

¹²⁷DARC, Antonio da Luz Costa, 1999, *Ibidem*, p. 15.

¹²⁸Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:<<http://www.planejamento.gov.br/secretaria>>. Acesso em: 08/09/2009, às 22h30min. Neste sítio podem ser encontrados os projetos da Agenda de Implementação Consensual, incluindo cerca de 30 obras, dentre as quais, destacam-se: Ponte sobre o Rio Takutu e sobre o Rio Acre (Brasil-Peru); Estrada Boa Vista-Bonfim-Lethem-Georgetown (Brasil-Guiana); Nova Ponte Presidente Franco-Porto Meira e Centro de Fronteira (Brasil- Paraguai); Ponte Internacional Jaguarão-Rio Branco (Brasil- Uruguai); Projeto Ferroviário Los Andes-Mendoza (Argentina-Chile).

Já com Lula na Presidência, o Brasil prosseguia envidando esforços para o aumento da cooperação regional, tendo a atitude de convidar todos os países da América do Sul, em dezembro de 2004, para a reunião do MERCOSUL, quando era Presidente *pro-tempore* do bloco, destacando em seu discurso¹²⁹ a importância do subcontinente

Ao concluir, há pouco mais de um mês a Reunião de Cúpula do Rio, eu recordava nossa disposição de trabalhar com entusiasmo pela integração regional, começando pela realização do potencial do MERCOSUL, e prosseguindo pela consumação de um espaço político, cultural, econômico e comercial comum na América do Sul.

Segundo COUTO¹³⁰, as ações brasileiras para a integração sul-americana, apesar de terem forte direcionamento para a área econômica e comercial, não deixaram de observar as áreas educacional, cultural, científica e tecnológica. Na primeira reunião da CASA, em Brasília, no ano de 2005, foram abordados oito temas, dentre os quais: assimetrias, promoção da coesão social, inclusão social e justiça social, integração física e energética, telecomunicações¹³¹. Também a circulação de pessoas, intercâmbio cultural, integração turística e erradicação de malária e febre amarela foram tratados¹³².

No ano de 2005, o Brasil promulgou a lei 11.161/2005¹³³, que adotou o espanhol como segunda língua e regulamentou o ensino deste idioma no ensino público. Somado a isto, foram firmados, entre os governos sul-americanos, programas de bolsas, formação técnica e combate ao analfabetismo. Com isto, deu-se um passo importante da integração regional no campo psicossocial, na área da educação e cultura.

A Revista PADECEME¹³⁴ recorda que acordos de cooperação com países vizinhos têm sido assinados pelo Brasil com o objetivo de compartilhar os dados disponibilizados pelo SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), colaborando com ações conjuntas com as nações limítrofes.

¹²⁹ Luís Inácio Lula da Silva. Reunião de Cúpula MERCOSUL, em 17/12/2004. Disponível em: <www.mre.org.br/portugues/politica_externa/discursos?discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2439>. Acesso em 02/01/2010.

¹³⁰ COUTO, 2006, *ibidem*, p. 42.

¹³¹ Fundação Alexandre Gusmão, 2005. **Comunidade Sul-Americana de Nações: documentos**.

¹³² *Idem*.

¹³³ Decisão sobre propostas apresentadas durante o diálogo presidencial. In Comunidade Sul-Americana de Nações, 2005. Apud COUTO, 2006, *ibidem*, p. 77.

¹³⁴ Integração da América do Sul. Centro de Estudos Estratégicos da ECEME. **Revista das Ciências Militares – PADECEME**. 1º Quadrimestre de 2008, p. 100.

Atualmente, o Brasil tem intensificado o aumento do capital do BNDES¹³⁵ no financiamento de obras em países sul-americanos, como por exemplo: 237 milhões de dólares na Argentina (Gasodutos San Martin e Norte); 153 milhões de dólares no Chile (ampliação do metro de Santiago); 304 milhões no Equador (aviões e usina hidrelétrica de San Francisco); 77 milhões no Paraguai (Ruta 10) e 326 milhões de reais na Venezuela (linhas de metro e usina hidrelétrica de La Vueltoza).

Vale ainda destacar, como ações do Brasil em prol da integração regional, o Programa de Substituição Competitivas das Importações (PSCI)¹³⁶ e o Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades Cooperação em Ciência e Tecnologia do Brasil com os Países da América do Sul (PROSUL). O primeiro programa busca reduzir o déficit comercial dos parceiros sul-americanos com o Brasil, incentivando as importações brasileiras. O segundo lançava as bases para um futuro centro sul-americano de ciência e tecnologia.

Encontram-se posições minoritárias que visualizam pouca praticidade nas ações conduzidas pelo Brasil. Nesta corrente, citam-se alguns pensadores como o General R1 Luiz Eduardo Rocha Paiva¹³⁷ e o Diplomata Sérgio França Danese¹³⁸.

LÁFER¹³⁹, sintetiza bem a inspiração brasileira para priorizar suas relações com a América do Sul:

O componente sul-americano da identidade internacional do Brasil é uma força profunda [...], de natureza positiva em sua política externa. Completa ainda que a América do Sul é, desde os tempos de Rio Branco, um forte componente da identidade internacional do Brasil.

¹³⁵Maiores informações sobre o PSCI podem ser encontradas no Site: <<http://www.planejamento.gov.br/noticia.asp?p=not&cod=1488&cat=60&sec=10>>.

¹³⁶Disponível em: <<http://www.braziltradenet.gov.br/PSCI/Arquivos/EstudoPSCI1.pdf>>. Acesso em: 22/01/2010.

¹³⁷ Artigo no Correio Brasiliense de 13/10/2008.

¹³⁸ DANESE, Sérgio F. Brasil e América do Sul, uma convergência. **Revista Política Externa**, Vol 9, 2001, p. 61.

¹³⁹ LÁFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 126.

3 AS CONDICIONANTES DO CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO

Neste capítulo, procurar-se-á analisar o espaço sul-americano, buscando entender as condicionantes regionais que influenciaram e inspiraram a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Ao se radiografar o ambiente regional, poder-se-á aduzir as circunstâncias que ensejaram o surgimento de mais um órgão que, de alguma forma, possa trazer benefícios à integração do subcontinente.

Vale dizer que a literatura é rica em estudos sobre estas condicionantes do CDS, porém, sem relacioná-las, de forma direta, com este órgão. Serão estudadas algumas situações particulares da América do Sul que, de alguma forma, evidenciam a necessidade do CDS, além de serem cruciais para o êxito desta iniciativa. Abordar-se-ão aspectos que podem vir a ser benéficos ou constituir óbices ao desenvolvimento do novo conselho.

3.1 A SITUAÇÃO ATUAL DAS ÁREAS DE FRICÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

Não se desconsideram as resistências que se verificam no processo de integração sul-americana. Além das resistências de origem extra-regional, haveria dificuldades endógenas decorrentes de dois fatores: 1) ainda persistem problemas de limites entre diversos países da América do Sul; 2) há uma idéia difusa, que ainda não se dissipou completamente, sobre alegadas pretensões hegemônicas do Brasil no subcontinente¹.

A América do Sul, após sua emancipação política da península ibérica, enfrentou uma série de conflitos relativos à demarcação de fronteiras e disputas por espaços geopolíticos de influência. Para MAGALHÃES² a colonização espanhola desencadeou divergências em relação à demarcação das fronteiras das ex-colônias sul-americanas.

As possessões espanholas fragmentaram-se em várias repúblicas em razão das características geográficas e da diversidade de órgãos coloniais, com áreas de jurisdição e fronteiras mal definidas. Isto gerou conflitos de maior envergadura, envolvendo diversas nações do subcontinente, incluindo o Brasil, de colonização portuguesa.

¹ SOARES, Luiz Felipe Macedo. O Brasil no cenário regional de defesa e segurança. **Pensamento Brasileiro Sobre Defesa e Segurança**. Desafios na atuação das FFAA. Pinto, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho (Org.). Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004, p.205.

² MAGALHÃES, Vicente Gonçalves de. **Crises e Conflitos no continente Sul-Americano: reflexos para o Brasil**. ECEME, Rio de Janeiro, 2002, p.11.

Como exemplos destes conflitos, citam-se: a Guerra do Pacífico, entre 1879 e 1884 (Chile, Bolívia e Peru); Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870 (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai); Guerra do Chaco, entre 1933 e 1935 (Bolívia e Paraguai); Guerra da Cisplatina, entre 1825 e 1828 (Brasil, Uruguai e Argentina); Guerra de Uribe e Rosas, entre 1851 e 1852 (Brasil, Argentina e Uruguai); e conflito Peru/Equador, em 1995, dentre outros.

Além disto, este contexto colonial resultou na ocorrência de áreas de fricção, que serão abordadas neste capítulo, com o intuito de se compreender o estágio em que se encontram. Ainda será vista a situação brasileira em relação às suas fronteiras definitivas.

3.1.1 As questões de fronteira envolvendo o Brasil

Com relação ao Brasil, as questões de fronteira³ foram resolvidas, em sua grande maioria, de forma pacífica. As desavenças ocorridas no século XIX, com o Uruguai e Argentina, decorrentes da Guerra da Cisplatina (1825-1828) e da Guerra com Rosas (1851), foram superadas. Da mesma forma, o conflito com o Uruguai, advindo da Guerra contra Aguirre, em 1864, não deixou margens para novas crises. A Guerra do Paraguai, desenvolvida entre 1864 e 1870, também não resultou em pendências de limites.

Quanto à questão do Acre, vivida no início do século XX, mais precisamente em 1903, com a Bolívia, foi resolvida de forma amigável, apesar do recrudescimento das negociações. Houve uma tratativa envolvendo permuta de territórios, indenização de 2 (dois) milhões de libra-ouro, além da construção da ferrovia Madeira-Mamoré. Após a aquiescência do Peru, em 1909, a questão não mais suscitou tensões.

Feito à base de compensações territoriais e pecuniárias, no acordo com do Acre não houve vencidos nem vencedores. As relações Bolívia – Brasil, após o tratado, até melhoraram. A questão, todavia, só foi encerrada após difíceis negociações com o Peru.⁴

³ Já abordadas no capítulo que trata da integração sul-americana.

⁴ CERVO, Luiz Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Externa Brasileira**. 3ª Edição. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2008, p. 193.

Outro ponto de celeumas foi a cidade de Letícia⁵, palco de tensões entre Peru e Colômbia. Em razão do Tratado de Salomón-Lozano, firmado, em 1922, por aqueles países, Letícia seria incorporado à Colômbia. Este fato preocupou o governo brasileiro, pois poderia abrir precedentes para reivindicações futuras da Colômbia, em relação à linha Apapóris-Tabatinga, já reconhecida pelo Peru como a divisa com o Brasil. Após entendimentos entre Peru e Colômbia, esta última firmou, em 15 de novembro de 1928, um tratado de limites com o Brasil, também reconhecendo o direito brasileiro sobre linha Apapóris-Tabatinga⁶.

No entanto, os peruanos de Loreto (região ao norte do Peru), em 1º de setembro de 1932, ocuparam Letícia, não recebendo apoio do governo de Lima, de imediato. No momento seguinte, o Peru, pressionado pela opinião pública, reviu sua posição, deteriorando suas relações com a Colômbia, que planejava restabelecer a ordem na cidade ocupada.

Na conferência diplomática, no Rio de Janeiro, em 1934, os contendores reconheceram o Tratado de Salomón-Lozano, sepultando qualquer disputa pela região da fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia.

O Brasil vivenciou uma situação complicada, desta vez, envolvendo o Paraguai. A discórdia era relacionada à Ilha de Itaipu - que até 1865 era paraguaia - e à falta de delimitação de uma parte da fronteira. O problema foi resolvido com a construção de uma usina binacional, apesar da oposição inicial da Argentina, que se sentia ameaçada pela grande represa resultante do empreendimento. A atuação do embaixador brasileiro em Assunção, futuro chanceler, Mario Gibson Barboza⁷ resolveu esta questão de forma pacífica:

[...] o Paraguai preparava-se para levantar um problema de limites, aguçado pela posse pelo Brasil da ilha de Itaipu (que até 1865 era paraguaia) e pela falta de demarcação definitiva de uma parte da fronteira [...] o Brasil não tinha interesse em entrar num conflito que seria desgastante para ambos os países e que poderia até mesmo eventualmente vir a ser dirimido, por arbitragem internacional, em favor do Paraguai. Por outro lado, o Brasil tinha um legítimo interesse em contribuir para o desenvolvimento paraguaio e permitir que o país escapasse da sufocante influência de outro vizinho. Assim, teria ocorrido ao [...] chanceler brasileiro Mario Gibson Barboza a

⁵ **Letícia** é uma cidade colombiana, capital do departamento de Amazonas (4,09 ° sul e 69,57 ° a oeste). Na margem esquerda do rio Amazonas, está localizado no ponto em que a Colômbia, Brasil e Peru se reúnem em uma área chamada "Três Fronteiras".

⁶ COSTA, Sérgio Correia (BRASIL, 1942, p. 37-39); BARROS, Jaime (BRASIL, 1943, p. 44-50).

⁷ BARBOSA, Mário Gibson. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1992.

idéia de “submergir o conflito”, com a inundação, para a formação do lago da represa, da zona objeto de contestação.⁸

Assim, pelo apresentado até aqui, constata-se que o Brasil solucionou de forma pacífica e satisfatória suas questões fronteiriças, envolvendo outras nações sul-americanas, não apresentando áreas de fricção com seus vizinhos.

3.1.2 A questão que envolve Colômbia e Venezuela

A área, disputada pela Colômbia e Venezuela, está localizada na península de Guajira (Golfo da Venezuela), sendo muito rica em petróleo, que ambos exploram. Quando a Grã - Colômbia⁹ foi desfeita em 1831, as indefinições dos limites entre os dois países geraram uma questão ainda não resolvida¹⁰.

Em 1893, a questão foi submetida à arbitragem do rei da Espanha, que concedeu, em laudo arbitral, a maior parte da área disputada à Colômbia. Os trabalhos de demarcação foram suspensos, em 1913, devido às controvérsias relacionadas à ocupação da região. Ainda hoje, a despeito da importância econômica da área, a controvérsia carece de uma solução definitiva.

Colômbia e Venezuela estão com sérias desavenças em relação a outras questões e este pode ser o ponto de partida para um conflito com grandes repercussões para todo o continente. O petróleo venezuelano tem um acentuado peso na balança comercial com os EUA e o Brasil e, certamente, causaria prejuízos imediatos a esses países.

O Presidente venezuelano reafirmou, em 15 de maio de 2008, as pretensões sobre Guajira, quando reagiu a possíveis instalações de bases americanas na região:

Se o governo da Colômbia se atreve a instalar uma base imperialista na Guajira, nós começaríamos a pensar então e a recordar que essa, toda essa Guajira, era venezuelana. Roubaram-nos a Guajira¹¹.

3.1.3 A questão que envolve Chile, Peru e Bolívia

⁸ DIAS, Márcio de Oliveira. Itaipu... e mais. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 23/08/ 2009. Disponível em: < <http://clubecetico.org/forum/index.php?topic=21290.0> >. Acesso em: 12/12/2009.

⁹ **Gran Colômbia** é um nome usado hoje para o Estado que, durante 1819 e 1831, abrangia os territórios da atual Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá. O seu território correspondia, mais ou menos, a competência originária do antigo vice-reinado de Nova Granada.

¹⁰ MAGALHÃES, Vicente Gonçalves de. BRASIL, 2002, Ibidem, p.22.

¹¹ Chávez adverte Colômbia sobre bases dos EUA na fronteira. **Agência Estado e Associated Press**, Caracas, Venezuela, 15/05/2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/internacional/not_int173245,0.htm>. Acesso em: 02/06/2009.

A Guerra do Pacífico, em 1879, envolveu o Chile, a Bolívia e o Peru, tendo como motivação as questões de limites herdadas do período colonial.

Os chilenos exploravam salitre e guano na região de Atacama, pertencente à Bolívia, e de Tarapacá, em território peruano. Os limites entre Chile e Bolívia foram acertados por um tratado, que também regulava a exploração comum de riquezas da região. O Peru, interessado direto nas disputas comerciais no Pacífico, rivalizando com o Chile, pactuou com a Bolívia um acordo secreto de “Aliança Ofensiva e Defensiva”¹².

A Bolívia, apoiada pelo Peru e descumprindo tratados anteriores com o Chile, aumentou as taxas sobre a exploração das jazidas de guano. Ameaçou, ainda, encampar as empresas chilenas que operavam em seu território¹³. Assim, o Chile ocupou a cidade boliviana de Antofagasta.

A Bolívia declarou guerra ao Chile, que, por sua vez, declarou guerra ao Peru. Após quatro anos de conflitos armados, o Chile sagrou-se vitorioso, anexando as províncias peruanas de Tarapacá, Arica¹⁴ e Tacna, enquanto que a Bolívia perdia Antofagasta, sua única saída para o mar, tornando-se, desde então, um país mediterrâneo.

Chile e Peru assinaram um acordo, em 1929. Além da devolução da província de Tacna, ficava acertado que não se poderia ceder território sem o consentimento do outro.

Quanto à Bolívia, a conquista de uma saída para o Pacífico é um objetivo nacional permanente. A permissão de uso da região de Arica pela Bolívia é uma das soluções negociadas com o Chile, esbarrando em dois pontos: o Peru intenta reaver sua antiga província, evocando o tratado de 1929, e a população chilena é cada vez maior naquela área. Além disto, o Chile não aceita ceder faixa territorial com soberania.

O governo da Bolívia convocou ontem o embaixador peruano em La Paz para pedir-lhe explicações sobre declarações do presidente do Peru, Alan García [...] em relação à reivindicação boliviana de uma saída soberana para o oceano Pacífico [...] As contendas entre Bolívia, Peru e Chile sobre fronteiras têm origem na Guerra do Pacífico (1879). Nos últimos anos, a Bolívia voltou a negociar com o Chile um possível acesso ao mar pelo norte chileno. A declaração de García [...] se refere a um tratado pós-guerra, pelo

¹² MAGALHÃES, 2002, *ibidem*, p. 14.

¹³ Compêndios de História do Curso Preparatório para o Concurso da ECME. Rio de Janeiro, 2007.

¹⁴ **Arica** é uma cidade portuária, situada no norte do Chile, a apenas 12 Km da fronteira com o Peru.

qual a transferência do território em questão depende de anuência do Peru, dono da área antes do conflito¹⁵.

Bolívia e Chile estavam, até 2009, com as relações diplomáticas cortadas. Persiste a busca por uma saída negociada para uma situação que gera tensões e dificulta o comércio e as relações no Pacífico. O jornal Financial Times também tratou da questão, em 15 de maio de 2005:

A Bolívia, sem acesso ao mar, lamenta a perda de sua costa no Oceano Pacífico desde a guerra com o Chile há 130 anos, e a questão continua fortemente contestada até hoje. Além de bloquear as relações diplomáticas entre os dois países, ela atrapalha o desenvolvimento dos mercados do Pacífico para o gás natural da Bolívia e sua riqueza mineral. O Peru e o Chile [...] ainda disputam as fronteiras marítimas. O Peru [...] está reivindicando um triângulo de 38 mil quilômetros quadrados de águas do Pacífico no Tribunal Internacional de Justiça, em Haia, deixando tensas as relações políticas com o Chile [...] "A Bolívia nunca renunciará o retorno soberano ao mar", disse o presidente Evo Morales¹⁶[...]

Esta questão também repercute nas relações do Chile com o Peru. Este aponta reivindicações em relação ao mar territorial chileno, conforme retrata o Jornal Estado de São Paulo, em 20 de março de 2009:

O Peru acionou ontem o Chile no Tribunal Internacional de Haia, reivindicando soberania sobre uma área de 95 mil quilômetros quadrados no Oceano Pacífico, na fronteira entre os dois países. O Peru perdeu a soberania dessa faixa no Pacífico e a região onde hoje estão as cidades chilenas de Arica e Iquique ao ser derrotado na Guerra do Pacífico (1879-1883). Para Santiago, os limites marítimos foram estabelecidos nos tratados de 1952 e 1954.¹⁷

A imprensa chilena assim manifestou-se sobre a piora das relações com o Peru¹⁸

Uma sucessão de desencontros mostra a complexidade e deteriorização das relações diplomáticas com o Peru [...] A partir da demanda de delimitação marítima a situação tem se agravado ainda mais, ao calor do nacionalismo grave no Peru [...] O Governo chileno está atuando com serena firmeza e visão de futuro, concitando o respaldo e a unidade dos mais diversos setores políticos. Contrasta este proceder com a agressividade, os insultos e as declarações destemperadas do governo e

¹⁵ Bolívia convoca embaixador do Peru após declaração de Garcia. **Jornal A Folha de São Paulo**, France Presse, São Paulo, 26/08/2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090320/not_imp341794,0.php>. Acesso em: 21/03/2010.

¹⁶ WEBBER, Jude e MAPSTONE, Naomi. Arquitetos propõem túnel para ligar a Bolívia ao mar. Financial Times, Buenos Aires e Lima, 15/03/2009. Tradução: George El Khouri Andolfato. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/fintimes/2009/05/15/ult579u2806.jhtm>> ____ Acesso em: 02/04/2010.

¹⁷ Países disputam faixa marítima na Justiça. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20/03/2009. http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090320/not_imp341794,0.php>. Acesso em: 04/04/2009.

¹⁸ *Tensiones con Peru*. **El Mercurio**. Santiago, Chile, 18/11/2009. Disponível em: <www.emol.com>. Acesso em: 14/12/09.

dos meios peruanos, que não ajudam o entendimento ou a superação das legítimas diferenças e indesejáveis desencontros. (tradução do autor)

Na mesma medida manifestou-se a mídia peruana¹⁹

Cada dia que passa vai ficando mais tensa a débil relação entre Peru e Chile [...] Assim, a presidente desse país, Michelle Bachelet, saiu ontem com a espada desembainhada a responder a seu par peruano Alan García, pois se sentiu ofendida porque o Mandatário deixou entrever que Chile é uma "republiqueta" que realiza "atos repulsivos" de espionagem [...] Em sessão reservada, os ministros entregaram ampla informação sobre o caso, e após várias horas de discussão, aprovaram uma declaração que repudia a espionagem chilena em território peruano, que será enviada aos países que integram UNASUL e OEA [...] (tradução do autor)

Conforme analisado, as questões de limite entre Peru, Chile e Bolívia carecem de uma solução definitiva, o que gera tensão na costa do Pacífico, dificultando a integração regional e elevando as desconfianças entre os membros do CDS.

3.1.4 A questão que envolve Paraguai e Bolívia

Paraguai e Bolívia, devido à imprecisão de limites das circunscrições coloniais espanholas, pleiteavam, na consolidação de seus limites, a mesma área: o Chaco Boreal²⁰. Frustrados tratados²¹ e negociações, sem resultados concretos, ambos foram ocupando esta região, de forma gradativa. Os incidentes, cada vez mais sérios, desencadearam a guerra, declarada em 1933.

Os países sul-americanos, com exceção da Argentina, que apoiou o Paraguai, permaneceram neutros. A Bolívia, apesar de contar com mais recursos, foi derrotada na campanha militar, encerrada em 1935.

Foi assinado um Tratado de Paz, Amizade e Limites²². As fronteiras atuais foram definidas por laudo arbitral. A Bolívia não se conforma com a perda de território. O Paraguai, apesar do ganho territorial, sente-se frustrado por não manter

¹⁹ *Bachelet se encrespa con Alán*. **Diário Correo**. Lima, Peru, 18/11/2009. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/Resenha/homepage.htm>>. Acesso em: 03/02/2010.

²⁰ **Chaco Boreal** é uma região de vegetações distintas, ocupando cerca de 259.000 km² no noroeste do Paraguai, sudeste da Bolívia e norte da Argentina. A região faz parte da árida e vasta planície conhecida como Gran Chaco.

²¹ SILVEIRA, Helder Gordim. **Brasil e Argentina: a questão do Chaco Boreal**. EDIPUCRS, Porto Alegre, 1997, p. 16. Os principais acordos e protocolos foram: Quijarro-Decoud (1878); Tamayo-Aceval (1887); Ichaco-Benitez (1894); Pinilla – Soller (1907); Ayala-Mujia (1913-1921); Gutierrez-Dias León (1927).

²² BANDEIRA, L. A. Moniz. **A Guerra do Chaco**. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol.41, Nr.1, Brasília, Jan./Jun de 1998, p. 12 – 34.

em seu poder a área que ocupava ao final da guerra e que, atualmente, corresponde a ricas jazidas petrolíferas bolivianas.

Apesar do aparente descontentamento de ambos os contendores, não se visualiza a possibilidade da questão ressurgir, principalmente, depois que foi assinado um tratado, em 2008, que ratifica as atuais fronteiras²³

Os presidentes da Bolívia, Evo Morales, e do Paraguai, Fernando Lugo, assinaram nesta segunda-feira, em Buenos Aires, um acordo que fixa os limites fronteiriços entre os dois países. A disputa pela rica região do Chaco já causou uma guerra que deixou mais de 100.000 mortos na década de 30. Morales e Lugo assinaram o memorando final elaborado pela Comissão Demarcadora de Limites de Bolívia e Paraguai, cuja missão foi concluída em 2007 [...] Lugo destacou que é preciso consolidar a paz regional para que "nunca mais os interesses externos" desequilibrem a América do Sul.

Assim, Paraguai e Bolívia, apesar dos percalços, não mais apresentam uma relação conflituosa nas suas questões de limites.

3.1.5 A questão que envolve Venezuela e Guiana

A região, que hoje corresponde ao Suriname e à Guiana, foi disputada por ingleses e holandeses nos séculos XVII e XVIII. Pelo acordo de 1814, a Holanda ficaria com o Suriname e a Inglaterra, com a Guiana²⁴. Esta área foi descoberta pelos espanhóis, que não a ocuparam. Entretanto, reclamaram sua posse, sob os argumentos de que os limites da capitania da Venezuela se estendiam até o Rio Essequibo.

A Venezuela, após sua independência, considerava-se herdeira das pretensões espanholas. A Inglaterra, em 1886, devido à descoberta de ouro na região, consolidou sua ocupação, sob protestos da nação sul-americana. Em 1899, um tribunal de arbitragem, composto por dois norte-americanos, dois ingleses e um russo, decidiu por unanimidade em favor da Inglaterra. A Venezuela não reconheceu o resultado, declarando-o nulo em 1962.

Com a independência da Guiana, em 1966, esta passou a parte interessada dos argumentos ingleses. A questão foi congelada pelos dois países, em 1970, por um período de doze anos. Findo este prazo, a Venezuela não concordou em

²³ Bolívia e Paraguai assinam acordo sobre fronteira. **Folha On line**, 28/04/2009..Reportagem da France Press, Buenos Aires. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u557203.shtml>>. Acesso em: 06/05/2009.

²⁴ Na época, as colônias de Berbice, Demarara e Essequibo.

prorrogá-lo, permanecendo inconformada com a situação. Guiana e Venezuela pediram, em 2006, a reativação de uma comissão da Organização das Nações Unidas (ONU) para solucionar a disputa de aproximadamente 160 mil quilômetros quadrados²⁵.

Vale destacar que a área em litígio representa 2/3 do território da Guiana. Este fato, aliado às riquezas minerais ali existentes, tornam difícil uma solução pacífica, não se podendo desconsiderar a hipótese do emprego da força por parte da Venezuela.²⁶

Em 1999, o Presidente Hugo Chaves aprovou o Artigo 10 da nova Constituição. Em linhas gerais, reproduzia o Artigo 7 da Constituição de 1961, ano em que se iniciou a formalização da reivindicação venezuelana como ação de Estado.

O território e demais espaços geográficos da República são os que correspondiam a Capitania Geral da Venezuela, antes da transformação política iniciada em 19 de abril de 1810, com as modificações resultantes dos tratados e laudos arbitrais não viciados de nulidade²⁷. (tradução do autor)

Ambos os países são membros da UNASUL, ocasionando uma preocupação sobre as intenções venezuelanas para a região, conforme afirma o Sr José Sarney, ex-presidente do Brasil

Para que a Venezuela está se armando? Esta é a pergunta que está na cabeça de cada um de nós e constitui um enigma que ninguém responde nem entende. Quando eu fui Presidente tentei fazer um acordo com a Guiana para termos um entreposto em Georgetown que nos daria acesso ao Caribe [...] Construiríamos uma estrada da fronteira até Georgetown. A Venezuela não permitiu, justamente questionando a soberania da Guiana nesse território. O Ministro Gibson Barbosa, em suas memórias, fala de uma proposta venezuelana ao Brasil para reabrirmos a questão e nos daria uma parte do território conquistado. O Brasil teria se recusado a tratar do assunto, em nome da paz no continente e a estabilidade de nossas fronteiras. Churchill, quando denunciou o rearmamento da Alemanha, foi acusado de ver fantasmas ao meio-dia. A Venezuela arma-se contra os Estados Unidos? Ninguém levaria a sério essa hipótese. Contra o Brasil, Argentina, Colômbia, Chile? Também não. Então, [...] “Contra quem?”²⁸.

²⁵Disponível em: <www.estadao.com.br/arquivo/mundo/2006/not20060401p44377.htm>. Acesso em:22/01/2009.

²⁶ MAGALHÃES, 2002, Ibidem, p.16.

²⁷ DA SILVA, Carlos Alberto Borges. **Região do rio Essequibo: atualidade de uma reivindicação territorial venezuelana**. Artigo, Universidade Estadual de Roraima, 2006, p.9.

²⁸ SARNEY, José. **A Questão de Essequibo**. Artigo Folha de São Paulo – Jornal do Brasil, de 16/11/2007.

3.1.6 A questão que envolve Guiana e Suriname

A Inglaterra e a Holanda estabeleceram o Rio Corantyne como limite entre a Guiana e o Suriname. Com a descoberta de um novo afluente, formador do Corantyne, originou-se uma pendência que persistiu após a independência das duas colônias. A área em litígio, conhecida como “Triângulo do New River”, é considerada rica em minerais e faz fronteira com o Brasil.

O Suriname instalou um posto militar na região, em 1966. A Guiana apoderou-se do mesmo em 1969, mantendo-o ocupado até hoje. Além disto, a definição da fronteira marítima entre os dois países, na foz do Rio Corantyne, se complica, pois trata-se de uma área rica em petróleo que a Guiana vem tentando explorar.

As Forças Armadas do Suriname, em junho de 2000, expulsaram uma empresa canadense²⁹ que estava se instalando em águas territoriais da região disputada, autorizada pelo governo da Guiana. Isto provocou um sério incidente diplomático.

Em 2001, a Guiana e Suriname firmaram acordo com o objetivo de explorar, conjuntamente, petróleo e gás na área disputada pelas duas nações. Em Setembro de 2007³⁰, foi proferida sentença arbitral do Tribunal Internacional do Direito do Mar (ITLOS) sobre a disputa de fronteira marítima entre o Suriname e a Guiana. A sentença foi favorável à Guiana, que obteve direitos sobre a maior parte da zona em litígio.

Atualmente, Suriname e Guiana fazem parte da UNASUL e do CDS. Um conflito entre eles comprometeria a estabilidade regional, significando a possibilidade de uma intervenção internacional. No entanto, a situação parece estar contornada com a exploração conjunta de petróleo e a sentença arbitral.

²⁹ Comunidade do Caribe quer mediar conflito territorial entre Guiana e Suriname. **Folha On Line**. Reportagem da France Press. Canouan – São Vicente, 03/07/2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u3184.shtml>>. Acesso em: 30/01/2009.

³⁰ Ministério das Relações Exteriores. **Suriname – Cronologia Histórica**. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2079>. Acesso em: 12/02/2011.

3.1.7 A questão envolvendo Argentina e Chile

A disputa pela posse de três ilhas inóspitas no Canal de Beagle³¹ quase levou Chile e Argentina a uma guerra. Após várias conversações e discordâncias entre as partes, a questão foi submetida à arbitragem da Inglaterra, que deu ao Chile a posse das ilhas, em 1977.

A Argentina não aceitou os termos do laudo, seguindo-se um período de fortes tensões e incidentes. Evitou-se um conflito armado de maiores proporções, graças à interferência de vários países, inclusive o Brasil.

Há exatamente 30 anos, pouco antes da meia-noite, a América do Sul estava à beira de ingressar no maior confronto bélico da região no século 20, o conflito do Canal de Beagle [...] tropas argentinas começavam a avançar em direção à fronteira com o Chile. Os chilenos preparavam-se para resistir e retaliar. O conflito prometia espalhar-se para o resto da região, envolvendo a Bolívia e o Peru, aliados informais da Argentina. Mas, no último minuto, quando - segundo fontes militares - diversas patrulhas de vanguarda da Argentina já haviam entrado em território chileno, chegou a inesperada ordem de Buenos Aires: "Abortar a invasão!"³²

A intermediação do Papa, em 1984, aceita por ambos os países, resultou na assinatura da Declaração de Paz e Amizade. A posse das ilhas ficava com o Chile, mas limitava a extensão de seu domínio no Atlântico, pois concedia à Argentina, a soberania sobre o mar territorial a partir das 12 milhas.

Essa solução foi aprovada pelos congressos dos dois países e por plebiscito na Argentina. Apesar da importância geopolítica, estratégica e econômica da região, a questão não parece inspirar preocupações:

Hoje, 30 anos depois, nada resta do conflito. As ilhas ficaram para o Chile, mas a Argentina teve o controle da área marítima. Os dois países realizam exercícios militares conjuntos. A integração comercial bate recordes. A presidente Michelle Bachelet, do Chile, e a argentina, Cristina Kirchner, assistirão hoje a missas em seus respectivos países pelos 30 anos da bem-sucedida intervenção papal³³. (tradução do autor)

O Jornal O Clarin também reforça em seu editorial a evolução positiva desta questão e sua importância para a integração regional:

³¹ O **Canal de Beagle** é um estreito separando as ilhas do arquipélago da Terra do Fogo, no extremo sul da América do Sul. Sua porção oriental é parte da fronteira entre Chile e Argentina, mas a parte ocidental pertence ao Chile. O Canal de Beagle é de cerca de 240 km de comprimento e tem cerca de 5 km de largura em seu ponto mais estreito.

³² PALÁCIOS Ariel. Crise de Beagle, entre Argentina e Chile, completa 30 anos. Estadão.com.br. Buenos Aires, 22/12/2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20081222/not_imp297491.0.php>. Acesso em: 15/02/2009.

³³ Idem.

[...] A três décadas da mediação do Vaticano no conflito por Beagle e um quarto de século depois do acordo de paz argentino-chileno, cabe recordar que as democracias não podem atuar como fizeram os regimes ditatoriais no passado, promovendo escaladas de conflito sem retorno, e que os governos estão obrigados a encontrar soluções pelo caminho do diálogo, da cooperação e da integração. A evocação do acordo de paz entre Argentina e Chile permite valorar os avanços históricos, mas também os problemas e conflitos que persistem na região³⁴. (tradução do autor)

3.1.8 A questão envolvendo Peru e Equador

A América do Sul assistiu, no final do século passado, um conflito armado envolvendo o Peru e o Equador, na região do Cenepa³⁵. A origem da disputa data da época da independência do Peru. Este entrou em guerra com a Grã-Colômbia, em 1828, pela posse de parte dos territórios da então presidência de Quitos, atual Equador (independente em 1830).

Após a Ata de Lima, de 1936, que definia as fronteiras entre as duas nações, novos incidentes acabaram levando o Peru a invadir o Equador, em 1941, quando os peruanos ocuparam uma área maior que a definida pelo acordo de Lima. Em 1942, foi assinado o Protocolo do Rio de Janeiro³⁶, que definia os limites, aproximadamente, na mesma linha de 1936. O Equador perdia a ligação direta com o Brasil.

Em 1948, o Equador suspendeu a demarcação dos limites, baseado nos levantamentos aerofotogramétricos que apontavam a existência de um rio não citado no protocolo: o rio Cenepa. Em 1965, o Equador denunciou o Protocolo do Rio de Janeiro. A partir daí, os incidentes foram se sucedendo até que, em 1995, o Equador atacou uma base peruana, no vale do Cenepa, dando início a trinta dias de combates.

Imediatamente, os países garantes do protocolo de 1942 propuseram a mediação e obtiveram a assinatura da Declaração de Montevideu, que consolidou o cessar-fogo e permitiu o desdobramento de observadores militares da OEA na área,

³⁴ Editorial: *Veinticinco años de paz com o Chile*. **CLARIN.COM**. Buenos Aires, 30/11/2009. Disponível em: < <http://edant.clarin.com/diario/2009/11/30/opinion/o-02051586.htm>>. Acesso em: 11/12/2009.

³⁵ A maioria dos combates da guerra foi centrado em torno do controle de vários postos localizados nas cabeceiras do Rio Cenepa, região serrana coberto com densa selva amazônica, dentro de 78 km do território onde o processo de demarcação entre o Equador e o Peru permaneceu estagnado desde 1948.

³⁶ Imediatamente, o Brasil, o Chile, a Argentina e os EUA, chamados países garantes, intervieram pondo fim ao conflito.

valendo destacar a atuação da Missão de Observadores Militares Equador - Peru (MOMEPE)³⁷.

As relações entre Peru e Equador, atualmente, são estreitas e promissoras, enquanto as desconfianças parecem ter cessado. Isto evidencia que este conflito parece ter sido superado.

[...] "Equador e Peru vivem o melhor momento da sua história bilateral, construímos a paz com fatos", disse Correa à *Reuters* após a reunião com o colega peruano, na qual os dois também analisaram o cumprimento dos compromissos do Acordo de Paz de Brasília (1998), que resolveu um histórico conflito fronteiriço entre os dois países. "A história e Deus colocaram o Equador e o Peru, eu e você, na posição ideal para dar o primeiro passo neste caminho e não há nada que nos possa dividir", respondeu García a Correa segundo a *EFE*. [...] o intercâmbio bilateral aumentou cinco vezes e hoje chega a US\$ 2,5 bilhões anuais [...] os balneários peruanos na zona de fronteira recebem anualmente 127.000 equatorianos e cerca de 150.000 peruanos viajam como turistas ao Equador por ano³⁸.

3.2 NOVAS DIVERGÊNCIAS SURGIDAS NO ÂMBITO DA AMÉRICA DO SUL

A América do Sul tem assistido, hodiernamente, o surgimento de novos focos de tensão entre seus países. Alguns nascidos de disputas econômicas, outros da extrapolação de problemas internos e migratórios. Estes novos fatos e atos podem gerar situações delicadas que, certamente, influirão no sucesso do CDS, quer seja como instrumento para a solução destas controvérsias, quer seja como motivação para o retardo da cooperação e aproximação regional.

A Argentina e o Uruguai, desde 2002, enfrentam uma questão delicada em relação à implementação de uma indústria de papel e celulose na região fronteiriça. A construção da fábrica, há anos, causa atritos entre os dois países, gerando protestos e bloqueios rodoviários de ambientalistas argentinos. A Argentina processou o Uruguai na Corte Internacional de Justiça em Haia (CIJ) pela suposta violação do Tratado do Rio Uruguai de 1975. O tribunal decidiu contra um pedido

³⁷ Composta por militares de Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos. A Missão caracterizou-se como uma iniciativa regional, sem a participação da ONU, que tradicionalmente arremonta as forças multinacionais de paz, ou da OEA.

³⁸ BONILLA, Omar. García e Correa estreitam laços entre Peru e Equador. Info Sur Hoy. Quito Equador, 26/10/2009. Disponível em: <<http://www.infosurhoy.com/po/article/11642/>>. Acesso em: 03/07/2010.

argentino de suspensão preventiva da construção da fábrica, mas o julgamento continua³⁹.

Apesar dos países envolvidos, em nenhum momento, terem suscitado a solução da controvérsia por meio das armas, o fato não deixa de criar instabilidade para a relação entre Argentina e Uruguai, o que pode vir a comprometer a integração regional, conforme afirma MAGALHÃES

Enquanto se aguarda a liberação do parecer do Tribunal do MERCOSUL, o desenrolar da crise das papelarias continua a suscitar dúvidas sobre o futuro da integração sul-americana [...] incidentes como a controvérsia entre Argentina e Uruguai, que não se enquadram nem em uma concepção minimalista de pertencimento regional, vêm demonstrar a necessidade de se alcançar um mínimo de coordenação institucional entre os países⁴⁰.

Outra questão que gerou desconforto nas relações entre membros da UNASUL, foi o descumprimento de contratos e acordos, principalmente em relação ao Brasil. Recentemente, o Paraguai, por intermédio do Presidente Fernando Lugo, pleiteou uma revisão do tratado da usina binacional de Itaipu, gerando atritos com o Brasil. O jornal Folha de São Paulo⁴¹ trata do assunto:

O governo de Lugo questiona o preço que o Brasil paga pela energia paraguaia, da qual Brasília tem prioridade de compra. O presidente paraguaio quer esgotar os meios bilaterais, mas deu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o prazo de um ano para um acordo. "Se neste tempo não tivermos resposta [...]", afirmou o presidente paraguaio, sem completar a frase. "[...] Falta alcançar o preço justo e a livre disponibilidade da energia".

A cessão rende, atualmente, US\$ 120 milhões ao Paraguai, por mês. Em royalties, o Ministério da Fazenda paraguaio já recebeu US\$ 3,3 bilhões. Como a usina é binacional, o tratado estabeleceu o dólar como moeda oficial da usina, o que tem trazido prejuízo ao vizinho brasileiro, em função da desvalorização desta moeda.

O então Presidente Lula cedeu, em julho de 2009, à pressão paraguaia, aceitando triplicar o valor pago pela cessão da energia e doar uma linha de

³⁹ Crise Uruguai – Argentina por fábrica de papel, chega aos EUA. **O Globo-G1**. Montevideu - Uruguai, 08/11/2006. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,AA1343008-9356,00.html>. Acesso em: 05/02/2009.

⁴⁰ MAGALHÃES, Bruno. O Papel do MERCOSUL: a crise das papelarias e o processo de integração regional sul-americano. Revista Observador, Vol.1, Nr 6, Agosto/2006, p.22. Observatório Político Sul-Americano. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ-UCAM).

⁴¹ Paraguai pode elevar para US\$ 1,8 bi preço da energia de Itaipu para o Brasil. **A Folha On Line**. São Paulo, 14/03/2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/dinheiro/ult91u534011.shtml>>. Acesso em: 22/01/2010.

transmissão de US\$ 450 milhões. No entanto, o governo brasileiro não tem se mostrado muito receptivo a liberar o mercado livre para a venda da energia paraguaia excedente de Itaipu⁴², até o momento em que esta tese foi concluída.

A questão do Tratado de Itaipu, apesar de referir-se, a princípio, ao campo econômico, cresce de importância, pois envolve um ponto polêmico entre duas nações que já guerrearam no passado. Isto pode vir a criar entraves para a UNASUL, principal alicerce da integração regional, cuja pedra fundamental foi o MERCOSUL.

A história da Guerra do Paraguai mostra essa sensibilidade, e a própria construção da usina de Itaipu, que custou algumas dezenas de bilhões de dólares, verdadeiro elefante branco na época, ajudou a evitar disputas de fronteira [...] A área de mais de 1.300 hectares, que não foi inundada pelo reservatório da usina, ainda é causa de divergência e pertence à binacional, onde foi instalado um refúgio biológico. No ano passado, entretanto, o governo paraguaio cedeu parte dessas terras, que foram ocupadas pelo fazendeiro Roberto Quevedo Wyder, e o Exército brasileiro foi acionado. Hoje, a causa está sendo discutida judicialmente⁴³.

Brasil e Paraguai ainda enfrentam problemas com relação aos brasileiros que residem na nação guarani e são proprietários de largas faixas de terras no lado paraguaio da fronteira, gerando tensões. O país vizinho, menos desenvolvido, atrai contingentes populacionais em busca de propriedades mais baratas. Assim, a parte oriental do Paraguai se tornou palco de um intenso fluxo migratório brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, a ponto de se estabelecer na região um verdadeiro espaço brasileiro⁴⁴.

A situação dos brasileiros, conhecidos como “brasiguaios”, é complicada devido às invasões das fazendas brasileiras em solo paraguaio. Têm sido constantes os protestos de parte da população paraguaia pela forma com que grandes extensões de terra foram cedidas ou arrendadas a colonos brasileiros. Há queixa dos camponeses paraguaios contra os cultivos mecanizados, como o da soja, que causariam impactos negativos ao meio ambiente. Este fato vem gerando movimentos sociais contrários ao *status quo* vigente, de acordo com FIGUEREDO e MIGUEL:

⁴² GOULART, Josette. Pressão dos Paraguaio continua. Valor On Line, 30/11/2009. Foz do Iguaçu. Disponível em: < http://www.defesanet.com.br/br/fi_44.htm>. Acesso em: 13/03/2010.

⁴³ GOULART, Josette. Segurança da Hidrelétrica vai ficar em evidência. Valor On Line, 30/11/2009. Foz do Iguaçu.

⁴⁴ COSTA, Jessica Ausier da. **As relações bilaterais Brasil-Paraguai e a problemática dos “brasiguaios”**. Revista Habitus. IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 60-75, jul. 2009. Semestral.

As organizações camponesas apresentam reações cada vez fortes e tomaram como bandeira de luta “a defesa do território tradicionalmente rural”. As formas contestatórias à modernização da agricultura criam um ambiente hostil com várias frentes de enfrentamentos entre polícias, camponeses e produtores. Uma organização denominada Mesa Coordenadora Nacional de Organizações Camponesas (MCNOC), mediante o grupo Frente Nacional de Luta pela Vida e Soberania, estimulam ações que tenham como objetivos “conquistar a terra para construir a reforma agrária e defender a cultura, a soberania e o território contra a expulsão das comunidades camponesas e indígenas pelo modelo agroexportador”⁴⁵.

O Jornal francês “Le Monde” alertava para o recrudescimento deste problema:

Os brasiguaios correm o risco de protagonizar um conflito entre Brasil e Paraguai, afirma uma reportagem publicada nesta terça-feira no jornal francês “Le Monde” [...] O “Le Monde” afirma que cerca de 300 mil brasiguaios vivem hoje na fronteira comum entre os dois países, 80% deles dedicados à lavoura da soja. “Nas zonas rurais a situação é explosiva. As ocupações das plantações pertencentes aos fazendeiros brasileiros são freqüentes, culminando em intervenções policiais violentas”, diz o diário francês. “Em dez anos, 77 camponeses foram mortos. Centenas estão atrás das grades, acusados de terrorismo”⁴⁶.

O Jornal do Brasil, de 25 de março de 2009, chama a atenção para a questão, destacando a mobilização existente, no Paraguai, contra esta migração de brasileiros e seu reflexo negativo para estes agricultores⁴⁷.

A tensão, envolvendo cerca de 500 mil brasileiros que vivem no Paraguai, vem sendo negociada pelos dois governos. Houve reciprocidade à chamada lei da anistia a estrangeiros, decretada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Um acordo ratificado pelos países do MERCOSUL estabelece a preservação de direitos e a fixação de deveres para os estrangeiros que moram em território paraguaio⁴⁸.

O Brasil também vive situação parecida em relação à Bolívia. Desde 2006, o governo de Evo Morales anunciou a saída dos brasileiros de uma zona de 50 quilômetros contígua a fronteira com Brasil, baseando suas ações na Constituição da Bolívia⁴⁹. O Brasil estima que 5 mil pessoas vivam na região, na maior parte,

⁴⁵ FIGUEREDO, O. A. T. e MIGUEL, L. A. **A modernização da agricultura e os Brasiguaios no Paraguai**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2006, Fortaleza. XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER, 2006. V. 1. p. 1-15.

⁴⁶ Brasiguaios podem gerar conflito entre Brasil e Paraguai, diz “Le Monde”. **Folha on Line**, São Paulo, 30/11/2008. Disponível em: <[www.administradores.com.br/noticias/brasiguaios podem gerar conflito entre brasil e paraguay_d iz_le_monde/17597](http://www.administradores.com.br/noticias/brasiguaios_podem gerar conflito entre brasil e paraguay_d iz_le_monde/17597)>. Acesso em 30/09/2009.

⁴⁷ Camponeses contra Brasiguaios. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 25 de Março de 2009.

⁴⁸ GIRALDI, Renata. **Paraguai ratifica acordo para garantir direitos a brasiguaios**. Agência Brasil, 07/10/2009. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/10/07/materia.2009-10-07.0418153986/view>>. Acesso em: 23/01/2011.

⁴⁹ Comissão de Relações Exteriores. **Ameaça de expulsão de brasileiros na Bolívia**. Jornal do Senado, 22/09/2009.

famílias de pequenos agricultores. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) recebeu do governo do então presidente Lula R\$ 20 milhões como contribuição para assentar os brasileiros que desejam ocupar outra área na Bolívia, não abrangida pela restrição constitucional.

A situação vem sendo tratada de forma coordenada pelos dois países, por meio de legalização de bolivianos ilegais no Brasil e outras medidas de aproximação.

[...] o presidente Luiz Inácio Lula da Silva⁵⁰ cobrou ontem do colega boliviano uma solução a respeito da situação dos brasileiros que vivem de maneira ilegal na fronteira da Bolívia com o Acre [...] "Estou seguro, companheiro Evo, de que a regularização dos brasileiros na Bolívia, sobretudo aqueles concentrados na faixa de fronteira no Pando e em Beni, também serão tratados com carinho pelo governo boliviano", disse Lula. Em seu discurso, Lula lembrou que, desde 2005, a situação de mais de 50 mil bolivianos que estavam ilegais no País foi regularizada. "[...].

A Bolívia envolveu-se em outra questão polêmica com o Brasil, relativa à nacionalização de refinarias da Petrobras. A partir de 2006, a Bolívia nacionalizou dezenas de companhias estrangeiras, entre elas duas refinarias da empresa brasileira, utilizando tropas bolivianas. Em 1º de maio de 2008, um decreto presidencial determinou que as empresas que operavam no setor de petróleo e gás natural no país teriam que se adequar às novas regras do setor de hidrocarbonetos na Bolívia, entre elas a tomada do controle das reservas e a entrega da produção das petrolíferas à estatal YPFB (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*).

No dia 1º, os soldados ocuparam também as refinarias e instalações petrolíferas das empresas estrangeiras no país, incluindo as da Petrobras. No Departamento (Estado) de Santa Cruz, na região central do país, onde ficam as sedes das empresas petrolíferas, cerca de 60 soldados e policiais vigiaram os escritórios da Petrobras e de outras empresas que atuavam no país [...] A medida adotada por Morales causou mal-estar entre Brasil e Bolívia. O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, chegou a afirmar, logo após a nacionalização, que a empresa não iria mais investir na Bolívia⁵¹.

Ainda no campo econômico, o Equador, recentemente, protagonizou outra situação delicada com o Brasil, resultando na convocação imediata do Embaixador brasileiro em Quito para que retornasse ao Brasil. A polêmica girou em torno da negativa equatoriana em pagar empréstimo feito pelo Brasil para que se financiasse

⁵⁰ DUALIBI, Julia. **Lula cobra de Evo solução para brasileiros ilegais**. Jornal Estado de São Paulo, 23/08/2009. Vila Tunari, Bolívia.

⁵¹ ALBUQUERQUE, Vinícius. Governo da Bolívia retira militares dos campos petrolíferos. Folha On Line. 29/05/2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u108110.shtml>>. Acesso em: 02/01/2009.

a construção de uma hidrelétrica pela empresa Odebrecht, conforme retrata o Jornal O Globo de 08/04/2009:

O governo equatoriano planeja processar a construtora brasileira Odebrecht e pedir indenização de US\$210 milhões, sob acusação de que a empresa cometeu erros na construção da usina hidrelétrica San Francisco [...] A construtora foi expulsa do país em outubro por causa das supostas irregularidades. Logo depois, o presidente equatoriano, Rafael Correa, estremeceu ainda mais as relações diplomáticas com o Brasil, ao anunciar publicamente - sem antes comunicar ao Itamaraty - que questionaria em corte arbitral uma dívida de US\$243 milhões junto ao BNDES ⁵².

Estes episódios tem servido de preocupações quanto ao incremento da integração regional e a construção de um cenário de estabilidade econômica e respeito a contratos. Este quadro tem motivado questionamentos a despeito da priorização brasileira da integração regional, conforme afirmou o presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Rubens Barbosa⁵³

O precedente da tímida reação por parte de Brasília à violência no episódio da nacionalização das refinarias da Petrobras na Bolívia serviu de estímulo ao Equador, à Argentina e agora ao Paraguai, que, sem a menor cerimônia, se sente no direito de questionar um tratado firmado em 1973. Os formuladores de nossa política externa aceitam como natural e consideram legítimo que todos esses países tomem medidas na defesa de seus interesses, mas mostram-se relutantes na hora de tomar decisões para defender nosso interesse nacional arranhado e contrariado.

As questões aqui levantadas, vale salientar, não chegaram a gerar uma situação que não fosse contornada de forma política e diplomática, o que vem sendo norma no subcontinente. O tom pacifista, tradicional do Brasil, não tem permitido que entraves desta natureza redundem em conflito armado.

No entanto, para uma região que busca ser vista, aos olhos do mundo desenvolvido, como um subcontinente estável e confiável para a atração de investimentos, estes tipos de comportamentos não repercutem bem, fazendo lembrar os episódios, do século XIX, que redundaram na Guerra do Pacífico.

Outra questão polêmica no subcontinente refere-se às constantes discordâncias tarifárias entre Brasil e Argentina⁵⁴ nas questões comerciais,

⁵² Equador vai a justiça contra Odebrecht por supostas irregularidades em usina. **Jornal O Globo**. Quito/Rio de Janeiro, 09/04/2009.

⁵³ BARBOSA, Rubens. Itaipu, Canal do Panamá do Brasil? **Jornal O Globo**, 12/05/2009.

⁵⁴ GUIMARÃES, Thiago. Argentina adota novas medidas protecionistas. *Folha On Line*, 06/03/2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u530301.shtml>>. Acesso em: 07/01/2010.

envolvendo, principalmente, taxas protecionistas relacionadas às listas de exceções da TEC (Tarifa Externa Comum). MARZAGÃO⁵⁵ explica esta lista:

A TEC não é aplicada à todas as importações do Brasil. Nas discussões que deram origem a TEC, em 1994, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai não lograram consenso quanto ao nível tarifário de uma série de produtos. Para acomodar esta situação foram criados mecanismos que permitissem aos países membros aplicarem alíquotas diferentes para determinados bens. O mais conhecido destes mecanismos é a lista de exceções a TEC.

Não só as divergências econômicas tem gerado tensões na América do Sul. A crise entre Equador e Colômbia, envolvendo a Venezuela, foi resultado de uma intervenção Colombiana em território equatoriano para combater as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). O governo de Uribe vinha acusando os outros dois governos de apoiarem as ações da narcoguerrilha. Esta polêmica já foi enfrentada pelo CDS em sua primeira reunião.

Nessa primeira reunião do Conselho de Defesa da Unasul, prevalece a desconfiança [...] o ministro da Defesa colombiano, Juan Manuel Santos, voltou a defender ações de "legítima defesa" contra a guerrilha das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) além das fronteiras do país [...] Em fevereiro de 2008, um bombardeio colombiano em território equatoriano matou o número dois das Farc, Raul Reyes. Quito rompeu relações com Bogotá e, desde então, os vizinhos tentam ajudar ambos os governos a liquidar o assunto. A rixa entre os dois países está na origem da própria criação do Conselho de Defesa⁵⁶.

3.3 INSTABILIDADES POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL NA AMÉRICA DO SUL

A América do Sul, apesar dos avanços obtidos, principalmente, em função da democratização do subcontinente, apresenta alguns fatores peculiares que afetam a implementação de órgãos de integração regional, como é o caso do CDS.

Recentemente, a mídia em geral, conforme aponta o *Correio Braziliense*⁵⁷, aponta a ascensão, na América do Sul, de governos populistas e demagogos, com discursos antiamericanos, redundando em possíveis repercussões negativas para o Brasil e a integração regional.

⁵⁵ MARZAGÃO, Thiago Veiga. **Lobby e protecionismo no Brasil (2001-2005)**: uma análise econométrica à luz da teoria da proteção endógena. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília, 2007, p.44.

⁵⁶ SERQUEIRA, Cláudio Dantas. Transparência militar tensiona Conselho. Folha de Santiago do Chile, 10/03/2009. Disponível em: <<http://noticiasmilitares.blogspot.com/2009/03/transparencia-militar-tensiona-conselho.html>>. Acesso em: 12/05/2009.

⁵⁷ Integrar para não entregar. *Correio Braziliense*. Brasília, 13/03/2009. Disponível em: <http://www.blogdoalon.com.br/2009_03_01_archive.html>. Acesso em: 27/12/2010.

Uma América do Sul não hostil aos Estados Unidos, pacífica e livre de armas de destruição em massa é condição “sine qua non” para mantermos e ampliarmos a liderança regional. Então, nem que seja por puro pragmatismo, dada a dimensão relativa dos envolvidos, ou nós cuidamos da área ou se criará um cenário propício à intervenção externa. Em outras palavras, o exercício de nossa soberania depende também de como seremos capazes de exercer a nossa influência sobre os vizinhos, de modo construtivo e agregador. Se não o fizermos com competência, alguém o fará por nós.

Conforme já abordado, algumas iniciativas de outros governos populista tem tirado a credibilidade da integração regional, como a desapropriação de empresas estrangeiras na Bolívia pelo Sr Evo Morales e a moratória em relação à dívida com empresa brasileira no Equador, defendida pelo Sr Rafael Correa. RIOS E IGLESIAS⁵⁸ analisam esta questão com propriedade e afirmam, que apesar destas dificuldades, a região Andina apresenta oportunidades comerciais valiosas.

Sobre as atuais lideranças regionais, de forma diferente, ALI⁵⁹, apresenta Hugo Chaves, Evo Morales e Rafael Corrêa como o “Eixo da Esperança”. Defende suas políticas regionais e seu antiamericanismo como uma saudável proposta de nova ordem global.

Também no campo político, desde as guerras de independência, assiste-se a sucessivos golpes de estado e tomadas ilegítimas do poder no subcontinente⁶⁰. Vale lembrar a tentativa de golpe militar, em 2001, para deposição do Presidente Hugo Chaves, na Venezuela, e os constantes choques entre a oposição e os “chavistas”.

Recentemente, na Bolívia⁶¹, ocorreu o recrudescimento de uma ação separatista da Região da Meia Lua, com a tentativa de emancipação e maior autonomia de quatro Estados da região mais desenvolvida economicamente daquele país.

Também no Equador, em setembro de 2010, foi decretado o estado de exceção devido à grave crise envolvendo as forças policiais. O presidente do país, Rafael Correa, denunciou tentativa de golpe "por aqueles que não conseguem

⁵⁸ RIOS, Sandra Polônia e IGLESIAS, Roberto Magno. **Investimentos brasileiros na América do Sul: perspectivas dos países andinos**. Relatório Final. Contrato de prestação de serviços firmado entre a *Swiss Agency for Development and Cooperation* –SDC e a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – Funcex. Rio de Janeiro, julho de 2008.

⁵⁹ ALI, Tarik. **Piratas do Caribe**. Editora Record, São Paulo/SP, 2008, p. 7 -23.

⁶⁰ MARTINS, Anna Carolina M. G. **Instabilidade política na América do Sul**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Instituto de Ciências Sociais, 2009, p. 3.

⁶¹ ROBSPIERRE, Marina. **Milícias separatistas na Bolívia**. Cenários – Conjuntura Internacional. PUC/Minas, 2008, p. 3.

chegar ao poder pelas urnas. Os países que fazem parte da UNASUL se reuniram, em 30/09/2010, para discutir a crise no Equador⁶². A reunião aconteceu em Buenos Aires, na Argentina, com a delegação do Itamaraty chefiada pelo então secretário-geral das Relações Exteriores, Antonio Patriota.

No campo econômico, a região convive, com exceção do Brasil, Argentina e Chile, com economias pouco desenvolvidas e extremamente dependentes de produtos primários. Há pouco desenvolvimento tecnológico e científico, gerando grande dependência das nações desenvolvidas, que encontram condições propícias ao incremento de suas influências.

De acordo com GUIMARÃES⁶³, a situação sul-americana apresenta características semelhantes de instabilidade política, de tensão social crescente e de recessão econômica no centro do sistema, destacando a preocupação que se deve ter com este quadro. Afirma que:

[...] a transformação de sistemas democráticos formais em democracias efetivas, em que a população excluída participe cada vez mais dos processos políticos de escolha de candidatos, do controle de eleitos e da formulação e execução de políticas públicas que promovam a desconcentração de poder, em benefício da maioria.

Abordando a maneira como este quadro de instabilidade política, econômica e social interfere na integração regional, nas diversas expressões do poder, se manifesta CABRAL⁶⁴:

No entanto, não se devem ignorar as dificuldades de se elaborar uma agenda única a respeito da Segurança hemisférica devido as disparidades entre as economias sul-americanas, à fragilidade econômica (que leva a um modesto inventário para suas Forças Armadas - e, conseqüentemente, uma redução prática de seu poder dissuasório [...])

Vale, no entanto, salientar o que foi redigido pela Revista PADECEME⁶⁵ quando aponta progressos na estabilidade política regional, atentando para o fato de

⁶² UOL Notícias. **Unasul decide fazer reunião de emergência para discutir crise no Equador**. São Paulo, 30/09/2010. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/internacional/2010/09/30/unasul-decide-fazer-reuniao-de-emergencia-para-discutir-crise-no-equador.jhtm>>. Acesso em: 01/03/2011.

⁶³ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Uma estratégia militar para o Brasil**. Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil. Ministério da Defesa. Secretaria de Estudos e de Cooperação. Brasília, 2004, p. 43.

⁶⁴ CABRAL, Ricardo Pereira. **O fim da guerra fria e as perspectivas geopolíticas e geoestratégicas para o Brasil frente à crise da segurança hemisférica (1991-2001)**. ESG, Rio de Janeiro, 2009, p. 3.

⁶⁵ Centro de Estudos Estratégicos da ECEME. **Integração da América do Sul**. PADECEME Nr 17, 1º Quadrimestre/2008, Coleção Meira Mattos, p.99.

que, a partir de 1980, houve uma redemocratização no subcontinente. Assim, visões geopolíticas nativas foram substituídas por um olhar cooperativo entre lideranças que buscavam consolidar e legitimar seus poderes internamente.

O Jornal Estado de São Paulo⁶⁶ publicou uma matéria que evidencia resquícios de instabilidade no subcontinente, desta feita referindo-se às FARC. Dizia a matéria:

Há um ano, uma base das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), foi atacada em território do Equador pela Força Aérea da Colômbia. Foram empregados Super Tucanos armados com bombas dirigidas, disparadas a 20 quilômetros de distância dos alvos, enquanto os A-29B estavam no espaço aéreo colombiano. Na operação morreu Raul Reyes [...] O presidente Rafael Correa considerou o ato uma invasão.

Além das FARC, outros grupos guerrilheiros têm ganhado força na América do Sul. No Peru, o grupo terrorista Sendero Luminoso, após passar anos de inexpressiva atuação, ressurgiu como narcoguerrilha, levando a instabilidade política e social no país andino.

[...] Ollanta Humala, provável candidato à presidência nas eleições de 2011, acusou o governo de "não ter vontade política" para combater o narcotráfico no Vale dos rios Apurímac e Ene, área que concentra boa parte das plantações ilegais de coca, usada como matéria-prima para a fabricação da cocaína. [...] O Vale dos rios Apurímac e Ene também é conhecido por ser uma região de influência de organizações criminosas e da guerrilha Sendero Luminoso. "Estamos vendo como o Peru se transformou no segundo produtor de cocaína [no mundo] e pode ser o primeiro", superando a Colômbia [...]⁶⁷

Também no Paraguai, a atuação do grupo guerrilheiro EPP (Exército Povo Paraguai) tem trazido conturbação e instabilidade à região, conforme nos relata a BBC:

Quase quinhentos militares e policiais paraguaios conduzem uma das maiores operações de segurança da história desse país sul-americano, com a intenção de desarticular um grupo guerrilheiro acusado de levar a cabo sequestros extorsivos. Helicópteros, camionetes e embarcações de patrulha aquática participam da operação⁶⁸.

⁶⁶ GODOY, Roberto. **O Equador receberá Super Tucanos da Embraer**. O Estado de São Paulo, 24/03/2009. Disponível em: <http://www.anpr.org.br/portal/index.php?option=com_newsclipping&Itemid=142&task=integra&dia=24&mes=3&ano=2009>. Acesso em: 24/09/2009.

⁶⁷ ANSA. **Para líder opositor, Peru está se transformando em 'narcoestado'**. Lima, 21/08/2009. Disponível em: <<http://www.paraibanews.com/2009/08/20/para-lider-opositor-peru-esta-se-transformando-em-um-narcoestado/>>. Acesso em: 20/01/2010.

⁶⁸ SMINK, Veronica. BBC Mundo Cone Sul, 26/01/2010. *Paraguay: masivo operativo contrainsurgente*. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/mundo/america_latina/2010/01/100125_2323_operativo_insurgentes_paraguay_epp_irm.shtml>. Acesso em: 13/03/2011.

Fatos como este acabam por comprometer a integração sul-americana, na medida em que se convergem as energias nacionais na solução destes graves problemas, ao invés de se olhar para o vizinho e para as possibilidades de aproximação e fortalecimento da AS. Segundo RABELO⁶⁹, Mao Tse Tung já havia pregado, na Teoria dos Círculos Concêntricos, que, antes de projetar poder, a nação terá que resolver seus problemas internos e fortalecer-se.

Mas não só de retrocessos vive a região. Em diversos países como o Brasil, Uruguai, Colômbia, Argentina e Chile a democracia tem se consolidado e trazido consigo a estabilidade necessária ao incremento da confiança mútua e arrefecimento das tensões. Recentemente, o Brasil e a Colômbia demonstraram a concretude de suas instituições, rechaçando a reeleição indefinida de presidentes, e não se deixando seduzir por circunstâncias tentadoras.

3.4 A POLÍTICA EXTERNA E DE DEFESA DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS

A existência de convergências e similaridades na política externa e de defesa das nações sul-americanas constitui uma condicionante de peso para o sucesso do CDS. Não se pode falar em representatividade global da UNASUL sem que haja um consenso mínimo sobre questões de interesse comum de seus membros, cuja repercussão internacional seja relevante. Como o CDS se propõe a incrementar a cooperação no campo da defesa, a similaridade das políticas de defesa pode facilitar a consecução de resultados mais expressivos.

3.4.1 A política externa das nações sul-americanas

De acordo com COURIEL⁷⁰, apesar do esforço recente das nações do subcontinente em buscarem alinhamento de suas posições em órgãos e fóruns internacionais, a exemplo do G-20 (fruto da iniciativa brasileira) e nas negociações da Rodada de Doha, persistem ações de repercussão negativa e sentido divergente.

Vale lembrar o exemplo da postura contrária do governo argentino ao pleito brasileiro de assumir assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

⁶⁹ Palestra proferida, na ECEME, pelo Deputado Federal Aldo Rabelo, em 08/07/2010.

⁷⁰ OURIEL, 1996, *Ibidem*, p.14-16.

Segundo analistas ouvidos pela BBC Brasil, a proposta defendida pelo Brasil e por seus aliados esbarra em disputas regionais.

De acordo com CAMARGO⁷¹, o MERCOSUL ainda estaria longe de adensar o poder negociador brasileiro fora do contexto regional. Segundo o autor, o MERCOSUL subordinaria, cada vez mais, a política externa brasileira, facilitando a execução dos interesses norte-americanos na região, já que o Departamento de Comércio disporia de aliados para pressionar Brasília, em razão dos tratados bilaterais.

Afirma Camargo que a Argentina adotou uma política externa de virtual alinhamento com os EUA. O ex-presidente Carlos Menem teria dito que seu país teria relações “quase carnis com os americanos”. Em 2001, a Argentina chegou ao ponto de, na última reunião do Grupo do Rio, realizada em Cochabamba, na Bolívia, no início de setembro, ter sido o único país disposto a não assinar uma nota de repúdio ao fato dos EUA quererem normatizar o comércio internacional a partir de legislação nacional.

Segundo SHNEIDER⁷², durante a década de oitenta, a Argentina teria adotado a Teoria do Realismo Periférico, subordinando suas políticas aos interesses da Grande Potencia Regional, os EUA.

A posição de RABELLO⁷³ é de que a oposição Argentina da inclusão brasileira no Conselho de Segurança da ONU, aliada a sua tentativa de filiar-se a OTAN, tem criado dificuldades para a integração militar sul-americana.

Deve-se abordar o enfraquecimento da Comunidade Andina de Nações (CAN), com a saída do Chile, que privilegiou a Associação de Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico (APEC), e do afastamento da Venezuela, após divergências com a Colômbia.

O Bloco Bolivariano, idealizado e patrocinado por Hugo Chaves, ameaça, indiretamente, que alguns países tergiversem o discurso de alinhamento da

⁷¹ CAMARGO, Gustavo Corrêa de. **O MERCOSUL sem confeitos – implicações para o Brasil**. Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas. Revista Premissas, caderno 14, Dez/1996, p.98.

⁷² SCHNEIDER, Edson Rodrigues. **MERCOSUL: um estudo geopolítico e seus reflexos para o estabelecimento de um sistema de defesa integrado**. 2003. 78 f, 30 cm. Trabalho de Conclusão de Curso da ECEME. Rio de Janeiro, 2003, p. 47.

⁷³RABELLO, Miguel Angelo Campagnac. **Segurança cooperativa e integração militar no Mercosul: viabilidade de uma força multinacional permanente**. 2006. 117 f, 30 cm. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – ECEME. Rio de Janeiro, 2006, p. 114.

UNASUL, comprometendo a unidade e coesão do bloco, além de angariar antipatias e desconfianças de países europeus e dos EUA.

No passado recente, durante a Guerra do Iraque (1990 – 1991), a Argentina enviou um contingente de 500 militares ao Iraque⁷⁴, destoando dos demais países da AS. Já na guerra do Iraque, em 2001, nenhum país do subcontinente apoiou o conflito ou enviou tropas.

Apesar dos desencontros existentes, recentemente, a região assistiu posturas alvissareiras de convergência de posições das nações sul-americanas em relação a assuntos de relevância internacional. Exemplo claro disto foi a posição uniforme de apoio das nações do subcontinente em relação ao direito argentino às Malvinas, tanto no âmbito da UNASUL, quanto de outros organismos multilaterais que incluem a América Latina e o Caribe.

Ainda servem de sinal positivo o debate e o alinhamento do Brasil com a Argentina, Chile, Peru, Venezuela, Bolívia na questão de Honduras. Na verdade, a Colômbia e o Peru não convergiram na direção da maioria. No entanto, só o fato da UNASUL ter servido para este debate, sinaliza uma direção de maior integração.

Outros temas ocuparam a reunião dos 10 presidentes da Unasul — os mandatários do Peru, Alan García, e da Colômbia, Álvaro Uribe, não compareceram. [...] A Argentina conseguiu mais uma vez o apoio do bloco a sua reivindicação de soberania sobre as ilhas Malvinas, contra o Reino Unido. Quanto a Honduras, os presidentes não chegaram a consenso sobre o reconhecimento do presidente Porfírio Lobo. Lula liderou a oposição à legitimação de Lobo, argumentando que ele venceu uma eleição organizada por um governo golpista. Os chanceleres do Peru, José Antonio García Belaúnde, e da Colômbia, Jaime Bermúdez, defenderam o reconhecimento⁷⁵.

Com relação à problemática do programa nuclear iraniano e do respeito aos direitos humanos naquele país, não houve maior consenso. Até mesmo no âmbito do MERCOSUL, a posição brasileira foi diferente da uruguaia e da argentina, no quesito humanitário.

Afirmou que “também valorizamos o fato de que muitos países, incluindo Argentina e Uruguai, votaram a favor da resolução canadense que critica o

⁷⁴Disponível em: http://translate.google.com.br/translate?hl=ptBR&langpair=en%7Cpt&u=http://en.wikipedia.org/wiki/Gulf_War>. Acesso em: 17/07/2010.

⁷⁵ Kirchner é eleito para dirigir bloco. **Correio Braziliense**, Brasília, 05/05/2010. Disponível em: <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia182/2010/05/05/mundo,i=190568/KIRCHNER+E+EL+EITO+PARA+DIRIGIR+BLOCO.shtml>>. Acesso em: 12/12/2010.

Iran em matéria de direitos humanos, no que o Brasil também se absteve⁷⁶. (tradução do autor)

3.4.2 O modelo das Políticas de Defesa

A intenção norte-americana de procurar modificar o papel constitucional das Forças Armadas dos países sul-americanos ficou clara para diversos pensadores da geopolítica brasileira. Esta preocupação foi levantada por AMORIM⁷⁷ ao afirmar que:

[...] um dos temas mais controversos é o da redefinição, como querem os EUA, da missão das FFAA nacionais. Curiosamente, não há um documento ou proposta que os EUA tenham formalmente apresentado a OEA sobre a revisão do sistema interamericano de segurança. Há, sim, posições sobre assuntos específicos (Colômbia, Venezuela, Tríplice Fronteira) [...]

Não se pode olvidar da pesquisa sobre as políticas de defesa dos membros do CDS, procurando similaridades e discrepâncias. Sobre o tema vale destacar o artigo “Análise Comparativa das Políticas de Defesa dos Países Sul-Americanos”, do Centro de Estudos Estratégicos da ECEME, muito bem abordado por SHNEIDER⁷⁸.

Quanto à atualidade política e constitucional, destaca SHNEIDER que estão atualizadas com a nova panorâmica internacional, baseadas em suas constituições e buscam a transparência internacional. Em relação às estruturas dos sistemas de defesa, afirma que descrevem a estrutura e sistemas, descrevendo sua organização, subordinações e abrangências, estando em plano subalterno em relação às Políticas externas.

No que tange aos objetivos, tratam de forma abrangente, apresentando em comum a defesa da soberania, integração nacional, autodeterminação, preservação da identidade histórica, projeção internacional, manutenção da paz e obtenção do bem-comum. Não trata de soberania compartilhada ou combate aos ilícitos transnacionais e fronteiriços, o que dificultaria uma maior integração no subcontinente. No entanto, Brasil, Argentina e Chile mencionam uma predisposição da integração nos sistema de defesa do subcontinente, ao exortarem a cooperação nesta área.

⁷⁶ OPPENHEIMER, André. *Se acabo La luna de miel*. EL País, Montevideu, 12/12/2009. Disponível em: <<http://ns.diarioelpais.com/091212/predit-459591/editorial/se-acabo-la-luna-de-miel>>. Acesso em: 22/06/2010.

⁷⁷ Celso L. N. AMORIM. **O Brasil e os novos conceitos globais e hemisféricos de segurança**. Reflexões sobre Defesa e Segurança: uma estratégia para o Brasil. Ministério da Defesa, Brasil, 2004, p.147.

⁷⁸ SHNEIDER, 2003, Ibidem, p. 52.

Sobre diretrizes estratégicas, definem sua política estratégica como dissuasivo-defensivas, frente às ameaças tradicionais e emergentes. A atuação em Forças Combinadas, no âmbito do MERCOSUL, em missões da ONU, visando à projeção internacional, é uma política comum. Da mesma forma que o alinhamento incondicional com os EUA nas questões de defesa é uma página virada no Cone Sul, embora se mantenha uma postura amistosa em relação ao mesmo.

Quanto ao alinhamento da Política de Defesa com a Política Externa, alguns pontos são consensuais: pregam a aplicação harmônica, sem desgastes excessivos, aduzindo o respeito aos tratados e direito internacionais.

Por fim, SHNEIDER trata da Segurança interna, concluindo haver grandes semelhanças, principalmente, no que tange ao respeito aos preceitos e limites constitucionais, ao emprego apenas emergencial e da necessidade de melhor definição das condições de emprego.

Vale ainda citar a análise feita pelo *Comparative Atlas of Defence in Latin America /2008 Edition*⁷⁹, que aponta, comparativamente, as semelhanças e diferenças entre as políticas de defesa no subcontinente. Neste estudo, percebe-se que, apesar de não serem idênticas estas políticas são bem semelhantes em seus propósitos e estratégias.

3.5 O POSICIONAMENTO BRASILEIRO EM RELAÇÃO À VENEZUELA

Hugo Chávez, no seu propósito declarado de atacar os Estados Unidos – sem deixar, porém, de vender o seu petróleo para eles – e assumir uma posição de liderança na América do Sul, não cessa de propor medidas que atinjam os dois propósitos [...] A presença dos EUA na Organização (OEA) não agrada Chávez que, em lugar de propor uma ação mais coordenada na OEA pelos países sul-americanos e caribenhos, propõe a criação de uma nova organização, sem a presença norte-americana: a Associação das Nações da América Latina. Possivelmente porque a sigla – ANAL – poderia dar lugar a críticas, o nome foi mudado para a UNASUL⁸⁰ ..

O Brasil, idealizador do CDS, iniciativa que inclui apenas membros do subcontinente, tem, segundo diversas análises, que se precaver de posições radicais, especialmente em relação aos EUA, nação com poderio militar, político e econômico sem precedentes no atual contexto global. Essa condicionante é de

⁷⁹ Red de Seguridad ydefensa na America Latina – RESDAL. **Um ATLAS comparativo para defesa na América Latina**. Buenos Aires/Argentina, 2008.

⁸⁰ CORRÊA, M. Pio. “**Maus conselhos**”, O Globo, 30/05/2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/Owner/AppData/Local/Microsoft/Windows/Temporary%20Internet%20Files/Low/Content.IE5/3CA3SVC2/2008-30-05%5B1%5D.htm>>. Acesso em: 23/05/2009.

grande relevância quando se trata da efetividade do CDS, pois interfere na unidade dos países membros e pode configurar o aparecimento de um óbice com força de antagonismo⁸¹, do tipo “pressão dominante” ou “pressão”.

Neste sentido, preocupa a radicalização da política externa da Venezuela, que, de forma reiterada, se posiciona contrária aos EUA⁸². Recentemente, apoiou publicamente nações rotuladas pelos EUA como o “Eixo do Mal⁸³”. Assim, o CDS correria o risco de contaminar-se com estes alinhamentos pouco convencionais para uma América do Sul tida como pacífica e sintonizada com a comunidade internacional.

Além disto, a retórica de Hugo Chaves, em relação à Colômbia e sua aliança com os EUA, têm servido de empecilho para um maior incremento na integração na área de defesa. Este fato tem gerado desconfiças na região e travado algumas pautas do CDS. No mês de março de 2009, foi realizada, no Chile, com a presença dos Ministros da Defesa dos países membros, a primeira reunião do CDS.

O Jornal A Folha de São Paulo, de 10/03/09, informou que o impasse sobre a divulgação de dados marcou a primeira reunião do Conselho. Segundo diversos jornais que cobriram a reunião do Chile, como O Globo, Jornal do Brasil e A Folha de São Paulo, a retórica antiamericana ameaça dividir o CDS. Assim se posicionou CATANHÊDE⁸⁴:

Enquanto Lula defendia com Obama uma maior aproximação dos EUA com os países da região, os “hermanos” agiam em sentido exatamente oposto. Na Bolívia [...] num país em que o presidente vive de impropérios contra os EUA e expulsando diplomatas norte-americanos. Na Venezuela, Hugo Chávez [...] se comporta como se estivesse em guerra, ou à beira de uma guerra. Ocupou militarmente os principais portos do país, em regiões comandadas pela oposição, e já assumiu o controle da polícia metropolitana de Caracas, de hospitais, escolas e uma TV. Ou seja: Obama

⁸¹ Segundo o **Manual C 124-1**, Estratégia, 4ª Edição, 2004, do Estado - Maior do Exército, p. 2-2, óbices são obstáculos de toda ordem que dificultam ou impedem a conquista e a manutenção dos objetivos nacionais. São classificados como antagonismos, quando manifestam atitude deliberadamente contestatória. Este antagonismo, quando encerra capacidade real de “impedir” ou “dificultar” a conquista do objetivo nacional, denominam-se, respectivamente “Pressão dominante” ou “pressão”.

⁸² Em entrevista realizada, em maio de 2009, o Almirante Armando Amorim F VIDIGAL (**In Memoriam**) destacou a que o Brasil deve se preocupar com o discurso e atitudes contrárias aos EUA, por parte de Hugo Chávez. O Almirante temia por uma contaminação ideológica do CDS e UNASUL, além de represálias por parte da nação hegemônica.

⁸³ O termo “eixo do mal” foi usado pela primeira vez pelo presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, em seu discurso anual sobre o estado da União, proferido diante do Congresso norte-americano em 29 de janeiro de 2002. Segundo Bush, os três países que constituem o “eixo do mal” - Coreia do Norte, Irã e Iraque - possuem armas de destruição em massa e patrocinam o terrorismo regional e mundial.

⁸⁴ CATANHÊDE, Eliana. **Puxada de tapete**. Folha de São Paulo, 17/03/2010. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=538971>>. Acesso em 29/05/2010.

quer abrir; Chávez e Morales, fechar. Assim fica difícil para Lula se arvorar em líder regional no bom momento da troca de Bush para Obama e de republicanos para democratas. [...] Obama privilegiou os vizinhos [...] abriu a Casa Branca para prestigiar o principal aliado em três continentes. Pela ordem: os primeiros-ministros Taro Aso (Japão), pela Ásia, e Gordon Brown (Reino Unido), pela Europa, e Lula, pela América Latina. [...] Chávez e Morales, porém, não estão avalizando a posição de Lula na região nem dando um voto de confiança para Obama [...]

A própria ALBA (Aliança Bolivariana), em certo ponto, não se coaduna com os objetivos do CDS, ameaçando, em parte, a sinergia para o seu sucesso e tentando alavancar uma pretensa liderança do presidente Hugo Chávez no Subcontinente. Outros interesses e propósitos do líder venezuelano são apontados por VIDIGAL⁸⁵:

O jornalista independente Graça Salgueiro lembra que, em dezembro de 2004, o “**marxista germano-mexicano Heinz Dieterich**” escreveu um artigo intitulado “A doutrina militar e o Bloco Regional de Poder Militar”, onde fez uma análise da situação das Forças Armadas na América Latina e Caribe, apontando Cuba como um paradigma militar para o futuro Bloco Regional de Poder Militar Latino-Americano (BRPM) que, sob a liderança de Chávez “saberá encontrar a fórmula para que a vanguarda e o bloco do centro [formado por Lula, Kirchner e Tabaré Vasquez] se encontrem em uma nova dinâmica de libertação, digna dos próceres da Pátria Grande”⁸⁶.

Prossegue VIDIGAL em seu alerta, desta vez, fazendo uma analogia direta ao CDS:

Em outubro de 2006, em Sucre (Bolívia), teve lugar [...] o encontro organizado por Dieterich e patrocinado por Evo Morales, estabelecia quatro elementos para garantir o “avanço do processo revolucionário regional”. O quarto desses elementos diz: “Organização de um plano militar de caráter defensivo, integrado regionalmente, para enfrentar a eventual agressão e intervenção militar direta do imperialismo e que deverá estar baseado na concepção da ‘guerra de todo o povo’. Esse organismo seria denominado Bloco Regional de Poder Militar (BRPM)” No artigo intitulado “Brasil, Argentina e Venezuela constituem um Bloco Regional de Poder Militar”, escrito em 28 de fevereiro de 2008, Dieterich não esconde seu entusiasmo pelo fato de Lula ter decidido encabeçar a formação do BRPM, afirmando – quando ainda não se falava abertamente na criação do Conselho – que o “Conselho Sul-Americano de Defesa será o órgão dirigente do BRPM”.⁸⁷

Também PASSARINHO⁸⁸ mostrou-se preocupado com a Aliança Bolivariana, explicando suas origens e desconfianças históricas com o Brasil. Além disto, salientou aspectos perigosos da cooptação de outras nações, como Equador e Bolívia, incluindo aí políticas ideológicas e econômicas do chamado “Socialismo do

⁸⁵ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. O Brasil na América Do Sul – Uma Análise Político-Estratégica. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/analise-politico-estrategico/32187/>>. Acesso em: 21/09/2009.

⁸⁶ SALGUEIRO, Graça. **Conselho Sul-Americano de Defesa: a serviço de quem?** Jornal Inconfidência (Minas Gerais), maio de 2008.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ PASSARINHO, Jarbas. A integração latino-americana. Jornal do Brasil On Line, 17/03/2009. Disponível em: <http://politiconomico.blogspot.com/2009_03_01_archive.html>. Acesso em: 21/09/2009.

Século XXI”, de Hugo Chávez. PASSARINHO alerta para a atração da Rússia para o subcontinente, inclusive com manobras militares e rearmamento⁸⁹.

Com a Venezuela de Hugo Chávez, do socialismo do século 21, temos com que nos preocupar [...] Dele, do libertador (Bolívar), é preciso levar na devida consideração as cartas restritivas ao Brasil, que escreveu em 1825 [...] Revelam a suspeita que ele tinha do Brasil, atribuindo ao nosso imperador compromisso com a Santa Aliança [...] Bolívar concluiu que a monarquia brasileira certamente se oporia a ele, libertador de colônias hispânicas e republicano [...] Adotou o lema bolivariano. Com o preço do petróleo a mais de US\$ 140 o barril, entrou em campanha de aproximação, ou cooptação, da Bolívia e do Equador. Sua obsessão antiamericana fê-lo atrair aliados que, no mundo, partilham da mesma ojeriza aos Estados Unidos. Estreitou laços com o Irã. Da Rússia, comprou volumoso material bélico, buscando tornar suas Forças Armadas as mais bem equipadas neste subcontinente. Para quê? (Rússia) acaba de obter da Venezuela bases aéreas na Ilha La Orchila.

As atitudes antidemocráticas da Venezuela, já tratadas neste trabalho, também geram, na análise de alguns pensadores, um perigo de contaminação do MERCOSUL⁹⁰, da UNASUL e, conseqüentemente, do CDS. Vale aqui ressaltar a cláusula democrática que, conforme analisado anteriormente, foi de grande relevância na estabilização da América do Sul.

As ameaças constantes de Hugo Chávez à Colômbia e seu acordo com os EUA, tem gerado desconfianças e um clima de incertezas quanto ao futuro da UNASUL, e, por analogia, ao CDS.

O governo da Colômbia se declarou "decepcionado" pelo "silêncio" da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) perante as recentes declarações do presidente venezuelano, Hugo Chávez, consideradas "agressivas" por Bogotá⁹¹.(tradução do autor)

Em sentido contrário, posicionou-se Samuel Pinheiro Guimarães, ex-número 2 (dois) do Itamaraty, atual ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, contestando as críticas ao autoritarismo de Hugo Chávez e destacando a importância da Venezuela para o Brasil e AS.

A Venezuela é muito importante para nós, um país muito rico, não só em petróleo. A soberania é parte do povo. Se o povo decide... [...]. O presidente Chávez concorreu em mais de 10 eleições, todas consideradas legítimas e

⁸⁹ *Chávez anunció llegada de "miles de cohetes" rusos*. El Nacional. Caracas/Venezuela, 08/12/2009. Disponível em: <http://www.el-nacional.com/www/site/p_contenido.php>. Acesso em: 03/03/2010.

⁹⁰ Em relação à possível inclusão da Venezuela como sócio pleno do MERCOSUL.

⁹¹ SALAZAR, Hernando. **Colômbia decepcionada com UNASUR**. BBC Mundo, Bogotá/Colômbia, 08/11/2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/mundo/america_latina/2009/11/091118_1706_colombia_unasur_pea.sht>. Acesso em: 12/02/2010.

com acompanhamento de organizações internacionais. [...] Vocês conhecem algum jornalista que esteja preso na Venezuela? Se houvesse, estaria denunciado nos jornais. Houve uma emissora de TV cuja concessão não foi renovada. Talvez esteja aí o foco da preocupação em outros países. As TVs são concessões públicas, não é propriedade privada. É necessário que os veículos de comunicação sejam imparciais para que a liberdade de imprensa seja efetiva⁹².

ALI⁹³ defende as ações de Chávez, não vislumbrando no líder sul-americano qualquer ameaça à integração regional. Ao contrário, advoga que o líder venezuelano combate um modelo de imperialismo norte-americano, de forma democrática e do interesse das demais nações do subcontinente, sendo Chávez, vítima de uma unanimidade orquestrada da imprensa mundial, controlada em sua maior parte pelos EUA.

A dicotomia amigo/inimigo, crente/herético, promovida pela Casa Branca, domina a cobertura da grande imprensa. [...] Líderes comparáveis a Chávez ou Morales ainda não emergiram, com uma visão capaz de transcender as divisões nacionais ou comunais, com um sentido de unidade continental e – mais importante ainda- uma estratégia socioeconômica igualitária e redistributiva.

Muito se discutiu quanto à adesão da Venezuela ao MERCOSUL, tema que pode ajudar a visualizar a problemática do tema em relação ao CDS. RICÚPERO⁹⁴ apontou algumas razões que justificariam precauções quanto a uma maior aproximação brasileira da Venezuela. Esta análise pode ser relacionada ao receio de uma crescente influência de Chávez na condução da agenda do CDS.

Os líderes refundadores possuem, em vez disso, o temperamento do papel que escolheram interpretar: de mobilizadores agressivos, de uma retórica beligerante, símbolos da contradição e da divisão, interna e externamente. Anti-imperialistas, antiamericanos, antiocidentais, às vezes antieuropeus, nacionalistas, não se sentem restringidos pelo princípio da não-ingêrência quando se trata de emitir opiniões ou adotar ações a favor de grupos similares, mesmo que de caráter guerrilheiro, em nações vizinhas. A criação por esses líderes da chamada Alternativa Bolivariana de Nações (Alba) é simplesmente a expressão lógica da sua vocação para dividir. [...] nos últimos meses, as relações conflitantes entre Colômbia, de um lado, e Venezuela e Equador, de outro, com incidentes que por pouco não chegaram a um confronto armado; [...] a nacionalização pela Venezuela de empresas com investidores argentinos; [...] À falta de convergência nos valores, fins e meios entre os países, melhor é renunciar à integração

⁹² Entrevista concedida por Samuel Pinheiro Guimarães, ao Jornal Zero Hora, em 22/11/2009. **O Brasil não pede licença**. Porto alegre/RS. Disponível em: < <http://www.sae.gov.br/site/?p=2116>>. Acesso em: 21/03/2010.

⁹³ ALI, Tarik. **Piratas do Caribe**. Editora Record, São Paulo/SP, 2008, p. 18 – 49.

⁹⁴ RICÚPERO, Rubens. **Como entender nossos rotos heróis**. Estado de São Paulo, Caderno “Aliás Domingo”, 02/08/09. Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/suplementos,como-entender-nossos-rotosherois,412832,0.htm>. Acesso em: 09/05/2010.

ambiciosa, porém inatingível, e nos contentar com uma integração viável, apesar de modesta.

Há, entretanto, que se falar da importância econômica da Venezuela para o Brasil, diferenciando-se políticas de governo de políticas de estado. Mesmo que se apontem, de forma objetiva, questões potencialmente perigosas em relação ao trato com Hugo Chávez, além das consequências deste líder usar o CDS como palanque para seus discursos ideológicos, não se pode olvidar de uma questão pragmática: o Brasil é superavitário na ordem de 4,6 bilhões de dólares nas transações com este vizinho andino. Assim se expressou o presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil e Venezuela, COSTA⁹⁵:

No período de janeiro a julho de 2009, o comércio com a Venezuela representou 9,9% do saldo comercial brasileiro. As importações da Venezuela são de extrema importância para a economia brasileira, porque possibilitam a diminuição de nossa dependência comercial com os Estados Unidos. A Venezuela representa hoje o maior superávit comercial do Brasil, com U\$\$ 4,6 bi.

CATANHÊDE⁹⁶ também salienta ser inevitável tratar a Venezuela como parceiro regional, apesar dos riscos que isto representa. Afirma, inclusive, que a própria envergadura econômica de uma associação com a Venezuela evitaria uma represália por parte dos EUA.

A entrada da Venezuela no MERCOSUL é uma questão econômica e pragmática, não política e ideológica. E, isso, do ponto de vista externo e interno. [...] o país de Chávez é o quinto produtor de petróleo do mundo. Onde jorra petróleo, jorra dinheiro. A votação, que se arrasta há anos no Congresso brasileiro e atravança a decisão também do Paraguai, não deveria ser sobre a entrada ou não de Chávez no MERCOSUL, mas, sim, sobre a entrada da Venezuela. O ônus político que o presidente pode trazer para o bloco pode ser fartamente compensado pelo bônus econômico que o país trará. [...] Resultado: com Chávez ou sem Chávez, mas com a Venezuela, o MERCOSUL terá 80% do PIB, 72% da área e 70% da população da América do Sul. Alguns países ricos, principalmente os EUA, podem até fazer muxoxo, mas é improvável que um bloco com esse tamanho seja simplesmente desprezado por antipatias ou idiosincrasias [...] Só que o MERCOSUL está virando uma arena.

A teoria dos Complexos de Segurança regionais de BUZZAN e WAERER⁹⁷, em sua análise geopolítica da América do Sul, com fulcro em uma possível estrutura

⁹⁵ COSTA, Dark. Venezuela: **Brasil busca ocupar lacuna da Colômbia**. Terra Magazine, 31/08/2009. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,O13948719-E16580,00-Venezuela+Brasil+busca+ocupar+lacuna+da+Colombia.html>>. Acesso em: 12/01/2010.

⁹⁶ CATANHÊDE, Eliana. **Que vengan los Toros**. Folha de São Paulo. Brasília, 30/10/2009. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaoinde30102009.htm> >. Acesso em 12/01/2010.

⁹⁷ BUZZAN, Barry'; WAEVER, Ole. **Regions and Power; the structure of international security**. New York: Cambridge University Press, 2003, 564p.

de defesa coletiva, divide o complexo de segurança sul-americano em dois subcomplexos: o Cone Sul – composto por Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai e Bolívia - e o Norte Andino – com Peru, Venezuela, Guiana, Colômbia e Equador.

No cone Sul, o processo integracionista é mais destacado, enquanto que no Norte Andino, é menor a dinâmica das relações devido ao fato de ser composto por potências fracas (sem poder de projeção), com forte influência brasileira, em especial na Amazônia. Na visão de BUZZAN e WAERER, o OTCA surge como oportunidade do Brasil aumentar o intercâmbio com o Norte Andino, visando uma maior integração da defesa regional.

Pelo que foi dito, aduz-se que, também estrategicamente, a Venezuela configura como importante nação para que a UNASUL e o CDS realmente integrem a região andina ao cone sul, em especial, na área de defesa. Vale uma interpretação extensiva do que GUERREIRO⁹⁸ afirmou em relação às possibilidades advindas da inclusão da Venezuela no MERCOSUL, buscando abarcar o CDS e a UNASUL.

O ingresso da Venezuela como membro permanente do MERCOSUL poderá vir a redesenhar ambos os subcomplexos, e devido à capacidade de investimento desse país no continente, fruto da privilegiada condição de membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), tem potencial para criar um novo eixo de sustentação da integração sul-americana, em torno das maiores economias regionais – Brasil, Argentina e Venezuela – o que promoveria a definitiva inclusão da região norte do continente no processo.

Aproveitando-se as estruturas regionais já existentes, seria um primeiro passo integrar o MERCOSUL ao Pacto Andino, realizando o sonho de todos, de terem acesso comercial aos mercados do Atlântico e do Pacífico⁹⁹. GUERREIRO¹⁰⁰ aponta o OTCA, que inclui a Venezuela, como um organismo que cria boas condições para a criação de um sistema coletivo com alguma possibilidade de êxito, desde que ficassem restritas às áreas de inteligência, logística e de coordenação dos esforços individuais.

⁹⁸ GUERREIRO, Antonio Carlos Soares. **Integração Militar Regional na América do Sul: A viabilidade de um sistema regional de segurança coletiva**. Revista Marítima Brasileira, V. 129, Janeiro/ Março de 2009, p 52.

⁹⁹ A Nota 614 – Acordo MERCOSUL/CAN, de 16/12/2003, do ministério de Relações Exteriores, corrobora com este raciocínio. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2003/12/16/acordo-mercosul-can> >. Acesso em: 23/01/2010.

¹⁰⁰ GUERREIRO, 2009, Ibidem, p. 61.

4 O CDS E O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO

Com a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, o Brasil e os demais países membros definiram a América do Sul como espaço geopolítico para o incremento da cooperação regional e formação de um bloco com maior importância e representatividade global.

Este capítulo irá desenvolver um encadeamento de idéias sobre a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e seus objetivos, apresentando uma análise de sua congruência com o pensamento geopolítico brasileiro. Diversos intelectuais, que pensaram o futuro do Brasil e sua relação com a América do Sul, serão estudados, dentre os quais: Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro, Armando Amorim Ferreira Vidigal, Celso Amorim e Celso Láfer.

Destacam-se como principais documentos a serem consultados: a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a Política de Defesa Nacional (2005), a Estratégia Nacional de Defesa (Decreto Presidencial 6.703/2008), o Tratado Constitutivo da UNASUL (2008) e O Tratado Constitutivo do CDS (2008).

Procurar-se-á, neste contexto, verificar se o Conselho de Defesa Sul-Americano representa uma política coerente com o pensamento geopolítico nacional e se seus objetivos estão alinhados com a política externa brasileira e o arcabouço jurídico vigente que a rege. Partir-se-á para a avaliação de sua estrutura, propósitos, enfrentando algumas questões como sua amplitude e definição do espaço de interesse do Brasil.

Precedendo estes tópicos, será explicitada a aplicação da teoria realista para a análise do CDS, justificando esta escolha à luz da doutrina e do atual contexto sul-americano e mundial.

4.1 A TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (RI) E O CDS

De acordo com FERNANDES¹, as relações internacionais podem ser definidas como “o conjunto de relações entre entidades políticas, entre entidades políticas e privadas sujeitas a outras entidades políticas e entre entidades privadas

¹ FERNANDES, Antônio José. **Relações Internacionais - Factos, Teorias e Organizações**. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1991, p. 20.

sujeitas a entidades políticas diferentes”.

Ainda FERNANDES, aponta um esquema interessante sobre as relações entre estados e organismos internacionais, que muito nos interessa no estudo do CDS. O esquema abaixo sintetiza este entendimento, onde o CDS parece se enquadrar nas relações pacíficas de cooperação militar, mais precisamente na integração, constituindo-se uma organização supranacional.

Relações pacíficas	- de reciprocidade	-consulares e diplomáticas
	-de cooperação	- política e econômica - militar - social e humanitária - científica, cultural e técnica
	- de integração	-uma organização supranacional
Relações conflituosas	-	- desacordos (econômicos e políticos) - litígios (diplomáticos) - guerras (militares)

Figura 1: Relações pacíficas e conflituosas.

Fonte: FERNANDES (1991, p.22). (Grifo meu).

Ainda FERNANDES² afirma que as relações de cooperação não implicam para os Estados a perda de qualquer parcela das suas prerrogativas soberanas externas, na medida em que têm competência para decidir se aceitam ou não contribuir ou participar nos processos e nas tarefas de cooperação promovidas pelas organizações internacionais. De modo contrário, nas relações de integração os membros perdem as prerrogativas soberanas externas ou pelo menos há limitação do exercício destas prerrogativas nos setores abrangidos pelo processo de integração em que estão inseridos.

O CDS parece se enquadrar nas relações pacíficas de cooperação militar, principalmente pelos princípios e objetivos transcritos em seu estatuto. RABELLO³ afirma que a integração tem um cunho obrigatório e de respeito às decisões independente da decisão de um Estado isoladamente. O emprego ou não de uma força multinacional, dentro de um processo de integração, se processará por consenso ou decisão que poderá contrariar outros posicionamentos.

² Idem, p. 256.

³RABELLO, Miguel Angelo Campagnac. **Segurança cooperativa e integração militar no Mercosul** : viabilidade de uma força multinacional permanente. ECEME, Dissertação, Rio de Janeiro, 2006, p. 75.

Embora no momento atual a UNASUL e o CDS se enquadrem no campo da cooperação, não se pode descartar, de acordo com as perspectivas da UNASUL, um maior aprofundamento das relações regionais, com o fortalecimento desta instituição supranacional.

Segundo RABELLO, a velocidade com que se processa a integração política deu margem à criação de teorias sobre o desenvolvimento entre os Estados. As teorias mais importantes que dizem respeito à integração (a teoria funcionalista, a neofuncionalista e a institucionalista) podem servir de modelo para o MERCOSUL e para a UNASUL.

A teoria funcionalista defende a idéia de que o caminho mais seguro para a integração e a paz é o da cooperação em nível de certas tarefas funcionais de natureza econômica e não da criação de novas estruturas institucionais no plano político. O Estado continua sendo o único responsável pela defesa, segurança e política externa. De acordo com FERNADES⁴: “A perspectiva funcionalista olha para as relações internacionais em termos de necessidades funcionais comuns ou de problemas a resolver em conjunto pela cooperação regional.”

Enquanto os funcionalistas apóiam-se na tese de que a formação de uma comunidade política decorre de uma conseqüência natural de cooperação técnica, os neofuncionalistas defendem que o aspecto político necessita ser articulado com a cooperação técnica mediante a criação de instituições centrais.

A teoria institucionalista está baseada na criação de uma instituição na qual as diversas comunidades políticas conservam certa autonomia. Prevê que desde o início a instituição conserva o poder central em assuntos de política externa e em matéria de segurança e defesa, não havendo sucessivas transferências de soberania. O que mais importa ao institucionalista é a rapidez na integração política.

No que tange às teorias das relações internacionais, de acordo com JACKSON e SORENSEN⁵, são produtos de seus tempos e lidam com questões mundiais de relevância permanente: guerra e paz, conflito e cooperação, riqueza e pobreza, desenvolvimento e subdesenvolvimento. Sugerem que se concentrem os

⁴ FERNADES, Antônio José. **Relações Internacionais -Factos, Teorias e Organizações**. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1991, p. 259.

⁵ JACKSON, Robert e SORENSEN, George. **Introdução às relações internacionais**. Rio de Janeiro, 2007, p. 59 - 70. Editora Zahar.

estudos em 04 (quatro) correntes consagradas: o realismo, o libelalismo, a sociedade internacional e a economia política.

Neste trabalho, seguir-se-á o enfoque realista com suas premissas e idéias básicas, quais sejam: uma visão pessimista da natureza humana; uma convicção de que as relações internacionais são, em última análise, resolvidas por meio de guerra; apreciação pelos valores da segurança nacional e da sobrevivência estatal; e um ceticismo básico com relação à existência de um progresso comparável ao da vida política nacional no contexto internacional.

Os realistas operam, portanto, a partir da suposição central de que a política mundial se desenvolve em uma anarquia internacional: um sistema sem uma autoridade dominante ou um governo mundial. Destaca JAKSON e SORENSEN⁶:

[...] tratados e outros acordos, convenções, hábitos, regras, leis entre os países são simplesmente contratos convenientes que podem e serão ignorados se prejudicarem os interesses vitais dos estados. Não há obrigações internacionais no sentido moral – vínculos de obrigação moral - entre estados independentes.

As críticas principais da teoria realista são formuladas pela tradição da sociedade internacional em dois pontos: primeiro, o considera uma teoria de relações internacionais unidimensional com enfoque muito limitado; e, em segundo lugar, afirma que o realismo não consegue entender que a política é de fato um diálogo entre diferentes opiniões e perspectivas de RI.

Os realistas respondem às críticas afirmando que apesar de existirem outros aspectos importantes no cenário internacional (vontade de cooperar) e que a opinião liberal é importante na política mundial, a realista será sempre a primeira em relevância porque é a melhor perspectiva sobre o problema central das RI: a guerra.

Este trabalho considera a visão realista para a análise do CDS porque, se os princípios liberais forem seguidos, talvez não se consiga reagir de modo adequado às crises e conflitos e, ao não se tomar decisões apropriadas, poder-se-á arriscar aqueles interessados nas decisões políticas e suas ações. A relação que este órgão irá estabelecer entre os seus membros move-se pelo interesse e tem como fulcro evitar o conflito. Conflito este que no mundo moderno, apesar de mitigado na forma de grandes guerras, mantém facetas que o novo órgão irá interagir.

⁶ Idem, p. 104.

HUNTINGTON⁷ afirma que os conflitos não serão advindos de fontes ideológicas ou econômicas, mas cultural, com a civilização ocidental enfrentando dois desafios: o primeiro relacionado com a manutenção da supremacia político-econômica no cenário internacional, e o segundo com a preservação e o fortalecimento dos valores que configuram a identidade da civilização ocidental. PECEQUILO⁸ ressalta que, com os atentados de 11 de setembro de 2001, a obra de Huntington tem se mostrado bastante atual.

Outro aspecto que reforça a validade do estudo de CDS sob um prisma realista é a tendência de que as guerras não se extingam. PROENÇA JÚNIOR⁹, após analisar os argumentos das precisões pós e contras o fim das guerras, foi enfático:

Os cinco argumentos que explicam o registro do declínio da incidência de guerras interestatais em tempos recentes para predizer o seu fim não se sustentam [...] nenhum deles justifica controvérsia. Diante disso, conclui-se que se responde com “não” à pergunta “As guerras interestatais são coisa do passado?”

TEIXEIRA DA SILVA¹⁰ também cita a possibilidade do retorno de guerras convencionais entre os estados, o que reforça que o enfoque realista forneceria as melhores ferramentas para o estudo do CDS.

[...] emergência de blocos de segurança autônomos em relação aos grandes blocos [...] sob a forma de “complexos regionais de segurança” [...] como seria o caso do CDS; [...] retorno das possibilidades concretas de guerras convencionais de grande porte, altamente tecnificadas e sem risco de uma escalada em direção à guerra nuclear.

COIMBRA¹¹ analisa a busca pela capacidade de dissuasão que os países buscam em direção a autonomia e defesa de seus recursos naturais e que bem se aplica ao CDS, caso analisado sob a ótica realista.

[...] De modo hábil, vão transferindo recursos para o exterior e permitindo a ocupação pacífica dos seus respectivos territórios, bem como a exploração

⁷ HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Traduzido por M.H.C Cortês. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

⁸ PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais, Temas, atores e visões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 175.

⁹ PROENÇA JÚNIOR, Domingos. **As guerras interestatais são coisa do passado?** Segurança Internacional. Perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro, FGV, 2010, p. 79.

¹⁰ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Guerras e doutrinas militares no século XX e em face da nova ordem mundial**. Perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro, FGV, 2010, p. 63.

¹¹ COIMBRA, Marcos. **Visão Estratégica**. Idéias em destaque, Nr 34, Set/Dez 2010, p. 71. Instituto histórico- cultural da Aeronáutica.

de seus recursos. Diante destes fatos, é vital que países possuidores de habilitação tecnológica, com recursos suficientes, procurem a auto-suficiência nuclear no campo bélico e o domínio aeroespacial, justamente para ter poder de dissuasão para evitar a pilhagem de seus recursos naturais e a invasão de seus respectivos territórios. Não é para agredir nenhum país. É para evitar a agressão. As razões não são éticas, mas sim de cunho realista e estratégico.

Outros pensadores acreditam na permanência dos conflitos e choques de interesses entre as nações. NOAM CHOMSK¹², com fulcro na economia, relaciona os conflitos com causas sociais, ligadas à globalização e assimetria entre os Estados, bem como o poder que os atores centrais exercem sobre os demais como forma de manter a hegemonia mundial.

De acordo com TOFFLER¹³, a proteção da propriedade industrial, o controle e direito de acesso a banco de dados e a canais de comunicação e o domínio de mercados de produtos e serviços inteligentes serão a motivação para os futuros conflitos.

Conforme visto em capítulo anterior a América do Sul possui uma série de condicionantes com as quais o CDS terá que conviver, como áreas de fricção, posições radicais e populistas de alguns dirigentes, além de atritos recentes entre suas nações.

Além disto, no campo político, o terrorismo, o narcotráfico, o crime organizado e a corrupção são encarados como potenciais ameaças à estabilidade democrática. O clima de desconfiança que envolve a legitimidade de organizações internacionais e regionais de segurança, aliado aos novos conceitos de ingerência e intervenções podem fomentar conflitos entre Estados¹⁴.

4.2 A CRIAÇÃO DO CDS

O CDS foi criado, por iniciativa brasileira¹⁵, no âmbito da UNASUL. Desde então, surgiu certa polêmica com relação a sua necessidade. Há alguns críticos mais

¹² CHOMSK, Noam. **Novas e velhas ordens internacionais**. São Paulo; Editora Scritta, 1996.

¹³ TOFFLER, Alvin e Heidi. **Guerra e Antiguerra**: sobrevivência na aurora do terceiro milênio. Tradução de Luiz Carlos Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

¹⁴ RABELLO, Miguel Angelo Campagnac. **Segurança cooperativa e integração militar no Mercosul**: viabilidade de uma força multinacional permanente. ECEME, Rio de Janeiro, 2006, p. 33.

¹⁵ BBC/Brasil. **Jobim propõe conselho de Defesa sul-americano**. Brasil, 23/02/2008. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/02/23/jobim_propoe_conselho_de_defesa_sul-americano-425866486.asp>. Acesso em: 10/10/2009.

radicais, minoritários, que apontam objetivos escusos e contrários ao interesse nacional que estariam por trás de certas iniciativas da Política Externa Brasileira, conforme escreveu Graça Salgueiro¹⁶.

Menos radical, porém contrário a criação do Conselho, posiciona-se Eliezer Rizzo de Oliveira¹⁷, que declarou à Agência Brasil, em 24/04/08, que o Brasil não precisava de mais um órgão para assuntos de Defesa e Segurança.

Também o editorial do Estado de São Paulo, de 27 de maio de 2008, aponta uma questão de inexecutabilidade da proposta brasileira de criação do Conselho, baseando-se na definição do Ministro da Defesa, a época, Nelson Jobim, de que o Conselho não terá nenhum poder de intervenção militar e não terá nenhuma característica de aliança militar

O Conselho Sul-Americano de Defesa, outra proposta do governo de Brasília [...] não servindo, desta forma, para quem apenas deseja dispor de um organismo sub-regional que se substitua à OEA - onde os Estados Unidos estão representados - na solução de crises localizadas. Tudo, pela simples e boa razão de que só países membros de uma aliança militar podem articular suas políticas de defesa. Ou seja, a proposta brasileira contém um paradoxo e, justamente por isso - e para que a rejeição cabal do tal Conselho não fosse um fiasco retumbante para o governo Lula [...].

Outros pensadores mostraram-se reticentes quanto ao CDS, em parte pela possível influência do Presidente da Venezuela Hugo Chávez. Assim, posicionou-se MAGNOLI¹⁸:

O Conselho Sul-Americano de Defesa pode aspirar a um lugar de honra nos manuais de relações internacionais, como caso exemplar para estudo de uma política externa emparedada entre o imperativo do interesse nacional e os delírios ideológicos de uma esquerda que não aprende nada. Numa declaração contaminada pelo cinismo, Lula registrou que "dos 12 países, apenas a Colômbia colocou objeção".[...] Na forma sem conteúdo aventada pelo Brasil, o Conselho de Defesa não tem cérebro nem músculos - será, unicamente, um foro consultivo de debates, algo como uma antecâmara da OEA. Chávez aceita começar com tão pouco, pois a sua prioridade tática é tecer uma articulação regional que isole política e diplomaticamente a Colômbia, propiciando caminhos para evitar a iminente derrota das Farc.

Apesar de integrar todas as nações sul-americanas, nem sempre o CDS foi uma unanimidade. Chile e Colômbia apresentaram algumas resistências quando à

¹⁶ SALGUEIRO, Graça. **Conselho Sul-Americano de Defesa: a serviço de quem?** Jornal Inconfidência. Minas Gerais, maio de 2008.

¹⁷ Pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas (UNICAMP).

¹⁸ MAGNOLI, Demétrio. **A hora e a vez dos ideólogos.** Estado de São Paulo, 29/05/2008. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=459425>. Acesso em: 11/10/2009.

sua criação, conforme relata o Observatório Cone Sul de Defesa e Forças Armadas¹⁹:

[...] não houve acordo para institucionalizar, no dia 23/05/08, em Brasília, a criação do Conselho de Defesa da América do Sul, principalmente pela falta de consenso em relação às funções do organismo. Michelle Bachelet, presidente do Chile, chegou a sugerir que fosse criado um grupo de trabalho nos moldes da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) para estudar melhor os objetivos e atividades do Conselho em questão, afirmando que em um prazo de três meses, poderia surgir algo concreto. Álvaro Uribe, presidente da Colômbia, disse que a presença de seu país no Conselho está ligada ao reconhecimento de uma concepção comum acerca da caracterização das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) enquanto grupo terrorista [...] Venezuela e Colômbia preferir algo de maior operacionalidade, também emperrou o fechamento.

Antes mesmo de sua criação, CERVO e BUENO²⁰ assim descreviam os desafios da iniciativa brasileira:

O Conselho de Defesa Sul-Americano, também proposto pelo governo brasileiro, não integra essa estrutura (UNASUL) em razão da oposição da Colômbia, que endossa a doutrina norte-americana de ações preventivas em territórios de países vizinhos contra a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Mas sua criação é prevista para breve.

O Almirante Vidigal, ao analisar a criação do CDS²¹, salientou a importância do mesmo para o incremento da cooperação sul-americana. Observou, porém, as preocupações de certos intelectuais como o do Embaixador Pio Corrêa e de Demétrio Magnoli, que, respectivamente, alertavam para a retórica e radicalismo ideológico. De forma irônica, assim posicionou-se CORRÊA²²:

Tenho certa experiência de conselhos inúteis. Durante a Segunda Guerra, fui nomeado adjunto do representante brasileiro no Conselho de Emergência para a Defesa Política do Continente [...] Enquanto existiu, o conselho não fez absolutamente nada senão permitir a seus sete membros com a categoria de embaixadores e a trinta ou quarenta assessores de várias espécies viver à tripa forra em um país delicioso como é o Uruguai. Não é difícil prever que o novo Conselho Sul-Americano de Defesa, proposto na reunião de Brasília, fará exatamente o mesmo.

¹⁹ OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS. **INFORME BRASIL Nº 294**. Período: 24/05/2008 a 30/05/2008. Disponível em: <<http://www.cee-chile.org/resumen/brasi/bra301-350/sempra333.pdf>>. Acesso em: 03/03/2009.

²⁰ CERVO e BUENO. BRASIL, 2008, Ibidem, p. 514.

²¹ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **O Brasil na América do Sul – Uma Análise Política Estratégica**. PAINEL III – Segurança Internacional e Crises Político-Estratégicas. Palestra proferida na ABED (Associação Brasileira de Estudos de Defesa) em 17/07/2008.

²² CORRÊA, M. Pio. Maus Conselhos. O Globo, de 30/05/2008. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=459725>. Acesso em: 20/03/2009.

Por outro lado, defendendo a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, merece destaque a posição do ex-Ministro da Defesa Nelson Jobim. O Ministro afirmou que o Brasil começou a empreender campanha com os demais países Sul Americanos²³ no sentido de iniciar o Projeto no início de 2008. Isto reforça a idéia de que foi brasileira a iniciativa de criar este Órgão.

MAGALHÃES²⁴, vaticinando a necessidade de se criar um órgão com as características do CDS, lembrou que os reflexos para o Brasil de uma série de conflitos ocorridos ao longo da história exigem sua atuação, por intermédio de organismos para equacionar e dirimir seus efeitos.

GUIMARÃES²⁵, ao referir-se ao CDS, como fórum regional para coordenar temas de defesa, defendeu o mesmo, suscitando as seguintes consequências que adviriam de sua implementação: incremento de medidas de confiança mútua; vantagem pela ausência da superpotência hemisférica e maior cooperação da indústria de defesa. Enfatizou ainda que este órgão não foi criado para o enfrentamento de outros países.

Além do campo político, com representatividade direta dos Presidentes nas Cúpulas da UNASUL, a partir de dezembro de 2008, tenta-se intensificar um maior intercâmbio, na área de Defesa, com a criação deste novo órgão regional. Neste fórum, além dos ministros da defesa dos países membros, também seus chanceleres se fazem representar.

4.3 O PROTAGONISMO BRASILEIRO NA CRIAÇÃO DO CDS

O CDS surgiu como uma iniciativa brasileira, criando um novo fórum para a discussão dos problemas regionais, desta vez, sem a influência de nações exógenas. MEIRA MATTOS ressalta a necessidade de o Brasil inserir-se no cenário internacional, por meio de ações estratégicas multilaterais e em cooperação com as

²³ RITTNER, Daniel. Jobim busca apoio para o Conselho Sul-Americano de Defesa. Valor On Line, 04/04/2008. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=443802>. Acesso em: 07/06/2009.

²⁴ MAGALHÃES, Vicente Gonçalves de. **Crises e Conflitos no continente Sul-Americano**: reflexos para o Brasil. ECEME, Monografia, Rio de Janeiro, 2002, p. 48.

²⁵ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Reação Internacional ao Protagonismo Brasileiro**: consequências para o Exército Brasileiro de 2022. Secretário Geral do MRE em palestra proferida no Simpósio do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, em 19 e 20 Ago de 2008.

demais nações. MEIRA MATTOS assim destacou o pensamento do Professor Zbigniew Brzezinski²⁶:

O Brasil, obviamente vai se tornar uma importante potência [...] terá que pensar sistematicamente sobre que tipo de novo sistema mundial deseja ajudar a criar [...] com o poder vem a responsabilidade, e essa não pode ser enfrentada assumindo-se posições essencialmente retóricas.

Ao abordar a globalização e aumento da capacidade operativa do homem político, possível graças ao desenvolvimento tecnológico acelerado, MEIRA MATTOS valorizou os arranjos regionais, citando KEENAN²⁷:

Não vejo nada de novo que justifique o uso de palavras pomposas para descrever a presente situação internacional. Sou a favor dos arranjos regionais porque são os que realmente funcionam.

Esta iniciativa bem sucedida do Brasil, que percorreu as demais nações sul-americanas em busca de apoio a criação deste órgão de cooperação na área de defesa, foi um indício importante do seu protagonismo na integração regional, de seu esforço pelo multilateralismo e do bom trâmite político que possui na América do Sul. Estes acontecimentos corroboram com a análise de Therezinha de Castro²⁸, favorável a maior presença internacional do país.

[...] enquanto os EUA perdiam terreno, sem inibições políticas, acolhido com boa receptividade pelos parceiros, o Brasil amplia e aprofunda sua presença internacional. Esse esforço universalista nasce não somente de uma disposição teórica, mas também da necessidade de enfrentar as questões concretas e imediatas que a convivência internacional nos coloca [...] é um dos caminhos mais seguros para aumentar o leque de opções numa fase de crises internacionais.

A respeito de um posicionamento mais independente por parte do Brasil no cenário mundial, Therezinha de Castro²⁹ já expunha uma maior autonomia brasileira, afirmando que cada vez mais diminuía a influência norte-americana na atuação do Itamaraty.

²⁶ BRZEZINSKI, Zbigniew. Apud MEIRA MATTOS, Carlos de. **Brasil – Geopolítica e Destino**. BIBLIEX, Rio de Janeiro, 1975, p. 79.

²⁷ KEENAN, Geoge. **Um Século Trágico**. Entrevista concedida a Revista Veja, em 10/12/1997. Editora Abril, Ed 1525, Ano 30, Nr 49, p. 9.

²⁸ CASTRO, Therezinha. **Nossa América, Geopolítica Comparada**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1994, p. 352.

²⁹ CASTRO, Therezinha. **Nossa América, Geopolítica Comparada**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1994, p. 348.

Assim, dentro do princípio de que uma política externa independente não implica no nosso afastamento do Mundo Ocidental, o Itamaraty, dentro do “Pragmatismo responsável”, passou, sobretudo, a partir de 1970, a basear suas diretrizes dentro “de uma relação madura que não é de alinhamento mecânico”, e isso ocorre, justifica Ramiro Saraiva Guerreiro³⁰, porque os EUA são uma potência com interesses em todas as partes do mundo.

Celso Láfer³¹ defende os esforços brasileiros para a integração regional, ao analisar os esforços brasileiros para uma maior cooperação regional. Embora não se refira ao CDS, o pragmatismo da política externa brasileira é exortado pelo renomado intelectual, que analisa o estabelecimento de objetivos exequíveis.

O Brasil vem buscando integração com seus vizinhos mais próximos do MERCOSUL. Deixando de lado a retórica passada, de forma realista tem buscado inicialmente aprofundar esse processo na sub-região antes de estendê-lo a outros parceiros...outras possibilidades podem ser exploradas, inclusive as ambiciosas idéias de integração hemisférica. Entretanto, o primeiro passo será aprofundar e consolidar o processo de integração em curso [...]

Ainda LÁFER³², analisando futuras concepções estratégicas, propõe que o Brasil, perante o novo cenário pós-guerra fria, busque um reordenamento de forças para a garantia de sua independência e soberania, compatíveis com sua grandeza. Parece-nos que o CDS estaria alinhado com este raciocínio.

[...] quem são nossos aliados e parceiros? Somos enquanto país, uma baixa prioridade para os megablocos econômicos. Temos uma menor relevância estratégico-militar por força da atenuação das tensões leste-oeste, mas somos país grande (país baleia). Isto nas dá peso e este peso há de ser aproveitado para, num quadro internacional inóspito, buscarmos nixos de oportunidade para ampliar a capacidade de controle que temos sobre nosso próprio destino

O CDS propõe medidas efetivas de integração e se propõe a ser um fórum para discussão dos problemas regionais, com a participação direta e exclusiva das nações sul-americanas. Therezinha de Castro³³ alertava para a necessidade de uma ação mais efetiva nesta direção, principalmente na medida em que aumentam as interações entre o Brasil e os países mais próximos de sua realidade.

³⁰ Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Informações do Gabinete. **Entrevista concedida por Ramiro Saraiva Guerreiro à Empresa Brasileira de Notícias**. Brasília, 01/11/1982.

³¹ LÁFER, Celso. **O desafio da integração hemisférica**. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro/RJ, 1983, p. 19.

³² LÁFER, Celso. **Proposições para futura concepção estratégica**. Revista Premissas. Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP. Campinas/SP, 1992, p. 49.

³³ CASTRO, Therezinha. **Nossa América, Geopolítica Comparada**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1994, p. 348.

Dentro da premissa de que conviver é sempre mais difícil que coexistir, o Brasil foi aos poucos percebendo que pertencer ao Mundo Ocidental não implicava no integrar-se ao Primeiro Mundo. E, nestas condições, começou a desviar as suas diretrizes geopolíticas para o campo do “Pragmatismo Responsável” [...] que Raymond Aron assim justifica: “[...] não se devem propor objetivos desmensurados, nem se iludir com os recursos à sua disposição, sonhando em transformar o mundo”.

Celso Amorim³⁴ defende que os EUA não mais tratem a região de acordo com seus interesses, adaptando programas que lá deram resultados, e aplicando-lhes aqui. Cumpre recordar as palavras do Chanceler brasileiro.

[...] a integração nos habilita a negociar com os EUA propostas futuras [...] eu acho que os EUA têm que parar um pouco com esta idéia de terem um programa geral para a América Latina e Caribe. Passou a era. Isso não existe mais [...] é muito importante finalizar os trâmites para que a UNASUL entre em vigor

Integrada, a América do Sul negocia em melhores condições e de acordo com seus interesses. Fazendo uma analogia ao CDS, esta centelha de maior independência em relação às grandes potências, lembrada pelo chanceler supracitado, está contida no espírito do novo órgão, que, na área da defesa, estabelece um novo fórum para discussões, diferente da OEA, tutelada pelos norte-americanos.

4.4 A CONGRUÊNCIA ENTRE OS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO CDS E O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO

Para se compreender o espírito com que se criou o CDS e sua convergência com os interesses brasileiros, deve-se ter em mente alguns princípios que o nortearam, além da pertinência dos mesmos com o pensamento geopolítico nacional. A geopolítica é determinante na elaboração de políticas e estratégias de uma nação, entrelaçando geografia e política, conforme ensina MEIRA MATTOS

Geopolítica é palavra polêmica. Como ciência, igualmente é de aceitação polêmica. Sua composição semântica vem de geo - terra, e política - arte de governar. As relações da terra e o homem já eram tratadas antes do surgimento da Geopolítica, no campo da Antropogeografia e da geografia política³⁵.

³⁴ AMORIM, Celso. A integração sul-americana. Revista Diplomacia, Estratégia e Política, Nr 10- Outubro/Dezembro 2009, p. 14. Brasília/DF.

³⁵ MEIRA MATTOS, Carlos de. **Brasil – Geopolítica e Destino**. BIBLIEX, Rio de Janeiro, 1975, p. 3.

4.4.1 A importância da América do Sul como espaço geopolítico prioritário para a defesa e cooperação regional

O pensamento geopolítico nacional possui inúmeros representantes de peso. Conforme relata MEIRA MATTOS³⁶, “os primeiros livros de Geopolítica ciência e Geopolítica teoria, surgiram no Brasil na década de 1930”. Destaque para Mário Travassos e Everardo Backheuser. Estes primeiros pensadores detiveram-se, dentre outros pontos, na necessidade de se integrar fisicamente o Brasil ao resto da América do Sul. Backheuser, já se expunha a relevância das interações com as nações limítrofes, cobrando especial atenção às fronteiras.

A fronteira é a epiderme do organismo estatal, captadora das influências e pressões foraneas, e, como tal, região que deve ficar diretamente subordinada ao poder central [...]

Esta primeira geração de geopolíticos nacionais, embora preocupados com a integração física do Brasil com a América do Sul, não chegaram a aprofundar-se no conceito de defesa regional. VIANA FILHO³⁷ assim descreve o foco desta geração:

[...] a verdade é que Alberto torres, Oliveira Viana, Backheuser e Mário Travassos parecem corresponder a um reclamo, a um espírito da nacionalidade que dir-se-ia desejosa de se encontrar com seus problemas, avaliá-los, conhecê-los, e para eles encontrar soluções [...] internamente, não podíamos continuar a ser apenas a pátria do jeca Tatu, e externamente, repugnava permanecermos como simples e exploradores de produtos primários.

A Escola Superior de Guerra (ESG)³⁸, em seus primeiros 15 anos, formulou sua doutrina de Segurança Nacional, realizando pesquisas profundas no campo do desenvolvimento. Atores como Golbery do Couto e Silva e Castelo Branco ganharam destaque, na década de 1950 e 1960, ampliando o horizonte da visão da geopolítica nacional, embarcando alguns conceitos de defesa cooperativa regional.

Na década de 1970, apareceu Therezinha de Castro, que tratava da geoestratégia do Atlântico Sul, ocupação da Antártica e integração do Cone Sul,

³⁶ MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica e Modernidade – Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro, 2007, p. 55 - 83. Editora BIBLIX.

³⁷ VIANA FILHO, Luiz. **Prefácio do Livro A Geopolítica e as Projeções do Poder**, de Carlos Meira Mattos, em que aborda a o período da geopolítica brasileira de 1910 a 1950.

³⁸ A ESG foi criada em agosto de 1949, pela Lei 785/49, com o nome de Instituto de Altos Estudos de Política, Defesa e Estratégia, integrante do Ministério da Defesa do Brasil.

bacia do Caribe e problemas amazônicos. Nesta mesma época, MEIRA MATTOS³⁹ lança idéias importantes para a geopolítica brasileira, no intuito do Brasil lançar-se como potência mundial, com uma visão prospectiva calcada nas necessidades nacionais, incluídas aí a defesa.

Quanto à segurança, opinamos que, assegurada a paz interna, devemos dar mais atenção aos problemas de segurança externa, uma vez que a projeção de nosso poder resultará, fatalmente, no aumento de nossas responsabilidades e encargos de defesa.

Ao sugerir uma maior integração na área de defesa, com a criação do CDS, o Brasil prioriza a América do Sul na definição de seu espectro geopolítico de atuação. Como primeiro passo para uma maior cooperação da expressão militar do poder nacional, este novo órgão vai ao encontro de algumas análises geopolíticas sobre a importância desta região para a defesa continental, conforme visto nos parágrafos anteriores.

A eleição da América do Sul como região indispensável para os interesses do Brasil, nos campos político e militar, é uma apologia de outros intelectuais importantes. MEIRA MATTOS⁴⁰ defendia que a geografia nos induzia a dispensar grande importância ao Atlântico Sul e ao continente americano. Assim se expressava:

No cenário político-militar do globo, por força de nossa posição geográfica, estamos vinculadas à estratégia de duas grandes áreas: do continente americano e do Atlântico Sul. Nossa posição continental, ocupando uma extensa parte do continente americano e do Atlântico Sul, quase metade [...]

Apologista da integração regional, MEIRA MATTOS⁴¹ valorizava os arranjos regionais que aumentassem a cooperação regional, conforme relata quando da assinatura, em 1978, do Tratado Pan-Amazônico.

O que nos entusiasmou com a assinatura do Tratado Pan-Amazônico foi verificar que, pela primeira vez, os países abandonavam suas prevenções e pequenas rivalidades e se uniam num projeto regional comum [...] a importância em fortalecer nossas fronteiras, principalmente as vazias lindes amazônicas, já agora no contexto visando ao interesse regional comum aos países vizinhos.

³⁹ MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica e Modernidade – Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro, Editora BIBLIX, 2007, p. 79.

⁴⁰ MEIRA MATTOS, Carlos de. **Projeção Mundial do Brasil**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Gráfica Leal, São Paulo, 1960, p. 23.

⁴¹ Idem, p.79 - 82.

Na mesma direção, Therezinha de Castro⁴² expõe que a formação de coligações, pactos e tratados é uma prática comum nas relações internacionais, estando as nações sul-americanas maduras o suficiente para absorver as consequências futuras desta estratégia. Afirma ainda, que estas alianças traduzem um sentimento de maior unidade continental.

Sabemos, no entanto, que o jogo político na arena internacional exigiu sempre o estabelecimento de coligações, pactos ou tratados em escalas bem diversificadas e por vários motivos. Assim, ao entrar no âmbito das relações internacionais, as nações americanas o fizeram conscientes do perigo que seu espaço implicava como força geopolítica e geoeconômica. Consequentemente [...] induziria o continente a um certo sentimento de "patriotismo hemisférico" [...]

Pelo que foi aqui exposto, a estratégia proposta por nossos intelectuais advogam a relevância da América do Sul como espaço geopolítico prioritário para a defesa e cooperação regional, pregando associações com as demais nações sul-americanas com este objetivo. Seguindo este raciocínio, o CDS mostra-se uma iniciativa de interesse e validade para o Brasil.

4.4.2 Os princípios e objetivos do CDS

Na íntegra da nota de criação do CDS, pode-se visualizar a natureza, princípios, objetivos, estrutura e funcionamento do novo órgão. A natureza precípua de sua atuação estava destinada para a área de Defesa⁴³.

Criar o Conselho de Defesa Sul-Americano como uma instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa em harmonia com as disposições do Tratado Constitutivo da UNASUL⁴⁴ em seus Artigos 3º alínea "s", 5º e 6º.

MEIRA MATTOS, apesar de se referir à importância da África e do Atlântico Sul na defesa do continente americano, inseria o conceito de defesa continental e concepção de defesa da América. Seu enfoque era a união das nações do

⁴² CASTRO, Therezinha. **Nossa América, Geopolítica Comparada**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1994, p. 281.

⁴³ Nota Nr 700, Artigo 1º, de 16/12/08, do Itamaraty. **Declarações e decisões da "Cúpula Extraordinária da UNASUL"**.

⁴⁴ O Artigo 3º, alínea "s", do Tratado Constitutivo da UNASUL, estabelece como objetivo específico: o intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa. Os Artigo 5º e 6º tratam, respectivamente, do desenvolvimento da institucionalidade e do Conselho de Chefes e Chefes de Estado e de Governo.

continente no campo militar, mesmo que sob um ambiente diferente do atual, com embates ideológicos entre comunismo e democracia.

[...] Embora a idéia de defesa continental corresponda a uma atitude predominantemente defensiva e o conceito de manutenção do estreito do Atlântico envolva, essencialmente um comportamento ofensivo, ambas as idéias se combinam na mais moderna e dinâmica concepção de segurança da América [...]⁴⁵

O almirante Mário César Flores⁴⁶ afirma que a América do Sul deve ser o ambiente mais adequado para que o Brasil trate de matéria relativas a sua Segurança e Defesa. Estas matérias devem ser tratadas pelas próprias nações do subcontinente, já que não é prioritária para os EUA.

O Artigo 3 do Tratado Constitutivo do Conselho de Defesa Sul – Americano descreve os princípios que irão regê-lo. Da mesma forma, os Art 4 e 5 estabelecem, respectivamente, os Objetivos gerais e específicos deste órgão. Procurar-se-á estabelecer a congruência da geopolítica brasileira com as propostas do Conselho.

Da leitura dos princípios que regem o CDS, constantes do Art 4, fica claro algumas idéias força: convivência pacífica, defesa da soberania e recursos naturais; fortalecimento da democracia; não intervenção; respeito às normas internacionais vigentes e maior cooperação regional em matéria de defesa.

Com relação à convivência pacífica, o Brasil tem grande vocação e tradição neste sentido. Ao analisar o pensamento geopolítico brasileiro, MEIRA MATTOS⁴⁷ lembrava que, desde o primórdio, o Brasil utilizou dois princípios para a solução de controvérsias com vizinhos sul-americanos: do *Uti Possidetis*⁴⁸ e do Reconhecimento de que problemas lindeiros deveriam ser resolvidos levando-se em conta, antes, o interesse das colônias que os das respectivas metrópoles.

Após esta análise, ressaltou o surgimento de um espírito americano de convivência pacífica, entre nações do continente. Além dito, cita grandes diplomatas brasileiros como Rio Branco que, com negociações e acordos, demarcou pacificamente grande parte de nossas fronteiras.

⁴⁵MEIRA MATTOS, Carlos de. **Projeção Mundial do Brasil**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Grafica Leal, São Paulo, 1960, p. 24 - 25.

⁴⁶ FLORES, Mário César. **Segurança e Defesa. A Política Externa Brasileira em Perspectiva: Segurança, Comércio e Relações Bilaterais**. São Paulo, 2006, Lex Editora, p. 100.

⁴⁷ Idem, p. 41.

⁴⁸ Segundo Alexandre de Gusmão, Ministro de Dom José, Rei de Portugal, no século XVIII, e autor do Tratado de Madri: *Uti Possidetis* significa 'que cada parte há de ficar com o que atualmente possui'. Apud MEIRA MATTOS, 1975, *ibidem*, p. 41.

[...] a grande idéia que se desenvolveu depois, tornando-se um espírito americano de convivência entre nações desse continente, além de um instrumento de defesa contra a intromissão européia ou qualquer outra [...] mais de um século depois, sob direção da chancelaria brasileira, e particularmente da diplomacia do Barão do Rio Branco, traçávamos a configuração atual de nossas fronteiras.

Lembrou ainda a contribuição que o Brasil pode dar em relação à manutenção da Paz regional: “A estabilidade e tranquilidade do mundo representarão o prêmio de nossa história de vocação pacifista e o clima de segurança indispensável ao progresso socioeconômico que se deseja despertar”⁴⁹.

Ao analisar o protagonismo brasileiro na aproximação com as demais nações sul-americanas e o seu papel na estabilidade regional, MEIRA MATTOS⁵⁰ advogou o intercâmbio regional como forma de dirimir conflitos futuros.

Para este desenvolvimento continental do interior da América do Sul [...] a orientação do Brasil é de fraternal intercâmbio, sem isolar-se de seus vizinhos de idioma espanhol nem hostilizá-los. Nossa diplomacia reajustou, nos últimos anos, nossas linhas estratégicas, emprestando maior importância à política de aproximação com nossos vizinhos continentais [...] por meio de órgãos regionais e sub-regionais [...] e, finalmente, alertamos nossos vizinhos, membros do Pacto Andino, para a importância de um reajustamento como Brasil para benefício de todos.

Esta predisposição pacífica exemplificada por MEIRA MATTOS, característica de nossa geopolítica, desde os tempos de império, está estampada na alínea c), Art 4, Objetivos Gerais, do Tratado do CDS. Estes objetivos gerais ainda reforçam a democracia e o respeito à soberania como atributos inexoráveis nas relações entre as nações sul-americanas.

- a) Respeito irrestrito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados, não-intervenção em seus assuntos internos e auto-determinação dos povos.
- b) Ratifica a plena vigência das instituições democráticas, o respeito irrestrito aos direitos humanos e o exercício da não-discriminação no âmbito da defesa, com o fim de reforçar e garantir o Estado de Direito
- c) Promove a paz e a solução pacífica de controvérsias.

Quanto à defesa das riquezas naturais e da soberania dos estados, MEIRA MATTOS⁵¹ salientou a premência de se desenvolver instrumentos dissuasórios que

⁴⁹ MEIRA MATTOS. **Uma geopolítica Pan-Amazônica**. BIBLIEX, 1980, p. 22 e p. 136-137.

⁵⁰ MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica e Modernidade – Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro, Editora BIBLIEX, 2007, p. 128.

⁵¹ Idem p. 104.

respaldem os interesses e políticas brasileiras, na medida em que sua esfera de influência venha a expandir-se e chocar-se com de outras potências.

O desenvolvimento de uma nação da nossa grandeza geográfica provoca, inevitavelmente interesses contrariados, gera antagonismos e tensões [...] Nossa estratégia de segurança, se quisermos nos desenvolver tranquilamente, deverá se apoiar em força de dissuasão capaz de desencorajar qualquer pretensão de conter nosso ritmo [...]

Nesta direção, o pensador⁵² afirmou que a criação de blocos é uma tendência mundial, com a valorização das concessões que não firam a soberania, demonstrando amadurecimento político e compreensão de necessidades comuns.

Ao exortar a defesa das riquezas e recursos regionais, o Conselho encontra eco no pensamento de nossos intelectuais. A professora Therezinha de Castro⁵³, ao debruçar-se sobre o problema Antártico, defendeu uma ação coordenada entre nações sul-americanas para a proteção de nossos direitos sobre seus recursos naturais

Reivindicuemos nosso quinhão na Antártica! Se apelarem para a história, apelemos também. Unamo-nos aos países sul-americanos, Argentina, Chile, Equador, Peru e Uruguai em torno do direito de defrontação ou dos setores polares

Também MEIRA MATTOS⁵⁴ demonstrou uma preocupação quanto à defesa de nossos recursos naturais, em especial, na Amazônia, incluindo aí a relevância de dispor-se de organismos regionais como o Pacto Amazônico.

Entretanto centenas de Organizações Não Governamentais (ONG), sediadas na Europa e EUA [...] defendem a tese de internacionalização da Amazônia, como área de interesse da sobrevivência da humanidade [...] se não revelarmos a decisão irrevogável de preservar nossa Amazônia, poderemos ser vítimas de aventuras internacionalistas...esta nossa decisão deve ser defendida claramente por meio de uma diplomacia corajosa e um dispositivo militar de defesa da Amazônia [...] dispor de reequipamento garantida pela industria nacional.

Continua MEIRA MATTOS⁵⁵, fazendo apologia da necessidade de se pensar na defesa dos recursos naturais:

⁵² MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica e Modernidade – Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro, 2007, p. 38. Editora BIBLIEX.

⁵³ CASTRO, Therezinha de. Artigo “**Antártica – Assunto do momento**”, publicada na Revista do Clube Militar de 1958, p. 65.

⁵⁴ MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica e Modernidade – Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro, Editora BIBLIEX, 2007, p. 103.

⁵⁵ MEIRA MATTOS, Carlos de. **Crises e Conflitos no Século XXI**. In *Idéias e Fatos*, Nr 26, Janeiro – Abril/2008, p. 63-65.

Possuidor do maior potencial potamográfico do mundo o Brasil deve guardar-se e preparar-se para enfrentar a próxima crise internacional à vista: a luta pela conquista das fontes naturais de água doce.

Almirante Vidigal⁵⁶ alertou para uma série de crises que poderiam advir de questões como energia, água, ecologia e alimentos, contrastando com a idéia de que a América do Sul estaria distante dos principais pontos de tensão mundial, conforme afirma a Política de Defesa Nacional. O ilustre pensador atentou para uma questão que é objetivo do novo órgão, qual seja, a defesa dos recursos do subcontinente.

Há quatro questões que, hoje, se constituem no foco principal das preocupações mundiais: a crise de água, crise de energia, crise ecológica e crise de alimento [...] Todas essas questões, esta é a nossa tese, envolvem a América do Sul, colocando-a no centro das questões mundiais.

Em consonância com outros princípios e objetivos gerais do CDS, MEIRA MATTOS⁵⁷ ressaltou a necessidade de respeitar-se as soberanias, autodeterminação e arcabouço legal do direito internacional.

Na defesa do continente americano, MEIRA MATTOS⁵⁸ aduzia a importância, embora em um contexto de Guerra Fria (1961), da defesa incondicional da democracia:

[...] realização de dois planos militares de capital importância na segurança do ocidente: A defesa do continente americano, continente que poderá um dia vir a se transformar em “bastião do mundo livre”, em cidadela das democracias [...]

Therezinha de Castro⁵⁹ também descreveu a opção brasileira pela autodeterminação dos povos e respeito a sua soberania e compromissos internacionais

[...] em nossa política externa o problema interno dos países não nos preocupava tanto, desde que respeitassem seus compromissos internacionais [...] não distinguiam governos eleitos da Venezuela, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia dos sistemas autoritários vigentes na Argentina e Chile. Assim, sem hostilidades inúteis, a política externa brasileira, contrastando com a estadunidense, limitava-se a conseguir uma posição mais cômoda no âmbito regional.

⁵⁶ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **O Brasil na América do Sul – Uma Análise Política Estratégica**. Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). II Encontro Nacional de 15 a 18 de julho de 2008.

⁵⁷ Idem, p. 39.

⁵⁸ MEIRA MATTOS, Carlos de. **Brasil – Geopolítica e Destino**. BIBLIEX, Rio de Janeiro, 1975, p. 3.

⁵⁹ CASTRO, Therezinha de. **Nossa América, Geopolítica Comparada**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1994, p. 355.

A autora destacou a importância de a região resolver por si só os problemas peculiares, sem a dependência das potências externas, indo ao encontro deste novo fórum de discussão de divergências sul-americanas.

É preciso que as nações sul-americanas tomem consciência de que, por mais ajuda que tenham dos países desenvolvidos, não será através dela que serão superados os seus problemas [...] ⁶⁰

Em um dos seus objetivos gerais, o Conselho pretende promover a solução pacífica dos conflitos. Corroborando com esta proposta, vale lembrar a preocupação de Therezinha de Castro com as áreas de fricção do subcontinente, reforçando a necessidade de um órgão para lidar com possíveis controvérsias.

Analisando-se o nosso continente dentro de um âmbito político, sente-se, de um modo geral, um pan-americanismo de coexistência pacífica, nem sempre integralizada, visto que alguns países mantêm velhas questões em pendência. Divergem a Venezuela e a Colômbia [...] por sua vez, a Venezuela reclama 1/3 do território da Guiana [...] No Pacífico divergem Peru e Equador [...] A Bolívia não se conforma em ter perdido para o Chile a sua saída para o pacífico. No sul, a Argentina e o Chile disputam posições nos Atlântico-Pacífico ⁶¹ [...]

Convergindo com o raciocínio de que a AS não deva aceitar que nações exógenas se imiscuem em seus problemas internos, deve-se recordar a Teoria do Quaternio (1996), do coronel Roberto Machado de Oliveira Mafrá ⁶², projetando que o Brasil e demais nações sul-americanas não aceitaram tratamento inferiorizado dos demais blocos e lideranças mundiais.

Também Mário César Flores ⁶³, mesmo que de forma indireta, quanto a solução de crises regionais, suscitou a necessidade de se criar novas estruturas, ao descrever a inutilidade do TIAR, sob tutela norte-americana: “O TIAR perdeu sua razão de ser, se é que a teve fora do confronto da guerra fria. Sua vivificação só faria sentido sob a ameaça que justificasse a segurança coletiva tutelada pelos EUA”.

Fazendo uma analogia a história dos EUA, o Almirante ⁶⁴ fez apologia que o Brasil, na condição de futura potência regional, desenvolva sua segurança com

⁶⁰ CASTRO, Therezinha de. **O Brasil no mundo atual – Posicionamento e Diretrizes**. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1982, p. 54.

⁶¹ CASTRO, Therezinha de. **O Brasil no mundo atual – Posicionamento e Diretrizes**. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1982, p. 55.

⁶² MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. Escola Superior de Guerra. **Geopolítica-Introdução ao Estudo**. Rio de Janeiro, DAG, 2003, p. 66.

⁶³ FLORES, Mário César. **Segurança e Defesa. A Política Externa Brasileira em Perspectiva: Segurança, Comércio e Relações Bilaterais**. São Paulo, 2006, Lex Editora, p. 100.

⁶⁴ Idem, p. 103.

enfoque nos limites geopolíticos regionais. Este enfoque parece ir ao encontro do novo órgão regional de cooperação na expressão militar do Poder Nacional:

Foi assim a evolução dos EUA, que se desenvolveram cultivando política econômica globalista e de segurança local [...] Essa dinâmica da história é válida no século XXI para alguns países de potencial adequado, ao menos nos limites geopolíticos regionais, entre eles, o Brasil, que deverá desenvolver-se sobre três níveis de segurança: o interno, autônomo; o regional, admitida a associação apropriada à conjuntura específica, e o global [...] que aumentará com o desenvolvimento.

O almirante Vidigal⁶⁵, ao analisar a integração sul-americana, observou que apesar das dificuldades e resultados ainda insatisfatórios, a aproximação dos países do subcontinente sempre irá colaborar na solução de crises. Apesar de suas ressalvas quanto ao antiamericanismo, ressaltou a inevitabilidade e necessidade de maior intercâmbio regional, citando o almirante Mário César Flores: “(A integração regional) Sempre ocorreu nos conjuntos históricos, entre níveis de civilização muito distintos”.

O almirante Vidigal⁶⁶ ainda demonstrou grande preocupação com o agravamento das tensões na América do Sul, ressaltando o papel primordial que o amadurecimento das relações entre os países da região terá na solução de impasses e crises. Neste ponto, pareceu convergir com uma das finalidades do CDS: a solução de conflitos entre os membros da UNASUL. Afirma o intelectual:

Não há dúvidas de que as tensões no subcontinente sul-americano aumentaram e aumentarão na medida em que aumentem a crise energética, a crise da água, a crise do meio ambiente e a crise dos alimentos. A questão indigenista [...] está se tornando uma grave questão nacional [...] Sem dúvida, se a lógica da integração acontecer, os problemas seriam de solução bem mais fácil, já que, em longo prazo, a integração é inexorável [...]

CERVO e BUENO⁶⁷, ao analisarem a política externa do Brasil, no quesito segurança, criticaram a utopia adotada pelo Itamaraty, nos anos 1990, de inspiração grotiana e kantiana. A política exterior desqualificou a força como meio de ação em favor da persuasão. No entanto, seria preciso temperar esta política, o que se deu graças a uma maior integração sul-americana.

⁶⁵ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **O Brasil na América do Sul – Uma Análise Política Estratégica**, p. 12. Cita o Artigo: A anomalia étnico-ideológica, do Almirante Mário César Flores, publicada no Jornal O Estado de São Paulo, 9/05/2008.

⁶⁶ Idem, p. 13.

⁶⁷ CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Externa do Brasil**. Brasília, UNB, 3ª Ed. 2008, p. 469.

Foi necessário temperar o idealismo kantiano da diplomacia brasileira, o que se fez de duas formas: elaborou-se, em 1996, um documento político para nortear as decisões na área e buscou-se a união da América do Sul, tendo em vista precaver-se ante possível nocividade da hegemonia dos EUA.

Ao tratar sobre a integração regional sob a tutela da UNASUL, estes dois pensadores⁶⁸ afirmaram que, se corretamente instrumentalizado, este bloco poderá servir aos propósitos da Política Externa do Brasil. O CDS, então, poderia ser um novo recurso que emprestaria mais operacionalidade à UNASUL.

Ao considerar sua estrutura operacional e seus afins, dir-se-ia que a UNASUL não exerce apenas o papel de mediador entre os interesses brasileiros e objetivos globais da política exterior. O pólo de poder recém-criado, o ente América do Sul, se adquirir operacionalidade, realiza diretamente os interesses brasileiros.

Referindo-se diretamente ao CDS, CERVO e BUENO⁶⁹, com visão geopolítica, descrevem suas principais conseqüências e princípios:

Em sentido geopolítico, embora não seja uma aliança militar, cria o pólo de poder regional e confere ênfase à segurança regional, cujos contenciosos são resolvidos pela ação diplomática com base nas doutrinas sul-americanas do direito internacional, o respeito à soberania e à não-intervenção em assuntos internos dos Estados. Afasta conseqüentemente, a intervenção de potências e órgãos externos como a OEA, O Grupo Rio e o velho TIAR.

Vale aqui salientar que o CDS foi instituído sob a premissa de alinhamento com as demais instituições do direito internacional, já respaldadas pelos países da região. Assim, descreve o Artigo 2 do seu Tratado Constitutivo e a alínea e) do Art 3:

Artigo 2. O Conselho será regido pelos princípios e propósitos estabelecidos na Carta das Nações Unidas e na Carta da Organização de Estados Americanos, assim como nos Mandatos e Decisões do Conselho de Chefas e chefes de Estado e de Governo da UNASUL⁷⁰.

O Brasil atualmente comunga de diversos aspectos políticos em comum com os demais países sul-americanos. Desde 1999, conta com um Ministério da Defesa, integrado com o Poder Militar Nacional, que lhe está subordinado. Da mesma forma,

⁶⁸ CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Externa do Brasil**. Brasília, UNB, 3ª Ed. 2008, p. 514.

⁶⁹ Idem, p. 514.

⁷⁰ Art 3, alínea e): Salvaguarda a plena vigência do Direito Internacional de acordo com os princípios e normas da Carta das Nações Unidas, a Carta da Organização de Estados Americanos e o Tratado Constitutivo da UNASUL.

em sua Estratégia Nacional de Defesa, estimula a participação cidadã nas questões de defesa. Este espírito vem descrito na base legal do CDS.

Esta similaridade de políticas que o Brasil comunga com as demais nações do subcontinente foi um aspecto importante ressaltado por Therezinha de Castro, que não concebia o Brasil como nação estanque à região⁷¹.

No conjunto, porém, por seu espaço e posição, o Brasil não pode ser considerado como um corpo estranho ao continente. Ocupando quase metade do espaço territorial sul-americano, ou seja 47,3 %, o Brasil se engasta indiretamente nos Andes e se articula com as duas grandes bacias fluviais – a Amazônica e a Platina [...] nessa conjuntura a nossa diretriz é a de nos integrarmos aos nossos vizinhos [...]

Da leitura de alguns objetivos do CDS, fica clara a aceitação das diferenças e assimetrias entre os países membros, na busca de uma política comum benéfica à região. O chanceler Celso Amorim⁷² explica que esta dinâmica é coerente com a política externa brasileira em relação a América do Sul, visando impulsionar a integração regional. Vale salientar que, conforme lembra o chanceler, os objetivos que se estabelecem para a América do Sul, devem ser compatíveis com sua heterogeneidade.

Com relação ao MERCOSUL, logo numa das primeiras reuniões, no Uruguai, nós passamos a aceitar o princípio da assimetria [...] Reconhecemos as assimetrias; aos poucos, fomos criando um instrumento financeiro para ajuda aos países [...] O Brasil contribui com cerca de 70% [...] Na América do Sul temos a integração possível, que parte do reconhecimento que os países tem políticas comerciais diferentes.

O CDS, em seus objetivos específicos, reforça algumas idéias já elencadas anteriormente. Além disto, prioriza um maior intercâmbio na expressão militar do Poder Nacional e o desenvolvimento das indústrias de defesa sul-americanas, por meio da cooperação entre seus membros, promovendo um maior desenvolvimento tecnológico. Também na política exterior, busca uma ação coordenada dos países sul-americanos, em fóruns e negociações internacionais.

Artigo 5. Os objetivos específicos do Conselho de Defesa Sul-Americano são:

a) Avançar gradualmente na análise e discussão dos elementos comuns de uma visão conjunta em matéria de defesa.

⁷¹ CASTRO, Therezinha de. **O Brasil no mundo atual – Posicionamento e Diretrizes**. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1982, p. 54-56.

⁷² AMORIM, Celso. A integração sul-americana. Revista Diplomacia, Estratégia e Política, Nr 10 - Outubro/Dezembro 2009, p. 15-19. Brasília/DF.

- b) Promover o intercâmbio de informação e análise sobre a situação regional e internacional, com o propósito de identificar os fatores de risco e ameaça que possam afetar a paz regional e mundial.
- c) Contribuir para a articulação de posições conjuntas da região em foros multilaterais sobre defesa, no marco do artigo 14 do Tratado Constitutivo da UNASUL.
- d) Avançar a construção de uma visão compartilhada a respeito das tarefas de defesa e promover o diálogo e a cooperação preferencial com outros países da América Latina e do Caribe.
- e) Fortalecer a adoção de medidas de fomento da confiança e difundir as lições aprendidas.
- f) Promover o intercâmbio e a cooperação no âmbito da indústria de defesa.
- g) Estimular o intercâmbio em matéria de formação e capacitação militar, facilitar processos de treinamento entre as Forças Armadas e promover a cooperação acadêmica entre os centros de estudo de defesa.
- h) Compartilhar experiências e apoiar ações humanitárias, como a desminagem, a prevenção e mitigação de desastres naturais e a assistência às suas vítimas.
- i) Compartilhar experiências em operações de manutenção de paz das Nações Unidas.
- j) Intercambiar experiências sobre os processos de modernização dos Ministérios de Defesa e das Forças Armadas.
- k) Promover a incorporação da perspectiva de gênero no âmbito da defesa.

O presidente Castelo Branco, expositor renomado da doutrina geopolítica da Escola Superior de Guerra (ESG), ao tratar de Segurança e desenvolvimento⁷³, defendia a importância da base industrial e tecnológica do país. Além disto, sugeria a viabilidade de uma defesa associativa e segurança continental.

MEIRA MATTOS⁷⁴ aduziu que há preocupações geopolíticas quanto ao fortalecimento de nosso poder no Atlântico Sul e da necessidade de um maior desenvolvimento científico, tecnológico e industrial, que respaldassem as necessidades de segurança ante o conflito de interesses globais.

MEIRA MATTOS⁷⁵ resumiu o pensamento geopolítico brasileiro nos últimos setenta anos assim:

Com esta visão de validade presente e atuante da Geopolítica, pretendemos rever a eficácia das principais diretrizes estratégicas propostas pelos geopolíticos brasileiros nestes últimos setenta anos. Resumindo-as temos: Interiorização, Integração territorial, **Fortalecimento da presença estratégica no Atlântico Sul, Desenvolvimento econômico e social, Segurança externa e interno** (grifo é nosso).

Samuel Pinheiro Guimarães⁷⁶, sugeriu alguns princípios para a integração sul-americana que, em linhas gerais, coincidem com os objetivos e princípios do CDS,

⁷³ Aula inaugural do ano letivo de 1967 na ESG. MEIRA MATTOS, 1975, p. 61.

⁷⁴ MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica e Modernidade – Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro, Editora BIBLIX, 2007, p. 95.

⁷⁵ MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica e Modernidade – Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro, Editora BIBLIX, 2007, p. 97.

principalmente quando valorizava a cooperação na área militar, com respeito às assimetrias, com a participação da sociedade civil e sem o espírito imperialista.

[...] reconhecer a importância primordial de cooperação com as Forças Armadas de países vizinhos da América do Sul, com extraordinária atenção à necessidade de evitar qualquer suspeita de hegemonia militar [...] reconhecer a urgência de definição detalhada de uma estratégia militar própria para o Brasil e para a América do Sul. Esta estratégia de defesa deve ter a natureza civil militar [...]

4.4.3 O CDS e as orientações da Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa

Cabe também a discussão acerca da congruência do CDS e as orientações da Política e Estratégia Nacional de Defesa. A Carta Magna brasileira se sobrepõe ao ordenamento jurídico nacional, estabelecendo, além do direito positivado, alguns princípios que devem nortear os poderes legalmente constituídos. No estudo da pertinência do CDS com nossas orientações constitucionais, não se pode olvidar do Art 4º da Constituição da República Federativa do Brasil⁷⁷, que estabelece os princípios de suas relações internacionais, que, indubitavelmente, assemelham-se aos princípios deste novo órgão regional.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político.

Ainda no parágrafo único deste artigo preconiza uma integração de toda América latina, que, de certa forma, engloba a América do Sul, espaço geográfico abarcado pelo CDS.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Após o estudo do pensamento geopolítico nacional, por meio de renomados intelectuais brasileiros, resta agora perquirir acerca do que foi preconizado em

⁷⁶ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança**. Perspectivas para a Segurança Hemisférica. Pinto, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho (Org.). Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004, p. 47-48.

⁷⁷ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 12/03/2010.

nossas diretrizes legais. Não se pode analisar as ações estratégicas do Brasil, na área militar, sem o estudo prévio da PDN e da END. Desta forma, poder-se-á concluir se o CDS está em consonância com as orientações contidas nos dois documentos que norteiam a Defesa Nacional.

A PDN⁷⁸ aborda a Segurança Cooperativa e a integração sem, no entanto, descrever medidas e ações para empreendê-la. O Art 6º desta Política destaca o fomento da integração regional, mediante cooperação e certas premissas. Reforça que “o Brasil deverá buscar outras parcerias estratégicas visando ampliar as oportunidades de intercâmbio e geração de confiança na área de Defesa”. Esta idéia de parcerias estratégicas e geração de confiança na área de defesa vão ao encontro dos objetivos do CDS, assim como a participação da sociedade nestes temas e o fortalecimento da paz pela busca de soluções negociadas⁷⁹.

Quando aborda a conjuntura internacional, a PDN⁸⁰ assemelha-se aos princípios e objetivos do CDS, que, conforme visto anteriormente, faz apologia ao respeito à soberania e ordenamento jurídico, defesa dos recursos naturais, auto-determinação, redução de assimetrias, multilateralismo e desenvolvimento de capacidade tecnológicas.

Sobre a amplitude da área de interesse geopolítico do Brasil, no que tange a defesa nacional, a PDN coincide com o CDS, elegendo o entorno sul-americano como o de maior importância. Valoriza também a solução negociada de conflitos, o fortalecimento de organismos regionais, além do incremento da cooperação como forma de projetar poder para a África e Atlântico Sul, alinhada com o pensamento geopolítico nacional.

O subcontinente da América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e incluiu a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África. Além disso, processos de consolidação democrática e de integração regional tendem a aumentar a confiabilidade regional e a solução negociada dos conflitos [...] a intensificação da cooperação e do comércio com países africanos, facilitada pelos laços étnicos e culturais; e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul.

⁷⁸ BRASIL. DECRETO Nº 5.484, DE 30 DE JUNHO DE 2005, Publicado no Diário oficial da União - Edição Número 125 de 01/07/2005.

⁷⁹ BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, 2005, Introdução.

⁸⁰ PDN (BRASIL, 2005).

A PDN em seus objetivos nacionais de defesa também se alinha com o Tratado Constitutivo do CDS, especialmente quando exorta a estabilidade regional, defesa dos interesses nacionais, da paz e a projeção internacional do Brasil. Para estes objetivos de defesa, abaixo elencados, o CDS pode ter papel relevante, como visto na análise de sua congruência com o pensamento geopolítico brasileiro.

I - a garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial; II - a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior; III - a contribuição para a preservação da coesão e unidade nacionais; IV - a promoção da estabilidade regional; V - a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais; e VI - a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.

A valorização de arranjos regionais e foros multilaterais como o CDS, consta das orientações estratégicas⁸¹ e diretrizes da PDN. Estas orientações também indicam a necessidade do fortalecimento da indústria nacional de defesa, bem como da maior participação da sociedade nos assuntos de defesa, de forma semelhante ao novo órgão regional orienta.

A nova Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID)⁸² vai ao encontro dos esforços de integração do CDS, principalmente quando foca a atenção na expressão militar do poder nacional e suscita uma maior integração do MRE com a defesa, visando uma sinergia dos esforços nesta área. Também salienta a necessidade da divulgação e intercâmbio no entorno estratégico dos materiais da indústria de defesa.

[...] b) orientar os futuros adidos militares brasileiros quanto à divulgação do produto de defesa nacional, bem como institucionalizar o apoio por eles prestado às iniciativas dos empresários da BID nos países junto aos quais estiverem acreditados; [...] f) subsidiar o Ministério das Relações Exteriores e os órgãos de exportação quanto aos países de interesse da BID; [...] h) coordenar ações visando à certificação de produtos de defesa existentes, adequando-a às normas regionais e internacionais, tendo em vista o seu reconhecimento;

A Estratégia Nacional de Defesa (END), em sua introdução, ressalta alguns princípios e idéias convergentes com o CDS, entre as quais, a participação da sociedade civil nas matérias de defesa, respeito à soberania, paz, democracia,

⁸¹ PDN (BRASIL, 2005) – 6. Orientações Estratégicas e 7. Diretrizes.

⁸² Portaria Normativa do Ministério da Defesa nº 899/MD, de 19 de julho de 2005, no Diário Oficial da União de 20 de julho de 2005.

solução pacífica dos conflitos. Nas medidas de implementação, assim como o novo conselho regional, estimula a sinergia do MRE e MD com as tarefas relativas à estabilidade regional e cooperação regional⁸³.

Seguindo esta linha, tratando sobre integração regional na área de defesa, em sua Parte I, Formulação Sistemática, a END trata das suas diretrizes. Neste espectro está ressaltado, no item 18, o estímulo à integração regional, já contemplando o Conselho de Defesa Sul-Americano com seus objetivos gerais. Ali se preconiza:

O Conselho de Defesa Sul-Americano, em debate criará mecanismo consultivo que permitirá prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, sem que dele participe país alheio à região.

Ainda com relação aos princípios do CDS, cumpre recordar alguns pontos que convergem com a política externa brasileira, na visão de alguns pensadores de grande credibilidade. Dentre estes princípios, aponta-se: respeito às constituições nacionais, prevalência do Poder civil no uso do Poder Militar, além de aceitação das assimetrias regionais.

A END também estabelece que: "A subordinação das Forças Armadas ao poder político constitucional é pressuposto do regime republicano e garantia da integridade da Nação". De acordo com LÁFER⁸⁴, com o fim dos regimes militares na América do Sul crescia a tendência do poder militar estar subordinado aos civis,

Se a coincidência de regimes autoritários favorecia uma percepção algo semelhante da ordem internacional e da ordem interna, alimentava também a suspeita mútua no plano bilateral e sub-regional. A simultaneidade, agora, de regimes democráticos desarmava a tensão, e agregava um elemento de parceria na necessidade que sentiam os dois governos de afirmar e consolidar o controle civil e democrático sobre os militares".

A Estratégia, em sua Parte II, Medidas de Implementação, preconiza as ações para a estabilidade Regional com o conteúdo direcionado a integração regional na Área de Defesa. Exorta a realização de projetos em comum na área de defesa com os demais países do subcontinente, além da cooperação na área de fronteira e intercambio militar.

⁸³ BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**, 2008. Decreto Presidencial Nr 6703, de 18/12/2008. Publicado no Diário Oficial da União de 19/12/2008.

⁸⁴ LÁFER, Celso. **Relações Brasil-Argentina: Alcance e Significado de uma Parceria Estratégica**. Contexto Internacional, R.J, IRI-PUC, v. 19, n. 2, 1997, p. 254.

A indústria nacional de material de defesa será incentivada a competir em mercados externos para aumentar a sua escala de produção. A consolidação da União de Nações Sul-Americanas poderá atenuar a tensão entre o requisito da independência em produção de defesa e a necessidade de compensar custo com escala, possibilitando o desenvolvimento da produção de defesa em conjunto com outros países da região.

Assim como no recém-criado órgão regional, a END preconiza a defesa incondicional das riquezas naturais, especialmente a Amazônia. Com o novo órgão sul-americano as ações preconizadas pela Nova Estratégia ficam integradas.

Atendendo às diretrizes da nova END, o Exército Brasileiro pretende, até 2011, rever o SIPLEX (Sistema de Planejamento do Exército), estabelecendo ainda mais importância para a cooperação no entorno estratégico. A idéia principal⁸⁵ que se deseja transmitir é de “cooperação” para com os vizinhos, afastando o termo “dissuasão”.

O Plano de Ação 2007 – 2010, do Ministério da Ciência e Tecnologia⁸⁶ também prioriza aspectos correlatos aos objetivos do CDS, em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa. Um dos seis programas mobilizadores em áreas estratégicas refere-se à indústria de defesa, com destaque para as áreas nuclear e espacial.

Linha de Ação 19 - Defesa Nacional e Segurança Pública

19.1. CT&I para a Defesa Nacional

- Ampliar o apoio à infra-estrutura de P,D&I e de serviços tecnológicos de instituições científicas e tecnológicas (ICTs) na área de Defesa Nacional;
- Promover a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias de interesse da defesa nacional, incentivando a sinergia de atores públicos e privados;
- Incentivar a formação, qualificação, capacitação e fixação de recursos humanos em áreas estratégicas da defesa nacional; e
- Apoiar a inovação tecnológica de interesse da defesa nacional em empresas nacionais e incentivá-la por meio da promoção de compras governamentais.

Assim, o CDS está em sintonia com a parceria firmada entre o Ministério da Defesa e o da Ciência e Tecnologia, que busca também o incremento das indústrias de defesa e de áreas de tecnologias de uso dual, com profunda e intensa cooperação civil-militar. Seus desdobramentos podem gerar instrumentos cruciais para a defesa nacional.

⁸⁵ Palestra proferida na ECEME, sobre atividades recentes e atuais do Estado Maior do Exército (EME), pelo General Div Eduardo da Costa Dias Villas Bôas, 7º Sub Chefe do EME, em 16/03/2010.

⁸⁶ Palestra proferida na ECEME, em 07/07/2010, pelo Sr Luiz Antonio Elias, Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia.

5 A EFETIVIDADE DO CDS

Após a análise da congruência do pensamento geopolítico e estratégico nacional com o CDS, verifica-se que este órgão poderá servir aos propósitos da política externa brasileira. O novo Conselho enfrentará alguns desafios para ser efetivo. Conforme estudado nesta tese, o cenário regional, apesar de evidenciar a necessidade deste novo instrumento de integração, apresenta algumas condicionantes de vulto que, por certo, influenciarão o seu futuro.

5.1 ESTRUTURA DO CDS

Ainda aprofundando a instrumentalidade do CDS, observa-se que em sua estrutura estão os Ministros da Defesa dos países membros da UNASUL, trabalhando com representantes do alto escalão do MRE. Esta composição permite uma maior integração das pastas de Defesa e Relações Exteriores nos assuntos inerentes à expressão militar do poder. Existirá uma instância executiva composta pelos Vice-Ministros de Defesa, ou seus equivalentes.

Artigo 6. O Conselho de Defesa Sul-Americano será integrado pelas Ministras e Ministros de Defesa, ou seus equivalentes, dos países membros da UNASUL. Artigo 7. As delegações nacionais serão compostas por altos representantes de Relações Exteriores e de Defesa e pelos assessores cuja participação os Estados Membros considerem necessária. Artigo 8. O Conselho terá uma instância executiva, composta pelas Vice-Ministras e Vice-Ministros de Defesa, ou seus equivalentes¹.

A presidência do conselho será rotativa, correspondendo ao mesmo país que ocupe a presidência *pro tempore* da UNASUL. Da leitura dos artigos 12 ao 16, pode-se extrair que: as reuniões ordinárias ocorrerão anualmente; os acordos serão adotados por consenso; a instância executiva do conselho seccionará a cada seis meses, sem prejuízo de reuniões extraordinárias, e elaborará o plano de ação anual; a presidência convocará reuniões extraordinárias do conselho a pedido da metade de seus estados

¹ Nota Nr 700 do Itamaraty, de 16/12/08. **DECISÃO PARA O ESTABELECIMENTO DO CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO DA UNASUL.** Costa do Sauípe, Bahia. Cúpula Extraordinária da UNASUL, de 16/12/2008.

membros; e o conselho e seus estados membros darão aos documentos entregues o tratamento determinado pelo país de origem.

O Artigo 18 afirma que, nas iniciativas de diálogo e cooperação com outras organizações regionais ou sub-regionais similares, o Conselho atuará em conformidade com os artigos 6, 7 e 15 do Tratado Constitutivo da UNASUL².

Os demais Estados da América Latina e do Caribe, que solicitem sua participação como Estados Associados do CDS, poderão ser admitidos com a aprovação do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, sendo que este conselho poderá examinar solicitações de adesão como estados membros por parte de estados associados que tenham esse status por 4 (quatro) anos.

Feita esta rápida leitura da estrutura e funcionamento do CDS, deve-se, agora, procurar entender se o novo órgão será efetivo no atendimento dos objetivos e princípios estabelecidos em seu tratado constitutivo. Para se obter uma resposta confiável, cumpre estudar, desde sua criação, a cronologia da atuação do CDS e seus planos de ação.

Além disto, analisar-se-ão alguns aspectos que influenciarão diretamente o sucesso desta recém-criada iniciativa para a integração sul-americana, tais como: perspectivas da UNASUL; tempestividade da criação do CDS; futuro das relações Brasil-EUA; aprofundamento das relações Brasil-Argentina e a consolidação da liderança brasileira.

5.2 CRONOLOGIA DAS REUNIÕES, PLANEJAMENTOS E AÇÕES DO CDS DESDE SUA CRIAÇÃO

Seguindo uma sequência cronológica, vale recordar algumas iniciativas importantes no sentido de aprofundar a integração regional, oriundas das discussões no âmbito do CDS. Neste contexto, serão abordadas algumas reuniões do CDS com suas respectivas decisões. Também os planos de ação elaborados e os seus resultados

² De acordo com estes três artigos, caberia ao Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo (órgão máximo da UNASUL), cuja presidência é Pro Tempore, apoiar o Conselho de Delegadas e Delegados da UNASUL, visando promover diálogo sobre temas de interesse regional ou internacional e buscar consolidar mecanismos de cooperação com outros grupos regionais, Estados e outras entidades com personalidade jurídica internacional.

mais importantes servirão de subsídios para que se tenha uma idéia da efetividade do conselho.

5.2.1 Primeira Reunião da Instância Executiva do CDS e Plano de ação 2009 -2010

Durante a primeira reunião de Vice-Ministros de Defesa do CDS, que é sua instância executiva, em Santiago do Chile, nos dias 28 e 29 de janeiro de 2009, foi redigido um Plano de Ação para o ano 2009. O objetivo do plano³ foi impulsionar iniciativas possíveis de serem realizadas no curto e médio prazo, que dêem legitimidade e visibilidade ao Conselho.

O plano resultante deste encontro contém um cronograma de reuniões, além da especificação de tarefas e países responsáveis, norteando o trabalho dos ministros de defesa dos países membros e distribuindo as incumbências acertadas. Em linhas gerais, esta primeira reunião elencou quatro eixos ou linhas de ação, que definem uma série de iniciativas específicas, quais sejam: 1) políticas de defesa; 2) cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz; 3) indústria e tecnologia da defesa; e 4) formação e capacitação.

Dentre as principais ações definidas e seus responsáveis, destacam-se: 1) Dar transparência à informação sobre gastos e indicadores econômicos da defesa (Argentina e Chile); 2) Criar um mecanismo para contribuir para a articulação de posições conjuntas da região em foros multilaterais sobre defesa (Chile e Peru); 3) Elaborar um diagnóstico da indústria de defesa, identificando capacidades e áreas de associação estratégicas, para promover a complementaridade, a pesquisa e a transferência tecnológica (Equador.); e 4) Promover ações bilaterais e multilaterais de cooperação e produção da indústria para a defesa (Venezuela).

Ainda foi acertada a criação do Centro Sul-Americano de Estudos Estratégicos de Defesa (CSEED), em Buenos Aires, Argentina, sob a responsabilidade da Argentina e do Chile, e que seria realizado, no mês de novembro de 2009, no Rio de Janeiro, o

³ Conselho de Defesa Sul-Americano. **Plano de ação 2009-2010 do CDS**. Santiago, Chile, 29/01/2009. Disponível em: <<http://www.cdsunasur.org/es/consejo-de-defensa-suramericano/documentos-oficiales/57-espanol/162-plan-de-accion-2009-2010>>. Acesso em: 19/10/2010.

Primeiro Encontro Sul-Americano de Estudos Estratégicos (1º ESEE), cabendo à Argentina, Brasil e Chile sua execução.

5.2.2 Primeira Reunião Ordinária do CDS - Santiago do Chile

Em março de 2009, foi realizada no Chile, a primeira reunião ordinária do CDS, desta feita contando com os Ministros de Defesa. De acordo com o relatório⁴ deste encontro, ficaram estabelecidas algumas orientações importantes sobre os planos de ação que definiriam os objetivos, metas e divisões de tarefas para os diversos países membros do CDS. Tudo de acordo com os Artigos do Tratado constitutivo do CDS, já estudado neste trabalho. Em seus preâmbulos, o relatório expressa, após concordar com o Plano de Ação 2009-2010, alguns objetivos:

- a) Consolidar América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral de nossos povos, e como contribuição para a paz mundial.
- b) Construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, que leve em conta as características sub-regionais e nacionais e que contribua para o fortalecimento da unidade da América Latina e o Caribe, e
- c) Gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa. ACORDAM impulsar o Conselho de Defesa Sul-Americano no marco da UNASUL através da execução do Plano de Ação 2009 – 2010, que desenvolve quatro eixos ou linhas de ação que, por sua vez, contêm uma série de iniciativas específicas. (tradução e grifo do autor)

Com relação às políticas de defesa, na reunião de Santiago, ficou estipulado na Declaração de Santiago o seguinte:

- a) Criar uma rede para a troca de informação sobre políticas de defesa.
- b) Realizar um seminário sobre modernização dos Ministérios da Defesa.
- c) Compartilhar e dar transparência à informação sobre gastos e indicadores econômicos da defesa.
- d) Propiciar a definição de enfoques conceituais.
- e) Identificar os fatores de risco e ameaças que possam afetar a paz regional e mundial.
- f) Criar um mecanismo para contribuir para a articulação de posições conjuntas da região em foros multilaterais sobre defesa.
- g) Propor o estabelecimento de um mecanismo de consulta, informação e avaliação imediata perante situações de risco para a paz de nossas nações, em conformidade com o Tratado da UNASUL. (tradução do autor)

⁴Conselho de Defesa Sul-Americano. **Declaracion de Santiago de Chile.** Santiago, março de 2009. Disponível em: <<http://www.cdsunatur.org/es/plan-de-accion/formacion-y-capacitacion>>. Acesso em 18/10/2010.

No que concerne à cooperação militar, definiu-se as seguintes metas:

- a) Planejar um exercício conjunto de assistência para o caso de catástrofe ou desastres naturais.
- b) Organizar uma conferência sobre lições aprendidas em operações de paz, tanto no âmbito interno quanto multilateral.
- c) Elaborar um inventário das capacidades de defesa que os países oferecem para apoiar as ações humanitárias.
- d) Trocar experiências no campo das ações humanitárias com vistas no estabelecimento de mecanismos de resposta imediata para a ativação de ações humanitárias perante situações de desastres naturais.(tradução do autor)

Da mesma forma, foram alinhavadas ações para a indústria e tecnologia de defesa, tais como:

- a) Elaborar um diagnóstico da indústria de defesa dos países membros identificando capacidades e áreas de associação estratégicas, para promover a complementaridade, a pesquisa e a transferência tecnológica.
- b) Promover ações bilaterais e multilaterais de cooperação e produção da indústria para a defesa no marco das nações integrantes deste Conselho. (tradução do autor)

Prossegue o relatório estabelecendo que, na área de formação e capacitação, estes seriam os objetivos:

- a) Elaborar um cadastro das academias e centros de estudos em defesa e de seus programas, e criar uma rede sul-americana de capacitação e formação em defesa, que permita a troca de experiências e o desenvolvimento de programas conjuntos.
- b) Propor programas de intercâmbio docente e estudantil, homologação, avaliação e validação de estudos, reconhecimento de títulos e bolsas entre as instituições existentes, em matérias de defesa.
- c) Constituir e pôr em andamento o Centro Sul-Americano de Estudos Estratégicos de Defesa (CSEED), e encomendar a um grupo de trabalho dirigido pela Argentina, a elaboração da proposta de seu estatuto, no prazo de 60 dias.
- d) Realizar em novembro de 2009, no Rio de Janeiro, o Primeiro Encontro Sul-Americano de Estudos Estratégicos (1º ESEE). (tradução do autor)

Como exposto acima, este plano evidenciou uma agenda ampla para a construção comum, gradual e flexível, de uma identidade sul-americana de defesa. Ficou acertado que os vice-ministros da defesa da América do Sul se reuniram no Equador, em meados de 2009, para verificar o cumprimento deste plano de ação.

5.2.3 Reunião Extraordinária de Ministros de Relações Exteriores e de Defesa da UNASUL - Quito

Dando prosseguimento às ações e deliberações do CDS, deve-se fazer alusão à reunião extraordinária realizada em Quito, Equador, em 27 de Novembro de 2009, na qual se produziu um relatório⁵ que tratava de algumas ações do CDS. Esta reunião extraordinária foi decorrente de uma decisão da Cúpula Extraordinária da UNASUL, ocorrida em Bariloche, em 28/08/2009, realizada para tratar da questão das bases americanas na Colômbia.

Nesta Cúpula da UNASUL⁶, foi determinado que os Ministros de Relações Exteriores e de Defesa se reunissem para deliberar sobre algumas questões. O CDS surgiu, então, como um fórum importante para discussão de uma questão delicada como a das bases americanas, recebendo dos mandatários sul-americanos a incumbência de construir medidas de confiança mútua que respaldassem um clima de paz e cordialidade regional, conforme se aduz a seguir, do texto conclusivo do encontro da UNASUL em Bariloche:

Instruir seus Ministros das Relações Exteriores e da Defesa a realizar uma reunião extraordinária [...] incluindo mecanismos concretos de implementação e garantias para todos os países, aplicáveis aos acordos existentes com países da região e extra-regionais, assim como ao tráfico ilícito de armas, ao narcotráfico e ao terrorismo de acordo com a legislação de cada país. [...]; Instruir o Conselho de Defesa Sul-Americano a analisar o texto sobre "Estratégia sul-americana, Livro Branco, Comando de Mobilidade Aérea (AMC) dos EUA" e a realizar uma verificação da situação nas fronteiras, e a elevar os estudos resultantes ao Conselho de Chefes de Estado e de Governo, a fim de considerar cursos de ação a seguir. (tradução do autor)

Com relação às medidas de fomento da confiança, ficou acertado o intercâmbio de informações e transparência. Nos sistemas de defesa, buscou-se tornar acessível a expressão militar dos poderes nacionais e as políticas de defesa. Para isto, foi criada uma rede para intercambiar informações, além da troca de dados sobre forças militares

⁵ Nota Nr 263, de 27/11/2009, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. **Relatório da Reunião Extraordinária dos Ministros de Relações Exteriores e de Defesa da UNASUL**. Quito. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/11/28/reunion-extraordinaria-de-ministros-de-relaciones>>. Acesso em: 19/10/2010.

⁶ Nota Nr 4162, de 28/08/2009, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. **Cúpula Extraordinária da UNASUL**. Bariloche. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/08/28/cupula-extraordinaria-de-chefes-de-estado-e-de>>. Acesso em: 18/10/2010.

(efetivos, armas e equipamento) e do estabelecimento de um banco de informação dos países da UNASUL sobre transferência e aquisição de material de emprego militar.

Outro resultado significativo foi o desenvolvimento de um mecanismo de notificação e registro, perante a UNASUL, do texto integral dos acordos de cooperação intra-regionais e extra-regionais em matéria de defesa e segurança, dando uma resposta à questão das bases americanas na Colômbia e precavendo a região de futuras crises neste sentido.

Quanto aos gastos de defesa, acordou-se que: haveria informações sobre o exercício fiscal precedente e todo o processo de formulação, aprovação, execução e controle destes gastos, com homologação no CDS, para sua análise e disponibilização nos sites eletrônicos dos respectivos Ministérios de Defesa.

Ainda foram estabelecidas algumas medidas de confiança relativas à realização de atividades militares intra e extra-regionais. Acertou-se que os países do CDS deveriam notificar, antecipadamente, aos demais membros limítrofes e à UNASUL, qualquer exercício militar planejado que se realize nas zonas fronteiriças com os detalhes relevantes, bem como informar a UNASUL da execução de exercícios militares com países regionais ou extra-regionais, convidando observadores militares.

Um aspecto importante que se deve ressaltar neste encontro do CDS foi que, além de questões relativas à defesa, também foram estipulados pontos referentes ao âmbito da segurança, abordando questões como controle conjunto aos ilícitos transnacionais e o repúdio ao terrorismo, atentados aos direitos humanos e golpe de estado.

Outras garantias ficaram acordadas, tais como: condenação do uso da ameaça e da força entre os membros da UNASUL; manutenção da América do Sul como área livre de armas nucleares; e algumas restrições no estabelecimento de acordos de defesa entre nações da região, garantindo o respeito à soberania, integridade territorial e intervenções em assuntos internos.

Vale destacar que o Tratado de Não Proliferação de armas nucleares (TNP) não é uma unanimidade entre os intelectuais brasileiros. Alguns, como Mangabeira Unger⁷,

⁷ UNGER, Roberto Mangabeira. Entrevista concedida a Paulo Henrique Amorim, em 06/04/2004. Disponível em: <www.law.harvard.edu/unger/portuguese/docs/uol53.doc>. Acesso em: 21/02/2010.

defendem que a posse da tecnologia nuclear seria a melhor maneira do Brasil garantir sua soberania:

Eu me oponho a nossa adesão ao Tratado. Eu sustento que nós deveríamos denunciá-lo e, pelos procedimentos normais, sair do Tratado no futuro. [...] Em primeiro lugar por conta de nossos interesses, os interesses nacionais brasileiros. Fica muito claro no mundo que quem ata suas próprias mãos, quem amarra suas próprias mãos é levado muito menos em conta.

Após tratar de medidas de verificação e cumprimento do estipulado em Quito, nas disposições finais, ficou definido que o CDS teria autonomia para tratar outros assuntos que exijam garantias efetivas de cooperação regional e que complementem o acordado na reunião, além de determinar ao CDS outras providências.

5.2.4 Segunda Reunião ordinária do CDS – Guayaquil

Os Ministros de Defesa das nações sul-americanas participaram da II Reunião Ordinária do CDS, em Guayaquil, nos dias 6 e 7 de maio de 2010. Nesta ocasião, por meio de uma declaração conjunta⁸, aprovavam os procedimentos de aplicação para as medidas de fomento da confiança e segurança, desenvolvidas nas reuniões da instância executiva do CDS⁹

Além de dar prosseguimento aos planejamentos anteriores e aos planos de ação vindouros (2010 – 2011), ficou aprovado o Estatuto do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa, como instância para a geração de conhecimento e difusão do pensamento estratégico sul-americano em matéria de defesa e segurança.

Vale destacar os trabalhos relativos à análise do documento intitulado “Estratégia Global de Bases de Apoio, Livro Branco do Comando de Mobilidade Aérea (AMC) dos Estados Unidos da América”, como subsídio para uma futura agenda de diálogo UNASUL x EUA. Esta iniciativa, de certo modo, demonstra uma intenção conciliadora e

⁸ Conselho de Defesa Sul-Americano. **Declaração de Guayaquil**. II Reunião Ordinária do CDS. Guayaquil, Equador, 06/05/2010 e 07/05/2010. Disponível em: <http://www.cdsunasur.org/index.php?option=com_content&view=article&id=258%3Adeclaracion-de-guayaquil-ii-reunion-ordinaria-cds&catid=57%3Aespanol&Itemid=189&lang=pt>. Acesso em: 21/01/2011.

⁹ Conforme mandato da Resolução dos Ministros de Relações Exteriores e de Defesa da UNASUL, de 27/11/2009, foram realizadas as reuniões da instância executiva em: Manta, Equador, 28 e 29/01/2010; Guayaquil, em 05/05/2010; e Reunião de Trabalho, em Quito, 08 e 09/04/2010. Disponível em: <http://www.cdsunasur.org/index.php?option=com_content&view=category&id=57%3Aespanol&Itemid=189&layout=default&lang=pt>. Acesso em: 12/02/2011.

positiva nas relações do CDS com a potência hegemônica. Além disto, demonstra uma ação coordenada do Conselho frente a prováveis ameaças que aflijam a região.

Ratificou-se ainda o compromisso dos países membros participarem das atividades temáticas previstas, versando sobre defesa, desastres naturais e operações de paz, todas com data e local já definidos.

Um ponto muito importante desta segunda reunião ordinária do CDS foi a deliberação que cria uma secretaria técnica permanente de apoio administrativo a presidência *pro tempore*, dependente da Secretaria Geral da UNASUL, a fim de contribuir ao processo de institucionalização do Conselho de Defesa Sul-Americano.

5.2.5 Plano de ação 2010-2011

Da leitura do plano de ação 2010-2011¹⁰, formulado em 15 de julho de 2010, em Quito, foram mantidas as mesmas 04 (quatro) áreas de atuação nas quais seriam distribuídas as tarefas, ficando definidas a seguintes novas iniciativas: 1) realizar um exercício combinado regional, na carta, sobre operações de manutenção da paz, em Buenos Aires (2011), conduzidos por Argentina e Chile; 2) realizar um exercício na carta sobre os desastres naturais, em Punta Callao, a cargo do Peru; 3) consolidar o inventário das capacidades de defesa dos países para apoiar as ações humanitárias e de desastre natural, sob responsabilidade do Brasil; 4) realizar, no Rio de Janeiro, em abril de 2011, a “Feira Latino Americana Aeroespacial e Defesa”, a cargo do Brasil, já realizada.

Na área de indústria de defesa, definiu-se que se estudaria a possibilidade de se criar um centro de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e cooperação Industrial do CDS, cujo responsável pelo projeto seria a Argentina.

Na área de capacitação e formação, seria elaborada uma proposta do programa sul-americano de formação em Defesa, dirigido a civis representantes dos estados membros do CDS, a cargo da Argentina e Chile.

¹⁰ Conselho de Defesa Sul-Americano. **Plano de Ação 2010-2011 do CDS**. Quito, 15/07/2010. Disponível em: <<http://www.cdsunasur.org/es/plan-de-accion/plan-de-accion-2010-2011>>. Acesso em: 21/10/2010.

5.3 RESULTADOS CONCRETOS DO CDS RELACIONADOS AOS PLANOS DE AÇÃO

Como se viu até aqui, o CDS realizou, em 2009 e 2010, uma série de reuniões de sua instância executiva e de seus ministros da defesa, com interações com as pastas de relações exteriores dos países membros, resultando em planos de ação e distribuição de tarefas

Na verdade, da leitura dos Planos de Ação de 2009-2010 e 2010-2011, verificou-se que alguns pontos não foram atendidos na plenitude, sendo, por isto mesmo, repetido no plano bienal seguinte.

Além disso, o CDS foi instado a atuar na crise das bases militares dos EUA na Colômbia, ficando incumbido de incrementar as medidas de confiança mútua entre os membros da UNASUL.

A seguir, serão analisados os progressos e as ações concretas realizadas nas diversas áreas de atuação do CDS, destacando aquilo que foi planejado e percebendo estas estratégias como iniciativas institucionais do órgão.

Com relação às políticas de defesa¹¹, decidiu-se criar uma rede para o intercâmbio de informações e, neste sentido, foi elaborada a página oficial do CDS (www.cdsunasur.org), com cerca de 2500 visitas por mês, sendo integrada pelos delegados de cada país, que podem comunicar-se diretamente.

Quanto à modernização dos ministérios da defesa, foram realizados seminários em Quito – Equador, entre 19 e 20 de novembro de 2010. As propostas e recomendações emanadas foram incorporadas¹² no Caderno de Defesa Nr 1 - “Modernização de Ministérios de Defesa”.

O compartilhamento e transparência das informações sobre gastos e indicadores econômicos de defesa, embora não tenha gerado um Registro Sul-Americano de Gastos de Defesa, conforme previsto originalmente, permitiu o avanço no controle sobre os gastos militares. O plano de trabalho para o desenho da metodologia comum de medição de gastos militares da UNASUL foi aprovado pelos Vice-Ministros de Defesa na III Reunião Ordinária da Instancia Executiva.

¹¹ Informações disponíveis no site oficial do CDS. Disponível em: <<http://www.cdsunasur.org/es/plan-de-accion/politicas-de-defensa>>. Acesso em: 21/10/2010.

¹² Idem.

A definição de enfoques conceituais de defesa, riscos e ameaças para a região foi alvo de um seminário realizado na Venezuela, onde se observou a diversidade de critérios na área de defesa. Foi gerado um conjunto de recomendações para o CDS e para o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa. Também foi identificado fatores de risco para a instabilidade regional e mundial neste simpósio.

Com relação à criação de um mecanismo para posições conjuntas em fóruns multilaterais de defesa, conforme planejado na II Reunião Ordinária do CDS, os ministros da Argentina, Chile e Peru acordaram uma agenda temática¹³. Esta agenda foi abordada na IX Conferencia de Ministros de Defensa das Américas, efetuada na Bolívia, entre 22 e 25 de novembro de 2010, concentrando-se em três eixos: 1) consolidação da paz, confiança e cooperação; 2) democracia, Forças Armadas, segurança e solidariedade; e 3) incremento da cooperação hemisférica com relação aos desastres naturais.

A constituição de um mecanismo para consulta, informação e avaliação imediata perante situações de risco para a paz das nações da América do Sul parece ser uma oportunidade de melhoria. O Equador iniciou a articulação de uma proposta, sendo que na III Reunião da Instância Executiva foram realizados debates sobre o tema.

Sobre o incremento da cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz, foram realizadas, institucionalmente, algumas iniciativas¹⁴ que serão resumidas a seguir.

Foi realizado o seminário internacional “A participação dos ministérios de defesa e das forças armadas em caso de desastres naturais”, na cidade de Ica – Peru, de 8 a 11 de junho de 2010. Foram produzidas conclusões e recomendações específicas contidas em documento enviado aos estados membros do CDS.

Nesta reunião, a fim de elaborar um inventário das capacidades de defesa para apoiar as ações humanitárias, o Brasil apresentou os avanços do trabalho. Foram expostas algumas recomendações para intercambiar experiências neste campo,

¹³ Nas reuniões preparatórias, os Vice-Ministros de Defesa e delegados de 24 países do continente americano estiveram presentes. Além disso, se elaborou um rascunho para a declaração da IX Conferência de Ministros de Defesa das Américas, na Bolívia, entre 22 e 25 de novembro de 2010, conforme informação do site oficial do CDS.

¹⁴ Sítio oficial do Conselho de Defesa Sul-Americano. Disponível em: <<http://www.cdsunasur.org/es/plan-de-accion/cooperacion-militar>>. Acesso em: 22/10/2010.

buscando estabelecer mecanismos de resposta imediata frente a situações de desastres naturais. Além disto, o Primeiro Seminário sobre “Lições Apreendidas em operações de manutenção da paz”, sob condução do CDS, realizou-se em Montevideu, em setembro de 2010.

Para elaborar um diagnóstico da indústria de defesa dos países membros do CDS, foi elaborado pelo Equador um conjunto de matrizes de informações relacionadas com a indústria de defesa da América do Sul, além de centros de pesquisa e desenvolvimento e informação bibliográfica relacionada ao tema.

A Venezuela constituiu um grupo de trabalho para elaborar o registro das academias e centros de estudo de defesa, de seus programas. Foram desenvolvidas uma proposta de base de dados, uma avaliação das ferramentas de software para ofertar estudos à distancia em matéria de formação e capacitação em defesa, bem como a estimativa de necessidades de *hardware*. Este trabalho da Venezuela servirá de subsídio para se confeccionar uma proposta de sistema de informação que permita consolidar os levantamentos nesta área.

Visando programas de intercâmbio docente e estudantil, homologação, avaliação e validação de estudos, reconhecimento de títulos entre as instituições existentes, em matérias de defesa, o Equador desenvolveu uma proposta de Portal CDS, que constitui uma ferramenta tecnológica que compila informações sobre as Academias Militares e os Centros de Estudos de Defesa existentes na região, com seus programas e dados referentes aos convênios de homologação existentes.

Os Ministros de Defesa aprovaram os Estatutos do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa assim como um cronograma de implementação. Esta entidade foi inaugurada oficialmente em novembro de 2010, com sede em Buenos Aires.

O Primeiro Encontro Sul-Americano de Estudos Estratégicos de Defesa se realizou de 10 a 13 de novembro de 2009, na Escola Superior de Guerra do Brasil, no Rio de Janeiro. Na reunião foram abordados os seguintes temas: Conselho de Defesa Sul-Americano; Cooperação nas medidas de confiança na área de Defesa; Indústria de Defesa; e Relacionamento econômico sócio- cultural e cooperação acadêmica.

Conforme analisada até aqui, o CDS aparenta estar sendo um instrumento importante na formulação de políticas e estratégias de integração relacionadas a

defesa, sendo que muitas das ações idealizadas foram levadas a prática, enquanto que outras ainda necessitam maior aprofundamento. De qualquer maneira, são iniciativas novas e que aproximam mais os seus membros, estabelecendo novos mecanismos de fomento da confiança mútua e ajudando na criação de uma identidade no subcontinente sul-americano.

Feita esta avaliação objetiva do que já foi feito até aqui pelo CDS, iniciar-se-á, neste capítulo, uma visão prospectiva de alguns aspectos que influenciarão a efetividade deste órgão no futuro.

5.4 PERSPECTIVAS DA UNASUL

No começo do século XX, o Brasil investiu no Pan-Americanismo, patrocinado pelos EUA. Depois, passou a apostar em uma integração de toda a América Latina. Há pouco, o MERCOSUL era a grande prioridade brasileira para a delimitação de seu espaço de interesse. Agora, com a UNASUL e o CDS, o espaço geopolítico de interesse do Brasil se amplia, abarcando a América do Sul.

Vale destacar que o Conselho de Defesa Sul-Americano foi criado e baseado na estrutura de um órgão com pouca maturação e conteúdo prático: a UNASUL. O sucesso e sobrevivência da UNASUL condicionam o CDS. Assim, prosseguir-se-á na construção de uma visão prospectiva sobre aquele órgão.

A Intervenção do ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva¹⁵, durante a reunião extraordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em Bariloche/Argentina, em 28 de agosto de 2009, demonstra o esforço político brasileiro no sentido de tornar a UNASUL um organismo atuante e útil.

Então eu queria, primeiro, valorizar a Unasul. [...] Com muita adversidade, e tenho certeza de que em quase todos os países não faltaram manchetes para dizer que a Unasul era um fracasso, que a Unasul não resolveria nada, que a Unasul era um bando de gente que não se gostava e que não se compreendia. E nós estamos sobrevivendo. Eu não me preocupo[...] O que eu tenho consciência é que a Unasul, no século XXI, pode fazer uma mudança radical do que aconteceu no século XX, descolonizar a mente intelectual de boa parte da

¹⁵ Intervenção do Presidente Luís Inácio Lula da Silva na Cúpula Extraordinária da UNASUL, em 28/08/2009, na cidade de Bariloche, Argentina. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=5152&Itemid=148>. Acesso em 21/02/2010.

nossa elite e começar a acreditar que a solução de nossos problemas está em nós e não está fora do nosso continente.

Com relação ao Tratado que criou a UNASUL¹⁶, cumpre perquirir as premissas lá contidas. Algumas das quais merecem referência para que se projete sua viabilidade. Em seu Artigo 3, o Tratado, ao abordar seus objetivos específicos, trata da área de defesa em algumas alíneas. Nos demais Artigos são tratados a estrutura, órgãos, presidência, idiomas oficiais, formas de se resolver divergências, denúncias e resoluções diversas. Cumpre destacar os seguintes objetivos:

A União de Nações Sul-americanas tem como objetivos específicos: a) [...] assegurar um espaço de concertação para reforçar a integração sul-americana e a participação da UNASUL no cenário internacional [...]; i) a consolidação de uma identidade sul-americana [...]; n)...com vistas a incrementar a capacidade, a sustentabilidade e o desenvolvimento científico e tecnológico próprios [...]"

Para JUGMAN¹⁷, algumas dificuldades serão enfrentadas pela UNASUL: falta de tradição na aproximação; grandes assimetrias; geografia como obstáculo; baixa convergência de políticas macroeconômicas; resistências na cessão de soberania; viés mais político do que econômico dos países Bolivarianos.

Na medida em que aumenta o espectro geopolítico de interesse, abarcando toda a AS, da mesma forma que aumenta a influencia e projeção de poder, surgem mais dificuldades em unificar discursos e propósitos, incutindo em algumas análises o receio de imperar a retórica, em prejuízo de políticas efetivas. Neste sentido, expressou-se VIDIGAL:

[...] em vez de os governos da América do Sul procurarem corrigir os problemas que dificultam a integração, buscam criar novas instituições que, acredito, no futuro próximo, poderão se mostrar de muito pouca utilidade, servindo apenas como mais um foro para debates inflamados, bem ao gosto latino [...] Penso que tanto a criação da UNASUL como do Conselho Sul-Americano de Defesa representam uma tomada de posição da América do Sul com relação aos Estados Unidos, uma afirmação de que os Estado membros têm a intenção de

¹⁶ Nota nº 265, Distribuição 22, de 23/05/2008, do Ministério das Relações Exteriores. **Reunião de Cúpula da UNASUL – Los Cardales (Buenos Aires), 3 e 4 de maio de 2010**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/noticias_view?b_start:int=730&-C=>>. Acesso em 21/02/2011.

¹⁷ JUGMAN, Raul. **Importância Estratégica da UNASUL**. Palestra proferida no I ENCONTRO SUL-AMERICANO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS-ESG. Rio de Janeiro, 10 a 13 de novembro de 2009.

atuarem sem influências externas. Na minha opinião, as consequências não irão além dessa afirmativa simbólica, sem que nada resulte de prático¹⁸.

CERVO e BUENO¹⁹ explicam porque muitos duvidam do futuro da UNASUL, conduzindo a uma retórica retrógrada e anacrônica. No entanto, aponta sinais alvissareiros para a integração regional.

As dúvidas surgidas por ocasião de sua fundação, quanto ao desempenho da União, evocam o excesso de burocracias, a superposição de órgãos regionais, a escassez de recursos financeiros e a dificuldade, diante do culto à soberania e das empáfias políticas, de elaborar e executar projetos para a melhoria da infra-estrutura e da integração energética. Em contrapartida, condições favoráveis na AS explicam esse novo passo no processo de integração: o crescimento econômico nos últimos cinco anos e o aumento da inclusão social, além da constituição de reservas financeiras e do estoque de energia.

RICUPERO²⁰ manifesta sua insatisfação com os progressos da UNASUL, apontando erros da política externa brasileira, dentro e fora do subcontinente.

Queremos ser mediadores no Oriente Médio e em Honduras, onde nossa influência é quase zero, enquanto a Unasul, que fundamos, completa um ano sem conseguir eleger o secretário-geral (Néstor Kirchner é vetado pelo Uruguai) nem encaminhar os conflitos que se multiplicam entre os membros.

Há pouco, quando da criação da UNASUL, alguns pensadores julgavam prematura a decisão de descartar-se um maior aprofundamento nas relações do MERCOSUL, inclusive na área militar, para investirem-se os esforços em uma integração mais abrangente, envolvendo toda a América do Sul. Seguindo este raciocínio, Hélio Jaguaribe²¹, defende que a integração militar regional deveria ser iniciada entre Brasil e Argentina, expandindo-se posteriormente para os demais países do MERCOSUL.

¹⁸ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. UNASUL: Solução ou diversão? Artigo enviado, por email, pelo autor a este doutorando, em 23/05/2009. Vale destacar que o termo “diversão” é usado aqui no sentido estratégico: uma operação para desviar a atenção do inimigo da operação principal que se quer empreender.

¹⁹ CERVO, Luiz Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Externa Brasileira**. 3ª Edição. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2008, p. 515.

²⁰ RICÚPERO, Rubens. Arrogância e falta de medida. **Gazeta do Povo**, 16/09/2009. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/documentos/arrogancia-e-falta-de-medida/>>. Acesso em: 23/05/2010.

²¹ JAGUARIBE, Hélio. **Reflexões sobre Defesa e Segurança**: uma estratégia para o Brasil. Ministério da Defesa. Instituto de Estudos Políticos e Sociais, Volume 1, Brasília, 2004, p. 72.

Contraopondo-se ao receio de uma cooperação sul-americana mais abrangente, o chanceler Celso Amorim²² afirma que o fato de o Brasil apoiar a UNASUL, não inviabiliza o MERCOSUL como objeto de interesse e prioridade para a política externa brasileira. Lembrou que, atualmente, existem condições que permitem uma amplitude mais ambiciosa para a integração regional.

Logo no início do governo, o Presidente Lula tomou a decisão de caminharmos em dois sentidos: um era fortalecer o MERCOSUL e o outro era retomar projeto de integração de toda a América do Sul [...] nós já temos a IIRSA [...] pela primeira vez, a América do Sul vai ter ligações efetivas entre o Atlântico e o Pacífico, coisa que na América do Norte aconteceu no século XIX [...] acho que nós temos que pensar é num mercado sul-americano.

Como o CDS é um dos instrumentos da UNASUL, não se pode antecipar seu desempenho e efetividade sem compreendermos o universo em que está inserido, de uma cooperação mais ampla e multilateral. A UNASUL é o primeiro instrumento jurídico assinado na América do Sul como um todo. AMORIM²³ salienta a importância do CDS como uma das estratégias da UNASUL:

[...] o Tratado da UNASUL, com várias vertentes: a vertente do livre comércio, da integração comercial; vertente da infra-estrutura; da energia [...]; a vertente da defesa, que, na verdade só veio a se materializar um pouco mais tarde com a criação do Conselho de Defesa [...]

Durante o mês de maio de 2008, o Observatório Brasileiro de Mídia²⁴ acompanhou as edições diárias dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, La Nación e Clarín, a fim de observar como os referidos veículos noticiaram assuntos relacionados ao tema da integração da América do Sul. Assim, pode-se ter uma idéia das perspectivas que vaticinam para a UNASUL. Na análise da construção de sentidos verificou-se o seguinte: 44% acreditam que a cooperação avança e 16% que o impasse nas negociações prejudica integração regional. Além disto, constatou que:

²² AMORIM, Celso. A integração Sul-Americana. Revista Diplomacia, Estratégia e Política, Nr 10 – Outubro/Dezembro 2009. Brasília, 2009, p.15-18.

²³ AMORIM, Celso. A integração Sul-Americana. Revista Diplomacia, Estratégia e Política, Nr 10 – Outubro/Dezembro 2009. Brasília, 2009, p. 18

²⁴ Acompanhamento de Mídia América do Sul: a Mídia e a Integração. **Observatório Brasileiro de Mídia**. Disponível em: <<http://www.sistema.observatoriodemidia.org.br/Relat%F3rio%20Integra%E7%E3o%20Am%E9rica%20do%20Sul.pdf>>. Acesso em: 22/09/2009.

Do total das reportagens sobre a união de nações sul-americanas, 40% foram desfavoráveis e 32% favoráveis. O noticiário sobre o encontro (UNASUL) esteve contaminado pela invasão de militares colombianos ao acampamento da Farc em território equatoriano e a repercussão do relatório da Interpol. O noticiário sobre a pauta do Conselho de Defesa da América do Sul, na cúpula de Brasília, apresentou o presidente Álvaro Uribe como um entrave ao desenvolvimento das negociações. Do total de textos do tema, 16% apresentaram o impasse na negociação como prejudiciais a integração.

Outro ponto a ser estudado é o retorno que o Brasil terá em sua política externa, ao investir na UNASUL. Reportagem do jornal O Estado de São Paulo²⁵ diz que a América do Sul, mesmo unida, não terá tanta influência a nível global. Segundo o Jornal, o subcontinente não teria poder militar ou econômico e não disporia de um capital de influência suficiente para satisfazer as ambições de projeção mundial. Reforça ainda a idéia de que a América do Sul não é unida e acontecimentos recentes mostram que as brechas entre alguns países estão se alargando, e não se estreitando.

Ainda de acordo com este periódico, a própria cúpula da UNASUL deixou evidente que, mesmo que a retórica de todos seja a da integração econômica e política, as condições objetivas conduzem vários países para direções diferentes e para posições irreconciliáveis. Resumindo, o jornal conclui que a concepção deste organismo deveria ser a etapa final de um processo de união do Mercosul e da Comunidade Andina, analisando tais blocos como incipientes e desarmônicos.

Therezinha de Castro²⁶, ao expor o potencial da América do Sul integrada, apresenta posicionamento diverso do periódico acima citado. Segundo a autora, a região dispõe de recursos energéticos que a colocam em posição de destaque no cenário global.

Os doze países da América do Sul têm economias complementares, e numa integração, numa união sem lideranças, poderiam esses países se tornar auto-suficiente em petróleo, carvão, urânio e outras riquezas energéticas proporcionadas pela natureza. Essa união lançaria um peso comum nas Relações Internacionais e tornaria a AS auto-suficiente desde o petróleo aos alimentos, já com uma tecnologia de ponta.

²⁵ Editorial. O Fiasco da UNASUL. **Jornal Estado de São Paulo**, 27/05/2008, Disponível em: <<http://politiconomico.blogspot.com/2008/05/o-fiasco-da-unasul.html>>. Acesso em: 22/03/2009.

²⁶ CASTRO, Therezinha de. **O Brasil no mundo atual – Posicionamento e Diretrizes**. Rio de Janeiro. Colégio Pedro II, 1982, p. 54.

Partindo da premissa que a UNASUL é mais complexa que o MERCOSUL, pode-se antever algumas dificuldades para sua efetivação, caso se adote o entendimento do Editorial da Folha de São Paulo²⁷, quando afirma:

Se é natural, de todo modo, que as maiores concessões partam do lado brasileiro, tal sacrifício só fará sentido se tiver como contrapartida a liberalização progressiva do ambiente de negócios na região. Entretanto, o contencioso com a Argentina é mais um elemento a demonstrar que, 18 anos após a fundação do MERCOSUL, nem sequer o objetivo básico do bloco, o livre comércio entre seus integrantes, está imune a sabotagens e retrocessos.

Outros especialistas compartilham pontos de vista diferentes. Samuel Pinheiro Guimarães²⁸ afirma que a integração regional apresenta uma perspectiva mais favorável e otimista, tendo se intensificado sobre os auspícios da liderança brasileira. Em 1998, este diplomata já aduzia que um dos grandes desafios do MERCOSUL seria sua ampliação geográfica na América do Sul²⁹.

Ainda defendendo uma integração com escopo em todo o subcontinente, AMORIM³⁰ destacou o potencial do mercado consumidor regional, a facilidade de interação entre os povos, além da necessidade de abranger-se o conjunto andino do subcontinente.

O conjunto da América do Sul é um enorme mercado, somos quase 400 milhões de habitantes, com um PIB que deve estar por volta dos 3 trilhões de dólares. Nós tínhamos que ter um projeto para esse conjunto da região. Na maioria, com exceção de Guiana e Suriname, são populações que falam línguas que se comunicam, que se entendem razoavelmente [...] tínhamos que fazer um acordo com o conjunto do Pacto Andino.

Ao diferenciar a UNASUL do MERCOSUL, o chanceler AMORIM definiu que, na segunda, a integração se encontra em nível mais avançado, mais profundo. Quanto a América do Sul, afirmou que “Na América do Sul nós temos a integração possível, que parte do reconhecimento que os países têm políticas comerciais diversas.”

²⁷ Editorial. Mais retrocesso. **A Folha de São Paulo**, São PAULO, 06/03/2009. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=553420>.

Acesso em: 04/06/2009.

²⁸ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança**. Ministério da Defesa, 2004, Vol 1, p. 45.

²⁹ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. 4ª Ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro. UFRGS/Contraponto, 2002.

³⁰ AMORIM, Celso. A integração Sul-Americana. *Revista Diplomacia, Estratégia e Política*, Nr 10 – Outubro/Dezembro 2009. Brasília, 2009, p. 15.

No entanto, quanto a um projeto ainda mais ambicioso, abrangendo toda a América Latina, AMORIM falou das dificuldades neste momento.

Porque a maioria dos outros países da América Central, e o próprio México estavam em processo de abertura muito rápida em relação aos EUA. Alguns estavam negociando com a União Européia também. Nós não podíamos ter um processo de integração da América Latina como um todo, nem os outros países desejavam, porque eles tinham a atenção voltada para outros temas.

Enfim, o chanceler comparou os três processos de integração, envolvendo MERCOSUL, UNASUL e América Latina. Neste ponto, identifica a grande vantagem da integração que priorize a AS, pois, neste cenário, o Brasil teria um maior escopo de atuação em relação aos temas de seu interesse na região.

Mas há três níveis de integração: (1) o MERCOSUL, uma união aduaneira, com Parlamento; (2) a América do Sul, que vive um processo de integração bastante forte. Do ponto de vista da política externa e de política internacional, acho que ela tem um papel tão grande, ou talvez maior que o do MERCOSUL, porque os grandes temas que existem na região, em geral, transcendem o MERCOSUL; e (3) em um nível um pouco menos cerrado, há o conjunto da América Latina e Caribe, em que se reconhecem os diferentes graus de desenvolvimento entre os países.³¹

CERVO e BUENO³² corroboram com este raciocínio, afirmando que o amadurecimento da UNASUL vem ao encontro do pensamento geopolítico nacional e que a partir da implantação deste pólo de poder regional, o Brasil, através do ente América do Sul, realizará diretamente os seus projetos de interesse. CERVO³³, após analisar os avanços obtidos pelo MERCOSUL, em seus 10 primeiros anos de existência, deduziu que a sua consolidação fortalecia e alavancava a idéia de AS.

LÁFER³⁴, da mesma forma, aduz que o MERCOSUL teve uma importância grande na integração regional, sendo um passo importante antes da ampliação deste escopo. Defendia, porém, que antes de se ambicionar uma cooperação mais ampla dever-se-ia consolidar o bloco do cone sul. Vale destacar que este raciocínio era o

³¹ AMORIM, Celso. A integração Sul-Americana. Revista Diplomacia, Estratégia e Política, Nr 10 – Outubro/Dezembro 2009. Brasília, 2009, p. 22.

³² CERVO, Luiz Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Externa Brasileira**. 3ª Edição. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2008, p. 513-514.

³³ CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais do Brasil: Um balanço da era Cardoso. Revista Brasileira de Política Internacional, ano 45, Nr 1, 2002, p. 5-35.

³⁴ LAFER, Celso. **O desafio da integração regional**. Novos Blocos econômicos: desafios e oportunidades. Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1993, p. 19.

vigente em 1993, cabendo-nos, agora, discernir se a região está apta a galgar desafios maiores.

Na direção de se superar os obstáculos a uma maior integração regional, a UNASUL se beneficia das ligações físicas e, até mesmo, pretende incrementá-las. De acordo com MOREIRA³⁵, a AS é um território com quatro grandes obstáculos internos: a cordilheira dos Andes, a selva amazônica, o próprio Rio Amazonas e o Pantanal. Sem a ligação física entre os países é muito difícil integrarem-se as populações, que se vêem como povos distantes e dissociados, sendo fundamental a iniciativa para a integração das infra-estruturas na região (IIRSA), prioritária para a UNASUL.

O projeto de constituição da UNASUL pode ser interpretado, em ampla medida, como busca de concretização do intuito deste priorizar não apenas a economia e o intercâmbio comercial, mas também a política, possibilitando a construção de uma maior capacidade coletiva de influência nas negociações internacionais, além de tentar uma certa neutralização de eventuais ações unilaterais dos EUA.

Quanto à ampliação do poder de negociação do Brasil, ao aglutinar uma integração regional mais ampla, CAMARGO afirma que o MERCOSUL não trouxe este ganho, muito pelo contrário, acabou por cercear sua liberdade de ação. Por analogia, seguindo o raciocínio deste autor, poder-se-ia temer por uma repercussão negativa, ainda maior, quando se aglutinam todos os países da AS na esfera das decisões brasileiras.

Em nossa opinião, o MERCOSUL ainda estaria longe de adensar o poder negociador brasileiro, fora do contexto regional, aumentando sua autonomia relativa no cenário internacional, especialmente no que diz respeito à hegemonia americana no continente. Ao contrário: o MERCOSUL subordina, cada vez mais a política externa brasileira, e facilita a execução dos interesses americanos na região³⁶ [...]

Em sentido contrário, o Embaixador PATRIOTA³⁷ defende que o Brasil auferirá maior influência global e liberdade de ação caso invista na integração da América do Sul como um bloco.

³⁵ MOREIRA, Heleno, 2009, *ibidem*.

³⁶ CAMARGO, Gustavo Corrêa de. O MERCOSUL sem confeitos – Implicações para o Brasil. Revista Premissas, Caderno 14, Dezembro de 1996, p. 98. Campinas, UNICAMP, Núcleos de Estudos Estratégicos.

³⁷ PATRIOTA, Antonio de Aguiar. O Brasil exerce a opção de dizer não. Jornal do Brasil, 07/03/2010. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/Resenha/homepage.htm>>. Acesso em: 08/03/2010.

COSTA³⁸ salienta as vantagens de um maior investimento nas relações regionais, com a preferência para o comércio entre as nações sul-americanas. Reforça ainda o nível de auto-suficiência que a região possui em relação à sua produção e necessidade atual.

Dando preferência absoluta ao comércio intra-regional na América do Sul, e criando os mecanismos comerciais e financeiros apropriados a esta preferência, os países sul-americanos poderão aumentar, rapidamente, seu intercâmbio comercial em todas as linhas de produção [...] procedendo desta maneira [...] a América do Sul poderia duplicar seu comércio intr-regional.

Ao analisar os atuais problemas correlatos à defesa nacional, FLORES³⁹ aduz que as preocupações atuais não mais se prendem ao cone Sul, abrangendo a Amazônia e outros ilícitos transnacionais. Por este enfoque, cresce de importância uma maior amplitude na integração regional, buscando uma cooperação maior entre os diversos atores sul-americanos envolvidos.

A histórica prioridade estratégica do sul perdeu força porque inexistem motivos para ela assim continuar se a associação regional tiver sucesso, exorcizando velhas rivalidades. A Amazônia merece mais atenção agora; não se trata de ameaças de estados, mas de ameaças irregulares (guerrilhas, criminalidade internacional).

Ao analisar os aspectos inerentes à amplitude da UNASUL, percebe-se uma perspectiva favorável e alinhada com os interesses brasileiros, malgrado as dificuldades que terá de superar no sentido de incrementar a unidade sul-americana, já se levando em conta o atual estágio da integração regional. CERVO e BUENO⁴⁰, bem definem este quadro:

A considerar sua estrutura operacional e seus fins, dir-se-ia que a UNASUL não exerce apenas o papel de mediador entre os interesses brasileiros e objetivos globais da política exterior. O pólo de poder recém-criado, o ente América do Sul, se adquirir operacionalidade, realiza diretamente interesses brasileiros [...] condições favoráveis explicam esse novo passo no processo de integração: o crescimento econômico nos últimos cinco anos e o aumento da inclusão social, além da constituição de reservas financeiras e da disponibilidade de estoques de energia.

³⁸ COSTA, Darc. **Estratégia Nacional: A Cooperação sul-americana como caminho para a inserção internacional do Brasil**. Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003, p. 114-115.

³⁹ FLORES, Mário César. **Segurança e Defesa. A Política Externa em Perspectiva: Segurança, Comércio e Relações Bilaterais**. CEBRI. São Paulo, 2006. Ed.Lex, p. 100.

⁴⁰ CERVO, Luiz Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Externa Brasileira**. 3ª Edição. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2008, p. 514.

5.5 TEMPESTIVIDADE DA CRIAÇÃO DO CDS

É curioso notar que a América do Sul foi à última região do mundo a organizar-se politicamente em torno de um projeto comum (em contraste com a União Européia, a União Africana, o NAFTA, a ASEAN, o SICA, a CARICOM, a Liga dos Estados Árabes, a Conferência Islâmica e tantos outros agrupamentos regionais). Que fatores terão determinado esse tardio despertar da América do Sul para a integração? Por que nossos países viveram tanto tempo praticamente de costas uns para os outros sem sentir o impulso de um projeto integrador que reunisse os doze países numa única organização? Uma primeira explicação estará provavelmente no forte poder de imantação das relações que historicamente todos os países da região sempre mantiveram com o Norte. Esse foi até recentemente o eixo central e praticamente excludente das relações externas dos países sul-americanos⁴¹.

A decisão brasileira de exortar as demais nações sul-americanas a apoiarem a criação de um órgão regional que aprofunde as discussões dos temas de defesa deve ser oportuna. As prioridades brasileiras e os interesses convergentes dos membros do CDS não devem ser anacrônicos em relação à tentativa de incrementar a cooperação do subcontinente na área militar, tendo em vista que são fatores determinantes para uma ação conjunta sinérgica.

Neste contexto, cabe aprofundar a análise sobre alguns pontos que evidenciem a tempestividade da criação do CDS, dentre os quais: interesses comuns, ameaças no cenário internacional; distensão das relações Brasil-Argentina; recrudescimento de algumas áreas de fricção; descobertas recentes de reservas energéticas estratégicas; e lançamento, em 2008, de nova versão da Estratégia Nacional de Defesa⁴².

Ao se estudar o pensamento geopolítico brasileiro, ficou evidenciado a importância que uma nação deve dedicar às suas fronteiras. O Brasil, limitando-se com todos os países sul-americanos, com exceção de Chile e Equador, compartilha com estes algumas preocupações relativas à soberania.

A recente homologação pelo STF (Superior Tribunal Federal), apesar das ressalvas previstas, da terra indígena Raposa Terra do Sol, criou, por parte de muitos, o receio da união de tribos indígenas brasileiras com outras sediadas em países vizinhos ao norte. Este não parece ser um problema isolado do Brasil. O Jornal Folha de São

⁴¹ CARBONAR, Afonso Álvaro de Siqueira. Palestra conferida na ECEME, a cargo do MRE, em 07/07/2010, ao tratar sobre a UNASUL.

⁴² GARCIA, Marco Aurélio. Recursos Naturais e conflito na América do Sul. In. JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sérgio W.; ALSINA, João Paulo. **Segurança Internacional**. Perspectivas Brasileiras. Rio de Janeiro, FGV, 2010, p. 293.

Paulo⁴³, afirma que, em comparação com vizinhos, só o Peru destina uma proporção menor da selva às reservas florestais e terras indígenas.

Apenas 39,6% da Amazônia brasileira está sob proteção, contra 56% da colombiana, 79,7% da equatoriana e 71,5% da parte [...] será publicado nesta semana por uma rede de 11 ONGs sul-americanas, e mostra que o Brasil é, na verdade, um dos países que têm, proporcionalmente, menos territórios indígenas e áreas protegidas na região.

A revista ISTO É também chama a atenção para o problema, alertando para o risco que estas demarcações representam para a soberania nacional:

Somente em Roraima as 32 áreas em poder de várias etnias somam 103 mil quilômetros quadrados, ou seja, 46% do território estadual [...] Um símbolo maior da distorção na política de demarcação é a reserva Raposa Serra do Sol [...] Não faz sentido as nações indígenas se transformarem num Estado dentro de outro. Em várias estradas na Amazônia, os índios chegam a cobrar pedágio e determinar os horários em que os caminhões podem trafegar. Em recente palestra no Clube Militar [...] o general-de-exército Augusto Heleno Pereira, mesmo sob o risco de ser punido por indisciplina, denunciou os disparates que acontecem na região [...] O general-de-brigada Antônio Mourão, comandante da 2ª Brigada de Infantaria da Selva, apóia integralmente seu colega de farda. "A demarcação contínua coloca a soberania em risco. Daqui a pouco, os índios vão declarar a independência de seus territórios", adverte Mourão⁴⁴.

COIMBRA⁴⁵ chama a atenção para outro fato. Afirma que, em novembro de 1993, a ONU proclamou a Declaração Universal dos Direitos dos Índios, já preparando a criação da chamada "nação yanomami", a ser transformada posteriormente num estado soberano. O Conselho Mundial das Igrejas, em seu documento "Diretrizes para a Amazônia", prescreve a internacionalização da área.

Além desta preocupação em comum, os países sul-americanos, que possuem soberania sobre a Amazônia (membros da OTCA), sofrem com a biopirataria e ações de ONGs. Neste sentido, é oportuna a existência de um órgão que possa implementar

⁴³ CLAUDIO, Angelo. Amazônia é menos protegida no Brasil. A Folha de São Paulo, São Paulo, 20/03/2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u542321.shtml>>. Acesso em: de 22/01/2010.

⁴⁴ COSTA, Octávio. Amazônia a Soberania está em cheque. Revista ISTO É Independente. Ed 2012, publicada em 28/05/2009 e atualizada em 18/01/2010. Disponível em:< <http://www.terra.com.br/istoe-temp/edicoes/2012/artigo89706-1.htm>>. Acesso em: 24/03/2010.

⁴⁵ COIMBRA, Marcos. Perigo na Amazônia. Jornal Monitor Mercantil, 27/03/2003. Prof. Marcos Coimbra Professor é Titular de Economia junto à Universidade Candido Mendes, Professor na UERJ e Conselheiro da ESG. Disponível em: < <http://www.monitormercantil.com.br/mostranoticia.php?id=5202>>. Acesso em 21/02/2010.

uma maior cooperação na área de defesa, incrementando ações positivas para que a região possa enfrentar estes novos desafios.

Sobre o assunto posicionou-se PAIVA⁴⁶, fazendo coro a diversos outros pensadores⁴⁷ e alertando para o risco para a soberania na Amazônia representado pelas ações de ONGs e pela política indigenista. O intelectual trata de instrumentos que poderiam ser utilizados no sentido de macular a integridade nacional, após o Brasil ter assinado a Declaração de Direitos dos Povos Indígenas.

Um dos órgãos das Nações Unidas é o Conselho de Segurança, que determina as intervenções internacionais, nesse caso, ao amparo do artigo 42⁴⁸. Em algumas décadas, as imensas terras indígenas, particularmente na calha norte do Rio Amazonas, terão grandes populações apartadas dos irmãos brasileiros, devido à política segregacionista de sucessivos governos, e desnacionalizadas por influência de ONGs alienígenas, financiadas por organizações estrangeiras ou por outros países, portanto, sem nenhum compromisso com o Brasil. No futuro, os indígenas poderão requerer a autonomia para essas terras com base na Declaração de Direitos dos Povos Indígenas e, não sendo atendida, a intervenção da ONU com base no Dever de Proteger.

Outro ponto que atesta a oportunidade do CDS foi a ocorrência de alguns fatos e possíveis ameaças, no cenário internacional, repercutindo, de forma consistente, na opinião pública mundial e evidenciando uma maior atenção para os assuntos de defesa. Dentre estes, pode-se elencar a invasão norte-americana ao Iraque, em 2003, por meio de decisão unilateral, sem o respaldo do Conselho de Segurança da ONU. Além disto, vale recordar a invasão do Afeganistão por uma coalizão internacional, em 2001.

AMORIM⁴⁹ aponta o surgimento de uma grande preocupação, a partir dos atentados de 11 de Setembro de 2001, com os conceitos de unilateralidade e ação preventiva. Ressalta, ainda, que o deslocamento de tropas da OTAN para o Afeganistão foi o primeiro caso de ação fora da área tradicional de preocupação da aliança, muito além de seu entorno geográfico.

⁴⁶ PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. Direitos Humanos, terras indígenas e soberania. *Jornal do Brasil*, 25/01/2010. Disponível em: <www.exercito.gov.br>. Acesso em: 22/03/2010.

⁴⁷ A Revista do Exército Brasileiro, Volume 145 – 2º Quadrimestre de 2008, publicou a opinião de vários pensadores, convergindo com a declaração do General Rocha Paiva, dentre eles: Osmar José de Barros Ribeiro, Cláudio Moreira Bento, Jarbas Passarinho, Heitor de Paola, Paulo Renato Souza, Fábio Cavalcante, Sandra Cavalcanti, Boris Fausto e Carlos Fausto.

⁴⁸ O artigo 42 reza que “as Nações Unidas, seus órgãos, incluindo o Fórum Permanente para as Questões Indígenas e os organismos especializados, assim como os estados, promoverão o respeito e a plena aplicação das disposições e velarão pela eficácia da presente Declaração”.

⁴⁹ AMORIM, Celso. **Pensamento brasileiro sobre Defesa e Segurança**. Ministério da Defesa, BRASIL, 2004, p. 137.

Mais recentemente, assistiu-se a reativação da 4ª Frota norte-americana, vocacionada para atuar na América do Sul. Conforme retrata a reportagem do Jornal O Globo⁵⁰, foi grande a preocupação brasileira e regional em relação aos reflexos da política externa da Potência Hegemônica.

Os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Venezuela, Hugo Chávez, aproveitaram a Reunião de Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, realizada nesta terça-feira na província argentina de Tucumán, para manifestar preocupação pela reativação da Quarta Frota da Marinha americana, que após 58 anos voltou a realizar operações militares nas Américas do Sul, Central e no Caribe [...] disse que o governo brasileiro pedirá explicações à secretária de Estado americana, Condoleezza Rice.

VIDIGAL⁵¹ reforça as preocupações em relação à reativação da 4ª Frota da Marinha dos EUA. Vale lembrar ainda, em se falando de tempestividade, das prováveis crises que o mundo enfrentaria na visão de VIDIGAL, já tratadas neste trabalho. O Almirante acredita que também as crises da água, do meio ambiente e dos alimentos têm a ver com a reativação da IV Esquadra: “É um caso típico do emprego político do poder naval”. Prossegue o almirante:

O recente anúncio pelos Estados Unidos da reativação da IV Esquadra, para operar no Caribe e no Atlântico Sul, indica um aumento do interesse por esta região do mundo. Pode-se atribuir esta reativação às descobertas anunciadas pelo Brasil na sua plataforma continental, o que poderá vir a ser uma fonte de preocupações para o Brasil já que, até hoje, os Estados Unidos não reconheceram a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar que dá ao país costeiro o direito exclusivo sobre os recursos vivos e não vivos, na sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE), na plataforma continental, no seu subsolo e nas águas sobrejacentes⁵².

Afirma, ainda, que a este fato vem se somar a criação, pelos EUA, em 2007, de um Comando Combinado – o Comando África – que também envolve o Atlântico Sul.

Parece estar próximo do fim o período em que permaneceremos longe dos conflitos globais. Durante o Século XX, por três vezes fomos apanhados despreparados: em ambas as Guerras Mundiais e ao internalizarmos (por meio

⁵⁰ União contra a Quarta Frota. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 01/07/2008. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2008/07/01/lula_chavez_cobram_dos_eua_explicacoes_sobre_reati_vacao_de_unidade_naval_na_regiao-547059552.asp>. Acesso em: 03/03/2010.

⁵¹ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. UNASUL: Solução ou diversão? Artigo enviado, por email, pelo autor a este doutorando, em 23/05/2009. Vale destacar que o termo “diversão” é usado aqui no sentido estratégico: uma operação para desviar a atenção do inimigo da operação principal que se quer empreender.

⁵² VIDIGAL crê, entretanto, que já há nos EUA um movimento para aprovar a Convenção. Não há, até o momento, nenhuma evidência de que os EUA não respeitem os pontos básicos da Convenção.

de táticas de guerrilha) a 'Guerra Fria'. A coexistência de riqueza com a ausência de poder desperta cobiça e conflitos. A sociedade brasileira parece já ter acordado para a Amazônia. É oportuno incluir na vigília o mar?⁵³

A questão da 4ª Frota não é pacífica, ensejando discussões. Segundo FRAGELLI⁵⁴, após fazer uma análise da reação regional e da situação atual, chegou a conclusão de que esta Frota nada mais é do que uma nova denominação da Força Naval do Comando Sul dos EUA, com alguns acréscimos no seu Estado-Maior. Entretanto, reconhece que, do ponto de vista psicológico, passou a impressão de um recado dos norte-americanos para a região, no sentido de dizer que estão atentos a tudo que se passa na AS.

Outra iniciativa norte-americana que despertou a preocupação das nações sul-americanas, sendo diretamente enfrentada pelo CDS, foi a questão da ampliação da presença dos EUA em bases na Colômbia. Este assunto é bastante atual e ensejou uma ação coordenada dos países do subcontinente, valorizando a existência de um conselho que congregue seus ministros da defesa e relações exteriores. O CDS tem sido oportuno no trato destas questões, conforme ocorrido na reunião de Quito⁵⁵, em 15 de setembro de 2009.

Também o Jornal argentino La Nacion⁵⁶ analisa a discussão, no momento atual, de assuntos desta relevância, no âmbito do CDS.

Os ministros da defesa e chanceleres da UNASUL impulsionaram, nesta quarta, em Quito, medidas de confiança sobre segurança. Sobre a mesa de negociação está o pacto militar Bogotá-Washington e o pedido de que todos os convênios da região sejam revisados. [...] Este acordo militar, duramente rechaçado por Caracas, Quito e La Paz ao ser considerado um fator de desestabilização regional, foi analisado nas reuniões de Cúpula de 28 de agosto em Bariloche (Argentina), durante a qual a UNASUL resolveu promover a confiança em temas de segurança e defesa. (tradução do autor)

⁵³ PESCE, Eduardo Ítalo e NIGRO, Antonio Alberto Marinho. Geopolítica do Atlântico Sul. Monitor Mercantil, de 08/05/2008.

⁵⁴ FRAGELLI, José Alberto Accioly. As realidades regionais de segurança: a recriação da Quarta Esquadra e seu significado. In. JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sérgio W.; ALSINA, João Paulo. **Segurança Internacional**. Perspectivas Brasileiras. Rio de Janeiro, FGV, 2010, p. 497-503.

⁵⁵ UNASUL tenta evitar armamentismo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 16/09/2009. Disponível em: <www.exercito.gov.br>. Acesso em: 17/09/2009.

⁵⁶ *Unasur promoverá confianza con acuerdo militar Colombia-EEUU*. **La Nacion**, Quito, 14/09/2009. Disponível em: <<http://www.resdal.org/noticias/RESDAL-noticias-unasur-15-09-09.html>>. Acesso em: 12/02/2010.

No cenário nacional, alguns parlamentares⁵⁷ acreditam que essas desconfianças não são infundadas.

O Departamento de Estado dos EUA confirmou ontem ser verdadeiro o documento da Força Aérea americana apresentado na quarta-feira, em Brasília, pelo deputado federal José Genoíno (PT-SP), que cita a base militar colombiana de Palanquero, a ser usada por Washington, como “uma oportunidade para a realização de operações no âmbito total da América do Sul” [...] Opinião semelhante tem o diretor do Programa de Segurança para a América Latina do Center for International Policy, em Washington, Adam Isacson, que analisou não só o documento da Força Aérea, mas também o texto final do acordo [...]

Prosseguindo na questão temporal, estas ações da nação hegemônica surgem em meio a descobertas relevantes de petróleo na costa brasileira, mais precisamente na camada do pré-sal. Essas novas fontes de petróleo já representam um substancial aumento das reservas brasileiras, ensejando uma ação conjunta, junto à ONU pela ampliação das “águas territoriais” para além das duzentas milhas. Some-se a isto o interesse das demais nações sul-americanas na Antártica e nas áreas de pesca de sua plataforma continental. Sobre este assunto pronunciou-se JOBIM⁵⁸

[...] o que há é uma recuperação do tempo perdido [...] O resto é uma necessidade de defender os recursos que se tem. É preciso compreender que a América do Sul tem a melhor capacidade energética da América Latina em hidrocarbonetos e energias alternativas. Pensamos que hoje ter uma boa defesa é ter a capacidade de dizer não quando é necessário dizer não. O Brasil não tem nenhum problema. Não tem inimigos. Mas existe a percepção de que precisamos ter a capacidade de defender todas as nossas infra-estruturas sensíveis, todas as nossas necessidades. Também a Amazônia [...] A plataforma continental brasileira abrange 4,5 milhões de quilômetros quadrados. A grande riqueza brasileira (Pré-Sal) está a 160 milhas do litoral. Há necessidade de resguardar esses recursos.

Quando se aborda o momento de criação do CDS, não se pode esquecer da relevância do tema defesa, na alta esfera das decisões políticas e no âmago da sociedade civil. A END, de forma bastante objetiva, enfatiza e exorta a participação de todos naqueles assuntos antes restritos às Forças Armadas. Além disto, busca

⁵⁷ DUARTE, Joana. EUA reconhece documento que cita chance de operações na América do Sul. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20/11/2009. Disponível em: <<http://pbrasil.wordpress.com/2009/11/20/eua-reconhece-documento-que-cita-chance-de-operacoes-na-america-do-sul/>>. Acesso em: 22/01/2010.

⁵⁸ JOBIM, Nelson. Defesa é ter a capacidade de dizer 'não' quando necessário. Entrevista concedida a Javier Lafuente. Jornal El País, 28/10/2009. Madri/Esp, Tradução Luís Roberto Mendes Gonçalves. Disponível em: http://www.defesamet.com.br/md1/br_es_1.htm>. Acesso em: 23/02/2010.

implementar uma maior capacidade tecnológica da indústria nacional e um reequipamento das Forças Armadas.

Neste quesito, merece referência a formalização, na estrutura regimental do Itamaraty, do acompanhamento dos temas de defesa do ponto de vista da política externa. Foi então criada a Coordenação-Geral de Assuntos de Defesa⁵⁹. Está instrumentalizado, pela primeira vez, o trato dos assuntos de defesa no âmbito da Secretaria Geral do MRE, demonstrando o quão propício é o momento para a atuação do CDS.

Conforme já estudado neste trabalho, o CDS vai ao encontro destas diretrizes da END, encontrando um terreno fértil, neste momento, para as iniciativas estratégicas brasileiras na área militar. PEREIRA⁶⁰ e STEINBRUCH⁶¹ destacam a atualidade do tema e o atual contexto que influencia as opções brasileiras no sentido de uma maior projeção regional. STEINBRUCH descreve com propriedade as políticas nacionais na área da defesa.

As tentativas de equipar as Forças Armadas brasileiras já foram, no passado, motivo de pilhéria [...] Um país continental como o Brasil, com enorme fronteira, grande parte na Amazônia, e com uma costa de 7.367 km de extensão, tem a obrigação de se armar, independentemente de projetos como o pré-sal. [...] Pelo que foi publicado, as compras brasileiras poderão atingir R\$ 32 bilhões [...] É impossível manter a vigilância da enorme fronteira amazônica sem aviões [...] As descobertas do pré-sal aumentaram as responsabilidades da Marinha na proteção de plataformas que custam bilhões de dólares [...]. O país está sendo diariamente chamado a assumir esse papel em casos que vão do manejo do complicado relacionamento entre Hugo Chávez e a Colômbia até o auxílio a outros países [...] O país precisa dessa modernização para assumir de fato a sua condição de potência emergente em todos os aspectos.

Vale lembrar que, no momento atual, a AS tem sido marcado pela busca de soluções para eventuais crises, com o envolvimento apenas dos atores regionais. Este trabalho já abordou o recrudescimento das relações entre algumas nações e o reaparecimento de grupos guerrilheiros, além de diversos ilícitos transnacionais, que

⁵⁹ BRASIL. Decreto n° 7.304, de 22/09/2010. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências. Mais especificamente, o tema está no Capítulo III ("Das Competências dos órgãos"), seção 3ª ("Dos Órgãos de Assessoria ao Secretário-Geral"), artigo 10º, numeral III.

⁶⁰ PEREIRA, Merval. A indústria bélica. Jornal o Globo. Rio de Janeiro, 15/09/2009. Disponível em: <<http://www.protec.org.br/noticias.asp?cod=4444>>. Acesso em: 24/03/2010.

⁶¹ STEINBRUCH, Benjamin. A atualização das Forças Armadas já vem tarde; o país precisa dela para assumir seu lugar de potência emergente Forte. Folha de São Paulo, São Paulo, 15/09/2009. Disponível em: <<http://defesabr.com/blog/index.php/16/09/2009/>>. Acesso em: 22/03/2010.

evidenciam a necessidade de um órgão que amplie a integração regional na área militar e ofereça um novo fórum para distensão de conflitos e aumento das medidas de confiança mútua.

Merece destaque o papel desempenhado pelas nações do subcontinente na distensão da crise envolvendo Equador, Colômbia e Venezuela. Foram realizadas, com êxito, reuniões, em nome da OEA, com pouca influência norte-americana, para evitar a possibilidade de se evoluir para um quadro mais grave⁶².

Esta maior identidade sul-americana tem sido em muito facilitada pela aproximação da Argentina com o Brasil. A antiga rivalidade geopolítica⁶³, herdada dos tempos coloniais, tem dado espaço a demonstrações explícitas de uma cooperação e parceria consistente, desde os esforços liderados pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín⁶⁴. VIDIGAL⁶⁵ sintetiza bem a importância da relação bilateral para a AS: “Pode-se dizer que a aliança Argentina-Brasil está para o MERCOSUL assim como a aliança Alemanha-França está para a União Européia”.

Ao analisar a postura do vizinho portenho, CAMARGO⁶⁶ afirma que a Argentina tem adotado uma política externa de virtual alinhamento com os EUA. O ex-presidente Carlos Menem teria dito que seu país teria relações “quase carnis com os americanos”. Em 2001, a Argentina chegou ao ponto de, na última reunião do Grupo do Rio, realizada em Cochabamba, na Bolívia, no início de setembro, ter sido o único país disposto a não assinar uma nota de repúdio ao fato dos EUA quererem normatizar o comércio internacional a partir de legislação nacional.

⁶² SEQUEIRA, Cláudio Dantas. Transparência militar tensiona conselho. Folha de São PAULO, São Paulo, 12/03/2009. Disponível em: <http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id_noticia=9499>. Acesso em: 23/06/2010.

⁶³ SILVEIRA, Helder Gordim da. **A visão militar brasileira da Guerra do Chaco: projeção geopolítica e rivalidade internacional na América do Sul**. Porto Alegre/RS, PUC, 1997, 186 p. Esta obra descreve com detalhes, na visão militar brasileira, a rivalidade tradicional com a Argentina em torno da supremacia estratégica na América do Sul.

⁶⁴ MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Modernidade**. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 2002, p. 96.

⁶⁵ VIDIGAL, Armando Amorim F. Integração Sul-Americana: segurança regional e defesa nacional. Caderno PREMISSAS, Nr 14, Dez de 1996. UNCAMP, Campinas/SP, p. 123.

⁶⁶ CAMARGO, Gustavo Corrêa de. O MERCOSUL sem confeitos – implicações para o Brasil. Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas. Caderno Premissas, caderno 14, Dez/1996, p. 98,

Segundo SHNEIDER⁶⁷, durante a década de oitenta, a Argentina teria adotado a Teoria do Realismo Periférico, subordinando suas políticas aos interesses da grande potência regional, os EUA. Esta postura atrapalhou, em muito, uma maior aproximação continental, tendo em vista a falta de unidade das duas maiores economias da região. Corroborando com esta análise, a posição de RABELLO⁶⁸ é de que a oposição Argentina da inclusão brasileira no Conselho de Segurança da ONU, aliada a sua tentativa de filiar-se a OTAN, havia criado dificuldades para a integração militar sul-americana.

Muitos autores têm apontado o MERCOSUL como o grande passo em direção à convergência dos interesses do Brasil e Argentina, possibilitando ousar passos mais audaciosos de integração regional, incluindo aí a esfera da defesa. CERVO e BUENO⁶⁹ analisam os reflexos desta aproximação como fundamental para impulsionar a idéia de América do Sul.

A questão das Malvinas (1982-1982) é fundamental para se entender o auspicioso momento das relações bilaterais Brasil e Argentina. Na época do conflito, o TIAR, tutelado pelos EUA, mostrou-se ineficiente para a defesa dos interesses argentinos, que, ainda assim, contou com o apoio brasileiro na ONU, que ressalvou o direito argentino sobre as ilhas e manteve uma neutralidade favorável ao país vizinho⁷⁰.

Assim, evidenciando o vácuo existente na área da cooperação regional, em matéria de defesa e segurança, HERZ⁷¹ afirma que, embora a análise formal das instituições do TIAR indique a existência de mecanismos de concertação, desde os eventos que marcaram a década de 80, como a Guerra das Malvinas, ficou evidente que não ultrapassamos o nível da cooperação.

⁶⁷ SHNEIDER, Edson Rodrigues. **MERCOSUL: um estudo geopolítico e seus reflexos para o estabelecimento de um sistema de segurança.** Rio de Janeiro, 2003, p. 47. Trabalho de Conclusão de Curso, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, 78 f, 30 cm.

⁶⁸ RABELLO, Miguel Angelo Campagnac. **Segurança cooperativa e integração militar do MERCOSUL: viabilidade de uma força multinacional permanente.** Dissertação, 2006, p. 114. Escola de Comando e Estado Maior do Exército, 117 f, 30 cm.

⁶⁹ CERVO, Luiz Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Externa Brasileira.** 3ª Edição. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2008, p. 482-484.

⁷⁰ CERVO, Luiz Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Externa Brasileira.** 3ª Edição. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2008, p.451.

⁷¹ HERZ, Mônica. **Reflexões sobre Defesa e Segurança: uma estratégia para o Brasil.** Ministério da Defesa, Brasília, 2004, Ed. LGE, p. 117.

A pergunta que se coloca é se a reforma do sistema hoje em discussão deveria contemplar a possibilidade de avançar na formação de uma comunidade de segurança. A constituição de normas na esfera de segurança seria seqüestrada pelo ator hegemônico ou, ao contrário, viria a controlar o exercício de sua hegemonia?

Como prova de que o tempo amadureceu as relações entre as duas maiores nações sul-americanas, basta salientar a decisão brasileira na Cúpula da Unidade da América Latina e Caribe, realizada em 22/02/2010, de reafirmar, de forma veemente e uníssona com as demais nações presentes, seu apoio à Argentina na questão das Malvinas.

O apoio do Brasil à reivindicação de soberania argentina das Ilhas Malvinas é coerente com a posição adotada pelo País durante o conflito que ocorreu na região nos anos 80. A Guerra das Malvinas encontrou o Brasil e a Argentina num momento de reaproximação depois da assinatura, em 1979, do tratado que resolveu a disputa envolvendo os projetos para a construção das hidrelétricas de Itaipu (pelo Brasil) e de Corpus (pela Argentina, que nunca saiu do papel). E, segundo alguns especialistas, ajudou a consolidar esse processo, abrindo caminho para o que mais tarde seria o Mercosul⁷².

Para muitos, há algum tempo, seria inimaginável a análise feita pelo Wall Street Journal e publicada pelo argentino El Clarin⁷³, mostrando que alguns argentinos começam a aceitar com maior naturalidade uma proeminência brasileira no cenário regional. Apresenta, ainda, a apologia, por parte de alguns intelectuais de destaque, a este protagonismo brasileiro e seus reflexos positivos para Argentina.

O crescente protagonismo do Brasil no âmbito internacional, coroado com sua exitosa candidatura a sede dos Jogos Olímpicos de 2016, leva seu vizinho, a Argentina a avaliar a si próprio, inferior no cenário mundial. Nos artigos de opinião, blogs e ensaios de investigação, os argentinos estão aceitando, a ranger de dentes, a idéia de que seu antigo rival o está superando [...] Javier González Fraga, um empresário e ex-presidente do Banco Central, afirmou em um artigo de que a Argentina deveria deixar de se preocupar sobre o êxito do Brasil e começar a se apoiar nele. Se o Brasil está destinado a ser o EUA da América do Sul, então a Argentina deve se converter em algo mais parecido ao Canadá que ao México. (Tradução do autor)

⁷²COSTAS, Ruth. Apoio do Brasil reflete posição histórica. Jornal O Estado de São Paulo, 23/02/2010. Disponível em: <<http://m.estadao.com.br/noticias/impreso,apoio-do-brasil-reflete-posicao-historica,514758.htm>>. Acesso em: 24/03/2010.

⁷³MOFFETT, Matt. *La Argentina busca su lugar en el escenario internacional a la sombra de Brasil*. The Wall Street Journal. Buenos Aires, 15/11/2009. Disponível em: <<http://diplomatizando.blogspot.com/2009/11/1515-brasil-y-su-liderazgo-regional.html>>. Acesso em: 24/04/2010.

O periódico, apresenta outros intelectuais com opiniões divergentes da apresentada. No entanto, a reação dos argentinos demonstra que este não é o raciocínio da maioria.

Um punhado de analistas argentinos crêem que as virtudes do Brasil estão sendo superdimensionadas [...] Um dos blogueiros mais influentes da Argentina, Lucas Llach, há pouco escreveu um texto com o título "Não somos Brasil?: por sorte." [...] Llach afirmou que a capacidade de marketing de Lula tem feito do Brasil um país da moda entre os mercados emergentes, igual ao que foi a Argentina, há uma década [...] Llach,[...], obteve mais de 800 comentários acerca do comentário sobre Brasil, sendo que a maioria insistia que ele estava completamente equivocado.

Conforme assinala COSTA⁷⁴, a própria política externa brasileira relacionada aos demais países do subcontinente, com uma clara prioridade para a aproximação política e econômica, demonstra que o momento é favorável ao CDS.

Outro ponto importante em relação às perspectivas da UNASUL é a recente crise financeira internacional que, de forma consistente, interfere em diversos setores da integração regional. Além de demonstrar que as decisões a nível global não pode mais ser tratada apenas pelo G7 (Grupo dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia), evidencia a situação privilegiada de nações emergentes, como China, Índia e Brasil. Neste cenário, surge a oportunidade de uma ordem mundial com mais espaço para a América do Sul, nas diversas expressões do poder, incluindo a militar.

No entanto, nem todas as opiniões são unânimes quanto aos aspectos aqui apresentados. Em relação às bases americanas, por exemplo, LEITÃO⁷⁵ estranha as desconfianças existentes, contrastando com os intercâmbios existentes entre o Brasil e EUA, na área militar.

O Exército se sente ameaçado pela presença de bases americanas na Colômbia? Um general me disse que não. Acha que os americanos deveriam ter nos informado previamente [...] Hoje o Brasil tem 53 militares, de patentes diferenciadas, treinando em escolas americanas como West Point. Há uma longa tradição de cooperação [...]. Visitas militares americanas, inclusive de oficiais de alta patente, têm sido mais frequentes.

⁷⁴COSTA, Darc. **Fundamentos para o estudo da Estratégia Nacional**. Rio de Janeiro, 2009, Ed Paz e Terra, p. 526.

⁷⁵ LEITÃO, Míriam. Visão Militar. Jornal O Globo, 06/08/2009, Panorama Econômico. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=571969>>. Acesso em: 25/03/2010.

Da mesma forma, há quem não veja ameaça à soberania nacional, com a demarcação de terras indígena na Amazônia. Dentre estes, destaca-se o Deputado Federal e Ministro da Justiça Tarso Genro⁷⁶.

Quem fala em internacionalizar a região são os arroteiros, que fizeram até um apelo ao presidente Hugo Chávez para ajudá-los. Os índios habitam reserva que é de propriedade da União. E a União entra na área na hora que quiser para proteger o território [...] Aquilo lá é território nacional e continuará sendo.

5.6 O FUTURO DA RELAÇÃO DO BRASIL COM OS EUA

Conforme visto no capítulo anterior, a possibilidade de um possível isolamento da Venezuela, em relação ao subcontinente, parece ser mais prejudicial do que os revezes das ações ideológicas e autoritárias, das críticas aos EUA, da ALBA, das divergências com a Colômbia, dentre outros pontos já abordados. Sem a integração mais ampla, proposta pela UNASUL e pelo CDS, talvez se perca a oportunidade de mudar um cenário regional precário em diversos aspectos, conforme apontado por GUERREIRO:

As assimetrias econômicas, políticas e sociais; as rivalidades e litígios ainda existentes; bem como a falta de maior convergência de objetivos retardarão o processo de aproximação dos subcomplexos, ainda que o ingresso da Venezuela, como membro pleno do MERCOSUL, venha a possibilitar que estes sejam redesenhados no futuro.

Quanto à preocupação sobre possíveis controvérsias nas relações do Brasil com os EUA, deve-se, em primeiro lugar, ter consciência da importância global e regional dos norte-americanos. Isto não significa que o subcontinente deva aceitar qualquer inferência ou alinhar-se automaticamente com a nação hegemônica. Além disto, é um aliado histórico (2ª GM), tendo o Brasil absorvido diversos aspectos de sua cultura. O MRE tem esta exata noção, conforme salienta o Ministro CARBONAR⁷⁷:

Os traços de unipolaridade refletem o fato de que os EUA continuam sendo a superpotência do sistema. Seu poderio econômico e militar segue incontestável. Em 2009, o PIB norte-americano foi da ordem de 14 trilhões de

⁷⁶ Entrevista do ministro da Justiça, Tarso Genro. **Rádio CBN**, em 15/05/2008. Disponível em: <<http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/tarso-nao-ve-ameaca-de-soberania-na-raposaserra-do-sol-040272D4B933E6?types=A&>>. Acesso em: 28/03/2010.

⁷⁷ CARBONAR, Afonso Álvaro de Siqueira. Palestra conferida na ECEME, a cargo do MRE, em 07/07/2010, ao tratar sobre a UNASUL.

dólares. O do Japão, segunda maior economia, correspondeu a um terço desse valor. O orçamento de defesa dos EUA para o ano fiscal de 2010 é de cerca de 700 bilhões de dólares [...] quase o equivalente aos gastos de defesa de todos os demais países somados e nove vezes maior do que o orçamento militar da China. Em paralelo, os EUA ainda detêm, como sociedade, atributos significativos de *soft power* que se manifestam no plano cultural, da mídia, dos costumes.

O Brasil costurou politicamente com os EUA a criação do CDS, deixando claro que a exclusão dos norte-americanos se deu em virtude de uma maior independência e autonomia das nações sul-americanas nos assuntos afetos ao subcontinente. Esta é uma ação estratégica adequada em relação à multipolaridade do mundo atual e a manutenção de laços de amizade com a nação hegemônica.

Firma-se uma certeza: se não há encaminhamento possível para crises de alcance global sem os EUA, estes, sozinhos, já não bastam para solucioná-las parece ocorrer em determinadas situações específicas, a presença de outros atores em posições-chave nos principais tabuleiros internacionais aponta para uma realidade de poder mais descentralizada [...] ⁷⁸

O CDS para ser efetivo deve atender a dois princípios apontados por CARBONAR⁷⁹, dentre estes, a manutenção dos laços com parceiros tradicionais, como é o caso dos EUA.

No plano externo, vem estruturando sua atuação internacional em torno de três eixos principais: o reforço de relações “tradicionais”, como são aquelas com os vizinhos das Américas do Sul e Latina e com importantes parceiros do mundo desenvolvido – EUA, Europa e Japão; ii) a diversificação de parcerias, especialmente no sentido Sul-Sul, tanto em matéria política quanto econômico-comercial e de cooperação técnica; e iii) no plano sistêmico, o empenho em aperfeiçoar o multilateralismo e os processos de governança global, tornando-os mais inclusivos, legítimos e eficazes.

Por outro lado, não se deve restringir os horizontes na análise da questão da Venezuela e seu antagonismo com o EUA. O Brasil, por vezes, pode utilizar esta situação em seu benefício. Dois exemplos claros podem ser apontados. Primeiro, quando os norte-americanos visualizam o Brasil como uma potência regional capaz de estabilizar subcontinente, servindo, inclusive, como intermediador do diálogo entre os EUA e a própria Venezuela (já visto neste capítulo).

Outra oportunidade para o Brasil desponta quando este surge como a potência regional aglutinadora das demais, em relação a inferências exógenas nas questões

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Idem.

regionais. Nas questões das bases americanas na Colômbia, além de amenizar os discursos mais agressivos e potencialmente perigosos, o Brasil utilizou o tema como forma de unir a UNASUL e o CDS, em torno de seu protagonismo, correndo um risco calculado em relação ao desgaste das relações com os EUA⁸⁰.

Assim, o Brasil, apesar das dificuldades e desafios que uma maior aproximação com a Venezuela possa trazer para a UNASUL e CDS, não pode deixar de investir em uma integração mais ampla e capaz de trazer maiores benefícios estratégicos e geopolíticos. Não deve, entretanto, de forma reiterada, despropositada e provocativa, sob o auspícios dos discursos ideológicos de Chávez, desafiar e contrariar, um aliado e parceiro comercial histórico, de incontestável poder global: os EUA. Ao analisar possíveis atitudes da política externa brasileira, VIZENTINI aponta uma postura mais equilibrada:

As relações do Brasil com os vizinhos sul-americanos e, especialmente, a construção de um espaço regional integrado no subcontinente representa o principal objetivo para a diplomacia brasileira. Em primeiro lugar, ela busca preservar e aprofundar o MERCOSUL e, paralelamente, ampliar a integração para o conjunto sul-americano. Neste contexto, a Argentina e a Venezuela constituem as prioridades. Disto também depende a manutenção da certa autonomia do Brasil no contexto da globalização, condição indispensável para a estruturação de um projeto nacional que permita ao país contribuir para a estruturação de um dos pólos de um sistema internacional multipolar. Para tanto é vital superar a atual crise dentro de uma perspectiva que mantenha esta conquista que é o MERCOSUL, bem como evitar a implantação da ALCA, a Área de Livre Comércio das Américas, no formato que tem sido proposta pelos EUA.⁸¹

Não só de desencontros e divergências vivem Brasil e EUA, atualmente. Prova disto é o acordo celebrado entre os dois países, em abril de 2010, sobre o trabalho conjunto no combate aos ilícitos internacionais. O objetivo seria que os EUA e o Brasil permitam o funcionamento de escritórios em seus territórios, visando um intercâmbio de dados e de pessoal.

Objetivo seria reforçar combate ao narcotráfico e ao contrabando, sempre sob o comando de brasileiros. Por sugestão da Polícia Federal, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva discutiu ontem com o comandante do Comando Sul dos EUA, tenente-brigadeiro Douglas Fraser, a proposta de criação de uma base "multinacional e multifuncional" que teria sede no Rio de Janeiro. A base formaria, com duas já existentes, em Key West (EUA) e em

⁸⁰ MARIN, Denise Chrispim e MONTEIRO, Tânia. Lula usa bases para fortalecer Unasul. O Estado de São Paulo, São Paulo, 08/08/2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090808/not_imp415452,0.php>. Acesso em: 13/07/2010.

⁸¹ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O Brasil, o MERCOSUL e a integração da América do Sul. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 1, Nº 1, Ago-Dez/2007, p. 82.

Lisboa (Portugal), o tripé de monitoramento, controle e combate ao narcotráfico e contrabando, principalmente de armas, além de vigilância antiterrorista⁸².

Alguns analistas vêem com certa naturalidade os atuais debates políticos entre brasileiros e norte-americanos, defendendo, inclusive, que há certo alarde⁸³. No momento em que o Brasil intenta aumentar seu protagonismo no cenário mundial, estará imiscuindo-se em assuntos que antes se absteve e adentrando na área de influencia dos EUA. Oficialmente, o próprio embaixador norte-americano reconhece desafios, sem, porém, vislumbrar grandes desgastes na relação com o Brasil.

O novo embaixador americano no Brasil, Thomas Shannon, reconheceu que EUA e Brasil têm divergências e disse que a relação bilateral terá "desafios" porque os dois países estão se encontrando em cenários onde isso não ocorria, como na diplomacia no Oriente Médio. Essa foi a mensagem do embaixador em sua primeira apresentação pública após ter seu nome aprovado pelo Congresso americano⁸⁴.

CALLE⁸⁵, no entanto, apresenta a possibilidade dos EUA respaldarem a liderança brasileira na América do Sul, em uma espécie de "delegação imperial". Além disto, reconhece a ascensão e consolidação da liderança brasileira no subcontinente, advogando que o Brasil e EUA estão prontos para uma associação ampla e de longo prazo, com uma parceira estratégica para o desenvolvimento regional.

⁸² NOGUEIRA, Rui e MOURA, Rafael Moraes. Brasil discute com EUA criação de base no Rio. O Estado de São Paulo, Brasília, 31/03/2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100331/not_imp531732,0.php>. Acesso em: 12/06/2010.

⁸³ ANTUNES, Cláudia. Desacordo Brasil-EUA não deve ser exagerado, afirma americano. Folha de São Paulo, São Paulo, 10/12/2009. Entrevista com James M. Lindsay, vice-presidente e diretor de estudos do *Council on Foreign Relations*, influente centro de pesquisas de política externa dos EUA. Disponível em: <<https://conteudoclippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2009/12/10/desacordo-brasil-eua-nao-deve-ser-exagerado-afirma-americano/>>. Acesso em: 21/06/2010.

⁸⁴ MELLO, Patrícia Campos. Embaixador cita 'desafios' na relação de Brasil e EUA. O Estado de São Paulo, São Paulo, 24/01/2010. Disponível em: <<http://www.leonardomotaneto.com.br/site/impressao.php?id=517>>. Acesso em: 21/06/2010.

⁸⁵ CALLE, Fabián. *El espacio sudamericano como 'zona de paz' a preservar frente a factores de turbulência intra y extra-regionais*. In: JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sérgio W.; ALSINA, João Paulo. **Segurança Internacional**. Perspectivas Brasileiras. Rio de Janeiro, FGV, 2010, p. 310-313.

6 POSSIBILIDADES DO CDS

Após o estudo da estrutura do CDS, com seus objetivos, princípios e amplitude, será possível engendrar uma visão prospectiva sobre algumas oportunidades que se descortinam para este órgão no cenário regional, já caracterizado neste trabalho.

Podem ser vaticinadas algumas outras possibilidades decorrentes dos objetivos deste órgão e do amadurecimento das iniciativas já estabelecidas e de outras possíveis de se configurarem. Desta forma, poder-se-á aquilatar a importância e o significado do novo Conselho para a integração regional.

O CDS, como já foi dito anteriormente, é um órgão com pouco tempo de criação e que, ao longo de sua breve existência, vem apresentando novas formas de atuação que aumentam sua relevância e área de atuação. Neste sentido, manifestou-se Javier Ponce¹, em 2010, quando indagado sobre o futuro do CDS, após o impasse das bases norte-americanas na Colômbia:

O Conselho, como foi pensado no início, mudou. Ele foi idealizado pelo Brasil como um fórum para discutir a modernização das Forças Armadas, o desenvolvimento da indústria bélica, a capacitação e homologação de carreiras militares, mas se transformou em algo de alto conteúdo político. Agora, nós já falamos na criação de um mecanismo de confiança mútua que permita ao Conselho intervir nos outros países e monitorar suas estratégias militares.

Da mesma forma, TEIXEIRA JUNIOR² afirma que o CDS, mesmo ainda se resumindo a um conselho de cooperação e coordenação de políticas e experiências em defesa e segurança, constitui um *lócus* para construção de medidas de confiança mútua em temas sensíveis, devendo visar um espectro de ação mais amplo:

Criação de informação e comunicação sobre compra de armamentos; consulta mútua sobre tratados e acordos de defesa com potências extra-regionais; administração de crise e resolução de conflitos; e atuação da região em Operações de Paz.

¹ CHARLEAUX, João Paulo. Entrevista: Javier Ponce, Ministro da Defesa do Equador e presidente de turno do CDS. Estado de São Paulo, 15/09/2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,Conselho-da-unasul-deve-intervir-e-monitorar-diz-equador,435082,0.htm>>. Acesso em: 12/12/2010.

² TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto Wagner Menezes. Segurança Sul-Americana e a Centralidade do Conselho de Defesa Sul-Americano para a Ordem Regional. Meridiano 47, Nr. 117, abr/2010, p. 15.

Foram apresentadas, no capítulo anterior, ações institucionais planejadas e executadas pelo CDS no sentido de incrementar a integração regional. A seguir, analisar-se-ão algumas possibilidades que podem ser viáveis e do interesse das nações sul-americanas.

Dentro deste escopo, estudar-se-ão as seguintes possibilidades, a partir da maturação do CDS: incremento das indústrias nacional e sul-americana de defesa; aumento dos poderes de negociação e dissuasão regional e obtenção de um assento no Conselho de Segurança da ONU (CSONU); criação de um fórum regional para a consolidação da paz e para a discussão e planejamento conjunto de aspectos relevantes; adoção de aspectos do modelo europeu e criação de uma força de paz sul-americana; e consolidação da liderança brasileira.

6.1 INCREMENTO DAS INDÚSTRIAS NACIONAL E SUL-AMERICANA DE DEFESA

O histórico da indústria brasileira de material de defesa revela períodos de expansão e retração deste importante segmento econômico³. De uma maneira geral, este quadro oscilou bastante, sendo que o Brasil já ocupou a posição de oitavo país exportador mundial de Material de Emprego Militar (MEM), na década de 1980. Após este ápice, a indústria nacional de defesa mergulhou em um período de decadência que se prolonga até os dias atuais. A fragilidade deste setor industrial e a conseqüente dependência externa de produtos de defesa constituem-se em grande vulnerabilidade estratégica para o país.

Os demais países sul-americanos não apresentam situação distinta do Brasil, muito pelo contrário, encontram-se aquém no quesito destinação de recursos para defesa e produção bélica. Basta observar os dados do documento “*El balance militar del América del Sur*”, do CENM (Centro de Estudos Nova Maioria)⁴, de 2008, que aponta que os recursos brasileiros para defesa totalizam 53% do total regional destinado a defesa na América do Sul.

³ DA SILVA, Alexandre Moutela. **A Indústria brasileira de Material de Defesa e os principais óbices ao seu desenvolvimento**. Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2009.

⁴ Entidade dirigida pelo analista político argentino Rosendo Fraga. Disponível em: <<http://www.nuevamayoria.com/>> Acesso em: 12/11/2010.

Vale lembrar, que do orçamento brasileiro de 2009⁵ para defesa, apenas 8,6% (R\$ 4,4 milhões) forma destinados a investimento. Isto reforça a precariedade das atividades regionais de incremento da indústria de defesa.

Segundo DRUMOND⁶, investimentos em tecnologia trazem retornos relevantes em custo e benefício, citando exemplo de países que, ao direcionarem recursos para a área de defesa, obtiveram retorno compensador. Ainda em relação à indústria de defesa, PESCE⁷ destaca que apesar do Brasil pagar mais caro no desenvolvimento de projetos do que se importasse alguns MEM, principalmente pela pequena escala de produção, os ganhos em soberania e tecnologia compensariam tal investimento.

Ao se estudar a história, confirma-se a importância de uma independência tecnológica na área de defesa, especialmente, em épocas de crise, quando a importação de material de emprego militar fica sujeita a inferências políticas. VIDIGAL⁸ lembra o exemplo da Argentina, durante o conflito das Malvinas, que ficou dependente da importação de produtos tecnológicos mais avançados e não os obteve. Muito antes disso, MAQUIAVEL⁹, em sua obra *O Príncipe*, já concluía que:

[...] sem ter armas próprias, nenhum Principado está seguro; ao contrário, fica ele totalmente sujeito à sorte, não havendo virtude que o defenda na adversidade.

Vale ainda lembrar que, de acordo com AMARANTE¹⁰ os investimentos em indústria de defesa geram outros retornos para a sociedade civil com os projetos de uso “dual” (produto ou serviço de uso militar com aplicações no mercado civil). Além disto, sugere a ampliação, no âmbito das FA brasileiras, das atividades de P&D e da capacitação de fabricação de material de defesa; com o fortalecimento da base nacional industrial.

⁵ Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). Disponível em: <<http://www.sipri.org/yearbook>>. Acesso em: 20/11/2010.

⁶ DRUMOND, Cosme Degenar. Melhorar a defesa Nacional. Revista Tecnologia e Defesa, 07/05/2007.

⁷ PESCE, Italo Eduardo. Evolução da Política de Defesa Nacional: Perspectivas. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 125, n. 07/09, p.93-98, jul./set. 2005.

⁸ Palestra “A missão das Forças Armadas para o século XXI”, proferida pelo almirante Vidigal, na EGN, em 2006, Disponível em: <www.mar.mil.br/egn/cepe/simposios/missaoForcasArmadas/palestraVidigal.pdf>. Acesso em: 12/11/2010.

⁹ MACHIAVELLI, Nicolau. *O Príncipe*. Barrons Educational Series Inc, 1976, p.82.

¹⁰ AMARANTE, José Carlos Albano do. Indústria de Defesa. A Defesa Nacional. Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros. Rio de Janeiro, Nr 800, Set/Dez 2004, p. 55-64.

Segundo DA SILVA¹¹, até mesmo os EUA, maior exportador de armamentos, não é totalmente autônomo na produção de material de defesa. Neste sentido, adota a prática de contratos de compra com cláusulas que permitam a aquisição da tecnologia embutida no material adquirido.

Apesar da situação apresentada até aqui, em que foram ressaltados alguns aspectos desfavoráveis para a indústria sul-americana e brasileira de defesa (pouca capacitação tecnológica, poucos recursos de investimento e demanda pouco expressiva), a região apresenta sinais, em especial no campo político, de um investimento conjunto para o incremento desta atividade.

De acordo com o SIPRI¹², as compras de armas pela América do Sul cresceram 150% nos últimos cinco anos na comparação com o período entre 2000 e 2004, enquanto no mundo o aumento foi de 22%. O Brasil foi o terceiro comprador de armas da região e o 30º do planeta no período em foco, atrás do Chile (13º comprador global) e da Venezuela (o 17º), seguida de Peru e Colômbia.

Cumprido destacar, os próprios esboços iniciais do CDS com fulcro na indústria de defesa e tecnologia, que são pontos essenciais dos planos de ação do novo órgão. Também já foram estudados nesta tese que a Estratégia Nacional de Defesa e outras diretrizes políticas nacionais privilegiam os investimentos na integração e desenvolvimento de uma indústria nacional e regional de defesa.

Outro ponto fundamental é que o Brasil, como uma economia que busca a centralidade na América do Sul, vem aportando recursos consideráveis em áreas estratégicas de tecnologia de defesa, permitindo o desenvolvimento de sistemas de armas e de outros vetores que abasteçam o mercado. Nos últimos 5 (cinco) anos as empresas tem retomado a iniciativa e ações conjuntas por meio da Associação Brasileira de Indústrias de Defesa e Segurança (ABIMDE) e do Sindicato das Indústrias de Defesa (SIMDE)¹³

¹¹ DA SILVA, Walter Lucas. **A busca da autonomia da indústria de defesa. O caso Brasil e as PERSPECTIVAS FUTURAS**: a questão tributária. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 2009, p.26.

¹²Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). Disponível em: <<http://www.sipri.org/yearbook>>. Acesso em: 20/11/2010.

¹³LANGE, Valério Luiz. **Um desafio conjunto para o Exército e para a indústria de defesa**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Artigo, Juiz de Fora, 2008, p. 2.

Neste sentido, busca uma mudança na política de compra de armamentos, trabalhando por uma transferência de tecnologia para a indústria nacional. Observa-se este espírito nas palavras do então Ministro da Defesa Nelson Jobim¹⁴:

[...] o Brasil não tem interesse em apenas comprar produtos de defesa estrangeiros. A ideia é que qualquer transação inclua transferência de tecnologia [...] Aceitamos qualquer tipo de transação, mas sempre que esteja embutida a transferência de tecnologia, a capacitação nacional.

No entanto, este reaparelhamento e investimento crescente na indústria bélica não são uma unanimidade, conforme se observa ao analisar-se o conteúdo das declarações de RICÚPERO¹⁵:

Há sentido em imitar países que têm vivido quase em estado de guerra permanente quando completamos 140 anos de paz com nossos dez vizinhos? Se nos armarmos, inclusive com bombas atômicas, como se sentirão os que nos cercam? Ficarão impassíveis ou voltarão, como a Argentina no passado, a reiniciar a corrida de armas com o Brasil? Estaremos mais seguros ou uniremos os demais contra nós?

Entretanto, sem entrar no mérito desta discussão, fato é que a possibilidade do desenvolvimento da indústria regional de defesa passa, necessariamente, pelo sucesso do setor no Brasil que, de forma alvissareira, vem apresentando resultados interessantes. A indústria nacional atrai parceiros e investimentos externos, como foi o caso da multinacional europeia EADS (*European Aeronautic Defence and Space Company*), gigante mundial do setor militar, que recentemente fechou parceria com a Odebrecht¹⁶ para fabricação de material de emprego militar.

De acordo com a análise de RUDZIT¹⁷, coordenador do curso de Relações Internacionais da FAAP, o anúncio de associação entre a EADS e a Odebrecht é um

¹⁴ JOBIM, Nelson. Jobim diz que País estuda comprar "vants" de Israel. O Estado de São Paulo, 25/01/2010. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100125/not_imp500862,0.php>. Acesso em: 30/10/2010.

¹⁵ RICÚPERO, Rubens. Brasil: potência de paz ou de guerra? Folha de São Paulo, 11/04/10. Extraído, em 09/09/2010, às 22h28min, do site: <http://www.politicaexterna.com/9672/brasil-potncia-de-paz-ou-de-guerra-por-rubens-ricupero>

¹⁶ Nota à imprensa da empresa Odebrecht, de 01/06/2010. EADS Defence & Security e Organização ODEBRECHT unem forças no Brasil para estabelecer uma parceria de longo prazo. Disponível em: < <http://www.odebrecht.com/node/43?id=14267>>. Acesso em: 02/08/2010.

¹⁷ RUDZIT, Gunther. Parceria mostra importância maior do Brasil no setor. O Estado de São Paulo, 31/05/2005. Disponível em: <http://www.defesabr.com/blog/index.php/31/05/2010/odebrecht-cria-joint-venture-com-gigante-europeu-no-campo-da-defesa/>>. Acesso em: 02/01/2011.

fato muito significativo para o Brasil e seu setor privado. Essa parceria explicita a percepção europeia de que, nos próximos anos, provavelmente por esta década, a situação econômica europeia e dos países desenvolvidos será de grande aperto orçamentário.

Vejamos o exemplo do submarino nuclear brasileiro, um projeto antigo da Marinha e que ganhou, recentemente, recursos expressivos e um contrato com a França para o desenvolvimento do primeiro protótipo brasileiro. A Marinha¹⁸ investiu grandes recursos em ARAMAR para o desenvolvimento de combustível nuclear com uso dual.

O Brasil possui centros tecnológicos de ponta na área de aeronáutica, como é o caso do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos. Com o aumento da demanda no setor aeronáutico, estes centros já estudam uma ampliação¹⁹ no número de alunos graduados anualmente. Já começam a faltar especialistas em virtude do aumento da produção²⁰.

Outros projetos de ponta merecem referência como o lançamento de satélites em Alcântara, que, por intermédio de um acordo com a Ucrânia, vem sendo desenvolvido com alguns percalços. No entanto, alguns resultados são animadores, como o sistema de navegação inercial, que vem sendo trabalhado no projeto SIA (Sistema de Navegação Inercial para Aplicação Aeroespacial)²¹:

O Brasil está conseguindo resolver um dos principais desafios tecnológicos impostos, há quase três décadas, ao seu programa de lançadores de satélites: desenvolver e fabricar seu próprio sistema de navegação inercial, utilizado na estabilização de satélites em órbita e na orientação da trajetória de um foguete no espaço. A primeira fase do projeto, batizado de SIA (Sistemas de Navegação Inercial para Aplicação Aeroespacial) já foi concluída, com o desenvolvimento do protótipo de uma plataforma inercial completa [...] O Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial também está finalizando a construção de um prédio, que irá abrigar um laboratório de infraestrutura de testes [...] é único na América Latina [...]

¹⁸ Dados obtidos pelo autor em viagem de estudos da ECEME, em agosto de 2010, para o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo.

¹⁹ Informação obtida pelo autor em visita ao ITA, em viagem de estudos da ECEME, em agosto de 2010.

²⁰ Idem.

²¹ SILVEIRA, Virginia. Brasil desenvolve sistema de navegação de satélites e foguetes. Valor On Line, São José dos Campos, 14/12/2009. Disponível em: <<http://pbrasil.wordpress.com/2009/12/14/brasil-desenvolve-sistema-de-navegacao-de-satelites-e-foguete>>. Acesso em: 23/01/2010.

Além disto, o reaparelhamento da Força Aérea Brasileira, com o programa FX-2 abre uma nova oportunidade na aquisição e desenvolvimento de tecnologia de ponta na construção de caças modernos pela Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica). Esta empresa vem apresentando resultados consideráveis, não só no campo da aviação civil, como vem consolidando sua atuação na área de defesa. Não pode ser esquecido o sucesso de venda das aeronaves Super-Tucano, incluindo países da América do Sul (Colômbia, Equador, Chile).

As vendas da Embraer para o setor de defesa atingiram US\$ 500 milhões em 2008-2009, um nível recorde para a companhia [...] Segundo Orlando Ferreira Neto e Fernando Ikedo, respectivamente o vice-presidente do segmento de Defesa e o vice-presidente de Inteligência de Mercado de Defesa da Embraer, a unidade de sistemas de defesa da companhia atualmente detém uma parcela de 9% das encomendas totais, embora originalmente a empresa tivesse como objetivo fornecer equipamentos de defesa para a Força Aérea Brasileira (FAB). [...] De acordo com Neto, "o setor de defesa agora mostra um cenário sustentável e favorável". [...] "A Embraer está entre as 100 maiores empresas de defesa do mundo e certamente é a maior da América Latina", disse Ikedo. O principal produto da Embraer no setor de defesa é o Super Tucano, um avião com turboélice utilizado em treinamentos avançados e em combates. A aeronave é responsável por 40% da receita da companhia com o segmento de defesa. [...] ²².

Recentemente, a Embraer desenvolveu o projeto do cargueiro KC 390, que busca substituir o norte-americano KC 130 (Hércules). É um projeto ambicioso que encontra grande mercado consumidor, tendo seu primeiro vôo previsto para 2014²³.

Corroborando com a idéia do CDS incrementar a sinergia dos esforços no desenvolvimento de projetos e materiais de emprego militar na América do Sul, o KC - 390 já possui o interesse de outras nações do subcontinente em sua produção e aquisição, a exemplo de Chile e Colômbia.

Segundo o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, Chile, Colômbia, África do Sul e Portugal estão confirmados no programa do

²² NICOLETTA, Gustavo e MANGUEIRA, Clarissa. Vendas da Embraer para setor de defesa foram recorde. Agência Estado. Santiago, Chile, 25/03/2010. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/vendas-embraer-setor-defesa-foram-recorde-54310>>. Acesso em: 20/11/2010.

²³ Nota à imprensa da EMBRAER, de 03/05/2011. Embraer Defesa e Segurança define aviônicos do jato KC-390. Disponível em: <<http://www.embraer.com/pt-BR/ImprensaEventos/Press-releases/noticias/Paginas/AVIONICOS-DO-JATO-KC-390.aspx>>. Acesso em: 12/06/2011.

cargueiro. A França também já demonstrou à FAB seu interesse em participar do projeto²⁴.

A Argentina²⁵, principal parceira comercial do Brasil no subcontinente, já demonstrou interesse em participar desta parceria, tendo encomendado 05 (cinco) unidades, após ter estatizado sua Fábrica de Aviões em Córdoba (Fadea), planejando participar como fornecedora de peças do KC-390.

O Ministério da Defesa da Argentina assina em outubro uma carta de intenções para a participar no programa de desenvolvimento do jato militar KC-390, da Embraer [...] participar desde a origem do desenvolvimento do projeto, ser fornecedores de peças do avião e, obviamente ser compradores [...] Além do Brasil, com interesse em 28 aviões, e a Argentina, com 5, também já anunciaram sua intenção de compra Portugal (6 aviões), Chile (6), Colômbia (12) e República Checa (2).

A área de fabricação de helicópteros é outra ilha de excelência em nossa indústria de defesa. Com a construção da unidade de Itajubá, o Brasil passou a produzir helicópteros, com tecnologia francesa, com vistas a, no curto prazo, produzir aeronaves de asa rotativa com tecnologia absorvida da Eurocopter.

[...] A meta é que a Helibrás, empresa brasileira da qual a Eurocopter detém 75% do capital, esteja em condições de desenvolver uma aeronave inteiramente no Brasil na próxima década [...] O acordo do governo brasileiro com a Eurocopter prevê que a indústria chegue a um índice de 50% de nacionalização [...] O ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou ontem que a expansão da Helibrás representa um importante avanço para o Brasil, que passa a ser um fabricante de helicópteros com perspectivas reais de atender não apenas ao mercado interno mas também à África e outros países com os quais mantém fortes relações comerciais. [...] A Helibrás é a única fabricante de helicópteros na América Latina²⁶.

O Brasil já possui uma das maiores frotas de helicópteros do mundo e, ao desenvolver sua capacidade de produção de helicópteros poderá exportá-los para os demais países do CDS. Os resultados das vendas da Helibrás²⁷, em 2009, ano de crise

²⁴ SILVEIRA, Virgínia. Embraer começa a definir parceiros para novo cargueiro para o Valor. Valor On line, Itajubá, 22/03/2010. Disponível em: <<http://www.aereo.jor.br/2010/03/22/embraer-comeca-a-definir-parceiros-para-novo-cargueiro/>>. Acesso em: 22/11/2010.

²⁵ GUIMARÃES, Marina. Argentina quer cinco cargueiros da Embraer. Estado de São Paulo, Buenos Aires, 23/09/2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100923/not_imp613908,0.php>. Acesso em: 10/02/2011.

²⁶ MOREIRA, Ivana. País terá fábrica completa de helicópteros. O Estado de São Paulo. ITAJUBÁ, 20/03/2010. Disponível em: <<http://pbrasil.wordpress.com/2010/03/20/pais-tera-fabrica-completa-de-helicopteros/>>. Acesso em 23/11/2010.

²⁷ SILVEIRA, Virgínia. Helibrás tem faturamento recorde no ano da crise. Valor On Line, São Paulo, 08/02/2010. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/impreso/empresas/102/109672/helibras-tem-faturamento-recorde-crise>>. Acesso em 22/05/2010.

mundial foram muito bons. Segundo Eduardo Marson, presidente da Helibras e do Conselho de Administração da EADS Brasil, caso prossiga obtendo êxito em seus planos, poderá tornar-se uma grande exportadora para toda a América Latina:

Acho que o nosso plano mais ambicioso é a Helibras, num prazo de 10 anos - até 2020 - poder desenvolver, projetar e construir um helicóptero todo brasileiro, em parceria com a Eurocopter. A criação do Centro de Engenharia da Helibras será o ponto-chave para isso [...] Vamos lançar uma ofensiva exportadora em países de toda a América Latina e de regiões onde a presença diplomática brasileira seja forte²⁸.

Deve-se fazer alusão também a revitalização do Urutu, veículo blindado para transporte de tropa sobre rodas, que já foi destaque de vendas do Brasil para algumas nações sul-americanas. Recentemente, a empresa IVECO, desenvolveu, em parceria como Ministério da Defesa, o projeto do novo Urutu, que será batizado de Guarani²⁹.

Como foi dito anteriormente, diversas empresas demonstram interesse nos projetos de defesa, o que reforça a possibilidade dos objetivos do CDS serem factíveis, proporcionando o fortalecimento e integração da indústria bélica regional. A Usiminas já anunciou o interesse em fornecer aço para viatura blindada sobre rodas, o Guarani, encomendado pelo Exército a IVECO³⁰.

Ainda devem ser lembradas outras associações de países membros do CDS para a produção de material de emprego militar. Exemplo disto é a parceria do Chile e da Argentina para construir um avião militar de treinamento, indo ao encontro dos objetivos do novo órgão. A ministra da defesa da Argentina, à época, Nilda Garré³¹, fez alusão a este projeto como uma complementação das indústrias regionais de defesa, que, segundo ela, é um dos objetivos do CDS.

Pelo visto até aqui, é concreta a possibilidade do CDS contribuir para o desenvolvimento da indústria nacional e regional de defesa. No aspecto político, ressaltam-se as iniciativas do novo órgão para gerar uma maior integração das políticas

²⁸ MARSON, Eduardo. 'Vamos desenvolver e construir um helicóptero todo brasileiro até 2020'. Estado de São Paulo, 15/07/2010. Disponível em: <<http://pbrasil.wordpress.com/2010/07/15/vamos-desenvolver-e-construir-um-helicoptero-todo-brasileiro-ate-2020/>>. Acesso em: 12/11/2010.

²⁹ Informação obtida no site oficial do Exército Brasileiro. Disponível em: <www.exercito.org.br>. Acesso em 11/10/2011.

³⁰ FRIAS, Maria Cristina. Usiminas quer produzir aço para o Exército. Folha de São Paulo, coluna Mercado Aberto, 24 Jan 10.

³¹ Ministério da Defesa. Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais - departamento de inteligência estratégica. **Informativo de defesa de 04/06/2009**. Fonte: ANSA. Disponível em: <www.senado.gov.br/sf/comissoes/documentos/SSCEPI/TextosONGS.pdf>. Acesso em: 12/12/2010.

do setor e incentivar ações sinérgicas nos diversos projetos existentes. Na área econômica e científico-tecnológica, citam-se o momento vivido pelo Brasil e o investimento feito em algumas áreas tecnológicas estratégicas para o setor de defesa. ODEBRECHT³² reforça esta idéia:

O Brasil, líder incontestável da América do Sul, pode comandar a criação de um “parque tecnológico” para sua indústria de defesa e fazer nascer um “*cluster* regional”, capaz de reunir os interesses dos nossos vizinhos. Esse é um desafio que as circunstâncias nos apresentam e sobre o qual deveremos nos debruçar.

Além disto, vale salientar a importância do incremento da indústria de defesa brasileira, pois permite ao Brasil respaldar suas decisões de forma soberana e lhe dá o respaldo condizente com sua economia e relevância política. Neste sentido, se manifestou o jornal El Mundo³³:

[..] "O Brasil tem todos os ingredientes para ultrapassar todos os membros da União Europeia e se converter em uma das cinco maiores economias do mundo no segundo quarto do século 21", afirma o jornal. "Mas o gigante sul-americano não quer limitar sua imensidão a uma questão de dinheiro, e para evitar ser visto como um anão político-militar, embarcou em uma estratégia de rearmamento destinada a reduzir sua vulnerabilidade diante das novas e velhas potências.

6.2 AUMENTO DOS PODERES DE NEGOCIAÇÃO E DISSUAÇÃO REGIONAL E OBTENÇÃO DE UM ASSENTO NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU PELO BRASIL

O novo Conselho, dentro de uma visão realista das relações internacionais, pode aumentar o poder de dissuasão e negociação regional na defesa dos interesses do subcontinente. Apesar de não contemplar uma aliança militar clássica, permite que se adotem posicionamentos conjuntos perante situações relevantes, em fóruns internacionais.

Nas questões de interesse comum do subcontinente, o CDS permite que se aumente o poder de barganha, na medida em que permite, previamente, alinhar os

³² ODEBRECHT, Marcelo. É viável a formação de *cluster* de indústrias de defesa na América do Sul? In. JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sérgio W.; ALSINA, João Paulo. **Segurança Internacional**. Perspectivas Brasileiras. Rio de Janeiro, FGV, 2010, p. 376.

³³ Brasil quer crescer e deixar de ser anão militar, diz El Mundo. **Jornal O globo**, Rio de Janeiro, 08/04/10. Disponível em: < <http://eduardoferreira.wordpress.com/2010/04/08/brasil-quer-crescer-e-deixar-de-ser-anao-militar%E2%80%99-diz-el-mundo/>>. Acesso em: 22/06/2010.

discursos e posições de seus membros nas discussões e negociações com outros países e blocos.

O Brasil tem se valido bastante do multilateralismo, cada vez mais presente nas relações internacionais. Prova disto é sua participação em diversas questões de repercussões globais, atuando em blocos. Vale destacar, conforme já observado em capítulos anteriores, a sua atuação na Rodada de Doha, no G – 20, no MERCOSUL, IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e na própria UNASUL. Por este raciocínio, o CDS aproxima seus membros na discussão de temas específicos de defesa, possibilitando uma maior harmonia de pensamentos, objetivos e posições conjuntas.

Esse alinhamento de posições, especificamente nos temas relativos à defesa, por meio do CDS, terá uma interpretação de unidade e entendimento pelos demais blocos e países. Este é um fato novo e que abre novas oportunidades, conforme destaca Celso Amorim³⁴:

[...] a vertente da defesa [...] com a criação do CDS [...] A UNASUL é um processo extremamente vivo e importante, que permite à região se coordenar e se apresentar diante do mundo [...] algo que chama a atenção é que nunca estes países tenham assinado um instrumento jurídico entre eles [...] então o tratado constitutivo da UNASUL é um grande passo.

O CDS surgiu na UNASUL como um instrumento capaz de iniciar as discussões e ações na área de defesa. GUERREIRO³⁵ afirma que a formação de blocos econômicos é uma tendência mundial, no entanto, estes blocos, invariavelmente, acabam por lidar com questões de segurança.

Até os processos regionais de integração essencialmente econômicos, como o MERCOSUL, a União Européia ou a Asean, serão forçadas a considerar de maneira mais séria as questões de segurança, mesmo que nenhum deles tenha vocação para se transformar em potencia militar global.

Para que se possa imaginar o efeito que o CDS poderia proporcionar em relação ao aumento do poder de negociação em bloco, vale lembrar o exemplo dado pelo chanceler Celso Amorim, ao abordar o “Acordo 4+1” ou “Acordo Jardim das Rosas”, que criava um Conselho Consultivo sobre Comércio e Investimento, nos anos noventa,

³⁴ AMORIM, Celso. A integração sul-americana. Revista Diplomacia, Estratégia e Política (DEP). Brasília, Número 10, Out/Nov 2009, p. 18.

³⁵ GUERREIRO, Antonio Carlos Soares. Integração Militar Regional na América do Sul. Revista Marítima Brasileira, V129, Nr 01/03 – Jan/Mar, 2009, p. 38.

entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, de um lado, e EUA do outro. Segundo o embaixador, houve uma grande vantagem do quarteto quando negociava com a nação hegemônica, seguindo a lógica de se argumentar em conjunto. Pela maior amplitude do CDS, pode-se inferir que, caso unificado os discursos, os ganhos seriam maiores. AMORIM³⁶ descreveu a negociação desta forma:

Uma peculiaridade das negociações que levaram a esse acordo é que foi a primeira vez que houve o exercício de uma coordenação efetiva, o que causou muita surpresa aos EUA. Quando falamos em “coordenação” [...] foi algo real [...] foi uma mesa de dois lados: de um lado o MERCOSUL e do outro os EUA. [...] então, ficou claramente estabelecido que ali não estávamos negociando individualmente [...]

Pelo visto, com o incremento da cooperação regional na área de defesa, alguns assuntos poderão ser tratados de uma forma coordenada pelo CDS e UNASUL. A própria definição dos limites das águas marítimas de exploração exclusiva é uma amostra da variedade de assuntos que o Conselho poderia facilitar e programar o diálogo. JOBIM³⁷ anunciou a tratativa deste tema em uma reunião do CDS, no Chile, em março de 2009:

Nós tínhamos faixas de interesse comum em relação à questão de defesa. Em relação às áreas marítimas, tínhamos um problema comum, que é a linha externa da orla continental marítima. Os países podem ter, a partir da costa, as famosas 200 milhas. No entanto, a Convenção do Mar da ONU fixa a possibilidade de estender essas 200 milhas até o máximo de 350 milhas. Temos que ter uma linguagem comum sobre esse assunto. O Uruguai estava fazendo uma extensão menor do que a nossa na parte final da sua divisa. Não era possível que nós continuássemos nessa linha, ou seja, de irmos para um encontro internacional, o argentino conversar comigo na porta e depois não tem entendimento nenhum. Nós não seremos fortes desta forma. A questão da definição da extensão da plataforma continental tem uma relação direta com as descobertas do Pré-Sal [...].

Toda esta discussão parte da premissa realista de que as nações possuem interesses conflitantes, porém a convergência destes interesses pode proporcionar

³⁶ AMORIM, Celso. A integração sul-americana. Revista Diplomacia, Estratégia e Política (DEP). Brasília, Número 10, Out/Nov 2009, p. 8.

³⁷ CARNEIRO, Luiz Orlando; AMBROSIO, Marcelo e BRUNO, Raphael. Entrevista com Nelson Jobim. Jornal do Brasil, Brasília, 15/03/2009. Disponível em: <http://erildo.blogspot.com/2009_03_01_archive.html>. Acesso em: 13/01/2010.

liberdade de ação para o CDS. Há renomados pensadores como RICÚPERO³⁸ que levantam a dúvida sobre a necessidade e utilidade de se ampliar o poder de negociação, advogando que o Brasil é uma nação pacífica por natureza.

Do grupo dos Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), somos o único país que não é potência nuclear, nem militar convencional, uma vez que nossa força é meramente defensiva. No linguajar do professor Joseph Nye, que nos visita, temos apenas "soft power" (poder suave ou de persuasão, de exemplo), quase nenhum "hard power" (poder duro, de constranger por meios militares ou econômicos). Isso é bom ou ruim?

O tratado constitutivo do CDS, já estudado aqui, aponta a defesa dos recursos naturais do subcontinente como uma questão do interesse de todos no Conselho. Neste ponto, com a maior integração dos países membros, na área de defesa, naturalmente, uma maior dissuasão estará sendo projetada ao mundo em diversos quesitos, como, por exemplo, a necessidade de proteção da Amazônia.

O CDS se mostra, a partir de seu tratado, um instrumento construído sob a ótica do consenso, respeitando as particularidades e idiosincrasias de cada membro, permitindo que se construam políticas conjuntas de interesse de seus membros. JOBIM³⁹ afirmou recentemente que "O Brasil e o subcontinente devem construir um aparato dissuasório voltado para ameaças extra-regionais que lhes permitam dizer não quando tiverem que dizer não":

Assim, o grande dilema enfrentado pelos responsáveis pelas políticas de defesa é o de projetar no futuro a força que, a um só tempo, garanta capacidade dissuasória em contextos cambiantes e respalde os interesses internacionais de um determinado país sem fomentar percepções adversárias em outros Estados [...] todos os fatores aqui elencados fazem com que o Brasil tenha necessidade premente de incrementar sua capacidade de defesa, levando em conta o caráter eminentemente dissuasório de nossa política de defesa⁴⁰.

Com relação a esta possibilidade, GUERREIRO⁴¹ mostrou-se descrente, baseando-se no fato da ausência da capacidade tecnológica da região para enfrentar

³⁸ RICUPERO, Rubens. Brasil: potência de paz ou de guerra? Folha de São Paulo. 11/04/10. Disponível em: <<http://www.politicaexterna.com/9672/brasil-potncia-de-paz-ou-de-guerra-por-rubens-ricupero>>. Acesso em: 20/11/2010.

³⁹ ANTUNES, Cláudia. Jobim ataca estratégia militar de EUA e OTAN. Folha de São Paulo, 04/11/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/825261-ministro-da-defesa-ataca-estrategia-militar-de-eua-e-otan-para-o-atlantico-sul.shtml>>. Acesso em: 02/12/2010

⁴⁰ JOBIM, Nelson A. **Segurança internacional. Perspectivas brasileiras**. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2010, p.16 - 18.

⁴¹ GUERREIRO, Antonio Carlos Soares. Integração Militar Regional na América do Sul. Revista Marítima Brasileira, V129, Nr 01/03 – Jan/Mar, 2009, p. 59.

outras alianças mais desenvolvidas, especialmente, na região amazônica e nas plataformas de petróleo.

Uma ameaça de tal magnitude dificilmente poderia ser enfrentada, **nos dias de hoje**, por forças de um sistema de segurança coletiva sul-americana, pela total incapacidade de opor-se, com alguma possibilidade de êxito, a uma força naval da OTAN ou EUA [...] Essa capacidade dissuasória deveria estar apoiada em quatro pilares básicos: uma real capacidade de negação do uso do mar com submarinos nucleares; a existência de uma defesa de costa e unidades navais de superfície [...]; uma bem estruturada defesa aérea; e um adequado poder de esclarecimento aéreo ou de rastreamento por satélites próprios. **(grifo do autor)**

No entanto, este capítulo trata de levantar possibilidades advindas do novo Conselho, utilizando-se de uma visão prospectiva. Logo, já foram apontados, no estudo do desenvolvimento da indústria regional e nacional de defesa, diversos projetos que contemplam áreas estratégicas para a defesa e dissuasão regional.

Também em fóruns internacionais, o CDS poderia aproximar ainda mais seus sócios na discussão de assuntos importantes como a questão nuclear e os direitos de exploração sobre a Antártida, questões que, hoje, ainda estão indefinidas no cenário internacional.

Com relação à questão nuclear, recentemente, a partir do núcleo formado por Brasil e Argentina, a região iniciou uma busca por alinhamento nesta área. Esta sinergia entre as principais economias sul-americanas pode se estender para todo o subcontinente, a partir do próprio CDS⁴².

Diplomacia busca posições conjuntas em fóruns sobre não proliferação. Itamaraty considera ter superado desconfianças de Buenos Aires face à aproximação brasileira em relação ao Irã. O governo brasileiro busca implementar novos projetos de cooperação tecnológica e industrial com a Argentina na área nuclear, a fim de superar desconfianças recentes e fortalecer a coordenação bilateral nos fóruns internacionais sobre não proliferação e desarme. [...] Na diplomacia, o Brasil busca manter posição afinada sobre o Protocolo Adicional do TNP -os dois países não aderiram ao instrumento.

Com relação à questão da Antártida, as nações sul-americanas exploram e mantêm bases de exploração no continente gelado. Algumas delas até compartilhadas por nações do subcontinente. No entanto, o pleito sobre o direito de exploração

⁴² ANTUNES, Claudia. Brasil reforça cooperação nuclear com Argentina. Folha de São Paulo, Rio de Janeiro, 24/08/10. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/787850-brasil-reforca-cooperacao-nuclear-com-argentina.shtml>>. Acesso em: 02/12/2010.

econômica tem tido um encaminhamento isolado, sem expressar uma posição conjunta da região conforme demonstra o pleito argentino na ONU⁴³:

O Governo argentino apresentou hoje na ONU um pedido formal para estender o limite exterior de sua plataforma continental das atuais 200 milhas a 350 milhas desde a costa, com o qual pretende salvaguardar sua soberania sobre as ilhas do Atlântico Sul e o setor Antártico argentino. A apresentação foi realizada na Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, órgão técnico criado pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CONVEMAR), [...] (Tradução do autor)

Para VIDIGAL⁴⁴ a capacidade de vencer batalhas é o que importa, tendo em vista que a dissuasão pode falhar. Cita, ainda, o exemplo da Itália, antes da 2ª Guerra Mundial, quando sua frota serviu aos propósitos da política externa de Mussolini, tendo, no entanto, fracassado no campo de batalha e desencadeado a derrota italiana.

Outro ponto interessante, a partir da criação do CDS, seria a obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (CSONU) pelo Brasil. Desde o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, vem sendo divulgadas as pretensões brasileiras⁴⁵ em assumir assento permanente do CSONU.

Artigo do Centro de Estudos Estratégicos da ECEME⁴⁶ afirma que, no campo político, a adoção de um projeto de integração militar no âmbito do MERCOSUL irá auferir benefícios políticos ao bloco como um todo e, também, aos seus países integrantes. Se utilizarmos este raciocínio para a UNASUL, via CDS, a pretensão brasileira no Conselho de Segurança da ONU interessaria aos seus integrantes.

O país não pode pleitear assumir um assento permanente no CSONU sem o necessário engajamento em questões delicadas na área de segurança mundial. Neste sentido, vale salientar que esta não é uma pretensão nova para o Brasil, que ocupou assento na Conferencia de Paz da Liga das Nações ou Sociedade das Nações, em 1919, e, posteriormente, atuou com certa liderança entre as nações não definidas como

⁴³ *La Argentina presentó un reclamo ante la ONU para extender su plataforma continental. La Nacion*, Buenos Aires, 21/04/2009. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1120692-la-argentina-presento-un-reclamo-ante-la-onu-para-extender-su-plataforma-continental>>. Acesso em: 30/08/2009.

⁴⁴ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *Integração sul-americana: Segurança Regional e defesa nacional. Premissas* – Caderno 14, Dez/1996, p.118. Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos Estratégicos.

⁴⁵ MATHIAS, Suzeley Kalil; GUZZI, André Cavaller; GIANNINI, Renata Avelar. Aspectos da integração regional em defesa no Cone Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, p. 79, 2008.

⁴⁶ Centro de Estudos Estratégicos. **Integração militar da América do Sul**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro/RJ, março de 2004.

potências, principalmente pelo fato de ter sido o único país sul-americano a participar da 1ª Guerra Mundial.

Na Conferência, o Brasil assumiu certa liderança entre as potências menores [...] O Brasil aderiu à recém-criada Liga das Nações por ter sido essa a consequência natural de sua decisão de associar-se à coalizão das potências vitoriosas nos campos de batalha. Como recompensa por essa atitude de colaboração, em 28 de abril de 1919, na sessão plenária que aprovou o texto final do Pacto, o Brasil foi designado para ser, dentre os países de “interesses limitados” presentes na Conferência, um dos quatro membros temporários do Conselho, que se juntariam aos cinco membros permanentes, representados pelas “principais potências aliadas e associadas”. A admissão do Brasil no órgão de cúpula da Liga, de forma não permanente [...] foi interpretada pelo governo brasileiro como sendo uma grande vitória⁴⁷.

Segundo CERVO e BUENO⁴⁸, o Brasil teria pleiteado um assento permanente no Conselho das Ligas das Nações, durante o governo de Artur Bernardes, em nome da América do Sul.

Foi o governo Artur Bernardes que fez da campanha do assento permanente o seu objetivo diplomático fundamental, conscientemente perseguido desde 1923, para o qual se voltaram os maiores esforços da chancelaria. Essa meta surgia, então, como uma alternativa para contornar a ameaça de o Brasil perder o lugar no Conselho na eleição anual da Assembléia (objetivo de política externa), além de representar, em caso de vitória, uma conquista que o governo não deixaria de explorar [...]⁴⁹

PATRICK⁵⁰ analisou a pertinência do pleito brasileiro, segundo sua dimensão geopolítica e histórica, revelando que o presidente norte-americano, Roosevelt, após a Segunda Guerra Mundial, defendeu o Brasil como membro permanente do CSONU.

Parece ser claro que, atualmente, o Brasil aspira e se manifesta publicamente, na busca por um assento no Conselho de Segurança da ONU, conforme atesta o chanceler AMORIM⁵¹:

Está mais perto do que há quinze anos, quando se discutiam vagas para Alemanha e Japão no Conselho. Hoje se fala muito mais numa entrada de Brasil ou Índia. É muito complexo mexer na questão da segurança dos Estados, mas as coisas mudam. Estamos caminhando, mas não tenho uma bola de

⁴⁷ GARCIA, Eugenio Vargas. A candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho da Liga das Nações. *Revista Brasileira de Política Internacional* 37 p. 5-23 [1994]. Universidade de Brasília.

⁴⁸ CERVO e BUENO. *Ibidem*, p. 456.

⁴⁹ GARCIA, Eugenio Vargas. A candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho da Liga das Nações. *Revista Brasileira de Política Internacional* 37 p. 5-23 [1994], Universidade de Brasília.

⁵⁰ PATRICK, Stewart. *Brazil Seeking Security. Council on Foreign Relations*. Estados Unidos da América, *The National Interest*, 07/07/2010. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/commentary/brazil-seeking-security-3622>> Acesso em: 01/09/2010.

⁵¹ ALMEIDA, Danilo. Artigo Brasil: o líder regional quer agora jogar entre as potências. *Apud Yahoo News* – entrevista concedida pelo chanceler Celso Amorim, em 20/11/2009.

crystal para dizer quando isso (a conquista do assento permanente) pode ocorrer.

Não é uma unanimidade nacional que o Brasil deva envidar esforços para obter este assento. ALMEIDA⁵², por exemplo, afirma que o Brasil não teria poder militar e econômico para fazer parte do Conselho de Segurança da ONU. No entanto, o professor da universidade Católica de Pernambuco, Thales Castro⁵³, aponta algumas vantagens que poderiam ser auferidas:

É um poder político que dá visibilidade em outros campos. Uma vaga permanente no CS faria o país mais influente em outras questões substanciais, participando de todas as negociações do poder mundial, o que dá grande visibilidade para outros campos, inclusive os econômicos. É poder, poder na veia, o que migra para outros campos e oferece credenciais muito importantes.

Embora estejamos discutindo em parte a validade do ingresso do Brasil no CSONU, o mais importante é verificar em que medida o CDS seria útil a este claro objetivo nacional. Com este intuito, cabe verificar, como já visto em capítulo anterior, a tempestividade do Conselho. A atual estrutura da ONU tem se mostrado anacrônica e desigual, sendo alvo de crítica de diversos países, inclusive o Brasil. Além do Brasil, a Alemanha, Índia e Japão são os principais candidatos.

Os chanceleres de Brasil, Alemanha, Índia e Japão pediram [...] a ampliação da quantidade de membros do Conselho de Segurança da ONU, [...] os ministros reiteraram "a necessidade de uma reforma urgente do CS, que poderá incluir a expansão de membros tanto permanente como não permanentes". Pediram também [...] "torná-lo mais representativo, legítimo, efetivo e com capacidade de resposta diante das realidades da comunidade internacional do século XXI". Os quatro países disseram ser a favor de ampliar os membros permanentes [...]⁵⁴.

Neste aspecto o Brasil pode se aproveitar da parceria com as nações sul-americanas, principalmente no que tange a seu papel aglutinador e mediador de conflitos. O próprio sentimento antiamericano, que povoa algumas nações do subcontinente, pode ser, de alguma forma, administrado pelo CDS, sob a liderança do Brasil, no sentido de não radicalizar as reações.

⁵² ALMEIDA, Paulo Roberto. **A ONU e a questão de assimetria do Poder**. Conferência na IV Semana de Relações Internacionais. PUC-SP, p 22. São Paulo, 11/05/2005.

⁵³ CASTRO, Tales. O Conselho de Segurança da ONU. Globo.com, 25/09/07. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo.html>>. Acesso em: 01/02/2011.

⁵⁴ Brasil, Alemanha, Índia e Japão pedem ampliação do Conselho de Segurança. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 25/09/2010. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2010/09/24/brasil-alemanha-india-e-japao-pedem-ampliao-do-conselho-de-seguranca.jhtm>>. Acesso em: 13/11/2010.

BRAGA⁵⁵, ao analisar a atitude do presidente Getúlio Vargas, durante a 2ª GM, ao negociar com os EUA o apoio brasileiro aos aliados, suscita a idéia do Brasil administrar, de acordo com seus interesses, o apoio do subcontinente às políticas dos norte-americanos.

O Brasil, hoje, pleiteia um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU. Até agora não obteve explícito apoio americano a essa pretensão. Por outro lado, não deve incomodar o presidente Lula a existência de governos latino-americanos refratários à hegemonia norte-americana, pois é precisamente isso que lhe permite espaço para mediar, negociar. Se toda a América Latina desse irrestrita adesão aos Estados Unidos, o Brasil não seria mais que uma ovelha na carneirada. Será o caso de indagar agora: Lula, o pragmático, [...] estaria tentando (sem saber) reproduzir a tática de Vargas? E poderá ter êxito semelhante ao do seu grande antecessor? É o que o futuro irá dizer.

O Brasil desponta, conforme analisado em capítulos anteriores, como líder regional, tendo, recentemente, estreitado ainda mais seus laços com as demais nações sul-americanas, com destaque para a Argentina, que, até então, tem sido a grande opositora para que o Brasil alcance um assento permanente no CSONU.

Em 2010, o Brasil obteve mais uma indicação para membro temporário do CSONU, sendo esta sua décima indicação. Isto demonstra a aceitação do protagonismo brasileira em todo o mundo, já que somente o Japão havia sido indicado tantas vezes. AMORIM⁵⁶ destacou este aspecto, além de ressaltar a participação brasileira em diversas missões de paz da ONU, ressaltando a do Haiti:

O Brasil foi eleito hoje, 15 de outubro, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, para mandato de dois anos como membro não-permanente do Conselho de Segurança [...]. O Brasil contou com 182 votos de um total de 183 países votantes. O Brasil ocupará pela décima vez um assento eletivo no Conselho – frequência só igualada pelo Japão. Membro fundador da ONU [...] o Brasil participou de mais de 30 operações de paz das Nações Unidas e contribuiu com cerca de 20 mil homens. [...] O Brasil foi membro do Conselho de Segurança em 1946-47, 1951-52, 1954-55, 1963-64, 1967-68, 1988-89, 1993-94, 1998-99 e 2004-05.

O CDS, em seus princípios e objetivos, deixa claro sua vocação democrática e pacífica, além de seu respeito à soberania e outros preceitos insofismáveis da ONU.

⁵⁵ BRAGA, Humberto. Americanismo e antiamericanismo. Folha de São Paulo, 16/08/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/inde16082010.htm>>. Acesso em: 12/10/2010.

⁵⁶ MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Nota nº 518 - 15/10/2009. **Eleição do Brasil para o Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Brasília, Assessoria do Gabinete de Imprensa

Assim, em seu tratado constitutivo, expressa ao mundo que o subcontinente está alinhado com uma política internacional legítima, que conta com a aquiescência das principais potências globais. Por tudo isto, o CDS demonstra que a América do Sul, se representada pelo Brasil no Conselho de Segurança da ONU, personificaria uma liderança pró-ativa e benéfica para a comunidade internacional.

SOUZA NETO⁵⁷ corrobora com este raciocínio, afirmando que a ampliação dos temas de interesse global exige que as nações do subcontinente não adotem políticas ameaçadoras aos anseios das demais nações, sob pena de isolamento e sanções.

Desta forma, fica evidenciada que a possibilidade do Brasil obter um assento no CSONU pode vir a ser favorecida pela criação do CDS, aumentando sua relevância para a política externa brasileira. Ainda nesta direção, o CDS reúne representantes das pastas de defesa e relações exteriores, incluindo dois indissociáveis campos do poder no trato com assuntos sensíveis e de repercussão internacional. Este aspecto atualiza as relações institucionais dos países sul-americanos, permitindo a região aspirar uma representatividade no CSONU. Assim manifestou-se JOBIM⁵⁸:

[...] não resta dúvida das significativas implicações internacionais do esperado aumento do protagonismo da política de defesa no contexto mais amplo das relações internacionais do Brasil; por esse motivo, a boa articulação entre Ministério da Defesa e Itamaraty adquire relevo transcendente, inclusive em projetos de largo espectro como o da conquista pelo Brasil de um assento permanente no Conselho de segurança das Nações Unidas – conquista essa que dificilmente será obtida apenas pela nossa diplomacia, por mais competente que ela seja, sem que haja, entre outros, um incremento da estatura político-estratégica brasileira relativamente ao presente; [...]

Com relação à pretensão brasileira de maior protagonismo no cenário global, vale observar a nota do MRE sobre visita do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Nova York, por ocasião da 64ª Assembléia Geral da ONU - 21 a 24 de setembro de 2009:

O Brasil dará continuidade à busca de soluções para a superação da pobreza; a resolução de conflitos; e a Reforma da ONU, inclusive do Conselho de Segurança⁵⁹.

⁵⁷ SOUZA NETO, Danilo Marcondes. **A perspectiva Brasileira sobre a Reforma do Conselho de Segurança**. Artigo, PUC/RJ, Rio de Janeiro, 2007, p.19.

⁵⁸ JOBIM, Nelson. Palestra proferida pelo Ministro da Defesa. **Seminário: Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas (FGV), 26/03/2010.

⁵⁹ Ministério das Relações Exteriores - Assessoria de Imprensa do Gabinete. **Nota nº 465 - 20/09/2009**. Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Nova York por ocasião da 64ª Assembléia Geral da ONU - 21 a 24 de setembro de 2009. Disponível no site oficial do MRE. Acesso em 21/02/2010.

6.3 CRIAÇÃO DE UM FÓRUM REGIONAL PARA A CONSOLIDAÇÃO DA PAZ E PARA A DISCUSSÃO E PLANEJAMENTO CONJUNTO DE ASPECTOS RELEVANTES

A América do Sul, apesar de ser um dos continentes onde a paz reina por mais tempo, sem conflitos de maior proporção entre seus países, ainda convive com determinados fatos e áreas de fricção que, por vezes, ameaçam desestabilizar a região. Neste trabalho, foi apresentada a atual situação destes pontos de atrito entre as nações do CDS. Além deste cenário, os órgãos existentes, como a OEA, por exemplo, sob os auspícios dos EUA, não tem se mostrado eficientes e respaldados pela totalidade da América do Sul. TEXEIRA JUNIOR⁶⁰ chama a atenção para o recrudescimento de temas tradicionais de segurança, como o novo ciclo de rearmamento, ameaça de conflito militar entre Venezuela e Colômbia e a participação, cada vez mais ativa, de potências extra-regionais na agenda de segurança regional.

Corroborando com este raciocínio, o IISS (Instituto Internacional de Estudos Estratégicos) apresentou um estudo⁶¹, em Londres, afirmando que a região, que sempre ocupou lugar discreto nos estudos da instituição, este ano, teve seu cenário alterado. De acordo com a instituição, o perigo reside na aliança entre os países bolivarianos e governos como Rússia, China e Irã, além das crises ideológicas entre Venezuela e Colômbia.

A atuação do CDS e da própria UNASUL tem aproximado em muito as duas maiores economias da região, Brasil e Argentina. Desta forma, em 2010, em nova reivindicação da Argentina sobre as Malvinas na ONU, a América do Sul se posicionou de forma uníssona e alinhada em favor desta nação. O que de alguma forma pode parecer inusitado e fomentador de novas reivindicações do país portenho, demonstra que a solução a ser buscada passará, em primeiro e indispensável plano, pelo campo da política. Neste sentido, o CDS atua como forte inibidor de ações mais radicais e isoladas como no conflito bélico entre Argentina e Inglaterra, na década de 1980.

⁶⁰ TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto Wagner Menezes. Segurança Sul-Americana e a Centralidade do Conselho de Defesa Sul-Americano para a Ordem Regional. Boletim Meridiano 47, 24/04/2010.

⁶¹ CHARLEAUX, João Paulo. Há riscos de guerra na América do Sul. Word Press, 07/02/2010. Disponível em: <<http://pbrasil.wordpress.com/2010/02/07/ha-risco-de-guerra-na-america-do-sul/>>. Acesso em: 12/12/2010.

Há, no entanto, quem veja nesta política de alinhamento com a Argentina um risco de desgaste político do Brasil e algumas incertezas quanto ao verdadeiro motivador desta iniciativa. Assim se posicionou DOS SANTOS⁶², coordenador da graduação em relações internacionais do IBMEC/RJ e IBMEC/MG:

O processo de negociação – ou de resolução de um novo potencial conflito –, acerca da posse das ilhas por Inglaterra ou Argentina é muito grave. [...] Se a intenção é fortalecer o Brasil como interlocutor dos países sul-americanos no âmbito da alta política internacional, visando, principalmente, uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, também o objeto de barganha e de exposição estratégica não é simples, e sim constitui-se em uma questão diplomática gravíssima [...] mesmo se a intenção estratégica da fala do presidente da República foi posicionar o Brasil com relação aos seus interesses no Atlântico Sul, principalmente com um foco na questão do pré-sal, o mote Retomada das Malvinas pela Argentina se configura como um meio por demais exagerado para ser utilizado pelo governo brasileiro neste momento.

É neste contexto que o Conselho de Defesa Sul-Americano segue ganhando destaque. A partir da criação da OEA, a América do Sul não tem apresentado em sua história exemplos robustos de regionalismo no que tange a sistemas de segurança. Desta forma, o novo órgão, aglutinando todos os países sul-americanos, surge como uma instância, que reúne as pastas de defesa e relações exteriores, capaz de constituir um importante palco para debates e soluções regionais independentes e legítimas.

A própria questão das bases americanas na Colômbia, bem como a desgastante crise, envolvendo Colômbia, Equador e a Venezuela, já foram tratadas e amenizadas no âmbito do Conselho. Corroborando com este raciocínio, TEXEIRA JUNIOR⁶³ aponta oportunidades de atuação para o CDS:

Mesmo se resumindo ainda a um conselho de cooperação e coordenação de políticas e experiências em defesa e segurança, o CDS constitui um lócus para construção de medidas de confiança mútua em temas sensíveis e estratégicos. Com efeito, a participação do CDS-Unasul deve visar um espectro de ação mais amplo

Recentemente, a UNASUL, organismo do qual o CDS faz parte, obteve reconhecimento internacional, inclusive por parte dos EUA, traduzido pela secretária de

⁶²DOS SANTOS José Luiz Niemeyer. *Malvinas por agora?* Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 01/03/2010. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/menu_v/sinopse/2007/02-03-2010.htm#not44722>. Acesso em: 11/09/2010.

⁶³ Idem.

Estado Hillary Clinton, ao elogiar a atuação do órgão de integração regional na distensão da crise entre Venezuela e Colômbia:

A secretária de Estado americana, Hillary Clinton, comemorou ontem o restabelecimento das relações entre Colômbia e Venezuela, elogiando principalmente o papel da Argentina e de seu ex-presidente Néstor Kirchner [...] secretário-geral da União de Nações Sul-Americanas, o bloco idealizado pelo Brasil como uma alternativa regional à Organização dos Estados Americanos (OEA), prestigiada pelos EUA e pela Colômbia, mas desprezada por Hugo Chávez e seus aliados. - Pode-se dizer que a trégua entre Juan Manuel Santos e Chávez foi uma grande vitória, talvez a primeira, da Unasul, mostrando que o bloco, se bem utilizado, pode desempenhar um papel importante na solução de conflitos - avalia o cientista político colombiano Francisco Miranda⁶⁴.

Mesmo para aqueles que não acreditam na efetividade do CDS, fica claro que a sua criação constitui uma iniciativa autônoma do subcontinente na direção de tomar suas próprias decisões e construir soluções independentes para seus problemas. A influência norte-americana tende a diminuir, exigindo uma maior coordenação das ações integradas das nações sul-americanas. VIDIGAL⁶⁵ assim expressa sua opinião:

Penso que tanto a criação da UNASUL como do Conselho Sul-Americano de Defesa representam uma tomada de posição da América do Sul com relação aos Estados Unidos⁶⁶, uma afirmação de que os Estado membros têm a intenção de atuarem sem influências externas. Na minha opinião as consequências não irão além dessa afirmativa simbólica, sem que nada resulte de prático.

Pode-se antever outra possibilidade crível para o novo Conselho: a ação coordenada contra os ilícitos transnacionais e o combate ao narcotráfico e

⁶⁴ DA COSTA, Mariana Timóteo. Paz de Chavez dá novo fôlego a UNASUL. O Globo, 11/08/2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2010/08/11/paz-de-chavez-santos-da-novo-folego-unasul-917375670.asp>>. Acesso em: 12/09/2010.

⁶⁵ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. UNASUL: solução ou diversão? Revista Idéias em destaque, Nr 31, Set/Dez/2009, p.105. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

⁶⁵ CORRÊA, HUDSON. Brasil se opõe aos EUA em ação antidroga. Folha de São Paulo, 26/04/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u725923.shtml>>. Acesso em: 22/11/2010.

⁶⁵ CORRÊA, HUDSON. **Brasil se opõe aos EUA em ação antidroga**. Folha de São Paulo, 26/04/2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u725923.shtml>>. Acesso em: 04/07/2010.

⁶⁶ OPPENHEIMER, Andrés. **Los carteles de la droga no mueren, se mudan**. Jornal El Nuevo Herald. Cidade de Guatemala – Guatemala, 03/07/2010. Disponível em: <<http://www.elnuevoherald.com/2010/03/07/669767/los-carteles-de-la-droga-no-mueren.html>>. Acesso em: 01/12/2010.

narcoguerrilhas. O Brasil e outros países sul-americanos já demonstram a intenção de protagonizarem este combate, sem a influência dos EUA.

Governo brasileiro dirá que é preciso reconhecer soberania dos países sul-americanos e focar, também, nações consumidoras.[...] O governo brasileiro lançará uma estratégia de combate ao narcotráfico na América do Sul contrária à linha dos EUA [...]. Ainda que confronte a estratégia norte-americana de fixar bases na América do Sul (Colômbia, Equador, Paraguai), o governo não defenderá a exclusão da DEA das ações no continente. A PF sugerirá aos EUA troca de dados de investigações, treinamento conjunto de policiais e intensificação de operações nas fronteiras⁶⁷.

O CDS apresenta condições propícias neste sentido, na medida em que congrega os titulares das pastas de defesa e relações exteriores. Vale ainda destacar que, atualmente, os ilícitos transnacionais, aí incluso o tráfico de entorpecentes, não faz distinção de fronteiras ou nacionalidades, conforme aponta OPPENHEIMER⁶⁸, exigindo uma ação coordenada entre as nações limítrofes para seu combate.

Cumprido destacar que no relatório⁶⁹ da primeira reunião ordinária do CDS, houve uma declaração anexa que defendia ações também no campo do combate ao narcotráfico.

As nações sul-americanas já apresentam alguns acordos e tratados no sentido de atuarem de forma conjunta na repressão aos ilícitos transnacionais. Vale citar algumas iniciativas: os radares colocados pela Argentina na fronteira com a Bolívia para detectar tráfico de drogas⁷⁰; o reforço da presença das Forças Armadas colombianas na fronteira com o Brasil, também para coibir ilícitos transnacionais⁷¹; a Lei do Abate do

⁶⁷ Conselho de Defesa Sul-Americano. **DECLARACION DE SANTIAGO DE CHILE**. Santiago, março de 2009.

⁶⁸ CÁCERES, Felipe. *Argentina pondrá radares en la frontera con Bolivia*. EL Deber, SANTA Cruz de La Sierra, Bolívia, 24/09/2009. Disponível em: <<http://www.eldeber.com.bo/2009/2009-09-24/vernotaseguridad.php?id=090923215247>>. Acesso em: 12/03/2010.

⁶⁹ CÁCERES, Felipe. *Argentina pondrá radares en la frontera con Bolivia*. EL Deber, SANTA Cruz de La Sierra, Bolívia, 24/09/2009. Disponível em: <<http://www.eldeber.com.bo/2009/2009-09-24/vernotaseguridad.php?id=090923215247>>. Acesso em: 12/03/2010.

⁷⁰ CÁCERES, Felipe. *Argentina pondrá radares en la frontera con Bolivia*. EL Deber, SANTA Cruz de La Sierra, Bolívia, 24/09/2009. Disponível em: <<http://www.eldeber.com.bo/2009/2009-09-24/vernotaseguridad.php?id=090923215247>>. Acesso em: 12/03/2010.

⁷¹ MONTEIRO, Lício Caetano do Rego. Dimensão amazônica do conflito colombiano e seus efeitos nas políticas de segurança continental e brasileira. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; CHAVES, Daniel Santiago (Org.) **Terrorismo na América do Sul**: uma ótica brasileira. Rio de Janeiro, UFRJ, Ed Multifoco, p. 192 – 195.

Brasil e Venezuela⁷². O exemplo da lei do abate de aeronaves, que sobrevoarem, de forma ilegal, o espaço aéreo entre Brasil e Venezuela, mostra como a aproximação maior na área de defesa pode facilitar o combate ao tráfico de droga.

Outra realidade da América do Sul, também já tratada no Capítulo que aborda os óbices à integração regional, relaciona-se às narcoguerrilhas. Além das FARC, a região assistiu o ressurgimento do Sendero Luminoso no Peru e, recentemente, o recrudescimento do EPP no Paraguai, inclusive com indícios do uso do território brasileiro para homizio e reunião de integrantes destes movimentos⁷³.

Vale destacar que, na maioria dos países sul-americanos⁷⁴, a vigilância das fronteiras é uma das atribuições das forças armadas. O CDS possibilitaria uma melhor integração de informações e ações de repressão aos ilícitos transnacionais e fronteiriços, a começar por uma formulação de uma política de defesa e segurança mais clara, ampla e legítima para a região. COSTA⁷⁵ advoga a vocação geopolítica brasileira para o incremento do intercâmbio com os demais países sul-americanos, sendo que o primeiro passo para a inserção internacional do Brasil passa por uma maior aproximação das nações do subcontinente, na construção de um pensamento mais homogêneo.

Além da migração nas fronteiras entre os países sul-americanos, também a possível ligação entre os narcoguerrilheiros⁷⁶ é uma preocupação legítima. O novo governo brasileiro, por intermédio das diretrizes da presidenta Dilma, já sinalizou que continuará a política de intensificação do controle da linha de fronteira, visando o combate aos ilícitos transfronteiriços. O ministro da justiça enfatizou a importância de se estreitar os laços com os vizinhos sul-americanos e com o estabelecimento de uma política conjunta de combate ao crime transnacional.

⁷² Brasil e Venezuela vão derrubar aeronaves ilícitas. **Sítio Info Rel.** 05/03/2010. Disponível em: [http://www.infoel.org/index.php?p_busca=Brasil e Venezuela vão derrubar aeronaves ilícitas](http://www.infoel.org/index.php?p_busca=Brasil+e+Venezuela+v%C3%A3o+derrubar+aeronaves+il%C3%ADcitas) >. Acesso em: 06/06/2010.

⁷³ Nos Andes, rastros de violência: Sendero Luminoso e Ejercito Guerrillero Tupac Katari. CHAVES, Daniel; ARAÚJO, Rafael. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; CHAVES, Daniel Santiago (Org.) **Terrorismo na América do Sul: uma ótica brasileira.** Rio de Janeiro, UFRJ, Ed Multifoco, p. 205 – 210.

⁷⁴ COVARRUBIAS, Jaime García. *The advances in the defence sector. A Comparative Atlas of Defence in Latin America / 2008 Edition, Cap 5 System Organization.*

⁷⁵ COSTA, Darc. **Fundamentos para o estudo da Estratégia Nacional.** Rio de Janeiro, Ed Paz e Terra, 2009, p. 518 – 540.

⁷⁶ ABBOT, Philip K. **A ameaça terrorista na área da Tríplice Fronteira: mito ou realidade?** Revista Militar Review. Jan-Fev, 2005.

Uma das primeiras iniciativas do futuro ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na próxima semana, será uma reunião com o titular da Defesa, Nelson Jobim, para discutir o reforço no policiamento das fronteiras e medidas para dar agilidade a acordos de cooperação com os países vizinhos. [...] segundo Cardozo. [...] "Se não tivermos integração de polícias e de políticas não conseguiremos combater de forma eficaz o crime organizado. **Difícilmente se avança no combate ao crime organizado se não tiver aprofundamento na relação com países de fronteira**" (grifo nosso) [...] "A nossa preocupação não é só com a fronteira com a Bolívia, mas com todas as fronteiras", disse Cardozo[...] Cardozo deixou clara a preocupação em criar uma política conjunta de combate ao crime com os países vizinhos. "Já está havendo entendimentos e acordos e a ideia é agilizá-los e aprofundá-los"⁷⁷.

6.4 ADOÇÃO DE ASPECTOS DO MODELO EUROPEU DE DEFESA E CRIAÇÃO DE UMA FORÇA DE PAZ SUL-AMERICANA

O CDS, devido a sua pouca maturação, pode ter como parâmetros outras instituições de maior longevidade para adotar políticas de sucesso, no sentido de ampliar seu leque de atuação. A Europa, a partir da 2ª GM, vem adotando estruturas para uma atuação sinérgica em matéria de defesa e política externa. Vale destacar a OTAN e a OSCE (Organização para Segurança e Cooperação da Europa).

Afirma LAMAZIÈRE⁷⁸ que a política de integração militar sul-americana muito se aproxima da européia, pois teria dois pontos em comum: o primeiro ponto seria o fato de ter se consolidado a partir da convergência política e militar de dois antigos rivais (Inglaterra e França - Brasil e Argentina), enquanto que o segundo foi a forte influência sofrida dos EUA.

MIYAMOTO⁷⁹ afirma que, apesar de motivada pela Guerra Fria, a OTAN não acabou com a extinção do Pacto de Varsóvia, ao contrário, ampliou-se. Assim, na América do Sul, conforme já visto, o TIAR e a OEA, não evoluíram a ponto de mostrarem-se um instrumento de ampla aceitação no subcontinente. Este cenário

⁷⁷ LEAL, Luciana Nunes e LOPES, Eugênia. Novo governo buscará reforçar áreas limítrofes. O Estado de São Paulo, 30/12/2010. Disponível em: <http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?datan=30/12/2010&page=mostra_notimpol>. Acesso em: 04/02/2011.

⁷⁸ LAMAZIÈRE, Georges. **O impacato do processo de integração regional nas políticas de defesa e segurança. O Brasil e a cooperação político-militar na América do Sul.** Revista Política Externa, Vol. 9 – Nr 4 – Abril/Maio, 2001, p.42. Artigo. Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados. São Paulo, Ed. Paz e Terra.

⁷⁹ MIYAMOTO, Shiguenoli. Segurança e nova ordem internacional. PREMISSAS, Caderno 14, dezembro de 1996, p. 43. Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos Estratégicos.

valoriza o fortalecimento do CDS como um órgão regional aglutinador que, em certas medidas, teria algumas funções semelhantes à OTAN.

Ainda traçando um parâmetro com a OTAN, em 2009, esta organização se reuniu⁸⁰ para reforçar sua atuação como instrumento para resolver crises e amenizar tensões regionais. Esta iniciativa demonstra o sentido atual e hodierno da América do Sul ao criar e impulsionar o CDS como um fórum do subcontinente para resolver os atritos e evitar escalonamento de crises. VALLADÃO⁸¹ cita as tentativas de maior integração da Europa:

São conhecidas as dificuldades que tem a União Europeia para dotar-se de uma política exterior comum ou de uma política de defesa e de segurança própria. A União Europeia tem alguma experiência recente, porém muito limitada, de ações conjuntas, humanitárias e posições comuns declaratórias. Foram também tentadas algumas formas mais avançadas de cooperação política no campo da não proliferação nuclear, no controle das exportações de produtos sensíveis ou na administração da cidade de Mostar, na Bósnia.

Ainda VALLADÃO traça um parâmetro da institucionalização da segurança coletiva no MERCOSUL. Por este prisma, entende-se o pioneirismo do CDS e as oportunidades que proporciona.

O Mercosul, por sua parte, ainda está muito longe sequer das embrionárias experiências europeias – não conta com nenhuma instância política supranacional e nem mesmo pretende trilhar esta via. É verdade que o Conselho de Ouro Preto (Dezembro de 1994) definiu uma estrutura institucional com personalidade jurídica, permitindo a negociação colectiva de acordos com outros Estados ou regiões do mundo.

Neste encontro da OTAN, além de dar prosseguimento ao “processo corfu” (tentativa europeia de resolver desavenças antigas de seus membros), representou a consolidação de um importante passo da EU que foi a indicação de um representante de relações exteriores para o bloco. O CDS já reúne os ministros de defesa e relações exteriores em suas deliberações, podendo, em um futuro próximo, ter um representante da pasta de relações exteriores que negocie em nome da UNASUL.

⁸⁰PAPANDREOU, George A. **Europa tentando por meio de seu órgão sanar as desavenças e problemas transnacionais**. Valor On Line, 2010.

⁸¹ VALLADÃO, Alfredo G. A. **Cooperação para a paz e segurança**. Publicação Além do Comércio - Ampliar as relações Europa-Mercosul. Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. Lisboa/Portugal, 1997, p. 2.

Ainda neste sentido, alinhado com o que foi dito acerca da representação da América do Sul no Conselho de Segurança da ONU, pode-se estudar o modelo europeu de representatividade, no qual os países são representados no Conselho de União Européia, por órgãos intergovernamentais, com votos qualificados conforme a envergadura econômica e política de cada nação. O Itamaraty e demais integrantes da UNASUL têm resistido a esta proposta, porém poderia ser interessante o fortalecimento de instituições supranacionais, a exemplo do CDS. CAMARGO⁸² defende esta idéia, ao analisar o MERCOSUL.

Uma das vertentes da OTAN trata de cooperação civil militar. Recentemente, conforme apontado neste trabalho, o próprio Brasil apoiou outras nações em calamidades, como foi o exemplo das enchentes na Bolívia. O Chile, em 2010, foi alvo de um terremoto e recebeu inúmeras demonstrações práticas da solidariedade sul-americana⁸³. As forças armadas dos membros do CDS, invariavelmente, são chamadas para socorrer suas nações em momentos de catástrofes naturais. Desta forma, aglutinando as pastas de defesa dos diversos países membros, o CDS pode vir a coordenar ações neste sentido, vindo a possuir um órgão ou instrumentos de cooperação com este intuito.

A alínea (h) do Artigo 14, da nota que prevê a criação do CDS, diz: “Compartilhar experiências e apoiar ações humanitárias, como a desminagem, a prevenção e mitigação de desastres naturais e a assistência às suas vítimas [...]”. Cabe verificar se o CDS, fruto da natural aplicação do poder militar de seus países membros, permitiria ações nesta direção.

CURRO⁸⁴ suscita a aplicação do conceito de cooperação civil militar (CIMIC) da OTAN, no Exército Brasileiro. Defende o autor que o conceito deste tipo de ação é uma necessidade surgida dos conflitos modernos.

⁸² CAMARGO, Guatavo Corrêa. **O MERCOSUL sem confeitos**. PREMISSAS, Caderno 14, dezembro de 1996, p. 96-97. Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos Estratégicos.

⁸³ SILVA, Luís Inácio Lula da. **Após o terremoto, Brasil vai ajudar o Chile, assim como está ajudando o Haiti**. Café com o Presidente, 01/03/2010. Disponível em: <<http://historico.cafe.ebc.com.br/cafe/programas/apos-o-terremoto-brasil-vai-ajudar-o-chile-assim-como-esta-ajudando-o-haiti>>. Acesso em 20/09/2010.

⁸⁴ CURRO, Paulo Jorge Varela. **A aplicação do conceito de Cooperação Civil – Militar (CIMIC), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no Exército Brasileiro**. Escola de Comando e Estado Maior. Rio de Janeiro, 2008, p. 9.

Os mais recentes conflitos, que ocorreram um pouco por todo o mundo, na última década, os quais envolveram operações militares, demonstraram a crescente exigência de coordenação das atividades militares com o ambiente civil. A população local, as autoridades locais, as autoridades regionais e nacionais, bem como as organizações internacionais, governamentais ou não governamentais, fazem parte deste “novo” ambiente civil, o qual interage profundamente com o ambiente militar, originando, desse modo, um novo ambiente operacional. [...] A OTAN, ciente desta nova realidade, com a sua participação no TO dos Bálcãs, durante a década de 90, decidiu adaptar a doutrina clássica de Assuntos Cívicos, reformular os seus conceitos, adaptá-los à nova realidade, criando, desse modo, uma nova capacidade militar: a CIMIC.

A própria atuação do Brasil, a frente da tropa multinacional no Haiti, é um exemplo de que, caso houvesse uma estrutura previamente organizada, no âmbito do CDS, para coordenar assuntos civis, uma tropa da ONU, sob liderança sul-americana, poderia utilizar-se disto para potencializar sua atuação. Até por que, esta é uma tônica que estará presente em ações das Nações Unidas, doravante.

Desse modo, nos dias de hoje, os mandatos da ONU não se limitam a assegurar, tão-somente, o deslocamento e a interposição de forças entre os beligerantes, mas sim a garantir um conjunto de capacidades civis e militares, ocupando-se também de restabelecer, nos locais onde ocorre, um estado de direito, de ajudar a formar as administrações civis, organizar eleições, assegurar o respeito pelos direitos do homem, potenciar o regresso de refugiados, ajudarem na reconstrução de infra-estruturas básicas e no recomeçar ou normalizar das atividades econômicas⁸⁵.

Na OTAN, a capacidade CIMIC é definida como a coordenação e a cooperação, em apoio da missão, entre um comandante da OTAN e os atores civis, incluindo a população e as autoridades nacionais, bem como as organizações internacionais, as organizações governamentais e as organizações não – governamentais⁸⁶.

A OTAN não tem uma doutrina de Assuntos Cívicos, ao contrário dos EUA. Esta organização considera sua doutrina CIMIC mais adaptada às tarefas de relacionamento entre civis e militares. Por outro lado, os EUA⁸⁷, criadores da doutrina de Assuntos Cívicos, que é considerada como referência na maior parte dos países do mundo ocidental, continua a relacioná-la com a doutrina de operações.

Apresentadas estas considerações, seria lícito imaginar o CDS contando com uma estrutura CIMIC semelhante à da OTAN, com as devidas adequações, para ser

⁸⁵ Idem, p. 11.

⁸⁶ Manual de CIMIC da OTAN - AJP 09 - Doutrina de Cooperação Civil-Militar (CIMIC), p.1.1.

⁸⁷ UNITED STATES ARMY. **FM 3 – 05.40 – CIVIL AFFAIRS OP.**

empregada nos cenários regionais de crises oriundas de calamidades ou mesmo em atuações de forças sul-americanas, sob proveito da ONU.

A Europa, apesar de também possuir desigualdades regionais acentuadas (leste europeu) é o continente que mais se adaptou ao conceito de Segurança Coletiva, sendo o modelo mais bem sucedido de integração de sistema de defesa⁸⁸.

Determinados países europeus adotam um segundo idioma oficial⁸⁹. A América do Sul, conforme analisado, tem um campo fértil a percorrer nesta direção e a UNASUL e o CDS são os pontos de partida para se aprofundar e expandir a cooperação regional. Como já se observou no estudo da integração social, cada vez mais, vem crescendo o número de alunos do idioma espanhol no Brasil.

RABELLO⁹⁰ estudou o modelo da OTAN como parâmetro para o estabelecimento de um sistema de segurança cooperativa na América do Sul. Em suas conclusões, após considerável análise da conjuntura regional, deduz que o subcontinente não reúne condições ideais para este sistema.

O arranjo de uma força regional poderia levantar nos países participantes a falsa idéia de que é mais que suficiente para a defesa nacional. Poderia ensejar a diminuição dos efetivos militares, que já são pequenos ao se considerar que alguns países têm vultosas reservas minerais e extenso território a defender. No campo econômico, os baixos orçamentos destinados às FA e à defesa desestimulam investimentos em torno de uma nova força [...] Não há aparato tecnológico nem recursos financeiros disponíveis para tal empreendimento [...] nem teriam o apoio popular para tais gastos quando ainda há enormes problemas a serem resolvidos em outras áreas.

SHNEIDER⁹¹ explica como a União Européia executa a PESC (Política Externa e de Segurança Comum) em colaboração com diversos intervenientes internacionais. Além da OTAN, que desempenha um papel importante na execução das missões Petersberg⁹², colaboram na PESC, principalmente, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

⁸⁸ ALMANAQUE ABRIL, Ed. Abril, 2003, p.51.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ RABELLO, Miguel Angelo Campagnac. **Segurança cooperativa e integração militar no Mercosul** : viabilidade de uma força multinacional permanente. ECEME, Dissertação, Rio de Janeiro, 2006, p.87.

⁹¹ SHNEIDER, Edson Rodrigues. **MERCOSUL**: Um Estudo Geopolítico e seus reflexos para o estabelecimento de um Sistema de Defesa Integrado. ECEME, Dissertação, 2003, p. 74-80.

⁹² O conjunto de capacidades e estruturas da política europeia de segurança e de defesa (PESD) evoluiu acentuadamente desde 1999, estando dividido em três componentes. As duas primeiras, destinadas a gestão de crises militares e a gestão de crises civis, são as denominadas "missões Petersberg", sendo a

Embora a PESC tenha sido institucionalizada pelo Tratado da União Europeia em 1991, só em 1998 a União começou a ocupar-se seriamente das componentes da defesa. Após analisar a estrutura da União Europeia para a defesa, conclui SHNEIDER que existe campos de interesse para a América do Sul, com base no modelo do velho continente:

O intercâmbio das forças armadas do MERCOSUL com a estrutura de defesa da UE possibilitará suprimir etapas num futuro processo de integração militar. Assim é mister que a experiência europeia seja acompanhada e discutida, de forma a fomentar uma fórmula adequada à nossa realidade e ambições.

Sobre a OTAN, a Revista Defesa Nacional publica um artigo de Luis Pinto Ramalho, na última edição de 1999, com uma visão da evolução deste órgão e suas perspectivas. Existem ainda acordos complementares ao Tratado que abordam iniciativas válidas na área de fortalecimento regional da indústria de Defesa e da criação de uma Força de Reação Rápida⁹³.

COSTA⁹⁴, ao analisar a OTAN na atualidade, afirma que esta Aliança procurou modernizar-se com o Tratado de Lisboa, buscando tornar mais eficiente e eficaz a defesa dos interesses da UE. Neste Tratado foi implementado o conceito de cooperação estruturada permanente (núcleo operativo permanente e estruturado de defesa) que reúne as principais vocações dos países membros da OTAN. Todos contribuiriam com grupamentos táticos de combate com logística e transporte próprios, prontos para a ação em menos de trinta dias.

No entanto, esta estrutura não está em discussão para ser implementada no CDS, assim como não interessa ao Brasil a constituição de forças armadas conjuntas, compostas de tropas sul-americanas. O então Ministro da Defesa, Nelson Jobim⁹⁵,

terceira a prevenção de conflitos. Disponível em: <<http://www.nato.int/cps/en/natolive/index.htm>>. Acesso em: 12/10/2010.

⁹³ Força de Reação Rápida (*NATO Response Force*) é um pacote de força multinacional, tecnologicamente avançada, flexível e interoperável com cerca de 25.000 homens. O seu papel é agir de forma autônoma e disponível para a rápida implantação da OTAN, como uma defesa coletiva, para a gestão de crises ou missões de estabilização. Disponível em: <<http://www.nato.int/cps/en/natolive/index.htm>>. Acesso em: 12/10/2010.

⁹⁴ COSTA, Darc. O futuro da OTAN. In. JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sérgio W.; ALSINA, João Paulo. **Segurança Internacional**. Perspectivas Brasileiras. Rio de Janeiro, FGV, 2010, p. 552-553.

⁹⁵ Centro de Estudos Estratégicos da ECEME. **Relatório do Simpósio do Centro de Estudos Estratégicos do Exército**. Tema: Reação Internacional ao Protagonismo Brasileiro. Brasília, 19-21 agosto de 2010.

afirmou que “não se justifica forças militares permanentes para emprego na América do Sul”.

Seria interessante citar o EUROCORPO da União Européia. O Corpo de Exército Europeu ou EUROCORPO surgiu em consequência do Tratado de Elisee, assinado entre o Presidente francês Charles de Gaulle e o Chanceler alemão Konrad Adenauer, em 1963. Em 14 de outubro de 1991 os chefes de Estado francês e alemão enviaram uma carta conjunta ao Presidente do Conselho Europeu para informar-lhe da decisão de intensificar ainda mais sua cooperação militar. Dessa maneira, assentaram as bases de um corpo de exército, onde poderiam participar outros estados-membros da União Européia Ocidental.

Outro aspecto que deve ser discutido são as políticas de incentivo à indústria européia de defesa, que poderiam ser aproveitadas pelo CDS. Não se pode ignorar o exemplo de uma região em que o volume de negócios anual da indústria da defesa é superior a 55 bilhões de euros⁹⁶, representando cerca de 30% da produção mundial e emprega mais de 300 000 pessoas.

Ao se analisar a conclusão a que chegou a comissão européia, em 2002, quando do estudo da conjuntura da sua indústria de defesa, pode-se diagnosticar alguns problemas em comum com a América do Sul e vislumbrar soluções. Dentre os problemas identificados, verificou-se a necessidade de melhora das condições de financiamento, da fragmentação do mercado e da abertura de novos mercados consumidores, chegando a seguinte conclusão:

A melhoria da competitividade, a longo prazo, é crucial para a indústria da defesa européia e para as ambições de segurança e de defesa da Europa. A modernização industrial a introduzir deve visar um maior grau de especialização no sentido de criar uma cadeia de abastecimento mais integrada e de tornar a base industrial européia mais competitiva. [...] É necessária uma estratégia que aumente a competitividade da indústria da defesa que a prepare para desafios futuros, que promova a sua capacidade de inovação, que preserve e crie mais emprego de elevada qualidade e que continue a desenvolver os seus atuais pontos fortes.

Pelo apresentado no estudo dos objetivos do CDS, fica claro que a América do Sul, também aspira integrar sua cadeia produtiva da indústria bélica, de uma maneira

⁹⁶ Comissão das Comunidades européias. **Comunicado ao parlamento europeu, ao conselho e ao comitê econômico e social europeu e ao comitê das regiões: uma estratégia para uma indústria da defesa européia mais forte e mais competitiva.** União Européia, 2002.

complementar e sinérgica, na busca de melhores tecnologias e novos mercados que gerem receitas e um ciclo virtuoso de crescimento da base industrial regional.

Vale, portanto, verificar as sugestões apresentadas pela comissão da européia quanto às medidas necessária para impulsionar sua política industrial bélica. Com o intuito da criação progressiva de um Mercado Europeu de Equipamento de Defesa (MEED), a Comissão considera prioritário melhorar o funcionamento do mercado interno dos produtos relacionados com a defesa e a transferências intracomunitárias de produtos relacionados com a defesa – redução de burocracias -, além da adjudicação de contratos públicos no setor da defesa (menores tarifas alfandegárias e autorizações para aquisições em países vizinhos).

A Comissão reuniu as partes interessadas no intuito de elaborar um Manual de Normalização no Setor da Defesa, convidando os Estados-Membros a utilizá-lo na íntegra sempre que procedam à adjudicação de contratos públicos no setor da defesa. Para tal, é necessário um regime comum de garantias adequadas, sustentado por possibilidades de verificação, tanto no plano do financiamento das tecnologias, como no plano do fornecimento.

Outro ponto interessante para a América do Sul seria a idéia das nações se concentrarem em menos atividades do que atualmente. Dedicariam sua atenção a centros de excelência que devem ser a consequência de um processo essencialmente orientado para o mercado.

Além disto, a existência de transparência mútua entre os Estados-Membros em matéria de planificação da defesa, a médio e em longo prazo, permitiria a identificação de oportunidades para projetos de investimento conjuntos, aquisições conjuntas e uma especialização coerente das funções. Cumpre recordar o projeto do KC – 390, da EMBRAER.

A união Européia observou a necessidade de se aprimorar a gestão, tendo sido elaborado um Código de Melhores Práticas na Cadeia de Abastecimento (CoBPSC). A abertura de mercados estrangeiros, embora seja susceptível de sofrer o possível impacto das diferentes políticas de exportação nacionais, também foi priorizado.

Outro ensinamento para a América do Sul é que a importância do mercado norte-americano não deve desviar as atenções relativas a novos potenciais desafios e

oportunidades colocadas por economias em rápida expansão e pelo ressurgimento potencial de outros grandes concorrentes.

Ainda sobre aspectos do modelo europeu de defesa que podem servir de exemplos para o CDS, BURG⁹⁷, em sua palestra na LAAD (Latin America Aero & Defense) abordou o modelo francês de incentivo a indústria de defesa que busca parcerias com outros países europeus, com vistas a compartilhar investimentos e a produção de produtos bélicos, com aquisição facilitada pelos países participantes do projeto.

Também deve ser considerada como oportuna a tentativa da EU em tratar institucionalmente os assuntos relativos a defesa. Até mesmo para que se negocie em condições de igualdade, a América do Sul poderia ter o CDS como o fórum ideal para que trate os assuntos da esfera de defesa com a OTAN, UE e outras instituições congêneres.

Do acima exposto, observa-se que a OTAN e a OSCE apresentam alguns pontos que poderiam servir de paradigma para o CDS. Não se trata de se constituir uma aliança militar do Atlântico Sul, porém alguns conceitos e estruturas poderiam servir de modelo, como, por exemplo, a organização para tratar de assuntos civis, indústria de defesa e tropas de paz da ONU, além de uma representatividade mais respaldada para negociar em nome do subcontinente.

Se por um lado, não interessa ao Brasil a criação de uma força militar regional de ação rápida conjunta, deve ser analisada a proposta, de 2010, do presidente Alan Garcia, do Peru, quanto à criação de uma força de paz sul-americana. Esta proposta⁹⁸. recebeu o apoio inicial de Brasil e Chile.

Caberia então analisar o histórico recente de atuação das tropas sul-americanas em missões deste tipo. Vale lembrar que na Carta da ONU, em seu artigo 52⁹⁹, não impede que se constituam organizações regionais destinadas a assuntos relativos a

⁹⁷ BURG, Christophe. **Regulamentação, práticas e experiências na exportação e importação dos produtos de defesa**. Palestra ministrada no IV Simpósio Internacional de Logística Militar. LAAD, 17/04/2009.

⁹⁸ EFE - Agência EFE. Brasil e Chile apoiam ideia peruana de desarmar América do Sul. **Terra Notícias**. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,O14120511-EI8140,00-Brasil+e+Chile+apoiam+ideia+peruana+de+desarmar+America+do+Sul.html>. Acesso em: 22/01/2011.

⁹⁹ Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc5.php>. Acesso em: 19/03/2011.

manutenção da paz e da segurança internacionais. Além de não impedir tal iniciativa, enfatiza a amplitude regional de livre ação.

Artigo 52. Nada na presente Carta impede a existência de acordos ou de entidades regionais, destinadas a tratar dos assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que forem suscetíveis de uma ação regional, desde que tais acordos ou entidades regionais e suas atividades sejam compatíveis com os Propósitos e Princípios das Nações Unidas.

Segundo RABELLO¹⁰⁰, a análise do emprego dos exércitos dos países integrantes do MERCOSUL em missões de manutenção da paz é mais um instrumento para confirmar o grau de cooperação existente nessa área, bem como refletir sobre as perspectivas de integração militar. Os países do MERCOSUL têm contribuído de maneira significativa para as operações de manutenção da paz sob a égide da OEA e da ONU, conforme se aduz do quadro abaixo, com dados de 2006:

ARGENTINA	32	CHILE	08
BRASIL	24	BOLÍVIA	05
URUGUAI	18	PARAGUAI	02

Figura 2: Número de missões da ONU com a participação dos países do MERCOSUL. Fonte: RABELLO.

Há, ainda, 15 missões de paz em andamento na ONU, empregando mais de 60 (sessenta) mil militares. O quadro abaixo apresenta o efetivo que cada país do MERCOSUL empregava, em 2006, nas missões de paz.

PAÍS	EFETIVO	PAÍS	EFETIVO
ARGENTINA	855	CHILE	545
BRASIL	1226	BOLÍVIA	211
URUGUAI	2607	PARAGUAI	45

Figura 3: Efetivo (2006) dos países do Mercosul em missões da ONU. Fonte: RABELLO.

Na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), em que o Brasil detém o comando, há a participação de todos os países do MERCOSUL. Vale destacar que, em 2011, o Brasil assumiu o comando da esquadra da ONU no

¹⁰⁰RABELLO, Miguel Angelo Campagnac. **Segurança cooperativa e integração militar no Mercosul : viabilidade de uma força multinacional permanente**. ECEME, Dissertação. Rio de Janeiro, 2006, p. 83-86.

Líbano (UNIFIL)¹⁰¹, demonstrando que o país e o continente sul-americano serão cada vez mais incluídos neste tipo de missão sob a bandeira das nações unidas. Assim, parece ser uma possibilidade bastante útil ao subcontinente a idéia de uma força de paz sul-americana sob a égide do CDS.

Vale lembrar a Força de Paz Combinada Binacional Cruz Del Sur (Chile-Argentina) já a disposição da ONU, desde 2010, para cumprir missões de paz. SOUZA NETO¹⁰² afirma que a participação conjunta sul-americana na MINUSTAH tem estimulado a convergência política destes países em fóruns multilaterais, como na ALCOPAZ; no Conselho Sul Americano de Defesa; e na Força Combinada Cruz Del Sur. Destaca, ainda, o fato da MINUSTAH ser a primeira missão de paz sem a participação das principais potências, ensejando a oportunidade de que os países da região assumam um compromisso maior com a segurança do continente.

6.5 A CONSOLIDAÇÃO DA LIDERANÇA BRASILEIRA

O Brasil, verdadeira nação continente, com quase 190 milhões de habitantes (55% da população da América do Sul)¹⁰³, mais de 47% do território do subcontinente (8,5 milhões de Km quadrados), além de um PIB (Produto Interno Bruto) de 1,31 trilhões de dólares (56% da economia regional), desponta no cenário das ex-colônias ibéricas. Possui ainda uma fronteira marítima de 4,588 mil milhas e uma plataforma marítima formada pela Zona Econômica Exclusiva e a plataforma continental que totaliza 1,716 milhões de milhas quadradas.

Neste item, deseja-se apresentar as circunstâncias favoráveis para que a liderança brasileira possa ser fortalecida e servir de amálgama para a integração sul-americana, em especial, na área de defesa, contribuindo para a efetividade do CDS. Afinal, analisando os demais blocos regionais, ao longo do mundo, é necessário um pólo aglutinador, em torno do qual, se associem as demais nações. Cabe aqui discutir

¹⁰¹ Centro de Comunicação Social da Marinha. **Brasil assume comando da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL**. Revista Nomar, ano XLVII, Nr 826. Brasília- DF, fevereiro de 2011.

¹⁰² SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. **Operações de Paz e Cooperação Regional: O Brasil e o Envolvimento Sul-Americano na MINUSTAH**. Revista da EGN, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, junho/2010, p. 25.

¹⁰³ Dados retirados da Revista de Ciências Militares. **Integração da América do Sul**. PADECEME, 1º Quadrimestre de 2008, p. 98.

se o Brasil reúne as condições para ser a potência regional sul-americana. Segundo WEISE¹⁰⁴, o Brasil reúne condições diplomáticas que o credenciam como um país pacífico e conciliador.

Brasil herdou de sua mãe pátria portuguesa a capacidade de lograr entendimentos construtivos, evitando, dentro do possível, qualquer tipo de enfrentamentos, tanto externos como internos. Sua evolução difere drasticamente das colônias hispano-americanas. Todas elas, sem exceção, conviveram com a violência e conflitos civis. Até o processo de independência brasileiro foi totalmente diferente [...] Surge, assim, como estado Independente, o Império do Brasil em 1822. [...] a diplomacia brasileira, cimentada sobre sólidos princípios doutrinários, que sempre transcenderam as mudanças no âmbito da política e conjuntura interna, permanece como paradigma ao longo do tempo. (Tradução do autor)

O primeiro ponto a ser estudado é o poder econômico brasileiro e sua capacidade de polarizar as demais economias regionais. Segundo CORTADA¹⁰⁵, “a economia brasileira, em particular, apresenta dimensão, complexidade e uma pauta de comércio bem mais diversificada e de melhor qualidade que seus parceiros da AS”. Prossegue o autor afirmando que o Brasil ainda é um parceiro pouco expressivo das demais nações sul-americanas. Desta forma, a relação destes países com o Brasil guarda características periféricas e não de centralidade.

Apesar de maior economia da região, o Brasil não é atrativo o suficiente para catalisar um processo de integração, pois sua centralidade, ou atratividade comercial, mostra-se fraca diante daquela representada pelas economias centrais, EUA, Europa e Ásia [...] Dilema que poderia ser superado com a existência de uma economia que pudesse efetivamente aglutinar as demais em um processo de integração.

Prosseguindo na análise, CORTADA afirma que, alteradas estas condições, seria mais vantajoso para os demais países da América do Sul negociar com o Brasil do que com outras economias centrais, apesar das assimetrias existentes.

Ainda que submetidas aos desequilíbrios que resultariam da condução do processo por apenas um país, no caso o Brasil, com elevadas assimetrias com os demais da região, estas assimetrias seriam inferiores às aquelas apresentadas nos acordos bilaterais que tendem a ser celebrados com os EUA.

¹⁰⁴ WEISE, Agustín Saavedra. *Brasil: una creación geopolítica*. Santa Cruz de La Sierra, 12/03/2010. Disponível em: <<http://www.eldeber.com.bo/2010/2010-03-12/vernotacolumnistas.php?id=100311223116>>. Acesso em: 23/09/2010.

¹⁰⁵ CORTADA, Antonio Martins. *Comércio e integração do Brasil na América do Sul*. Curitiba/PR, Ed Juruá, 2008, p. 54-56.

Diante do atual cenário, é grande a expectativa em relação ao crescimento da economia brasileira que, segundo o raciocínio descrito, contribuiria para a consolidação da sua liderança. Segundo cálculos da PricewaterhouseCoopers¹⁰⁶, o Brasil caminha na direção de tornar-se uma economia central.

O Brasil será a quinta maior economia do mundo já em 2030, pelos cálculos da PricewaterhouseCoopers, divulgados nesta quinta-feira, em Londres. Até lá, o País terá ultrapassado gigantes como Alemanha, Reino Unido e França. Os prognósticos econômicos indicam ainda que até 2020 o Produto Interno Bruto (PIB) do grupo de sete maiores emergentes - chamado E-7 e formado por China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia e Turquia - será maior do que o do G-7.

Outro indício do aumento da influência brasileira no mundo e, conseqüentemente, na região, é a internacionalização dos negócios das grandes empresas nacionais¹⁰⁷. Fato é que a Vale do Rio Doce, Petrobrás, Gerdau, Ambev, JBS, Odebrecht, Embraer, dentre outras, realizam significativos investimentos na AS, projetando a influência brasileira. A agência de notícias portuguesa Lusa¹⁰⁸ fez referência a este fato.

Grandes empresas brasileiras ampliaram a presença internacional com o aumento de investimentos e de aquisições de ativos no exterior nos últimos anos, segundo a Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transacionais e da Globalização Econômica (Sobeet). Dentre as multinacionais brasileiras, está o JBS, atualmente um dos maiores produtores mundiais de carne bovina [...] Nas primeiras posições do *ranking* da Sobeet estão ainda [...] Odebrecht e a fabricante de aço Gerdau [...] Outra estrela do recente processo de globalização de empresas brasileiras é a mineradora Vale [...] estão ainda as fabricantes de aviões Embraer e de carrocerias Marcopolo, além da Ambev. Nos próximos anos, a Petrobras, a maior companhia estatal brasileira, presente em 26 países, pretende investir cerca de US\$ 15 bilhões no exterior.

Ainda no campo econômico, as descobertas do Pré-Sal permitem ao Brasil projetar grandes receitas que, se bem empregadas, impulsionaram ainda mais sua economia, dentre outros campos do poder. As expectativas favoráveis quanto ao futuro

¹⁰⁶ Estudo aponta o Brasil como a quinta economia em 2030. **Agência Estado**, 22/01/2010. Disponível em: <<http://www.protec.org.br/noticias.asp?cod=5175>>. Acesso em: 22/03/2010.

¹⁰⁷ CORRÊA, Alessandra. Empresas brasileiras aumentam presença no exterior, diz pesquisa. BBC, Brasil, São Paulo, 04/08/2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/08/090803_transnacionais_ac.shtml>. Acesso em: 13/04/2010.

¹⁰⁸ LUSA. **Empresas brasileiras aumentam presença no exterior**. Matéria publicada em 20/10/2009. Disponível em: <<http://www.agencialusa.com.br/index.php?iden=27649>>. Acesso em: 23/12/2010.

deste gigante sul-americano, foi motivo de reportagem do periódico espanhol El País¹⁰⁹. Em destaque, o fato de o país ter sido escolhido como a primeira nação latino-americana a sediar os jogos Olímpicos (2016), além da recepção da Copa do mundo de futebol, em 2014.

Brasil, o eterno gigante adormecido, está a ponto de despertar. Está se espreguiçando. O petróleo é a grande espoleta, mas não se deve esquecer que será o anfitrião da Copa do Mundo e organizará os Jogos Olímpicos de 2016; vai construir o primeiro trem de alta velocidade do continente e está realizando enormes investimentos em infra-estrutura, habitações, educação e proteção social. Esse dinheiro tem que sair do petróleo e seus derivados. Um negócio muito caro e muito rentável (Tradução do autor).

No campo político, explorando a tendência a um mundo multilateral, em especial após a crise financeira de 2009, o Brasil vem buscando seu espaço no tabuleiro global. Desde a década de 1980, liderava o terceiro Mundo na contestação das assimetrias mundiais¹¹⁰, com destaque para a Reunião do Grupo dos 77 (Rio de Janeiro, 1983) e pra a ação de repúdio á proposta norte-americana no GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), em 1986. Do mesmo modo, foram criados os foros América do Sul-África (ASA) e América do Sul - Países Árabes (ASPA), além do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). Ao longo do atual governo, abriu 35 novas embaixadas e, até o fim de 2010, teremos relações diplomáticas com todos os 192 membros da ONU¹¹¹.

Ainda neste campo, o Brasil obteve sucesso nas questões ambientais, sediando a ECO 92, no Rio de Janeiro, em 1992, com o triunfo da tese brasileira do desenvolvimento sustentável¹¹² acoplado ao meio ambiente, da qual resultaria a Agenda 21 e o Protocolo de Kioto.

A quebra de patentes em situações grave de saúde pública foi outra ação estratégica brasileira na Organização Mundial de Saúde (OMS) que mereceu

¹⁰⁹ RODRÍGUEZ, Jesús. *Brasil, el gigante despierta*. El País, 22/11/2009. Disponível em: <<http://users.jyu.fi/~malo/econo/Brasil-Reportaje.pdf>>. Acesso em: 03/03/2010.

¹¹⁰ CERVO, Luiz Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Externa Brasileira*. 3ª Edição. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2008, p. 429 - 433.

¹¹¹ CARBONAR, Afonso Álvaro de Siqueira. Palestra conferida na ECEME, a cargo do MRE, em 07/07/2010, ao tratar sobre a UNASUL

¹¹² CERVO, Luiz Amado e BUENO, Clodoaldo, 2008, ibidem, p. 465.

reconhecimento internacional. Da mesma forma, destacou-se a ação aglutinadora, ao lado de China e Índia, coordenando o G20¹¹³, especialmente na Rodada de Doha.

Atentando-se para as visões geopolíticas prospectivas tradicionais, vislumbram-se cenários favoráveis a ascensão da influência brasileira a nível regional e global. HUNTINGTON¹¹⁴ apresentou a América Latina reunida em um mesmo bloco, porém, sem uma liderança clara. Ao observarem-se outros blocos, fica clara a existência de uma Potência com ascendência sobre os demais países. Nota-se, portanto, uma oportunidade para o Brasil assumir este papel e vácuo de poder.

Em relação à posição periférica da América do Sul, reforçando a idéia de que a AS carece de um protagonismo mais incisivo e movido por interesses regionais, VIDIGAL¹¹⁵ afirma que:

[...] os verdadeiros interesses norte-americanos estavam na Europa e no Pacífico; com relação ao continente americano, os interesses dos EUA eram estratégicos: impedir o estabelecimento de bases de potências extracontinentais na área, considerada como de sua segurança, e negar o acesso às matérias primas da região a possíveis rivais.

Conforme nos ensina MEIRA MATTOS¹¹⁶, durante os últimos cem anos, três teorias geopolíticas dominaram a mente dos estudiosos de política internacional das grandes potências. A primeira é a teoria do "Heart Land", de MACKINDER. A segunda seria a teoria de SPYKMAN, e, por fim, a mais antiga, a teoria do "Poder Marítimo", de ALFRED T. MAHAN.

MATTOS, após citar outros autores e pensadores estratégicos (LELLOUCHE, BROCHARD, RUFIN), conclui que as teorias tradicionais de MACKINDER, SPYKMAN e MAHAN desprezam a influência da América Latina no jogo de poder mundial. De encontro a estas análises, aponta outros estudos que projetam um peso relevante para o Brasil no concerto de nações.

¹¹³ O Grupo dos 20 (ou G20) é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. Foi criado em 1999, após as sucessivas crises financeiras da década de 1990.

¹¹⁴ HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Traduzido por M.H.C Cortês. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

¹¹⁵ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Integração sul-americana: Segurança Regional e defesa nacional. Premissas – Caderno 14, Dez/1996, p.120. Universidade Estadual de Campinas. Núcleo de Estudos Estratégicos.

¹¹⁶ MEIRA MATTOS, Carlos de. Novas Teorias de Poder Mundial. Folha de São Paulo, 11/03/2005. Disponível em: <<http://reservaer.com.br/estrategicos/novateoriapodermundial.html>>. Acesso em: 13/09/2010.

Todos os autores citados, em suas teorias, consideraram a América Latina uma zona de relativa estabilidade e descartável em termos de influir na composição do poder mundial. Em se tratando do Brasil, não é isto que pensam outros pesquisadores estrangeiros que nos colocam na perspectiva de vir a se transformar numa grande potência dentro de 30 ou 50 anos.

O Ex-Comandante do Exército, Gen Ex Gleuber Vieira¹¹⁷, coadunando com o raciocínio até aqui exposto, enfatiza que há espaço para uma composição regional de defesa:

[...] a marginalidade geoestratégica em que a América do Sul se situa, na escala de prioridades das potências mundiais, concede espaço e oportunidade para elaboração de um sistema sub-regional de segurança.

MAFRA¹¹⁸ apresenta a “Teoria do Quaterno”, advogando que, a partir do primeiro quarto do século XXI, o mundo seria dividido em quatro blocos: Norte-Americano, Europeu, Asiático e Sul-Americano. Este último, inicialmente, composto pelos países sul-americanos e, posteriormente, acrescido dos países latino-americanos da América Central, do Caribe e o México.

Aduz-se, seguindo o raciocínio das teorias apresentadas, que existe um espaço geopolítico de liderança a ser ocupado pelo Brasil, em especial na América do Sul, desde que o mesmo reúna as condições necessárias para ser reconhecido, pelos seus vizinhos, como nação com envergadura para tal projeção. Neste sentido, caberia, segundo algumas análises, a capacidade brasileira de manter a estabilidade em seu contorno estratégico, atuando, de forma mais direta, na solução dos conflitos regionais. O CDS parece ser um passo importante nesta direção.

A participação exitosa do Brasil no Haiti, compondo a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), com forças sul-americanas sob seu comando, é emblemática. Vale recordar que o efetivo autorizado pela ONU é de 6.700 homens, oriundos de diversos países, dentre os quais, Argentina, Peru, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia. Pela primeira vez em sua história, o Brasil lidera uma Força de

¹¹⁷VIEIRA, Gleuber. Perspectivas para a Segurança Hemisférica. **Pensamento Brasileiro Sobre Defesa e Segurança**. Desafios na atuação das FFAA. Pinto, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho (Org.). Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004, p. 13.

¹¹⁸MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica**: introdução ao estudo. Rio de Janeiro, 2006, Ed. Sicurezza, p. 197.

Paz Multinacional da ONU, fora da América do Sul. O jornal Zero Hora¹¹⁹ retrata o resultado da ação brasileira no Haiti, ressaltando que “o país foi alçado à condição de líder depois de pacificar o Haiti com estilo bem diferente do americano”.

Conforme nos ensina CARDOSO¹²⁰, a participação brasileira nas Forças de Paz da ONU aumenta o prestígio que uma longa história de contribuições, pautadas pela competência profissional, honestidade, disciplina e sensibilidade política, garantiu para os representantes brasileiros juntos ao secretariado da organização.

A tradição pacifista e conciliadora do Brasil nas questões envolvendo outras nações tende a corroborar com uma liderança mais efetiva. Na consolidação das fronteiras brasileiras¹²¹, apesar das inúmeras vitórias do renomado Barão do Rio Branco, a exemplo da questão de Palmas com a Argentina e Amapá com a França, houve desfechos negativos. Convém recordar que o Brasil aceitou a arbitragem feita pelo Rei da Itália sobre as fronteiras com a Guiana Inglesa, a despeito de contrariar suas pretensões.

SOARES¹²² afirma que o Brasil há de exercer um papel central no esforço de integração do subcontinente, afirmando que: “Além disto, o fato de o Brasil lidar com onze países sul-americanos e de viver em paz com todos há mais de 130 anos, permitiu que partilhasse interesses substanciais com cada uma das nações da região.”

Vale recordar a atuação do Brasil na fronteira do Equador e Peru, em 1995, visando à manutenção da paz, na Cordilheira do Condor, e a recente declaração de Alan Garcia, Presidente do Peru, citando o Brasil como possível mediador para os problemas da América do Sul¹²³.

Merece destaque ainda a atuação do Brasil, via OEA, na mediação de um conflito, em 2008, envolvendo Colômbia, Equador e Venezuela (libertação de

¹¹⁹ ZERO HORA. **Brasil sai mais forte de ação no Haiti**. Edição de 24/01/2010. Disponível em: <www.exercito.gov.br>. Acesso em: 23/02/2010.

¹²⁰ CARDOSO, Afonso José Sena. **O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas**. Brasília, Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos, 1998, p. 7.

¹²¹ Centro de Estudos Estratégicos. Revista de Ciências Militares. **Integração da América do Sul**. PADECEME, 1º Quadrimestre de 2008, p. 98.

¹²² SOARES, Luiz Felipe Macedo. O Brasil no cenário regional de defesa e segurança. **Pensamento Brasileiro Sobre Defesa e Segurança**. Desafios na atuação das FFAA. Pinto, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho (Org.). Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004, p. 155.

¹²³ Presidente do Peru pede que Lula integre América do Sul. **Folha On Line**, Mundo. São Paulo, 18/09/2008. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/content/view/10541/170/>>. Acesso em: 12/10/2009.

guerrilheiros da FARC). Deve ser citada a recente participação brasileira na libertação de prisioneiros da FARC, em solo colombiano, em apoio a Cruz Vermelha Internacional.

Seguindo este raciocínio, o Brasil necessita ter uma atuação mais consistente nas questões sensíveis envolvendo as nações do subcontinente, objetivando assumir uma liderança regional que o projete como importante ator global, compatível com sua envergadura geopolítica. Neste sentido, o CDS surge como um instrumento que pode servir a este propósito legitimamente. Nestes termos posicionou-se SOUZA¹²⁴:

O Brasil também empreende esforços para estabelecer mecanismos de segurança e defesa com os países da América do Sul, a região que delimita sua principal órbita de influência. A premissa é que o país dificilmente será um ator influente no cenário mundial sem enfrentar de forma convincente as questões regionais de ordem e estabilidade.

Já o deputado federal Aldo Rebelo, em palestra ministrada na ECEME, em 08/07/2010, expressou a opinião de que o Brasil, antes de projetar poder em outras partes do globo e do subcontinente, deveria realizar seus projetos internos prioritários, como educação, erradicação da pobreza e reequipamento das Forças Armadas.

Ante o exposto, as circunstâncias políticas e econômicas atuais parecem alvissareiras, credenciando o Brasil a assumir papel destacado no subcontinente e o projetando como protagonista no cenário mundial. O renomado jornal inglês *The Economist*¹²⁵ retrata este quadro:

[...] o Brasil também está um rolo. Ele não só evitou a recessão, mas foi o último a entrar e o primeiro a sair. A economia voltou a crescer a uma taxa anualizada de 5%. Deve pegar mais velocidade ao longo dos próximos anos, novos grandes campos petrolíferos de águas profundas entrarão em funcionamento, e como os países asiáticos continuam com a fome de alimentos e minerais da terra vasta e generosa do Brasil [...] Ao contrário da China, é uma democracia. Ao contrário da Índia, ela não tem os insurgentes, não houve conflitos étnicos e religiosos, nem os vizinhos hostis. Ao contrário da Rússia, que exporta mais petróleo e armas [...] trata de investidores estrangeiros com respeito [...] Em suma, o Brasil de repente, parece ter feito uma entrada no palco mundo. Sua chegada foi simbolicamente marcado no mês passado pela atribuição dos Jogos Olímpicos de 2016 para o Rio de Janeiro, dois anos antes, o Brasil sediará a Copa do Mundo de futebol [...] Tudo isso ajudou a gerar uma trupe de novas e ambiciosas multinacionais brasileiras. (tradução do autor)

¹²⁴ SOUZA, Amaury de. **A Política Externa Brasileira em Perspectiva: Segurança, Comércio e Relações Bilaterais**. LEX Editora, São Paulo, 2006, p. 108.

¹²⁵ *Brazil takes off. The Economist*. Londres, 12/11/2009. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/14845197>>. Acesso em: 04/05/2010.

7 METODOLOGIA

Esta seção tem por finalidade apresentar detalhadamente o caminho percorrido para solucionar o problema da pesquisa, especificando os procedimentos necessários para se chegar aos participantes da pesquisa, obter as informações de interesse e analisá-las, contemplando não só a fase de exploração de campo, como a seleção do grupo de pesquisa, o estabelecimento dos critérios de amostragem e a construção de estratégias para entrada em campo, como também a definição de instrumentos e procedimentos para análise dos dados. Desta forma, para um melhor encadeamento de idéias, esta seção foi dividida nos seguintes tópicos: objetivos, hipóteses, variáveis, e procedimentos metodológicos.

7.1 OBJETIVOS

O presente trabalho visou atingir o seguinte objetivo geral: analisar o significado para uma maior integração sul-americana, diante da atual conjuntura, da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, tendo como parâmetros, suas condicionantes, efetividade, e papel do Brasil.

Enfrentaram-se os seguintes objetivos específicos que determinaram os limites do estudo:

- Estudar o desencadeamento histórico da integração Sul-Americana e os resultados alcançados neste processo, com ênfase na expressão política e militar e no papel desempenhado pelo Brasil;

- Verificar a necessidade da criação do CDS, com base na atual conjuntura sul-americana, nas condicionantes de relevo para sua implementação e na premência de um órgão que seja um instrumento útil e proficiente para a ampliação da integração do subcontinente e solução de crises;

- Estudar o CDS e sua efetividade, com base no seu tratado constitutivo, sua amplitude, objetivos, tempestividade, aspectos que influenciarão sua operacionalidade e ações desencadeadas até o momento, visando inferir conclusões acerca da sua adequabilidade, e, em decorrência destes fatores, sua real capacidade de agir;

- Verificar a congruência do CDS, com o pensamento geopolítico dos principais intelectuais brasileiros nesta área e com as diretrizes estratégicas positivadas na

END, PDN, Constituição federal, além de relacionar seu espírito com a teoria realista das relações internacionais;

- Apresentar, fruto das conclusões advindas do estudo evidenciado, as possibilidades que se descortinam com a criação deste novo órgão, além de sugestões de caráter geral que facilitem a sua implementação, minimizem os aspectos adversos e aperfeiçoem os fatores positivos advindos de sua criação;

- Relacionar os resultados da pesquisa quantitativa e qualitativa com a análise realizada ao longo dos capítulos desta tese, apresentando a discussão e conclusões decorrentes.

7.2 HIPÓTESE

A criação do CDS significa uma iniciativa efetiva e necessária para o incremento da integração sul-americana, na medida em que contribuirá, de forma importante, para impulsionar a cooperação regional, sob a liderança brasileira.

7.3 VARIÁVEIS

Neste item serão definidas circunstâncias passíveis de apreciação analítica (qualitativa) e quantitativa que poderão influenciar na pesquisa.

7.3.1 Definição Conceitual das Variáveis

Da análise das variáveis envolvidas no presente estudo, a variável **“CDS”** apresenta-se como variável independente, tendo em vista que se espera que a sua efetividade e necessidade gerem alterações na variável dependente que é a **“integração sul-americana”**.

7.3.1.1 Variável independente: “CDS”

O trabalho analisou o CDS, em função de 02 (dois) aspectos principais: sua necessidade e sua efetividade para ampliar a cooperação regional, sob os auspícios da liderança brasileira.

Para depreender se o CDS é um órgão necessário, foram estudadas as condicionantes da criação do CDS, concluindo se existia, na América do Sul, um vazio de instituições e de órgãos regionais com as características do novo

organismo. As condicionantes são atos e fatos que induzam à criação de um órgão apto a lidar com a atual conjuntura, tendo suas origens ligadas à própria evolução sul-americana, nos diversos campos do poder.

Quanto à efetividade, foram verificados os aspectos mais significativos em sua estrutura, tais como: finalidade, objetivos, amplitude, tempestividade, consolidação da liderança brasileira e seu modelo. Constatada sua efetividade, é lícito supor que o CDS não ficará refém da retórica, constituindo um relevante órgão para a integração regional.

Além disto, a análise da tempestividade permitiu inferir que o Conselho surgiu em um momento adequado, sendo realmente importante na questão temporal, naquilo que se refere ao ambiente em que irá interagir, bem como em relação aos anseios e expectativas de seus membros.

A concretização das possibilidades do novo Conselho ampliou a cooperação sul-americana, sobretudo na área da defesa e política. Isto demonstrou mais um indício do valor do CDS para o estreitamento das relações entre os países do subcontinente.

7.3.1.2 Variável dependente: “integração sul-americana”

O principal objetivo do estudo do CDS foi verificar o seu impacto na integração sul-americana. A própria definição positivada do Conselho apresenta, de forma clara, este sentido em sua criação. Para tanto, verificou-se como se deu a integração regional até o momento de sua criação, verificando a atuação brasileira neste processo, bem como os resultados alcançados nos diversos campos do poder, com especial atenção para a área de defesa. Sua análise, apesar de focada em dados consistentes, permitiu conclusões prospectivas, em razão do pouco tempo de criação do CDS. O significado do Conselho, extrapolando a teoria e pondo em prática seus objetivos e metas, tem demonstrado sua real magnitude para a integração sul-americana. Assim, foi possível projetar suas principais contribuições para o subcontinente.

7.3.2 Definição operacional das variáveis

Tendo em vista o caráter qualitativo das variáveis do estudo, será necessário

estabelecer suas dimensões, de forma a tornar mais fácil a sua análise, apresentando um ou mais aspectos que melhor as caracterizem. Para possibilitar a forma de medição, neste caso utilizando-se da análise, definir-se-á um ou mais indicadores por dimensão, a fim de, por meio destes, tornar possível o estudo de cada variável. Segue abaixo a definição operacional da variável **CDS**:

Variável	Dimensão	Indicadores	Fatores a serem analisados	Forma de medição quantitativa ¹
CDS	NECESSIDADE	Situação Atual das áreas de fricção	- Questões de fronteira envolvendo o Brasil; - Conflitos e crises envolvendo os países sul-americanos	Itens (It) 8, 9 e 10 questionários (Ques) para adidos e It 8, 9 e 11 dos ONA, escolas e civis.
		Novas divergências surgidas no âmbito da América do sul	- Divergências no campo econômico, político e psicossocial;	Item 14 do Ques dos ONA, escolas, civis e It 13 dos adidos.
		Instabilidade política, econômica e social na América do Sul	- desrespeito a contratos internacionais; - Narcotráfico, ilícitos transnacionais e movimentos guerrilheiros e separatistas.	Item 19 Ques dos ONA, escolas, civis e 18 dos adidos.
		Política externa e de defesa das nações sul-americanas	-Convergências em fóruns internacionais; - Semelhanças nas políticas de defesa e preceitos constitucionais correlatos.	Item 6 do Ques dos ONA, escolas, civis e dos adidos.
		Populismo e atitudes antidemocráticas na AS	- Radicalismo ideológico no subcontinente; - Riscos à democracia na AS; - Entrada da Venezuela no MERCOSUL.	Item 19 Ques dos ONA, escolas, civis e 18 dos adidos.
	EFETIVIDADE	Congruência do CDS com o pensamento geopolítico e estratégico nacional	- Repercussão no Brasil da criação CDS; - Protagonismo do Brasil; - Análise do pensamento geopolítico do Brasil e seu alinhamento com o estatuto do CDS (amplitude e objetivos); - END, PDN e Constituição do Brasil.	Item 14 do Ques dos ONA, escolas, civis e It 13 dos adidos.
		Perspectivas da UNASUL	- Alto nível decisório; - Ampliação MERCOSUL; -Comércio e infra-estrutura regional.	Item 12 do Ques dos ONA, escolas, civis e It 11 dos adidos.
		Tempestividade	- Riquezas naturais descobertas; - Relação Brasil - Argentina; - Multilateralismo; - Problemas em comum; - Iniciativa sem influências exógenas; - Eficiência da OEA e TIAR.	Item 18 do Ques dos ONA, escolas, civis e It 17 dos adidos.
		Ações desencadeadas	-Planos de Ação do CDS-2009/2010/2011; -Reuniões realizadas e resultados concretos.	Verificação de relatórios e resultados advindos do que foi planejado pelo CDS.
		Futuro da relação Brasil-EUA	- Divergências e convergências diplomáticas; - Perspectivas das relações bilaterais.	Item 14 do Ques dos ONA, escolas, civis e It 13 dos adidos.
		Amplitude e objetivos do CDS	- Adequação ou não do espaço geopolítico abarcado pelo CDS; - Adequação ou não dos objetivos e princípios do CDS.	Item 12, 16 e 17 dos ONA, escolas, civis e It 11, 15 e 16 dos adidos.

Figura 4: definição operacional da variável significado do CDS

Fonte: o autor

Este Conselho é considerado importante pois possibilitou uma maior integração regional e foi comprovada a real probabilidade de se efetivarem suas principais possibilidades, quais sejam: controle de ilícitos transnacionais e fronteiriços; contribuir, de alguma forma, para a obtenção pelo Brasil de assento no

¹ Foram distribuídos questionários para: os adidos militares brasileiros creditados nos países da UNASUL; os alunos cursando as Escolas Militares de Altos Estudos (EGN, ECEMAR, ECEME e CEPEx); os ONA sul-americanos cursando ESAO e ECEME; e civis do CAEPE.

CS ONU; constituir Força de dissuasão para a cobiça internacional; fortalecimento da indústria nacional de defesa; ampliação do espectro de integração regional e aumento do poder de negociação.

Seguindo uma sequência lógica, buscou-se operacionalizar a variável **integração sul-americana**:

Variável 2	Dimensão	Indicadores	Aspectos	Forma de medição
Integração Sul-Americana	Contribuições mais importantes	Consolidação da liderança brasileira	- Missão de Paz Haiti; - Centralidade e pujança econômica, condições fisiográficas privilegiadas; - Iniciativa na criação do CDS; - Liderança G-20, Rodada de Doha, etc; - Pouca importância global da AS; - Mediação de conflitos na AS;	Itens (It) 13 para adidos e It 12 dos ONA, escolas e civis.
		Incremento da indústria nacional e sul-americana de defesa	- Projetos binacionais; - Investimento brasileiro em tecnologia; - Ampliação mercado consumidor regional;	Item 19 dos ONA, escolas, civis e 18 dos adidos.
		Aumento do poder de negociação e dissuasão regional	- Maior alinhamento das nações da AS; - Possibilidades advindas de uma convergência estratégica; - Resultados recentes da aproximação regional;	Item 19 dos ONA, escolas, civis e 18 dos adidos.
		Obtenção de um assento no Conselho de segurança da ONU pelo Brasil	- Aceitação das demais nações; - Benefícios advindos deste novo status; - Impacto do CDS neste processo;	Item 16 dos ONA, escolas, civis e It 19 e 20 dos adidos.
		Criação de um fórum regional para a consolidação da paz e para a discussão e planejamento conjunto de aspectos relevantes	- Aumento da confiança mútua; - Tópicos relevantes a serem abordados no CDS; - Impacto do CDS nas crises surgidas após sua criação.	Item 11 dos ONA, escolas, civis e It 10 dos adidos.
		Adoção de aspectos do modelo europeu de defesa e criação de uma força de paz sul-americana	- Criação de uma política industrial de defesa; - Evolução para uma aliança militar; - Semelhanças entre a AS e Europa e possíveis aspectos a serem aproveitados pelo CDS, com base na OTAN.	Verificação do modelo europeu naquilo que for compatível com a realidade da AS.
	Evolução da Integração da América do Sul	Histórico da Integração	- Primórdios da integração e evolução do processo com os resultados obtidos;	Item 1,3 e 7 dos ONA, escolas, civis e adidos.
		Instrumentos da Integração Regional	- Órgãos existentes e sua atual situação;	Item 9 dos ONA, escolas, civis e adidos.
		Integração na Expressão Militar	- Nível atual; - Mecanismos existentes e resultados alcançados.	Item 2, 4 e 5 dos ONA, escolas, civis e adidos.
		O papel do Brasil na Integração Sul-Americana	- Relevância do papel do Brasil neste processo; - Pacifismo e respeito a soberania e auto-determinação dos povos. - Iniciativas brasileiras.	Item 13 dos ONA, escolas, civis e It 12 dos adidos.

Figura 5: definição operacional da variável Integração Sul-Americana

Fonte: o autor

Para se avaliar esta variável, foi analisada a evolução da integração no subcontinente, visando à obtenção do quadro atual e a sucessão de órgãos e instrumentos que antecederam a UNASUL e o CDS. O papel do Brasil em todo este

processo foi relevante para se auferir sua liderança e condições de representatividade da América do Sul.

Também as contribuições mais importantes do CDS serviram de subsídios para se aquilatar os impactos e significado do novo órgão para integração sul-americana.

Vale salientar que, embora os questionários distribuídos sirvam de parâmetros para o estudo realizado, as variáveis acima apresentadas foram analisadas qualitativamente na maior parte desta tese.

7.4 POPULAÇÃO

Segundo KERLINGER², “Uma população é um conjunto de todos os objetos ou elementos sob consideração”. Para se aferir uma conclusão abrangente e fidedigna, ratificando os aspectos considerados nesta pesquisa, necessita-se de uma população interada com os aspectos relacionados com a delimitação do trabalho, feita na seção alcances e limites.

Desta forma, a população abrangeu a opinião dos centros militares de estudos estratégicos de relevo do Brasil: ESG, ECEME, EGN e ECEMAR (Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica), além do próprio MD, centro decisor e principal ator da Estratégia Militar brasileira.

Os centros civis correlatos também se constituíram, por intermédio de artigos de seus intelectuais, população de interesse deste projeto. Os principais pensadores, a nível nacional e internacional, foram acompanhados em suas opiniões relativas ao tema, disponíveis em mídia eletrônica ou escrita.

Os oficiais alunos da ECEME, EGN, ECEMAR e CPEAEx (Centro de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) e os oficiais de nações amigas (ONA), originários das nações integrantes do CDS, fizeram parte da população, por também estarem afetos aos principais assuntos relacionados ao CDS.

Foram consultados, acerca da repercussão do CDS em suas áreas de atuação, os adidos militares brasileiros, nos países sul-americanos. Também fizeram parte da população consultada, os civis que cursaram o CAEPE (Curso de Altos Estudos de

² KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. 1980. São Paulo e Brasília, tradução de H. M. Rotundo, 1980, p. 90.

Política e Estratégia) da ESG, em 2010, visando aferir a opinião de integrantes da sociedade que possui subsídios acerca de geopolítica estratégia nacional de defesa.

7.5 AMOSTRA

Entendendo-se amostra como um conjunto de elementos selecionados e extraídos de uma população com o objetivo de descobrir alguma característica dessa população, balizou-se a seleção do público alvo para a distribuição do questionários. Para o estudo não será selecionada uma amostra específica, tendo em vista que serão pesquisadas todas as opiniões que possuam as características apresentadas nas seções alcances e limites e população.

Na amostragem das escolas militares serão priorizados os profissionais com mais de 20 (vinte) anos de experiência e que possuam noções básicas de política, estratégia e defesa. Também com relação aos civis, buscar-se-á o acesso aos cidadãos que tenham tido, em algum momento anterior à pesquisa, contato com os temas defesa e integração sul-americana.

7.6 MÉTODO DE PESQUISA

Para classificação dos métodos a serem empregados na pesquisa, foi utilizada a classificação feita por DOMINGUES E NEVES³, que separa os métodos em dois grandes grupos: o de abordagem e o de objetivos gerais.

No tocante ao método de abordagem, a pesquisa foi qualitativa, visto que cada questão de estudo levantada forneceu uma solução parcial e os indícios necessários para uma melhor compreensão e solução do problema da pesquisa. Conforme salienta DOMINGUES E NEVES⁴, este método se presta melhor quando se consideram relevantes os fatores políticos e sociais. Assim, procurou-se apreender dimensões como a subjetividade e a individualidade, características nem sempre presentes em estudos quantitativos.

Apesar do caráter qualitativo, esta pesquisa, conforme destaca TIVIÑOS⁵, teve o apoio quantitativo na formulação de algumas questões, com fulcro nas

³ NEVES, Eduardo Borba e DOMINGUES, Clayton Amaral. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Centro de Estudos do Pessoal, Rio de Janeiro/RJ, 2007, p. 47.

⁴ Ibidem, p. 56

⁵ TIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Ed Atlas, 1996, p. 111.

conclusões obtidas. Quanto ao objetivo geral, o método empregou a modalidade exploratória e analítica. Utilizou a modalidade analítica, visando analisar indutivamente os fenômenos relacionados com a criação do CDS. A partir daí, utilizando-se dos dados colhidos e estudados, aduziu a importância do órgão, confirmando ou não a hipótese levantada.

7.7 TIPO DE PESQUISA

Quanto aos procedimentos técnicos utilizou-se a Pesquisa Bibliográfica de livros, teses, dissertações, artigos de periódicos, jornais, revistas e material disponibilizado na rede de computadores. Também foi utilizada a Pesquisa Documental, que se caracteriza pela utilização de fontes primárias, na análise dos relatórios do MD, CDS, além de relatórios de simpósios, e outras fontes.

Utilizou-se da modalidade Estudo de Campo no delineamento dos procedimentos de pesquisa posto que, segundo GIL⁶, este tipo de pesquisa procura “muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis”.

Todo este procedimento buscou evitar a mera realização de um trabalho que repita estudos já realizados, sem a necessária análise e deduções próprias.

7.8 TÉCNICA DE PESQUISA

Neste item, foram definidas as técnicas empregadas na coleta de dados para formação do referencial teórico e para composição do espectro de informações necessárias à análise e solução do problema.

7.8.1 **Elaboração do referencial teórico**

Para definição de termos, redação do Referencial Teórico e estruturação de um modelo teórico de análise que viabilize a solução do problema de pesquisa, foi realizada uma revisão de literatura nos moldes descritos a seguir.

⁶ GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 1990, p. 72.

7.8.1.1. Fontes de busca

- Livros, Artigos científicos, dissertações e teses das bases de dados da Biblioteca Digital da Universidade de São Paulo e de Campinas; do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Instituto Rio Branco; das Bibliotecas da EsAO, da ECEME (em especial do CEE), da ESG, EGN, ECEMAR, Biblioteca Nacional; e

- Jornais e periódicos, nacionais e sul-americanos (Argentina, Chile, Venezuela, Colômbia, dentre outros), resenhas do Exército, revistas especializadas como o PADECEME, Defesa Nacional, Política Externa, Premissas (UNICAMP) etc.

7.8.1.2 Estratégia de busca para as bases de dados eletrônicas

Foram utilizados os seguintes termos descritores para estudo da variável dependente: *"Integração sul-americana, integração militar, conflitos sul-americanos, liderança brasileira, ilícitos transnacionais, cobiça internacional, Amazônia, Aquífero-Guarani, 4ª frota norte-americana e OTAN"*.

Para a variável independente, foram utilizados os seguintes termos descritores: *"Conselho de segurança ONU, tratado constitutivo do Conselho de defesa, política de defesa, estratégia de defesa e Conselho de Defesa Sul-Americano,"*.

Após a pesquisa eletrônica, as referências bibliográficas dos estudos considerados relevantes foram revisadas, no sentido de encontrar artigos não localizados na referida pesquisa.

7.8.1.3 Critérios de inclusão

Foram incluídos os estudos publicados em português, inglês, ou espanhol, publicados de 1980 a 2011. Seguiu-se a seguinte ordem de prioridade: 1º) que descrevam as iniciativas de integração regional e os relacionem com alguma atividade militar; 2º) que mensurem o nível atual de integração regional; 3º) que evidenciem o cenário atual sul-americano, com suas peculiaridades e incertezas; e 4º) do maior para o menor grau de complexidade (teses, dissertações, artigos).

7.8.1.4 Critérios de exclusão

Serão utilizados os seguintes critérios de exclusão : 1) Estudos cujo foco central seja pouco relacionado com a integração militar no subcontinente; 2) Estudos que abordem aspectos desatualizados da atual política externa brasileira; e 3) Estudos com desenho de pesquisa pouco definido e explicitado.

7.8.2 Instrumentos de coleta de dados

Para análise das variáveis, foram utilizados questionários e entrevistas para levantar informações a respeito das condições anteriores à criação do CDS, bem como suas repercussões.

Inicialmente, foi enviado um questionário aberto ao Gerente da Divisão de Política de Defesa Nacional do MD (Apêndice A), CMG Ricardo Alves de Barros, para verificar as circunstâncias iniciais e os aspectos relevantes que envolveram a criação do CDS, aumentando o referencial teórico.

Os questionários foram compostos de perguntas fechadas, em sua maioria, e algumas abertas, tendo sido respondidos pelos alunos da ECEME, EGN, ECEMAR e CPAEx, oficiais de nação amigas, civis do CAEPE e adidos militares. A partir destes dados, foram feitas apreciações quantitativas, apenas em complemento à apreciação qualitativa.

Trabalhou-se com dois modelos de questionário: um para os oficiais da ECEME, EGN, ECEMAR, CPEAEx, civis do CAEPE e ONA; e um segundo para os adidos militares brasileiros creditados nos países da UNASUL.

Com relação aos oficiais de nações amigas procurou-se aferir a percepção da necessidade e importância da criação do CDS e a motivação daqueles que, futuramente, participarão efetivamente da cooperação regional na expressão militar.

Quanto ao questionário referente aos oficiais da ECEME, CPEAEx, ECEMAR e EGN, aproveitando-se de mais de vinte anos de experiência na atividade militar do público alvo, procurou-se obter opiniões sobre as análises realizadas ao longo do trabalho, com o intuito de ratificar conclusões do autor, ou perceber novas interpretações sobre as variáveis trabalhadas.

Os adidos militares brasileiros na América do Sul foram consultados acerca da receptividade e aceitação da criação do CDS, naquilo que for perceptível em seu círculo de atuação. A aceitação e ou ressalvas da opinião pública, intelectualidade e

altos escalões militares e políticos, em suas aditâncias foram, também, objetos de questionamento, além de possíveis óbices que foram percebidos em relação à efetividade do CDS.

A remessa dos questionários seguiu trâmite estipulado pela ECEME, sendo encaminhada pela própria Escola. A internet foi utilizada para a remessa e recebimento de questionários, com a devida aquiescência do Comando da ECEME, dado que não havia nenhuma classificação de sigilo.

Para ampliação do conhecimento a respeito da importância e necessidade do CDS, bem como da atual conjuntura sul-americana, foram entrevistados, seguindo um roteiro semi-estruturado, alguns especialistas em geopolítica e estratégia:

- 1) Vice-Almirante (RM1) Armando Amorim Ferreira Vidigal, Assessor do SYNDARMA. Foi Diretor da Escola de Guerra Naval e foi Membro do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp e do Instituto Brasileiro de Estudos Estratégicos. Representou a EGN. Faleceu em 14/12/2009.
- 2) Ministro Afonso Álvaro de Siqueira CARBONAR, da secretaria Geral de Relações Exteriores do MRE. Representante dos Assuntos de Defesa no MRE.
- 3) CMG (RM1) Guilherme Sandoval Góes, Coordenador da Divisão de Assuntos Geopolíticos e de Relações Internacionais da ESG.
- 4) Coronel R1 Reinaldo Nonato de Oliveira Lima, instrutor do Centro de Estudos Estratégicos da ECEME.
- 5) CMG Ricardo Alves de Barros, Gerente da Divisão de Política de Defesa Nacional do MD. Trabalha na divisão responsável direta, no MD, pelos estudos e direção da criação do CDS.
- 6) Embaixador Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur, ex-embaixador do Brasil em Washington, China, Alemanha, Áustria e Equador.
- 7) Doutor Darc Costa, Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul e ex-presidente do BNDES.
- 8) Coronel R1 Sergio Dias da Costa Aita, professor e pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos da ECEME.
- 9) Professor Francisco Carlos Teixeira da Silva, Doutor em História (Universidade de Berlim/UFF, 1989), Professor Titular de História Moderna e Contemporânea (UFRJ, 1993) e Professor Emérito da ECEME.

10) Professora Adriana Aparecida Marques, Doutora em Ciências Políticas pela USP. Desenvolve importantes estudos na área de Defesa, desde a conclusão de seu mestrado na UNICAMP (2001 – “Concepções de Defesa Nacional no Brasil: 1950-1996”).

Com relação aos questionários, foram realizados pré-testes, em pequenas amostragens para garantir que o instrumento não contenha falhas de elaboração, as quais poderiam influenciar no resultado da investigação.

Em cada modelo de questionário foram realizadas instruções no idioma da população consultada, expondo os objetivos do trabalho e orientando o preenchimento do documento apresentado para a pesquisa.

7.9 ANÁLISE DE DADOS

Para uma melhor compreensão dos objetos de estudo relacionados ao CDS, foi utilizado o modelo de análise qualitativa. Buscou-se uma aproximação da realidade a partir do quadro referencial dos próprios sujeitos do estudo, cabendo a este pesquisador compreender o significado dos aspectos estudados e não apenas descrevê-los.

Assim, a cada objetivo específico estudado, foi engendrada uma conclusão parcial relacionada com a resolução do problema. Além disto, as conclusões parciais irão se complementando ao longo do desenvolvimento, principalmente porque estão relacionadas entre si.

Todas as conclusões parciais e integração de raciocínio advindas da análise holística e crítica do referencial teórico, direcionada ao problema da pesquisa, serviram de questionamentos para as entrevistas e questionários.

À transcrição das entrevistas, conforme descrito por NEVES e DOMINGUES⁷, seguir-se-á a leitura “flutuante”, que consiste numa leitura exaustiva e repetida dos depoimentos, em busca da identificação das categorias empíricas presentes. Em seguida, será realizada a identificação dos temas centrais (“leitura transversal”) para o aprofundamento nas variáveis levantadas para o estudo, conforme as variáveis da figura 4 e figura 5.

⁷ NEVES, Eduardo Borba e DOMINGUES, Clayton Amaral. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Centro de Estudos do Pessoal, Rio de Janeiro/RJ, 2007, p. 65.

Para se extraírem considerações e conclusões a respeito da necessidade e importância da criação do CDS, além da descrição das percepções resultantes das entrevistas e questionários, será feita uma análise, baseada no referencial teórico. Esta integração das diversas fontes de conhecimento e observações permitirá a refutação ou confirmação total ou parcial da hipótese levantada.

A análise quantitativa dos dados deve ser utilizada quando se pretender conhecer os perfis ou frequências. No presente trabalho, realizou-se uma distribuição de frequências, assim chamada porque relaciona variáveis quantitativas com contagens (ou frequências) do número de valores que se enquadram em cada categoria.

Utilizou-se a frequência absoluta que é o número de repetições de um valor (categoria) individual e a frequência relativa simples em percentual que são os quociente entre suas respectivas frequências absolutas e o total, onde o resultado multiplica-se por 100.

7.10 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Nos capítulos, foram utilizadas teses, livros de história, site de organismos internacionais, dentre outros. Como fontes primárias podem ser citadas alguns pareceres e análises de autores, citados ao longo do texto, extraídos de seus próprios compêndios ou simpósios e palestras. Também foram utilizados tratados constitutivos ou notas oficiais retiradas dos sites oficiais de alguns organismos como MERCOSUL, OEA, OTCA.

Outras fontes primárias podem ser citadas na legislação pátria como: a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a Política de Defesa Nacional (2005), a Estratégia Nacional de Defesa (Decreto Presidencial 6.703/2008) e documentos normativos do EB (SIPLEX). Também o Tratado Constitutivo da UNASUL (2008), da OEA e o Tratado Constitutivo do CDS (2008), além de outros, merecem referência.

Também foram consideradas algumas fontes da internet, principalmente jornais e site de organismos internacionais (BIRD, ONU, CEPAL, CAN, OTCA e OEA) e órgãos e instituições públicas nacionais (BNDES, MRE), além de agências de notícias internacionais e outros veículos, como os periódicos: Clarin, El País, El Nacional, ABC e The Economist.

Nas publicações de jornal e mídia eletrônica, nem sempre foi possível uma análise de conteúdo mais fidedigna, em razão da fonte tratar-se de canais de notícias internacionais e particulares. Sempre que possível, tentou-se coletar mais de um órgão para eventual confirmação do conteúdo utilizado. Como se procurou uma análise imparcial do conteúdo, as impressões pessoais coletadas foram contextualizadas, afim de se evitar uma contaminação parcial da ótica de alguns analistas, buscando-se sempre que possível fontes diversas. Pelo grau de subjetividade e particularidades políticas e ideológicas, procurou-se elencar pontos de vistas diversos.

Nem sempre foi possível se checar os dados históricos coletados em alguns trabalhos acadêmicos, procurando-se retratar o que de mais subsidiado se encontrou em termos de referências, contudo entendeu-se como fonte fidedigna.

Algumas teorias geopolíticas, citadas ao longo do texto, foram extraídas dos próprios compêndios ou de simpósios e palestras de diversos intelectuais, que pensaram o futuro do Brasil e sua relação com a América do Sul. Estudou-se, dentre outros: MEIRA MATTOS, THEREZINHA DE CASTRO, VIDIGAL, AMORIM, FLORES e LÁFER.

Outra fonte primária de destaque foram os relatórios das Reuniões do CDS, além de transcrições de alguns discursos e notas oficiais de autoridades extraídas de meios de comunicações e sites oficiais (MRE).

Também foram observadas opiniões e posicionamentos de diversos intelectuais extraídos dos jornais de grande circulação, tendo-se o cuidado de se checar em outros canais de comunicação.

Apesar de terem sido utilizadas inúmeras fontes da internet e jornalísticas, esta tese primou por buscar sítios confiáveis e veículos de comunicação idôneos e reconhecidos. Procurou-se, também, utilizar as citações diretas de intelectuais e autoridades, como transcrições de entrevistas e divulgação oficial de dados por intermédio da mídia impressa e eletrônica. O CDS, por sua pouca maturação e tempo de criação, ainda resente de maiores estudos científicos.

7.11 ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

Em razão de a pesquisa ser predominantemente qualitativa, mesmo utilizando recursos estatísticos, a apresentação dos dados será um resumo das falas e observações obtidas dos pesquisados, após análise acurada do autor.

Os entrevistados serão categorizados de acordo com seu entendimento acerca de alguns aspectos das dimensões em que foram tratadas as variáveis. A análise de conteúdo⁸ admite tanto abordagens qualitativas, com quantitativas. Presta-se tanto para fins exploratórios, quanto para comprovação ou refutação da hipótese.

Esta tese utilizou a grade aberta⁹ para a definição das categorias de análise, já que foram rearranjadas durante o andamento da pesquisa. Assim foram definidas as categorias finais da pesquisa, após a oitiva dos entrevistados.

Desta forma, empregou-se a definição operacional das variáveis para catalogar as respostas dos intelectuais consultados. Neste sentido, por exemplo, ao se abordar a variável independente **CDS**, procurou-se separar as opiniões elencadas sobre efetividade e necessidade. Com relação à variável dependente **integração sul-americana**, categorizou-se as respostas nas dimensões inerentes às contribuições mais importantes e evolução do processo de integração.

⁸ VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo, Ed. Atlas, 3ª Ed, 2008, p. 16.

⁹ Idem, p. 17.

8 RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos nas entrevistas, coleta dos dados e no tratamento estatístico.

8.1 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

As duas variáveis foram divididas em dimensões, conforme definição operacional das variáveis. Quanto ao **CDS**, verificou-se sua necessidade e efetividade, enquanto que a **integração sul-americana** foi subdividida em evolução e contribuições. A seguir, analisar-se-ão as dimensões das variáveis.

8.1.1 Evolução da integração sul-americana

Nesta dimensão da variável dependente integração sul-americana, foram observados os aspectos referentes aos resultados obtidos neste processo e a validade do investimento na cooperação regional.

A maioria dos entrevistados (90%) considera que o investimento no processo de aproximação é compensatório, justificando os esforços brasileiros. Com relação aos resultados auferidos neste processo, não houve uma unanimidade, embora apenas um dos entrevistados tenha respondido que não foram satisfatórios. Nas outras opiniões, ficaram registradas algumas ressalvas quanto à velocidade dos resultados, sendo que o MERCOSUL foi considerado pela maioria como o marco inicial de uma maior efetividade.

Ainda merece referência algumas considerações quanto à utilidade do TIAR e OEA. Embora a maioria dos entrevistados (70%) não tenha descartado totalmente o papel da OEA, principalmente pela atuação norte-americana, sua credibilidade foi considerada baixa no subcontinente. O TIAR foi considerado obsoleto e ultrapassado.

O papel do Brasil neste processo foi considerado fundamental por todos os entrevistados, principalmente devido a sua envergadura estratégica. Alguns intelectuais, no entanto, duvidam da capacidade brasileira em investir o suficiente para garantir que sua liderança regional seja respaldada pelos demais países da região, em detrimento de influências exógenas.

A seguir, são apresentados alguns resultados das entrevistas realizadas, com fulcro na dimensão em tela.

EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA	NOME	FAVORÁVEL AO INVESTIMENTO NA INTEGRAÇÃO REGIONAL	INTEGRAÇÃO APRESENTOU RESULTADOS SATISFATÓRIOS
	Alm VIDIGAL	Sim, desde que com certas restrições e preocupações com contaminações ideológicas e antiamericanismo.	Em parte, poderia ser melhor, porém a aproximação Brasil e Argentina, no governo Sarney e Alfonsín, criou oportunidades que vem sendo desperdiçadas.
	Emb CARBONAR	Sim, com a priorização da América do Sul, sem detrimento de outras organizações, a exemplo do MERCOSUL e América Latina.	Sim, em especial no campo comercial, tendo o Brasil superávit crescente desde a aproximação com os países do MERCOSUL.
	CMG SANDOVAL	Sim, mas o desafio é o Brasil liderar este processo.	Em parte, especialmente após o MERCOSUL, quando começou a ser efetivo.
	Emb ABDENUR	Sim, tendo se declarado um entusiasta da integração regional.	Em parte, pois a integração avança de forma lenta. O MERCOSUL segue a passos de “caracol”.
	F. CARLOS. TEIXEIRA	Sim, pois desarmou o principal cenário de guerra na região sul.	Sim. A AS foi a região para qual o Brasil mais expandiu seu comércio, sendo superavitário com quase todos os vizinhos. O MERCOSUL (TEC), protegeu nosso mercado contra a China.
	Cel AITA	Sim, desde que se observem os interesses do Brasil.	Em parte.
	Cel NONATO	Não, sendo parcialmente crítico a esta prioridade, sendo a integração nacional mais importante.	Não, pois não houve resultado consistente.
	DARC COSTA	Sim, com capacidade elevada e tendendo a se tornar pólo de poder. Afastados das rotas comerciais, o caminho é integrar.	Sim, especialmente na área econômica, porém o problema é a velocidade.
	CMG RICARDO	Sim.	Sim, esperando-se, agora, uma maior aproximação na defesa.
ADRIANA MARQUES	Sim, o Brasil deve investir na UNASUL, pois a AS é o espaço geopolítico no qual pode exercer influência direta e no qual o país tem uma importância vital.	Em parte, excetuando-se a dimensão de toda a América Latina.	

Figura 6: Respostas da dimensão “evolução da integração sul-americana”

Fonte: autor

8.1.2 Contribuições importantes

Para tratar da variável integração sul-americana, as respostas obtidas nas entrevistas foram categorizadas, também, na dimensão “**contribuições mais importantes**”. Esta dimensão foi subdividida em três aspectos: contribuições do CDS para a integração; obtenção de vaga no CSONU; e consolidação da liderança brasileira.

A maioria dos entrevistados (80%) considera que o CDS apresentará uma série de possibilidades e contribuições para a integração regional, com destaque para o aumento das medidas de confiança mútua, incremento da indústria regional de defesa e constituição de um fórum para discussão de problemas.

Quanto à obtenção de uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, por meio do CDS, a maioria dos entrevistados (90%) não visualiza esta possibilidade, tendo em vista a pouca relação entre o assunto, a rejeição desta representatividade pela Argentina e outros países, além da pouca vantagem obtida por este assento.

No quesito consolidação da liderança brasileira, há um entendimento pouco consensual por parte dos entrevistados. O que parece ser congruente nas opiniões apresentadas é a percepção da necessidade do país assumir este papel, sendo a única nação do subcontinente que reúne as qualidades essenciais nos campo econômico, político e militar.

A iniciativa brasileira, para a maioria dos entrevistados, foi decisiva na criação do CDS, tendo sido idealizado e divulgado pelo Brasil. Neste sentido, seu sucesso está ligado à condução deste processo por seu protagonista sul-americano. No entanto, 20% dos entrevistados apontaram a retórica sul-americana, com poucos resultados práticos, como um obstáculo à consolidação da liderança brasileira.

A seguir, são apresentados os resultados das entrevistas realizadas, com fulcro na dimensão em tela.

	NOME	CONTRIBUIÇÕES DO CDS PARA A INTEGRAÇÃO	OBTENÇÃO VAGA CSEG ONU	LIDERANÇA BRASILEIRA
CONTRIBUIÇÕES MAIS IMPORTANTES	ALMIRANTE VIDIGAL	Não, pois ficaria na retórica.	Não vê relação ou utilidade.	Não enxerga esta possibilidade no momento.
	Emb CARBONAR	Sim, em especial no aumento das medidas de confiança mútua.	Não respondeu.	O Brasil não busca esta liderança, ela ocorrerá naturalmente.
	CMG SANDOVAL	Sim, integrando o subcontinente no campo de defesa e articulação da indústria bélica.	Em parte, pois é fraca a conexão entre o CDS e a obtenção da vaga.	Em parte, Brasil que tem o desafio de integrar todo o subcontinente.
	Emb ABDENUR	Sim, em especial o controle armamentista, aumento da confiança mútua e aproximação da indústria bélica.	Não tem relação com o CDS. Há oposição de outros países, como o "Coffee Club" (Itália, Paquistão, México e Argentina).	Sim, a liderança é clara, mas não se proclama ou suscita.
	FRANCISCO C. TEIXEIRA	Sim, com destaque para: fórum para discutir problemas, controle de crimes transfronteiriços e intercâmbio de informações e inteligência.	Não, o sistema que os demais países imaginam seria por rodízio.	Sim, o Brasil é um líder benevolente aos olhos do mundo e da região, o que seria fortalecido pelo CDS.
	Cel AITA	Sim, com destaque para incremento da indústria regional de defesa, aumento das medidas de confiança mútua e aumento poder dissuasão.	Não, os interesses são divergentes.	Sim, o Brasil tem um grande potencial. O CDS pode ajudar, desde que conduzido corretamente.
	Cel NONATO	Não imagina que obterá consistência.	Não, pois o principal parceiro brasileiro, a Argentina, se mostra contrária.	Não, o Brasil teria apenas deveres sem retribuição.
	DARC COSTA	Sim, concorda que o Conselho poderá contribuir de forma significativa para a integração da AS, incluindo a indústria regional de defesa, a confiança mútua e fórum discussão.	Não vê sentido em sentar no Conselho sem ter poder, pois teria suas decisões vetadas.	Sim, pois se o Brasil não for capaz de alinhar a AS, ninguém o fará. Logo o alinhamento com o Brasil será natural.
	CMG RICARDO	Sim, em especial na área de defesa.	Não respondeu.	Não respondeu.
	ADRIANA MARQUES	Sim, em especial para: 1- diminuir as desconfianças entre os militares da região; 2- fortalecer as instituições políticas nacionais; 3- estimular a cooperação militar entre os países da região; e 4- impulsionar a indústria de Defesa. Também vale lembrar que, assim como o MERCOSUL, a UNASUL é um órgão eminentemente político	Não. O assento brasileiro na ONU depende da reforma da organização e eu não vislumbro uma reforma no curto prazo. De toda forma acho que o CDS é bom para América do Sul, não somente para o Brasil, independentemente da reforma da ONU.	Sim, a agenda brasileira para o CDS visa à maximização do poder do Brasil. Acha interessante observar a maneira como o Brasil vislumbra exercer o poder e a liderança na AS.

Figura 7: respostas da dimensão "contribuições mais importantes".

Fonte: o autor.

8.1.3 Necessidade do CDS

Para tratar da variável CDS, as respostas obtidas nas entrevistas foram categorizadas, na dimensão “**necessidade**” e “**efetividade**”. A dimensão “**necessidade**” foi explorada de acordo com a definição operacional desta variável.

A maioria dos entrevistados (80%) considera que o CDS é um órgão necessário e importante para o momento atual da América do Sul, entendendo que a expressão militar pode ser melhor trabalhada, em um nível mais elevado, com os ministros da defesa e das relações exteriores dos países membros debatendo as questões de defesa.

Dois entrevistados (20%) fizeram a ressalva de que o órgão não seria necessário em virtude da falta de interesse brasileiro em resolver os problemas de outras nações, principalmente em virtude do pouco retorno que teria em relação ao esforço depreendido.

A maioria dos entrevistados (70%) salientou a relevância da iniciativa ter sido executada de forma independente do apoio das grandes potências, representando um passo importante para a consolidação da soberania da AS, que foi marcada por intervencionismos das nações colonizadoras, seguidas da Inglaterra e EUA.

A instabilidade política da região foi relatada por 40 % dos entrevistados como um grave problema a ser equacionado, assim como as atitudes antidemocráticas de algumas nações sul-americanas.

A quase totalidade dos entrevistados (80%) considerou que o CDS está alinhado com as diretrizes estratégicas prescritas na END e PDN, bem como a Constituição Federal. Com isto, concordam que ele contribuirá para que o Brasil atinja suas metas em relação a uma maior aproximação na América do Sul.

A seguir, são apresentados os resultados das entrevistas realizadas, com fulcro na dimensão em tela.

NOME	NECESSIDADE DO CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO
Alm VIDIGAL	Não é necessário, sendo apenas mais um órgão ineficaz, que servirá aos propósitos de um discurso ideológico antiamericano.
Emb CARBONAR	Sim, para que se avance nas questões de aumento das medidas de confiança mútua, aproximando as nações do subcontinente na área de defesa.
CMG SANDOVAL	Sim, pois impactará positivamente a integração regional, sob o ponto de vista da autonomia regional. É uma oportunidade de se evitar a criação da OTAS (Organização do Tratado do Atlântico Sul) e impor uma geopolítica sul-americana.
Emb ABDENUR	Em parte, talvez fosse mais importante a criação de um conselho sul-americano de segurança para tratar dos ilícitos transnacionais.
F. CARLOS. TEIXEIRA	Em parte, pois o CDS não é fundamental, porém, é uma iniciativa importante, porque é um passo a mais para a integração sul-americana, sendo a primeira vez que o Brasil e a AS tentam resolver seus problemas sem recorrer aos EUA ou Europa.
Cel AITA	Em parte, pois atende aos interesses dos vizinhos sem constituir uma grande vantagem para o país. É mais uma iniciativa que nos interessa, mas seu desenvolvimento vai depender da evolução dos acontecimentos.
Cel NONATO	Não, pois o órgão poderia representar para o Brasil a obrigação de resolver os problemas dos vizinhos, em função da assinatura de acordos e tratados. Assim o Brasil só teria deveres a cumprir, sem a devida retribuição.
DARC COSTA	Sim, e será inevitável a sua transformação em aliança militar.
CMG RICARDO	Sim.
ADRIANA MARQUES	Sim, especialmente porque ainda há áreas que necessitam uma atenção especial. Acredita que era necessário criar um fórum onde os países sul-americanos discutissem os problemas de segurança e defesa que afetam a região, especialmente as regiões fronteiriças

Figura 8: Respostas da dimensão “necessidade do CDS”.

Fonte: o autor.

8.1.4 Efetividade do CDS

Ainda tratando da variável independente CDS, as respostas obtidas nas entrevistas foram categorizadas, também, na dimensão “**efetividade**”, que foi subdividida em 03 (três) aspectos: tempestividade, perspectivas da UNASUL, e amplitudes e objetivos.

No quesito tempestividade, a maioria dos entrevistados (80%) acredita que este é o momento ideal para a criação do CDS, levando em consideração o cenário atual, as descobertas de riquezas energéticas e o nível de integração. Segundo estes entrevistados a região amadureceu bastante seus laços de cooperação, mesmo que em um ritmo mais lento que o desejado. Desta forma, o ambiente é favorável, mesmo que apontem algumas circunstâncias que poderiam dificultar esta aproximação.

Com relação às perspectivas da UNASUL, não houve uma uniformidade de discursos em razão do pouco tempo de maturação deste órgão. Alguns ficaram reticentes em razão das dificuldades enfrentadas pelo MERCOSUL na redução das tarifas comerciais entre vizinhos. No entanto, mesmo os que se mostraram desconfiados, reconhecem os avanços obtidos até aqui e entendem que a integração é o melhor caminho para o desenvolvimento da região. Alguns entrevistados (30%) apontaram a falta de uma visão geopolítica e estratégica para que a UNASUL realmente venha a ser efetiva.

A quase totalidade dos intelectuais consultados (80%) afirmou que a amplitude do CDS está correta, sendo a América do Sul o ambiente ideal para se intensificar a integração. Ainda assim, não descartam a continuidade do MERCOSUL e de outras iniciativas de cooperação, pois poderiam correr em paralelo com a UNASUL.

Com relação aos objetivos, a maior parte dos entrevistados entendeu que os mesmos são apropriados e adequados à realidade do subcontinente e que permitiram uma maior sinergia e entendimento na área de defesa.

Aqueles entrevistados que não concordaram com os objetivos e amplitude do CDS apresentaram opinião contrária aos atuais rumos da integração regional e CDS.

A efetividade foi desdobrada em sua definição operacional em outros aspectos como o futuro das relações Brasil e EUA. No que tange às relações

com os norte-americanos, os entrevistados concordam que os norte-americanos são aliados históricos e indispensáveis a como parceiros comerciais e políticos. O Almirante Vidigal apresentou, em sua entrevista, temor com relação ao antiamericanismo que pode vir a contaminar o CDS, prejudicando a credibilidade do Conselho.

Em sua entrevista, Francisco C Teixeira afirma que o CDS funcionaria como uma descompressão, onde se discutiriam os problemas sem a interferências exógena. Isto agradaria os EUA, além de substituir o “balance of Power” e aproximando-se do conceito de regionalismo de Buzan e Weaver.

Sandoval considera, de acordo com suas respostas, que os EUA perceberam um arranjo de defesa independente e adotaram uma posição legítima (4ª Frota). Ainda em relação à 4ª Frota a maioria dos entrevistados não representa um ameaça imediata ao Brasil, mas sinaliza o interesse estratégico dos EUA no Atlântico Sul, em especial pelo Pré-Sal.

Vale destacar a posição de Abdenur, ao responder os questionamentos deste autor, que salientou que os EUA, hoje, importam 500 mil barris de petróleo brasileiro por ano e que, segundo o Embaixador Saraiva Guerreiro, em 06/11/2005, os EUA reconheciam, pela primeira vez, a importância do MERCOSUL e da CASA.

No campo da geopolítica e da estratégia, os entrevistados acreditam, em sua quase totalidade (80%), que este órgão está alinhado com as diretrizes constitucionais e da END. No entanto, apontam a necessidade de uma melhor definição de uma estratégia brasileira e sul-americana.

Sandoval aponta que o CDS apresenta grande convergência com a tríade geopolítica¹, que seria a visão central do pensamento geopolítico nacional. Também salienta que o CDS enfrenta a Ordem Militar de Williamsburg².

A seguir, são apresentados alguns resultados das entrevistas realizadas, com fulcro na efetividade do CDS.

¹ Tríade geopolítica sul-americana envolve a união do Arco Amazônico, Pacto Andino e Cone Sul.

² Encontro de defesa ocorrido em 1994, em Williamsburg/EUA, que declarou em seu 6º Princípio, o envolvimento da FFAA da AS especialmente no combate aos ilícitos transnacionais.

	NOME	TEMPESTIVIDADE	PERSPECTIVAS DA UNASUL	AMPLITUDE E OBJETIVOS
EFETIVIDADE DO CDS	ALMIRANTE VIDIGAL	Sim. As tensões têm aumentado na AS e há as crises energéticas, de água e alimentos por vir.	Não vê uma perspectiva promissora.	Objetivos Inexequíveis e amplitude incondizente.
	Emb CARBONAR	Sim, O Brasil vem ampliando seu esforço diplomático e as relações políticas se estreitam na AS.	Muito boas, em razão da aproximação política, relações comerciais e nível atual da integração.	Adequados e coerentes.
	CMG SANDOVAL	Sim. O momento é de multipolaridade no escopo global, com efetividade e sem “eurocentrismo”.	Não é otimista quanto aos avanços pois faltam definições de política e estratégia.	Adequados, porém não é o ideal para um futuro mais próximo.
	Emb ABDENUR	Sim, é correto para a criação do órgão, principalmente pela atual relação Brasil-EUA.	Percebe a ameaça da entrada da Venezuela no MERCOSUL e da atuação de Hugo Chávez ser excludente da aproximação com algumas áreas do mundo.	Amplitude e objetivos adequados.
	FRANCISCO C. TEIXEIRA	Sim, em princípio, porém os EUA não têm uma política própria para a AS.	Boas perspectivas.	Adequados, sendo que a AS é o nicho estratégico do Brasil
	Cel AITA	Sim concorda com o momento.	Está em bom caminho, mas é cedo para prever.	Adequados.
	Cel NONATO	Não seria o melhor momento.	Não vê muito futuro como fórum de discussão.	Alguns objetivos são inadequados.
	DARC COSTA	Sim. O tempo é certo, não poderia ser feito antes.	Boas, sendo um processo que corre em paralelo com o MERCOSUL .	Adequados.
	CMG RICARDO	Sim, é o momento correto.	Não respondeu.	Adequados.
	ADRIANA MARQUES	Concorda em parte. Acha que as ameaças exógenas à América do Sul não são recentes. Precisamos defender estes recursos. Esta situação não é nova, sim a disposição de defender conjuntamente este patrimônio. No campo interno brasileiro há mais disposição para discutir a temática da Defesa, inclusive na Academia, sempre tão refratária a esta questão. Mas outros países enfrentam situações internas bem complicadas	Sim, boas perspectivas. A extensão e os resultados concretos deste processo ainda são difíceis de prever, mas é bem possível que essa aproximação entre os países sul-americanos traga benefícios (políticos e econômicos) para todos os países da América do Sul.	Ambiciosos, num bom sentido.

Figura 9: respostas da dimensão “efetividade do CDS”.

Fonte: o autor.

O resultado apresentado em relação aos 10 (dez) entrevistados foi abordado de forma categorizada. Na discussão dos resultados, serão apontadas manifestações individuais que foram consideradas relevantes.

8.2 RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS

Os questionários dos adidos foram respondidos por 10 (dez) adidos brasileiros na América do Sul, sendo o Suriname o único que respondeu de forma discursiva, sem se ater ao questionário.

Nas escolas de altos estudos das três FFAA, responderam aos questionários 104 (cento e quatro) entrevistados, sendo consultados: 27 (vinte e sete) alunos CCEM (Curso de Comando e Estado-Maior da ECEME); 23 (vinte e três) alunos do CPAEX; 24 (vinte e quatro) alunos do CCEM da ECEMAR e 30 (trinta) alunos do C-PEM (Curso de Política e Estratégia Marítimas) da EGN. Deste universo, 39,5 % responderam possuir nenhum ou insuficiente conhecimento sobre o CDS, enquanto que 29,8% afirmaram conhecê-lo razoavelmente.

Com relação aos ONA, foram entrevistados 20 (vinte) oficiais da ESAO e 11 (onze) da ECEME, totalizando 31 (trinta e um) oficiais. Quanto à nacionalidade: 07 (sete) da Argentina; 01 (um) da Bolívia; 02 (dois) do Chile; 01 (um) da Colômbia; 07 (sete) do Equador; 04 (quatro) do Paraguai; 01 (um) do Peru; 04 (quatro) da Venezuela; 03 (três) do Uruguai e 01 (um) do Suriname. Destes militares, 35,5% responderam possuir nenhum ou insuficiente conhecimento sobre o CDS, enquanto que 41,9% afirmaram conhecê-lo razoavelmente.

Foram distribuídos e respondidos 24 (vinte e quatro) questionários para os alunos do CAEPE da ESG. São representantes da sociedade civil, contando com juízes, advogados, delegados, desembargadores, funcionários públicos, dentre outras atividades. Destes, 45,8% responderam possuir nenhum ou insuficiente conhecimento sobre o CDS, enquanto que 29,2% afirmaram conhecê-lo razoavelmente.

Para exposição dos resultados da apuração estatística dos questionários abordar-se-á as variáveis **CDS** e **Integração sul-americana** da mesma forma que nas entrevistas, dividindo-as em dimensões, conforme definição operacional das variáveis.

As respostas objetivas tiveram um tratamento estatístico enquanto que as subjetivas foram categorizadas. A seguir, analisar-se-á as dimensões das variáveis, iniciando-se pela evolução da integração sul-americana.

8.2.1 Evolução da integração sul-americana

Nesta dimensão da variável dependente integração sul-americana, foram observados os aspectos referentes aos resultados obtidos neste processo e a validade do investimento na cooperação regional.

Com relação aos adidos, todos consideram que a integração regional progrediu, ao longo do século XX, e que se encontra em um nível bom ou razoável. Considera que o investimento em relação a este processo de aproximação é compensatório. Esta percepção de validade, segundo os adidos, também é compartilhada pelas populações nos países onde trabalham.

Afirmaram que o campo militar e político são os que mais necessitam de investimento.

Quais os dois(02) campos do Poder, no entendimento do Sr, que necessitariam mais atenção neste momento?		
Campo de preferência	n	%
Político	5	50,0%
Econômico	2	20,0%
Militar	3	30,0%
Total	10	100,0%

Figura 10: preferência dos campos de poder.

Fonte: o autor.

Os adidos consideraram que a integração, antes do CDS, no campo da defesa, não ocorria de forma adequada, tendo em vista que não havia a participação direta do ministério de relações exteriores em sintonia com o ministério da defesa, logo não se dando no mais alto nível.

No campo da defesa, o Sr acredita que a integração regional, antes do CDS, se dava, no mais alto escalão (político), de forma satisfatória?		
Respostas	n	%
Sim	1	10,0%
Não	5	50,0%
Apenas em algumas relações bilaterais	4	40,0%
Total	10	100,0%

Figura 11: integração no campo da defesa

Fonte: o autor.

A percepção da eficiência da OEA e TIAR, nos países em que os adidos trabalham apresentam uma visão pouco otimista, principalmente em relação ao TIAR.

Qual é a percepção da eficiência e credibilidade, no país onde o Sr trabalha, da OEA e TIAR?		
Respostas	n	%
Percepção negativa – baixa eficiência	4	40,0%
Percepção positiva para ambos os órgãos	2	20,0%
Percepção positiva apenas da OEA	3	30,0%
Não respondeu	1	10,0%
Total	10	100,0%

Figura 12: percepção da eficiência do TIAR e OEA

Fonte: o autor.

Com relação aos alunos das escolas militares de altos estudos, houve a percepção parecida com a dos adidos em relação ao nível atual de integração e os resultados auferidos neste processo.

Como o Sr avalia o atual nível da integração regional?		
Respostas	n	%
Excelente	4	3,8%
Bom	63	60,6%
Satisfatório	36	34,6%
Ruim	1	1,0%
Total	104	100,0%

Figura 13: integração no campo da defesa

Fonte: o autor.

Afirmaram que o campo econômico, político e militar, nesta ordem, são os que mais necessitam de investimento.

Quais os dois(02) campos do Poder, no entendimento do Sr, que necessitariam mais atenção neste momento?		
Campo de preferência	n	%
Político	26	25,0%
Econômico	36	34,6%
Militar	17	16,3%
Total	10	100,0%

Figura 14: preferência dos campos de poder.

Fonte: o autor.

Os alunos seguiram o mesmo raciocínio dos adidos quanto ao nível em que se dava a cooperação na área de defesa, antes do CDS.

No campo da defesa, o Sr acredita que a integração regional, antes do CDS, se dava, no mais alto escalão (político), de forma satisfatória?		
Respostas	n	%
Sim	4	3,8%
Não	37	35,6%
Apenas em algumas relações bilaterais	50	48,1%
Na verdade, não havia esta integração no nível político	13	12,5%
Total	104	100%

Figura 15: integração no campo da defesa
Fonte: o autor.

A percepção da eficiência da OEA e TIAR seguiu, por parte dos alunos, a convicção dos adidos, julgando tais órgãos, em especial o TIAR, como anacrônicos e insuficientes.

O Sr acredita que a OEA e o TIAR sejam eficientes na solução de uma área de fricção na AS?		
Respostas	n	%
Percepção negativa – baixa eficiência	74	71,1%
Percepção positiva – continuam úteis	19	18,3%
Não respondeu	11	10,6%
Total	104	100,0%

Figura 16: percepção da eficiência do TIAR e OEA
Fonte: o autor.

A análise das respostas dos civis demonstrou uma avaliação positiva quanto à evolução da integração regional no século XX, assim como em relação ao nível em que se encontra, com a avaliação boa para mais de 75% das respostas. Afirmaram, seguindo a linha dos adidos e alunos, que os campos econômico, político e militar são os que mais necessitam de atenção.

Com relação à integração militar, consideraram que esta não se dava no nível mais elevado antes do CDS.

No campo da defesa, o Sr acredita que a integração regional, antes do CDS, se dava, no mais alto escalão (político), de forma satisfatória?		
Respostas	n	%
Sim	5	20,8%
Não	15	62,5%
Apenas em algumas relações bilaterais	3	12,5%
Na verdade, não havia esta integração no nível político	1	4,2%
Total	24	100,0%

Figura 17: integração no campo da defesa
Fonte: o autor.

Os civis, em sua maioria, também julgaram que o TIAR e a OEA apresentam uma eficiência muito baixa.

O Sr acredita que a OEA e o TIAR sejam eficientes na solução de uma área de fricção na AS?		
Respostas	n	%
Percepção negativa – baixa eficiência	13	54,2%
Percepção positiva – continuam úteis	8	33,4%
Não respondeu	3	12,4%
Total	24	100,0%

Figura 18: percepção da eficiência do TIAR e OEA

Fonte: o autor.

No que diz respeito aos ONA, a percepção do atual nível da integração regional demonstrou, comparativamente aos outros grupos, uma visão menos otimista, com predominância do nível satisfatório (48%). No entanto, apenas 9,7% consideraram o mesmo ruim, sendo que os demais (42,3%) acham que ele é excelente e/ou bom.

Os ONA deram grande importância ao campo econômico (45,2%) como aquele que deveria receber mais atenção, sendo que a segunda opção foi o militar (19,4%), seguido do político (9,7%). Justificando os esforços brasileiros. Com relação aos resultados auferidos neste processo, não houve uma unanimidade, embora apenas um dos entrevistados tenha respondido que não foram satisfatórios. Nas outras opiniões, ficaram registradas algumas ressalvas quanto à velocidade dos resultados, sendo que o MERCOSUL foi o grande marco inicial de uma maior efetividade.

Os militares das nações sul-americanas consideraram que antes do CDS as relações no campo de defesa não alcançavam o nível político.

No campo da defesa, o Sr acredita que a integração regional, antes do CDS, se dava, no mais alto escalão (político), de forma satisfatória?		
Respostas	n	%
Sim	7	22,6%
Não	6	19,4%
Apenas em algumas relações bilaterais	15	48,4%
Na verdade, não havia esta integração no nível político	3	9,6%
Total	31	100%

Figura 19: integração no campo da defesa

Fonte: o autor.

Quanto ao TIAR e OEA, os ONA responderam, seguindo a lógica dos outros grupos, que este órgão não apresenta uma eficiência adequada.

O Sr acredita que a OEA e o TIAR sejam eficientes na solução de uma área de fricção na AS?		
Respostas	n	%
Percepção negativa – baixa eficiência	18	58,1%
Percepção positiva – continuam úteis	9	29,1%
Não respondeu	4	12,8%
Total	31	100,0%

Figura 20: percepção da eficiência do TIAR e OEA

Fonte: o autor.

Vale aqui destacar, que as perguntas para os ONA, escolas, civis e adidos apresentavam com características da OEA e TIAR, que a tornavam ineficientes, a sua necessidade de aperfeiçoamento (originada na Guerra Fria) e a sua falta de credibilidade.

Ainda merece referência a informação colhida dos questionários, quanto à validade de se continuar investindo na integração regional. Todos os grupos foram favoráveis a continuidade de políticas que recrudescam a cooperação regional, sendo que 77,4% dos ONA concordam, total ou parcialmente, que o investimento na integração regional traz resultados satisfatórios. Os alunos das escolas (90,4%), os civis (95,9%) e o adidos (100%) também acham este investimento compensatório.

8.2.2 Contribuições importantes

Nesta dimensão da variável dependente integração sul-americana, foram observados os mesmos aspectos que nas entrevistas, naquilo que está descrito na definição operacional.

Os adidos brasileiros foram perquiridos acerca da percepção que a opinião pública, nos países onde trabalham, tem sobre o CDS e as contribuições mais importantes que poderão advir do seu amadurecimento.

Com relação aos adidos, vale considerar a liderança brasileira nos países onde trabalham, a partir da criação do CDS. A percepção dos adidos foi que o CDS ajudará bastante ou de alguma forma a consolidação desta liderança, sendo que nenhum deles considera que o mesmo será prejudicial neste sentido.

O Sr acredita que com a criação do CDS, o Brasil se beneficiará na consolidação de sua liderança regional, respaldada pelas demais nações sul-americanas?

Respostas	n	%
Será indiferente	1	10,0%
Sim, ajudará bastante	4	40,0%
Sim, ajudará de certa forma	5	50,0%
Total	10	100,0%

Figura 21: contribuição do CDS para consolidar a liderança brasileira.

Fonte: o autor.

A sociedade das nações que são membros do CDS, segundo entendimento dos adidos, aceita a liderança brasileira.

Como o Sr avaliaria a aceitação da liderança brasileira, no meio militar e civil, no país onde o Sr trabalha?

Respostas	n	%
Aceita a liderança brasileira	7	70,0%
Aceita com restrição a liderança a liderança brasileira	3	30,0%
Total	10	100,0%

Figura 22: aceitação da liderança brasileira.

Fonte: o autor.

Com relação aos fatores que contribuem pra esta liderança, foram apontados, de forma espontânea, valendo lembrar que alguns adidos apontaram mais que um fator. Os seguintes aspectos merecem referência, com destaque para o poderio militar e econômico, fatores geopolíticos e a credibilidade brasileira alicerçada na confiança mútua.

Quais fatores contribuem para esta liderança?		
Respostas	n	%
Poder econômico/ militar do Brasil	4	40,0%
Fatores Geopolíticos	4	40,0%
Política Externa do Brasil	1	10,0%
Credibilidade /confiança mútua	4	40,0%
Total	10	100%

Figura 23: fatores que contribuem para consolidar a liderança brasileira.

Fonte: o autor.

Com relação às contribuições mais importantes que o CDS proporcionará, foram apresentadas algumas opções, que foram escolhidas pelos adidos com destaque para as seguintes opções: Incremento da capacidade dissuasória regional, visando à proteção das riquezas da AS; e

Constituição de mais um fórum regional para solução de crises e aumento da estabilidade regional.

Da análise dos objetivos, amplitude e contexto da criação do CDS, na opinião do Sr, quais seriam as três (03) principais possibilidades do Conselho, que evidenciaríamos sua importância?			
Resposta	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção
Combate aos ilícitos transnacionais	20,0%	-	-
Aumento de poder regional de barganha em negociações globais	20,0%	-	-
Incremento da capacidade dissuasória regional, visando à proteção das riquezas da AS	30,0%	40%	20%
Constituição de mais um fórum regional para solução de crises e aumento da estabilidade regional	10,0%	10%	50%
Diminuição da desconfiança em relação aos vizinhos em função da transparência nos gastos na área de Defesa e maior integração na área de defesa.	20,0%	20%	10%
Desenvolvimento da indústria nacional de Defesa	-	20%	-
Outros	-	-	20%
Total	100,0%	100%	100%

Figura 24: principais contribuições do CDS, na visão dos adidos.

Fonte: o autor.

A percepção da opinião pública, nos países onde os adidos trabalham, sobre a necessidade da América do Sul possuir um assento no Conselho de Segurança da ONU aponta que: 50% considera necessário; 30% acha indiferente; e 20% acha necessária em parte.

Já com relação aos alunos das escolas, a maioria considera que haverá uma consolidação da integração genuinamente regional, sem interferência de nações exógenas, em função da criação do CDS:

O Sr acredita que com a criação do CDS, a AS se beneficiará na consolidação de uma integração genuinamente criada pelas nações do subcontinente, sem interferência de nações exógenas?		
Respostas	n	%
Será indiferente ou não há relação	8	7,6%
Sim, ajudará	92	88,5%
Não ajudará ou será prejudicial	4	3,9%
Total	104	100,0%

Figura 25: contribuição do CDS para uma integração soberana.

Fonte: o autor.

Da mesma forma que ocorreu com os adidos, com relação às contribuições mais importantes que o CDS proporcionará, foram apresentadas algumas opções, que foram escolhidas pelos alunos com destaque para as seguintes opções: Incremento da capacidade dissuasória regional visando à proteção das riquezas da AS; constituição de mais um fórum regional para solução de crises e aumento da estabilidade regional; e diminuição da desconfiança em relação aos vizinhos.

Da análise dos objetivos, amplitude e contexto da criação do CDS, na opinião do Sr, quais seriam as três (03) principais possibilidades do Conselho, que evidenciariam sua importância?			
Resposta	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção
Combate aos ilícitos transnacionais	16,3%	6,7%	12,5%
Aumento de poder regional de barganha em negociações globais	11,5%	12,5%	9,6%
Incremento da capacidade dissuasória regional, visando à proteção das riquezas da AS e menor interferência de nações exógenas	26,8%	12,5%	16,3%
Constituição de mais um fórum regional para solução de crises e aumento da estabilidade regional	24%	25%	21,3%
Diminuição da desconfiança em relação aos vizinhos em função da transparência nos gastos na área de Defesa e maior integração na área de defesa.	7,9%	25%	17,3%
Evolução do CDS para um órgão semelhante OTAN	2,9%	4,8%	9,6%
Desenvolvimento da indústria nacional de Defesa	10,3%	9,7	10,7%
Outros	0,3	3,8	2,7
Total	100,0%	100%	100%

Figura 26: principais contribuições do CDS, na visão dos alunos.

Fonte: o autor.

Os civis, em sua maioria (91,7%), consideram, da mesma forma que os alunos, que haverá uma consolidação da integração genuinamente regional, sem interferência de nações exógenas, em função da criação do CDS.

Da mesma forma que ocorreu com os adidos e alunos, com relação às contribuições mais importantes que o CDS proporcionará, foram apresentadas algumas opções, que foram escolhidas pelos civis, com destaque para as seguintes opções: incremento da capacidade dissuasória regional, visando à proteção das riquezas da AS; constituição de mais um fórum regional para

solução de crises e aumento da estabilidade regional; e diminuição da desconfiança em relação aos vizinhos.

Da análise dos objetivos, amplitude e contexto da criação do CDS, na opinião do Sr, quais seriam as três (03) principais possibilidades do Conselho, que evidenciaríamos sua importância?			
Resposta	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção
Combate aos ilícitos transnacionais	12,5%	4,3%	21,7%
Aumento de poder regional de barganha em negociações globais	8,3%	12,5%	9,6%
Incremento da capacidade dissuasória regional, visando à proteção das riquezas da AS e menor interferência de nações exógenas	50%	21,7%	16,3%
Constituição de mais um fórum regional para solução de crises e aumento da estabilidade regional	12,5%	25%	21,3%
Diminuição da desconfiança em relação aos vizinhos em função da transparência nos gastos na área de Defesa e maior integração na área de defesa.	12,5%	25%	17,3%
Evolução do CDS para um órgão semelhante OTAN	1,0%	4,8%	9,6%
Desenvolvimento da indústria nacional de Defesa	4,2%	9,7	10,7%
Outros	-	3,8	2,7
Total	100,0%	100%	100%

Figura 27: principais contribuições do CDS, na visão dos civis.

Fonte: o autor.

Com relação à percepção da necessidade da América do Sul possuir um assento no Conselho de Segurança da ONU, os alunos e civis, em sua maioria, consideram que a América do Sul deve ser representada com uma vaga permanente. Ainda em relação à consecução deste assento, a maior parte destes universos, considera que a criação do CDS contribui neste sentido.

Os ONA, em sua maioria (80,6%), consideram, da mesma forma que os alunos e civis, que haverá uma consolidação da integração genuinamente regional, sem interferência de nações exógenas, em função da criação do CDS.

Os ONA também foram indagados sobre as contribuições mais importantes do CDS para a integração regional, com destaque para: constituição de mais um fórum regional para solução de crises e aumento da estabilidade regional; desenvolvimento da indústria de Defesa; e Incremento da capacidade dissuasória regional, visando à proteção das riquezas da AS.

Da análise dos objetivos, amplitude e contexto da criação do CDS, na opinião do Sr, quais seriam as três (03) principais possibilidades do Conselho, que evidenciaríamos sua importância?			
Resposta	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção
Combate aos ilícitos transnacionais	9,7%	3,2%	3,2%
Aumento de poder regional de barganha em negociações globais	12,9%	6,5%	-
Incremento da capacidade dissuasória regional, visando à proteção das riquezas da AS e menor interferência de nações exógenas	22,6%	19,4%	13,0%
Constituição de mais um fórum regional para solução de crises e aumento da estabilidade regional	29%	22,6%	9,7%
Diminuição da desconfiança em relação aos vizinhos em função da transparência nos gastos na área de Defesa e maior integração na área de defesa	6,5%	3,2%	6,5%
Evolução do CDS para um órgão semelhante OTAN	12,9%	12,9%	12,9%
Desenvolvimento da indústria nacional de Defesa	3,2%	29,0%	52%
Outros	3,2%	3,2	2,7
Total	100,0%	100%	100%

Figura 28: principais contribuições do CDS, na visão dos ONA.

Fonte: o autor.

Os ONA não apresentaram um discurso uniforme em relação à necessidade da América do Sul obter um assento no Conselho de Segurança da ONU, embora a maior parte tenha sinalizado de forma positiva. Quanto a forma ideal para esta representatividade, grande parte dos questionários apontou para um rodízio de países, com um sistema *pró tempore*.

Vale destacar que no entendimento da maioria dos ONA, o CDS contribuiria, de alguma forma, com a obtenção de uma vaga no CSONU.

8.2.3 Necessidade do CDS

Na análise dos questionários, no que se refere à variável necessidade, foram avaliadas em função da sua definição operacional. Inicialmente serão verificadas as respostas dos adidos.

Com relação à situação atual das áreas de fricção, os adidos responderam que a situação vem melhorando gradativamente em alguns países ou está sob controle.

Como o Sr retrataria as atuais áreas de fricção e as disputas ainda existentes entre as nações sul-americanas?		
Respostas	n	%
Sob controle	4	40,0%
Melhorando gradativamente em alguns países	4	40,0%
NRA	1	10,0%
Piorando gradativamente em alguns países	1	10,0%
Total	10	100,0%

Figura 29: situação atual das áreas de fricção, na visão dos adidos.

Fonte: o autor.

Afirmaram que as principais condicionantes que evidenciam a necessidade de criação do CDS e dificultariam a integração regional são: economias heterogêneas e pouco desenvolvidas e índices sociais precários e atitudes antidemocráticas de nações da AS e populismo.

O CDS foi criado para atuar em um cenário bastante peculiar, com as características próprias do continente sul-americano. Na opinião do Sr, quais as três (03) condicionantes, abaixo elencadas, representam maior risco para promover a integração da AS?			
Respostas	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção
Atitudes antidemocráticas de nações da AS e populismo	10,0%	20,0%	40%
Aliança Bolivariana de Hugo Chavez e radicalização do antiamericanismo na região	10,0%	30,0%	-
Economias heterogêneas e pouco desenvolvidas e índices sociais precários	50,0%	50,0%	40%
Agravamento das áreas de fricção na AS	20,0%	20,0%	10%
Radicalismo ideológico	10,0%	10,0%	10%
Total	100%	100%	100%

Figura 30: principais condicionantes do CDS, na visão dos adidos.

Fonte: o autor.

Foi perguntado aos adidos qual seria a percepção, no país onde trabalham, das características próprias do subcontinente que representam riscos à integração regional. As respostas não foram uniformes e apontaram na mesma direção descrita acima, sem, no entanto, ocorrer uma frequência de maior destaque para qualquer das categorias.

Ainda foram descritas uma série de ameaças (4ª Frota, cobiça internacional pelas riquezas naturais, fragilidade tecnológica da região e ações preventivas da nação hegemônica) aos adidos e perguntado se a sociedade do país onde trabalha as percebe como tal.

No país onde o Sr trabalha, existe esta percepção das ameaças acima elencadas?		
Respostas	n	%
Não	2	20,0%
Em Parte	3	30,0%
Sim	5	50,0%
Total	10	100,0%

Figura 31: principais ameaças a região, na visão da sociedade local.
Fonte: o autor.

Um aspecto que ressalta a necessidade do CDS foi a percepção que o meio civil e militar das nações membros evidenciou, segundo os adidos.

Como foi a percepção, nos meios militar e civil do país onde o Sr trabalha, da criação do CDS?		
Respostas	n	%
Indiferente	1	10,0%
Favorável	8	80,0%
Não Respondeu	1	10,0%
Total	10	100,0%

Figura 32: percepção da sociedade local em relação à criação do CDS, segundo os adidos.

Fonte: o autor.

Com relação aos alunos foram feitas perguntas semelhantes às dos adidos, no que se refere à necessidade do CDS. Com relação à situação das áreas de fricção, os alunos revelaram que a maioria (64,5%) as enxerga sob uma ótica otimista.

Como o Sr retrataria as atuais áreas de fricção e as disputas ainda existentes entre as nações sul-americanas?		
Respostas	n	%
Sob controle	32	30,8%
Melhorando gradativamente em alguns países	35	33,7%
NRA	2	1,9%
Tumultuadas	16	15,4%
Piorando gradativamente em alguns países	19	18,2%
Total	104	100,0%

Figura 33: situação atual das áreas de fricção, na visão dos alunos.
Fonte: o autor.

Os civis escolheram as seguintes condicionantes que evidenciam a necessidade de criação do Conselho e dificultam a integração regional: atitudes antidemocráticas de nações da AS e populismo; ALBA e radicalização do antiamericanismo; e agravamento das áreas de fricção.

O CDS foi criado para atuar em um cenário bastante peculiar, com as características próprias do continente sul-americano. Na opinião do Sr, quais as três (03) condicionantes, abaixo elencadas, representam maior risco para promover a integração da AS?			
Respostas	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção
Atitudes antidemocráticas de nações da AS e populismo	38,5%	25,0%	25,0%
Aliança Bolivariana de Hugo Chavez e radicalização do antiamericanismo na região	22,1%	23,0%	20,1%
Economias heterogêneas e pouco desenvolvidas e índices sociais precários	11,5%	21,2%	14,4%
Agravamento das áreas de fricção na AS e narcoguerrilhas	17,3%	21,2%	22,1%
Radicalismo ideológico	10,6%	9,6%	18,3%
Total	100%	100%	100%

Figura 34: principais condicionantes do CDS, na visão dos alunos.
Fonte: o autor.

Os civis foram indagados quanto às áreas de fricção, revelando, em sua maioria (95%), que a situação está sob controle ou melhorando gradativamente.

Como o Sr retrataria as atuais áreas de fricção e as disputas ainda existentes entre as nações sul-americanas?		
Respostas	n	%
Sob controle	7	29,2%
Melhorando gradativamente em alguns países	16	66,7%
NRA	-	-
Tumultuadas	-	-
Piorando gradativamente em alguns países	1	4,1%
Total	104	100,0%

Figura 35: situação atual das áreas de fricção, na visão dos civis.
Fonte: o autor.

Os civis, ao analisarem a necessidade de criação do CDS e os fatores que dificultariam a integração regional, elencaram, com maior frequência: atitudes antidemocráticas de nações da AS e populismo; ALBA e radicalização do antiamericanismo; e agravamento das áreas de fricção e narcoguerrilhas. Da mesma forma que os demais grupos, também apontaram outros fatores que comprometem, de alguma maneira, a aproximação no subcontinente.

O CDS foi criado para atuar em um cenário bastante peculiar, com as características próprias do continente sul-americano. Na opinião do Sr, quais as três (03) condicionantes, abaixo elencadas, representam maior risco para promover a integração da AS?			
Respostas	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção
Atitudes antidemocráticas de nações da AS e populismo	41,6%	21,7%	21,7%
Aliança Bolivariana de Hugo Chavez e radicalização do antiamericanismo na região	12,5%	26,1%	21,7%
Economias heterogêneas e pouco desenvolvidas e índices sociais precários	16,6%	26,2%	26,2%
Agravamento das áreas de fricção na AS e narcoguerrilhas	20,8%	17,4%	13%
Radicalismo ideológico	8,5%	8,5%	17,4%
Total	100%	100%	100%

Figura 36: principais condicionantes do CDS, na visão dos civis.

Fonte: o autor.

Os ONA afirmaram, em sua maioria (77,4%), que a situação está sob controle ou melhorando gradativamente nas áreas de fricção. No que diz respeito às condicionantes que oferecem riscos à integração regional, os ONA destacaram: atitudes antidemocráticas de nações da AS e populismo; economias heterogêneas e pouco desenvolvidas; e índices sociais precários; e agravamento das áreas de fricção na AS e narcoguerrilhas.

O CDS foi criado para atuar em um cenário bastante peculiar, com as características próprias do continente sul-americano. Na opinião do Sr, quais as três (03) condicionantes, abaixo elencadas, representam maior risco para promover uma maior integração da AS?			
Respostas	1ª Opção	2ª Opção	3ª Opção
Atitudes antidemocráticas de nações da AS e populismo	38,7%	22,6%	6,4%
Radicalização do antiamericanismo na região	-	9,7%	12,9%
Economias heterogêneas e pouco desenvolvidas e índices sociais precários	29,1%	32,3%	32,2%
Agravamento das áreas de fricção na AS e narcoguerrilhas	12,9%	19,3%	29%
Radicalismo ideológico	19,4%	6,5%	9,7%
Total	100%	100%	100%

Figura 37: principais condicionantes do CDS, na visão dos ONA.

Fonte: o autor.

8.2.4 Efetividade do CDS

Os questionários abordaram a efetividade do CDS, levando em conta a definição operacional da variável independente CDS. Desta forma, apresentar-se-ão, inicialmente, os resultados referentes aos adidos.

Todos os adidos manifestaram a opinião de que a integração regional irá se intensificar, na área de defesa, com a criação do CDS. A maioria dos adidos (80%) expressou, ainda, a expectativa de que o novo Conselho possa vir a se constituir um órgão efetivo na solução de conflitos na América do Sul.

Foi indagado aos adidos sobre a percepção, nos países onde trabalham, da efetividade do CDS. A opinião pública destas nações, predominantemente (60%), demonstra, na ótica dos adidos, que há uma expectativa favorável.

Respostas	n	%
Expectativa negativa para a efetividade	1	10,0%
Há dúvidas sobre a efetividade	1	10,0%
No país ainda desconhecem o CDS	2	20,0%
Expectativa Positiva para a efetividade	6	60,0%
Total	10	100,0%

Figura 38: expectativa sobre a efetividade do CDS nos países membros.
Fonte: o autor.

Com relação à amplitude ideal do CDS, a maioria dos adidos (70%) manifestou a América do Sul como principal área de interesse geopolítico, seguida de América Latina (30%). Ao se indagar qual a preferência no país onde trabalham, também prevaleceu a América do Sul.

Respostas	n	%
Toda América	1	10,0%
América Latina	2	20,0%
América do Sul	6	60,0%
Outro	1	10,0%
Total	10	100,0%

Figura 39: amplitude ideal do CDS na opinião dos países membros.
Fonte: o autor.

Com relação aos objetivos do CDS, a maioria dos adidos (80%) manifestou a opinião que estes seriam adequados. Da mesma forma, quanto a tempestividade, afirmaram (90%) que este era o momento ideal para a criação do novo órgão, tendo em conta: a reativação da 4ª Frota da Marinha dos EUA; o risco das Ações Preventivas da Potência hegemônica; a fragilidade tecnológica regional na área de defesa para proteger suas riquezas naturais

(Amazônia, Aquífero Guarani, Pré-sal, dentre outras); além da pretensão do Brasil em consolidar sua liderança regional e importância global.

Os adidos ainda manifestaram sua opinião sobre os três objetivos mais importantes para o Brasil, advindo da criação do CDS, para que o Brasil consolide sua liderança regional. Neste sentido, obtiveram destaque: avançar gradualmente na análise e discussão dos elementos comuns de uma visão conjunta em matéria de defesa, promover o intercâmbio e cooperação da indústria de defesa; e estimular o intercâmbio em matéria de formação e capacitação militar e os treinamentos e cooperação entre as FFAA.

Com relação aos alunos das escolas, as respostas foram semelhantes aos adidos. Os alunos, em sua maior parte, expressaram a expectativa de que o novo Conselho possa vir a se constituir um órgão efetivo na solução de conflitos e crises na América do Sul.

O Sr acredita que o recém criado CDS possa vir a se constituir um órgão que possa atuar, efetivamente, na solução de conflitos e crises na América do Sul?		
Respostas	n	%
Sim	61	58,7%
Não	22	21,2%
Não teria como responder	21	20,2%
Total	104	100,0%

Figura 40: Expectativa sobre efetividade do CDS para solução de crises.
Fonte: o autor.

Os alunos, a semelhança dos adidos, opinaram, majoritariamente, que a integração regional irá se intensificar na área de defesa com a criação do CDS.

No CDS, a esfera de discussão envolverá diretamente os Ministros da Defesa e das Relações Exteriores. O Sr acredita que a integração no campo Militar irá se intensificar com a participação do MRE (Ministério das Relações Exteriores) e do mais alto escalão da pasta de defesa?		
Respostas	n	%
Sim	62	59,6%
Não	13	12,5%
Apenas em relação a algumas reações bilaterais	28	26,9%
Não vê relação	1	1,0%
Total	104	

Figura 41: intensificação da integração militar via CDS para os alunos.
Fonte: o autor.

Os alunos das escolas acreditam, em sua maior parcela, que o CDS possa constituir-se um órgão que atue, efetivamente, na solução de conflitos e crises na AS.

O Sr acredita que o recém criado CDS possa vir a se constituir um órgão que consiga atuar, efetivamente, na solução de crises e conflitos na AS?		
Respostas	n	%
Sim	61	58,7%
Não	22	21,2%
Não teria como responder	21	20,1%
Total	104	100%

Figura 42: efetividade do CDS para solucionar crises na AS.

Fonte: o autor.

Com relação à amplitude ideal do CDS, aproximadamente metade dos alunos (50%) acredita que a América do Sul seja a principal área de interesse geopolítico, seguida de América Latina (32,7%).

Com relação aos objetivos do CDS, a maioria dos alunos (60,6%) manifestou a opinião que estes seriam adequados. Da mesma forma, quanto a tempestividade, afirmaram (77,9%) que este era o momento ideal para a criação do novo órgão, tendo em conta a reativação da 4ª Frota da Marinha dos EUA, o risco das Ações Preventivas da Potência hegemônica, a fragilidade tecnológica regional, na área de defesa, para proteger suas riquezas naturais (Amazônia, Aquífero Guarani, Pré-sal), além da pretensão do Brasil em consolidar sua liderança regional e importância global.

Os alunos ainda manifestaram sua opinião sobre os três objetivos mais importantes, advindos da criação do CDS, para que o Brasil consolide sua liderança regional, com destaque para: avançar gradualmente na análise e discussão dos elementos comuns de uma visão conjunta de defesa; contribuir para articulação de posições conjuntas em foros multilaterais; promover o intercâmbio de informação e análise sobre a situação regional e internacional, com o propósito de identificar os fatores de risco e ameaça para a paz regional.

Com relação aos civis, as respostas seguiram a tendência de alunos e adidos. Os civis, em sua maior parte (58,3%), expressaram que o novo Conselho possa vir a se constituir um órgão efetivo na solução de conflitos e crises regionais, enquanto que 29,3% afirmaram não ter como responder.

Os civis, a semelhança dos adidos e alunos, opinaram, majoritariamente (66,7%), que a integração regional irá se intensificar, na área de defesa, com a criação do CDS.

Com relação à amplitude ideal do CDS, a maioria dos civis (62,5%) acredita que a América do Sul seja a principal área de interesse geopolítico, seguida de América Latina (29,2%).

Com relação aos objetivos do CDS, a maioria dos civis (58,3%) manifestou a opinião que estes seriam adequados. Da mesma forma, quanto à tempestividade, afirmaram (79,2%) que este era o momento ideal para a criação do novo órgão, tendo em conta os mesmos aspectos levantados para os alunos e adidos.

Os civis ainda manifestaram sua opinião sobre os três objetivos mais importantes, advindos da criação do CDS, para que o Brasil consolide sua liderança regional, com destaque para: avançar gradualmente na análise e discussão dos elementos comuns de uma visão conjunta de defesa; estimular o intercâmbio em matéria de formação e capacitação militar e os treinamentos e cooperação entre as FFAA; e promover o intercâmbio de informação e análise sobre a situação regional e internacional, com o propósito de identificar os fatores de risco e ameaça que possam afetar a paz regional e mundial.

Por fim, na análise dos resultados da dimensão efetividade do CDS, apresentar-se-ão os resultados dos ONA. Os ONA, em sua maior parte (51,6%), expressaram que o novo Conselho possa vir a se constituir um órgão efetivo na solução de conflitos e crises na América do Sul.

Os ONA, a semelhança dos adidos, civis e alunos, opinaram, majoritariamente (61,3%), que a integração regional irá se intensificar, na área de defesa, com a criação do CDS. Com relação à amplitude ideal do CDS, a maioria dos ONA (58,1%) acredita que a América do Sul seja a principal área de interesse geopolítico, seguida de América Latina (19,4%).

A maioria dos ONA (74,2%) manifestou a opinião de que os objetivos do CDS seriam adequados. Da mesma forma, quanto à tempestividade, afirmaram (64,5%) que este seria o momento ideal para a criação do novo órgão, tendo em conta os mesmos aspectos levantados para os alunos, civis e adidos.

Os ONA ainda manifestaram sua opinião sobre os três objetivos mais importantes para a integração sul-americana, advindo da criação do CDS. Suas respostas seguiram a tendência dos outros grupos, merecendo referência, ainda, o aumento da confiança mútua.

9 DISCUSSÃO

A seguir, será feita a discussão dos resultados encontrados na seguinte sequência: evolução da integração sul-americana, contribuições mais importantes; necessidade do CDS e efetividade do CDS.

9.1 EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

Ao analisar-se a evolução histórica da integração sul-americana, no referencial teórico, pode-se aduzir que esta se desenvolveu de forma satisfatória e positiva, com maior desenvoltura na segunda metade do século XX. De um cenário de rivalidade histórica, com disputas geopolíticas e de delimitações fronteiriças, herdadas de um passado colonial pouco voltado a integração das ex-colônias, tem-se um cenário alvissareiro em função dos resultados alcançados nas últimas décadas do século XX.

As entrevistas reforçam esta constatação, sendo que os especialistas, em sua grande maioria, avaliaram que os resultados auferidos ao longo deste processo de aproximação foram satisfatórios e compensaram o esforço envidado. Além disto, concordaram que vale a pena prosseguir nesta direção.

Os questionários distribuídos vão ao encontro deste raciocínio, valendo destacar que, por intermédio dos ONA e dos adidos brasileiros nos países sul-americanos, pode-se também avaliar a percepção (74%) por parte dos demais países membros do CDS de que compensa investir na aproximação no subcontinente. Este fato é importante pois demonstra interesses recíprocos em busca de um aprimoramento da cooperação regional, via CDS.

Convém salientar que, majoritariamente, os grupos submetidos aos questionários revelaram ser otimistas quanto ao atual nível de integração regional, classificando-o como excelente, bom ou satisfatório. Os ONA, apesar de também apresentarem uma avaliação positiva, demonstraram uma frequência maior para do nível satisfatório. O CDS representa, portanto, uma oportunidade de melhoria nesta avaliação, no sentido que aprimora esta cooperação e a incrementa na área de defesa, recrudescendo as medidas de confiança mútua, o que facilita a aproximação política.

A evolução desta integração foi condicionada pelo sistema internacional, estando, até a década de 1980, sob grande influência norte-americana. Esta ingerência preconizava a cooperação no nível hemisférico, envolvendo todo o continente americano.

O horizonte brasileiro alterou-se ao longo da história. Enquanto Império, mantinha fortes ligações com a Europa, distanciado de seus vizinhos republicanos. Na República, adotou o pan-americanismo como eixo principal de sua política externa, alinhando-se aos desígnios de Washington. As demais nações de origem hispânicas foram se identificando no interior do sistema pan-americano, a partir das interações com os norte-americanos.

No momento seguinte, a América Latina era o ambiente escolhido, incorporando um conceito agregador. A cooperação regional apresentou resultados incipientes, porém corrigindo os rumos após as tentativas frustradas. A partir da CEPAL, que trabalhava os primeiros passos contemporâneos de identidade latino-americana, ainda no campo do pensamento econômico, iniciaram-se projetos mais concretos e práticos de intercâmbio comercial no subcontinente. Esta união girava em torno de um discurso desenvolvimentista, especialmente após a 2ª Guerra Mundial.

Com o fim da Guerra Fria, ocorre o ressurgimento dos regionalismos. O Brasil, embora participante deste processo de aproximação, não apresentava um protagonismo marcante, até o advento do MERCOSUL, quando definia um novo limite para sua inserção internacional: a América do Sul.

A partir deste momento, os resultados práticos, na área econômica, são incontestes, permitindo ainda um amadurecimento das relações e investimento em outras áreas. O Brasil tem articulado ações na área de ciência e tecnologia, militar e social (cultura, turismo, educação). Também investe nas infraestruturas físicas, de transporte, comunicações e energia.

A priorização do campo econômico, ao longo do processo de integração regional, foi destacada pelos grupos que responderam aos questionários. Para o futuro, salientaram que os campos econômico, político e militar deveriam, nesta ordem, ser a prioridade para o incremento da cooperação no subcontinente. Os ONA deram grande destaque para o campo militar, logo após o econômico.

Estes resultados apontam na direção de que o CDS, que reúne os Ministérios da Defesa e Relações Exteriores, atende aos anseios de maior integração nas áreas supracitadas, com ênfase na defesa.

A distensão de desconfianças regionais foi marcante, especialmente entre Argentina e Brasil. O Brasil começa a exercer certa representatividade em relação aos vizinhos sul-americanos nos fóruns internacionais. Embora parceiro e aliado dos EUA, não mais aceita um alinhamento incondicional e irrestrito.

No campo militar, as nações sul-americanas demonstraram afinidades em diversos momentos históricos. O intercâmbio militar e a segurança cooperativa, entretanto, foram conduzidas, até meados da década de 1980, em um contexto de Guerra Fria, sob tutela da OEA e TIAR (inserido na OEA), nitidamente influenciada pelos EUA.

Com relação à eficiência destes órgãos, os entrevistados, em sua quase totalidade, os consideram, em especial o TIAR, desatualizados e desacreditados. Na mesma direção se posicionam os adidos brasileiros na AS, os alunos das escolas de altos estudos militares no Brasil, os civis do CAEPE e os ONA, também sob uma ótica de que estariam anacrônicos e sob forte influência norte-americana.

Assim, pode-se constatar que o CDS encontra um campo fértil para constituir-se com importante fórum, soberano e livre de influências exógenas, para a discussão e solução de problemas do subcontinente.

Apesar de inúmeras atividades de intercâmbio, operações e medidas de cooperação entre as Forças Armadas dos países sul-americanos, a coordenação destas ações ocorria no nível operacional, estando ausente o nível político.

Foi justamente esta a constatação obtida nos questionários dos adidos, ONA, civis e alunos, ratificando o referencial teórico. Eles apontaram que a integração regional, anterior ao CDS, não se dava no mais alto nível, com exceção de algumas relações bilaterais.

Com o advento da UNASUL, o Brasil ampliou o rol de países sócios e a área de interesse transpunha o Cone Sul, englobando a América do Sul. Embora importante para o intercâmbio militar, o MERCOSUL não possuía um

órgão encarregado de aproximar, no nível estratégico, a pasta da defesa das nações sul-americanas.

As implicações desta aproximação com a América do Sul, para a área de segurança, são evidentes. A demarcação de limites do entorno regional, incluindo todo o subcontinente, traz preocupações e responsabilidades com a estabilidade, demandando uma postura mais ativa frente aos conflitos regionais. A ampliação do universo dos sócios brasileiros na UNASUL, em relação ao MERCOSUL, também enseja o surgimento de organismos que sirvam como um fórum para a solução de conflitos envolvendo as nações sul-americanas, não mais sobre a égide dos EUA.

Assim, fica clara a necessidade de uma maior integração no campo militar, especialmente nos níveis político e estratégico, além da premência de se instrumentalizar a busca pela estabilidade na América do Sul. O momento é propício para novas iniciativas neste sentido, principalmente em razão do amadurecimento da integração do subcontinente na área econômica, política e social e da convergência regional das vontades em direção ao incremento da cooperação em todos os campos do Poder.

Do exposto, pode-se concluir que a América do Sul, hoje, está mais articulada que no início do século XIX. No entanto, os resultados alcançados, embora promissores, não atingiram o nível que suas potencialidades apontam. Assim, antes de condenar a estratégia brasileira de estabelecimento de um espaço sul-americano para sua política externa, deve-se entender o esforço feito até aqui e a tendência crescente dos resultados alcançados e sua ampliação pelos diversos campos do Poder.

9.2 CONTRIBUIÇÕES MAIS IMPORTANTES

No referencial teórico, foram visualizadas algumas possibilidades que, dentro do cenário regional e das perspectivas do pensamento geopolítico nacional, serão de grande importância para a integração regional.

Dentro deste escopo, foram apontadas as seguintes possibilidades que se descortinam, a partir da maturação do CDS: aumento da capacidade de dissuasão regional; incremento da indústria nacional e sul-americana de defesa; maior representatividade da América do Sul no Conselho de Segurança

da ONU (CSONU); incremento e sinergia no combate aos ilícitos transnacionais; criação de um fórum regional para a discussão de aspectos relevantes e consolidação da paz; adoção de algumas práticas da OTAN e União Européia; consolidação da liderança brasileira, e constituição de uma força de paz regional.

Foi constatado que o CDS oferece as condições concretas de incrementar a cooperação sul-americana, no campo da defesa, proporcionando valiosas contribuições e possibilidades.

A maioria dos entrevistados, convergindo com o apresentado no referencial teórico, considera que o CDS proporcionará uma série de possibilidades e contribuições para a integração regional, com destaque para o aumento das medidas de confiança mútua, incremento da indústria regional de defesa e constituição de um fórum para discussão de problemas.

Quanto à obtenção de uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, por meio do CDS, o referencial teórico, aponta uma tendência neste sentido, partindo da premissa das qualidades brasileiras como potência regional, economia caminhando em direção a uma centralidade e proeminência e reconhecimento em nível mundial. Apesar disto, reconhece as dificuldades de aceitação deste *status quo* pelas demais nações da AS.

No entanto, a maioria dos entrevistados não visualiza esta possibilidade, tendo em vista a pouca relação entre o assunto, a rejeição desta representatividade pela Argentina e outros países, além da pouca vantagem obtida por este assento.

Os questionários dos adidos apontaram a percepção de uma simpatia das sociedades sul-americanas, nos países em que trabalham, em relação a representatividade brasileira no CSONU. Entretanto, a pesquisa para os ONA, demonstra um entendimento oposto, rejeitando uma representatividade única para a região, preferindo um sistema de rodízio, a partir do UNASUL ou CDS.

Com relação à percepção da necessidade da América do Sul possuir um assento no Conselho de Segurança da ONU, os alunos das escolas de altos estudos militares no Brasil e os civis do CAEPE, em sua maioria, consideram que a América do Sul deve ser representada com uma vaga permanente. Ainda em relação à consecução deste assento, a maior parte destes universos, considera que a criação do CDS contribui neste sentido.

Foi levantada, por este autor, a possibilidade de que o Brasil representasse a região no CSONU, sendo que antes de emitir seu voto ou opinião, consultaria as demais nações sul-americanas, em reunião extraordinária do CDS. Alguns intelectuais consultados demonstraram simpatia pela proposta, no entanto, outros se mostraram descrentes, pois não enxergam uma aceitação por parte dos demais membros do CDS.

No quesito consolidação da liderança brasileira, a pesquisa apresenta uma série de fatores e condições que apontam o Brasil como plenamente qualificado a colocá-la em prática. O CDS parece corroborar com a afirmação da liderança brasileira, tendo em vista que foi uma iniciativa sua e diminui a influência das grandes potências no cenário regional.

Por parte dos entrevistados, há um entendimento pouco consensual. O que parece ser congruente nas opiniões apresentadas é a percepção da necessidade do país assumir este papel, sendo a única nação do subcontinente que reúne as qualidades essenciais nos campos econômico, político e militar. A atuação brasileira na criação do CDS, também foi considerada indispensável e decisiva. Neste sentido, seu sucesso está ligado à condução deste processo pelo maior país sul-americano. No entanto, houve entrevistados que apontaram a retórica sul-americana, com poucos resultados práticos, como um obstáculo à consolidação da liderança brasileira.

Nos resultados dos questionários, foi latente a percepção, em especial dos adidos, de que o CDS contribuirá para consolidar a liderança brasileira. Segundo os adidos, os demais países da região aceitam bem esta liderança. Os demais grupos, com exceção dos ONA que não foram questionados neste quesito, também afirmaram, de forma expressiva, este entendimento.

O incremento da indústria regional de defesa configura-se uma possibilidade crível e tangível, contando com a potencialidade brasileira, como uma base industrial crescente e detentor de um histórico destacado de exportador de material bélico. Apesar das dificuldades financeiras e do hiato tecnológico, a região vive um momento de aumento dos investimentos na defesa, tendo o Brasil se proposto a alocar consideráveis cifras na construção de submarinos nucleares, compra de caças modernos e construção de uma aeronave de transporte de tropa com perspectiva de venda global. Tudo isto

com um enfoque de transferência de tecnologia nas aquisições e investimento sinérgicos em projetos binacionais na área de defesa.

O CDS possui como objetivo a pretensão de incrementar a área de indústria de defesa, sendo que os entrevistados, em sua maior parte, assinalaram esta possibilidade como uma contribuição importante. Também nos questionários, em especial dos ONA, aparece esta possibilidade com importante destaque.

A constituição de um fórum para a discussão de questões relevantes e fomento das medidas de confiança mútua foi apontado, no decorrer da pesquisa, como plenamente exequível, a partir do CDS. Foram apontados outros temas de grande interesse: combate a ilícitos transnacionais e narcoguerrilhas; solução de crises e problemas conjuntos envolvendo nações sul-americanas; e a viabilidade de se reforçar o ambiente regional de paz e cooperação.

O referencial teórico tratou, ainda, do aumento dos poderes de negociação e dissuasão regional, tendo em vista que, por intermédio do novo órgão, a região pode alinhar discursos e posições nos diversos fóruns internacionais e em questões essenciais à soberania e interesses do subcontinente. A dissuasão seria fruto da própria demonstração de união e integração da América no Sul, na área defesa.

A maioria dos intelectuais destacou estes aspectos relacionados ao aumento das medidas de confiança mútua e constituição de um foro para discussão de crises e questões relevantes, no âmbito regional e sem interferência das grandes potências.

A adoção de aspectos do modelo europeu de defesa e criação de uma força de paz sul-americana foi discutida e chegou-se à conclusão de que o sistema de aliança militar, nos moldes da OTAN, não seria indicado, na atual situação. Entretanto, a política de incentivo à indústria bélica e a doutrina de assuntos civis da OTAN podem servir de paradigma e inspiração ao CDS.

Quanto à constituição de uma força sul-americana de paz, ficou constatada uma oportunidade de evolução da cooperação na área de defesa, sendo que a própria região vem demonstrando interesse e vocação para atuação em forças de paz da ONU, inclusive de forma integrada.

De uma maneira geral, os questionários corroboraram com o entendimento do referencial teórico e dos entrevistados, valendo salientar as seguintes possibilidades como as mais freqüentes: incremento da capacidade dissuasória regional, visando à proteção das riquezas da AS; constituição de mais um fórum regional para solução de crises e aumento da estabilidade regional e desenvolvimento da indústria regional de defesa.

Desta forma, pode-se concluir parcialmente que o CDS representa uma iniciativa de grande importância para a integração regional, na medida em que descortina uma série de novas possibilidades e instrumentos para a aproximação e unificação de discursos na América do Sul, com desdobramentos relevantes na esfera econômica, política, científico-tecnológica e militar, além de consolidar a confiança mútua e a estabilidade e paz regional.

9.3 NECESSIDADE DO CDS

Da leitura do referencial teórico, foi possível entender como algumas condicionantes podem influenciar no sucesso do CDS e, por conseqüência, em uma maior integração regional. Além disto, da análise de um ambiente regional ainda em processo de estabilização e convergência de esforços, deve-se depreender a necessidade de um órgão que sirva ao atual momento e cenário por que passa a América do Sul.

Com relação às questões fronteiriças, conclui-se que, apesar de muitas terem sido solucionadas a contento, ainda persistem algumas questões com potencial para evoluir para um quadro mais grave. O subcontinente, a despeito de não ter sido palco de muitas guerras, evidencia, no contexto atual, necessidade de um órgão mediador de diálogos nos momentos de crise e de aumento da confiança mútua entre as nações do subcontinente, evitando episódios belicosos e traumáticos.

Ainda neste sentido, o Brasil surge como uma nação sem problemas de limites pendentes, possuindo legitimidade para intermediar negociações entre possíveis contendores, como aliás tem feito em episódios recentes.

O aparecimento de novos focos de tensão na AS reforça a premência de estruturas e órgãos que evitem o recrudescimento do “*status quo*” vigente, e

dificultem o aprofundamento da cooperação regional. Neste sentido, alguns entrevistados afirmaram que a instabilidade política da região seria um grave problema a ser equacionado, assim como as atitudes antidemocráticas de algumas nações sul-americanas.

Os questionários também ressaltaram que as áreas de fricção, a despeito da melhora apresentada, ainda requerem cuidados. Neste sentido, a maior parte dos entrevistados evidenciou a necessidade da região contar com um órgão com as características do CDS.

A população dos países membros, segundo os adidos, é favorável à criação do novo Conselho, por julgá-lo necessário e perceberem ameaças à integração regional.

Com relação às condicionantes que evidenciam a premência de um órgão com as características do CDS, foram apontados nos questionários os mesmos fatores evidenciados no referencial teórico: economias heterogêneas e pouco desenvolvidas com índices sociais precários; atitudes antidemocráticas de nações da AS e populismo; ALBA e radicalização do antiamericanismo; e agravamento das áreas de fricção e narcoguerrilhas.

Alguns entrevistados fizeram a ressalva de que o órgão não seria necessário em virtude da pouca vantagem auferida pelo Brasil com a solução dos problemas de outras nações, principalmente em virtude do pequeno reconhecimento que teria em relação ao esforço depreendido. Em relação a isto, o referencial teórico aponta um ganho considerável na balança comercial brasileira, a partir do incremento do MERCOSUL e da maior aproximação política.

A maioria dos entrevistados considera que o CDS é um órgão necessário e importante para o momento atual da América do Sul, entendendo que a expressão militar pode ser melhor trabalhada, em um nível mais elevado, com os ministros da defesa e das relações exteriores dos países membros debatendo as questões de defesa.

Concordando com a necessidade do novo Conselho, a maioria dos entrevistados salientou a relevância da iniciativa ter sido executada de forma independente de apoio das grandes potências, representando um passo importante para a consolidação da soberania da AS, que marcadamente foi

caracterizada por intervencionismos das nações colonizadoras, seguidas da Inglaterra e EUA.

O referencial teórico demonstrou que o CDS representou uma iniciativa de vulto da política externa brasileira na busca de uma maior integração regional. No que tange a importância do órgão e validade do protagonismo brasileiro, merece destaque o alinhamento do CDS com o pensamento estratégico e geopolítico de ilustres intelectuais nacionais. Além disto, percebe-se que o novo órgão possibilita a convergência conceitual estratégica entre o Ministério da Defesa e o das Relações Exteriores.

As linhas mestras da política externa do Brasil, desde seus primeiros passos como nação emancipada do jugo colonial, balizou-se pelo respeito à soberania, democracia, autodeterminação dos povos e por uma atitude pacífica. É com este espírito que o novo Conselho se apresenta. Em seus princípios e objetivos destacam-se estes valores imutáveis e sacramentados em nossa Carta Magna. Este aspecto do CDS possibilita um maior compromisso com a democracia e com a paz, melhorando o ambiente regional, que segundo entrevistados e resultado dos questionários, apresenta aspectos negativos neste sentido.

Segundo a análise apresentada, a própria integração regional, da qual os nossos estrategistas fazem apologia, é priorizada pelo CDS. A expressão militar passa a contar com um órgão que reúne as pastas de Defesa das nações sul-americanas, trabalhando em sinergia com seus respectivos chanceleres. Uma oportunidade única para se tratar de um incremento da cooperação regional na área de Defesa e, por conseguinte, do parque industrial nacional de Defesa. Além disso, possibilita uma maior capacidade para a proteção da soberania e dos recursos naturais do subcontinente, abrangendo áreas estratégicas como o Atlântico Sul e Amazônia.

A leitura da Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa permitiu a interpretação dos princípios, objetivos e amplitude do CDS como uma continuação da política externa brasileira e novo instrumento para a consecução das metas e propostas.

Assim, corroborando com o entendimento majoritário dos entrevistados, esse alinhamento geopolítico e estratégico do CDS com o pensamento e

orientações positivadas nos documentos que orientam nossa política externa, evidencia a necessidade deste Conselho.

Quanto às políticas externas das nações sul-americanas, apesar de não se apresentarem totalmente congruentes e alinhadas, ao longo das últimas décadas, vem apresentando resultados alvissareiros, que permitem vaticinar uma previsão otimista em relação ao seu aperfeiçoamento.

Já as políticas de defesa, apresentam-se bastante similares e podem facilitar a maior cooperação no campo militar. É uma oportunidade para que o CDS sirva-se deste alicerce para construir um novo patamar de aglutinação na área de defesa, com uma visão conjunta melhor definida.

A histórica instabilidade política, social e econômica ainda se configura como um problema para o aumento da integração na AS. Apesar de mitigada pela prevalência democrática no subcontinente, apresentam atos e fatos que ameaçam um retrocesso perigoso, conforme apontado no desenvolvimento do capítulo. Este quadro representa um óbice a ser superado na busca do incremento da cooperação em todos os campos do poder, incluindo o militar, principalmente, quando apresentam assimetrias e incapacidades de se voltar para uma interação mais ampla, devido aos graves problemas internos.

A postura brasileira em relação ao posicionamento mais radical do presidente venezuelano Hugo Chávez é um ponto crucial para o equilíbrio e credibilidade do CDS e da UNASUL. O Brasil deve preservar suas tradições pacífica e multilateralista, além da cordialidade e parceria com os EUA, o que não significa um alinhamento automático e inexorável. Tudo isto, no entanto, sem deixar de priorizar o estreitamento de suas relações com a Venezuela, tendo em vista que sua importância estratégica para o Brasil e para a integração regional não se trata de uma meta de Governo, mas sim de Estado.

Os entrevistados, em sua maior parte, alertam para o risco de que o Brasil possa ser influenciado por atitudes populistas, antiamericanas e contrárias à democracia. No entanto, não recomendam o abandono da aproximação com nações que apresentam esta tendência. Muito pelo contrário, afirmam que o CDS pode colaborar com a melhoria deste cenário, fazendo apenas a ressalva de o Brasil não se alinhe com o radicalismo ideológico, sendo o baluarte e exemplo de estabilidade e democracia.

9.4 EFETIVIDADE DO CDS

A despeito das muitas discussões até agora apresentadas acerca da efetividade do novo órgão, o referencial teórico evidenciou que as propostas e as realizações do CDS tem se mostrado consistentes e orientadas na direção dos objetivos e princípios do estatuto que o originou, sem distorções ideológicas.

Após o estudo dos Planos de Ação do CDS, para 2009-2010 e 2010-2011, foram definidas as metas e divididas as tarefas, tendo como foco de atuação 04 (quatro) áreas de iniciativas estratégicas: políticas de defesa; cooperação militar, ações humanitárias e Operações de Paz; indústria e tecnologia; e formação e capacitação.

A amplitude do órgão, aumentando o rol do MERCOSUL e alcançando toda a América do Sul, mostrou-se condizente com os dispositivos legais e adequados ao raciocínio de nossos intelectuais mais renomados. A própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo 4º, parágrafo único, estabelece a América Latina como o ambiente em que se deve priorizar a integração com os países do entorno estratégico brasileiro. Desta forma, dá-se um passo, dentro do possível nesta direção.

Com relação ao espaço geográfico de interesse do novo órgão, a quase totalidade dos entrevistados concordou que a América do Sul, no momento, deve ser a principal área de atuação política do Brasil.

A mesma percepção foi evidenciada nos questionários, tendo a América do Sul sido apontada como a amplitude mais adequada ao incremento da integração regional. De acordo com os adidos militares brasileiros, nas nações de suas aditâncias, há o mesmo entendimento. Também os ONA seguram raciocínio análogo, demonstrando que o CDS corresponde às expectativas neste sentido.

Ainda com relação à expectativa em relação a efetividade do CDS, nos questionários, os adidos afirmaram que nas sociedades em que trabalham, predomina o otimismo. Da mesma forma se manifestaram os ONA, o que explicita um ambiente favorável para que o CDS angarie a confiança de seus membros, especialmente na área de defesa. De forma similar, os demais

grupos se mostraram confiantes em relação ao futuro e atuação prática do CDS como foro para melhoria do ambiente regional.

Também em relação ao trato das questões de defesa, em um nível mais elevado, envolvendo as pastas de defesa e relações exteriores, os entrevistados e os questionários apontaram uma expectativa favorável. Com isto o Conselho será efetivo no incremento da integração na área de defesa.

Neste sentido os questionários apontaram uma tendência significativa, em todos os grupos analisados, quanto à eficiência e utilidade do CDS na solução de conflitos e crises na América do Sul.

Com relação às Teorias das Relações Internacionais, o CDS parece se enquadrar nas relações pacíficas de cooperação militar, principalmente pelos princípios e objetivos transcritos em seu estatuto. Embora no momento atual a UNASUL e o CDS se enquadrem no campo da cooperação, não se pode descartar, de acordo com as perspectivas da UNASUL, um maior aprofundamento das relações regionais, com o fortalecimento desta instituição supranacional.

Destaca-se a constatação de que o Conselho surgiu como a continuação de uma política externa brasileira multilateral, pacífica e solidária. Representa uma ampliação do rol de países envolvidos na cooperação regional, além de abarcar mais uma expressão do Poder - o campo militar -, e definir a América do Sul como espaço de maior interesse geopolítico para o Brasil.

10 CONCLUSÃO

Esta tese representa um primeiro passo na análise do CDS, devido a sua pouca maturação e tempo de criação. Este trabalho servirá de suporte teórico e metodológico para realização de novas pesquisas em relação ao impacto que o CDS terá na integração sul-americana. Apesar da relevância deste novo órgão, poucos trabalhos foram desenvolvidos relacionando sua criação ao incremento da cooperação no subcontinente, sob a liderança brasileira. A partir de agora, novas pesquisas surgirão contribuindo para o aprimoramento teórico e prático deste novo Conselho.

A metodologia se mostrou adequada a esta tese, permitindo que se atingissem todos os objetivos intermediários traçados na busca da solução ao problema proposto: Qual o significado, para uma maior integração sul-americana, diante da atual conjuntura, da criação do CDS, compreendendo suas condicionantes, efetividade e papel do Brasil?

As pesquisas de campo foram concluídas de forma satisfatória. Os questionários distribuídos aos adidos, escolas de altos estudos, civis e ONA foram de suma importância para que se retificasse ou ratificasse as conclusões obtidas no referencial teórico. As entrevistas com os intelectuais foram realizadas e permitiram o debate e a exposição de opiniões relacionadas a esta tese.

A integração sul-americana apresenta-se em um momento auspicioso. Apesar dos percalços enfrentados e da forte influência européia e norte-americana, até o final do século XX, os resultados apurados no referencial teórico apontam que, malgrado o ritmo lento e os acertos de rumo necessários, o atual nível deste processo traz benefícios e incentiva novos investimentos.

O papel do Brasil em todo este processo foi decisivo e trouxe, a partir do MERCOSUL, uma visão mais independente e soberana para a integração regional. A UNASUL representou uma nova amplitude para a cooperação no subcontinente, mais ambiciosa e com maior representatividade e poder de barganha para a região nas negociações globais.

A integração na área de defesa, a despeito de ter evoluído ao longo do século passado, transpondo a fase de rivalidade geopolítica e desconfianças

recíprocas, ainda se dá em um nível abaixo das decisões estratégicas e políticas. Conforme evidenciado, a estrutura do CDS permitirá um maior incremento na cooperação na área de defesa, pois eleva o nível das discussões para o nível de ministros da defesa e de relações exteriores.

Com relação ao ambiente regional enfrentado pelo CDS, verificou-se a necessidade de um novo foro com as características do Conselho. O acirramento de algumas relações bilaterais e alguns resquícios de desconfianças mútuas, oriundas de certas áreas de fricção, suscitam a existência de um instrumento abrangente e respaldado para o trato de crises e conflitos.

Além disto, uma série de novas divergências e a manutenção de focos de instabilidade política e social, associadas à falta de credibilidade e eficácia de outros órgãos como o TIAR e OEA, evidenciam a premência do CDS.

Com relação à efetividade do CDS, foi verificado que, até o presente momento, as metas propostas em seus planos de ação vêm sendo perseguidas a contento. Seu tratado constitutivo apresenta objetivos adequados ao momento atual das relações entre seus países membros. Ainda no trato da efetividade do CDS, abordou-se sua tempestividade, as políticas relacionadas aos EUA, as perspectivas da UNASUL e a congruência do CDS como pensamento geopolítico brasileiro.

O CDS mostrou-se tempestivo em razão de uma série de fatores, dentre os quais merecem referência: aproximação do Brasil com a Argentina; centralidade e crescimento sustentável da economia e uma projeção internacional significativa do Brasil; percepção regional de ameaças exógenas às suas riquezas naturais; busca de um novo espaço para concerto e alinhamentos de opiniões na América do Sul; e amadurecimento das relações e do intercambio comercial entres os membros da UNASUL.

Diante do que foi exposto na teoria apresentada, aduz-se que o CDS está perfeitamente alinhado com as diretrizes legais³ que norteiam a Política Externa do Brasil e o pensamento geopolítico e estratégico nacional. Seus objetivos e amplitudes são adequados e compatíveis com a realidade sul-

³ Por estas diretrizes legais que norteiam a Política Externa Brasileira entenda-se: Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Tratados Internacionais ratificados pelo Brasil (MERCOSUL, UNASUL, OTCA, dentre outros). Com relação à política de Defesa citam-se a Política de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa.

americana, com a PDN e a END, atendendo aos interesses brasileiros na região. Desta forma, sua efetividade assume uma grande importância para a consecução dos objetivos estratégicos do Brasil na América do Sul.

A criação do CDS não impacta negativamente as relações do Brasil e da América do Sul com os EUA. A posição norte-americana de buscar permanecer como principal líder nas Américas, com forte influência na região, é legítima, mas não impede que a América do Sul busque seu espaço e representatividade no mundo. O CDS não implica em antiamericanismo, porém traz um espírito de soberania e não alinhamento automático com as grandes potências.

No que tange às relações entre as nações do subcontinente, percebe-se uma similaridade nas políticas de defesa e busca por um diálogo que permita um posicionamento conjunto em foros e encontros internacionais. A Venezuela, juntamente com a ALBA, adota um discurso antiamericano e de certo radicalismo ideológico que, no entanto, não é representativo da UNASUL. Até a presente data, este órgão tem sabido separar posicionamentos minoritários de suas deliberações e declarações conjuntas.

Ainda sobre a Venezuela e a efetividade do CDS, há uma relação inexorável, posto que esta nação bolivariana possui um peso geopolítico inestimável na aproximação do cone Sul com a América andina. Além disto, seu peso comercial para o Brasil é de suma importância, bem como o excelente nível das relações bilaterais, tendo o Brasil sido apontado, pelos resultados da pesquisa, como o país com o perfil adequado à exercer o papel de líder regional reconhecido e capacitado a evitar o recrudescimento de posições radicais e contrárias à estabilidade e paz no subcontinente.

A UNASUL apresenta uma perspectiva favorável ao incremento de sua atuação e como instituição capaz de melhorar a integração no subcontinente, sendo o CDS, por consequência, um dos instrumentos a ser utilizado nesta política.

O CDS, de acordo com o referencial teórico, respaldado pelas pesquisas de campo, apresenta contribuições importantes para a integração regional, a partir da sua maturação: aumento da capacidade de dissuasão regional; incremento da indústria nacional e sul-americana de defesa; incremento e sinergia no combate aos ilícitos transnacionais; criação de um fórum regional

para a discussão de aspectos relevantes e consolidação da paz; a adoção de algumas práticas, devidamente adaptada à realidade sul-americana, já utilizadas pela OTAN e União Européia; consolidação da liderança brasileira, e constituição de uma força de paz regional.

Quanto à consolidação da liderança brasileira em todo este processo, ressalta-se mais um aspecto que vai ao encontro das aspirações de nossos doutrinadores que é a construção de um novo cenário internacional com a valorização e maior independência da América do Sul, perante as grandes potências mundiais.

A par das constatações do referencial teórico, pôde-se obter a percepção de oficiais das nações amigas e de das sociedades destes países por intermédio dos questionários distribuídos aos ONA e adidos militares brasileiros na América do Sul. Ficou clara a concordância quanto à necessidade da criação do CDS e o impacto positivo deste órgão para a solução de crises e conflitos no subcontinente. A efetividade deste órgão também foi vista com otimismo pela amostra dos representantes dos demais membros do Conselho.

Também os demais grupos ratificaram as constatações apresentadas até aqui em relação aos resultados da integração e à necessidade e efetividade do CDS. Quanto às possibilidades e contribuições deste órgão, houve uma congruência com aquelas apontadas pelo autor, com exceção da consecução de um assento no CS ONU, que, para a maioria, não tem conexão direta com o CDS.

As entrevistas realizadas foram confrontadas com as conclusões advindas do referencial teórico, apontando uma considerável convergência com os estudos evidenciados, o que valoriza os estudos apresentados.

Assim, a hipótese pôde ser confirmada, tendo em vista que ficou evidenciado que a criação do CDS significou uma iniciativa efetiva e necessária para o incremento da integração sul-americana, na medida em que contribuirá, de forma pendular, para impulsionar a cooperação regional, sob a indicação da liderança brasileira.

A integração sul-americana é um tema extremamente complexo, que evolui ao longo do tempo como demonstram os estudos apresentados. Faz-se necessário o prosseguimento do debate para que o Brasil, como principal

mentor do novo Conselho, saiba extrair do CDS todas as suas potencialidades, objetivando uma América do Sul mais próspera e coesa.

Embora não seja objetivo desta tese, pode-se apresentar como sugestão para futuros estudos que a região debata uma representação no CSONU, associada ao CDS. Uma possibilidade seria o Brasil ocupar um assento permanente no CSONU, avaliando e considerando suas decisões segundo uma discussão prévia no CDS, a fim de apresentar seu voto e posicionamento respaldados pela legitimidade do novo órgão e representativos da maioria dos países da América do Sul.

O Brasil tem o desafio de construir, por idéias próprias e contando com o apoio das demais nações do subcontinente, uma América do Sul mais integrada e próspera, proporcionando um ambiente propício ao desenvolvimento regional. Esta tarefa não se realiza sozinho, muito menos de um dia para outro. É fruto do amadurecimento das instituições e instrumentos da integração do subcontinente, que apesar dos percalços e dificuldades, sugerem que vale a pena investir-se neles.



**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

PESQUISA DE CAMPO PARA TRABALHO DE DOUTORADO

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA NO MD

Esta entrevista tem por finalidade investigar as condicionantes e detalhes da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), assim como compreender seu atual estágio e projeções futuras.

1. Há quanto tempo o Sr trabalha no projeto do Conselho de Defesa Sul-Americano?
2. Em que medida o Brasil foi protagonista na criação deste Conselho?
4. Da forma como foi criado, o Conselho atende aos objetivos do MD na área de integração militar no subcontinente? O próximo passo seria uma aliança militar?
5. Quais os principais óbices enfrentados pelo Brasil para criação deste órgão, e quais aqueles que se vislumbram com seu amadurecimento?
6. Quais as vantagens do Conselho abranger todas as nações sul-americanas?
7. Não seria ideal começar-se a integração da expressão militar regional, a partir do MERCOSUL?
8. Quais os pontos que o Sr apontaria como os que mais favoreceriam ao sucesso do recém-criado Órgão de Segurança regional?
9. Dentre os objetivos gerais traçados, quais os senhor considera como mais ambiciosos? E com relação aos específicos?
10. Está nos planos brasileiros a criação de alguma Força de Paz Regional Permanente no âmbito do Conselho?
11. A OTAN, recentemente, criou uma Força de Reação Rápida, com estrutura flexível e de atuação imediata. O Sr visualiza a constituição de uma força com estas características na América do Sul?
12. Em que aspectos o Sr acredita que este Conselho mais contribuirá para a Integração Sul-Americana? Quais seriam as principais possibilidades?
13. Qual a sua avaliação quanto à importância do Conselho para a projeção do Brasil e da América do Sul no concerto mundial?

Entrevistado: Capitão-de-Mar-e-Guerra Ricardo Alves de Barros, Gerente da Divisão de Política de Defesa Nacional do MD.



**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA ADIDOS

Tema: O papel do Brasil na Integração da América do Sul e a importância da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

Objetivo: analisar a importância da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, compreendendo suas condicionantes, efetividade e papel do Brasil para uma maior integração sul-americana.

Autor: Maj Inf Ricardo Moussallem.

Email: moussallemprec@hotmail.com

Telefone: 21 8741- 0561

QUESTIONÁRIO

Sr Adido

Sou o Maj Inf MOUSSALLEM, do Curso de Comando e Estado Maior (CEEM), 2º Ano, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) – Praia Vermelha - RJ. Estou trabalhando em uma Tese sobre o papel do Brasil na integração sul-americana.

Com a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, o Brasil e os demais países membros definiram a América do Sul como espaço geopolítico para o incremento da cooperação regional e formação de um bloco com maior importância e representatividade global.

Neste cenário, procura-se intensificar o processo de integração regional, que inicialmente teve o aspecto econômico como principal foco de atuação, baseado nas características comuns de terceiro mundo – reportemo-nos a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), órgão da ONU, criado em 1948, para incentivar a cooperação entre os países da região. Com os progressos alcançados, ao longo do século XX, e com a evolução das relações entre as nações sul-americanas, inicia-se um novo desafio, nos diversos campos do Poder.

Além do campo político, com representatividade direta dos Presidentes nas Cúpulas da UNASUL, a partir de dezembro de 2008, tenta-se intensificar um maior intercâmbio, na área de Defesa, com a Criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Neste fórum, além dos Ministros da Defesa dos países membros, também seus chanceleres se fazem representar.

Assim, seria de imensa valia para este trabalho a sua opinião acerca de alguns tópicos, que com certeza contribuirão para o desenvolvimento desta tese.

Desde já agradeço a colaboração que será de fundamental importância para o trabalho.

ESCOLA _____ **POSTO/NOME** _____
País onde trabalha _____ **Função** _____

1. O Sr avalia que a integração regional progrediu ou regrediu ao longo do século XX?

() Progrediu () Regrediu () Permaneceu inalterada

2. Como o Sr avalia o atual nível de integração?

a.() Excelente b.() Bom c.() Razoável d.() Ruim

3. O Sr acha que algum campo do Poder teria sido mais beneficiado com esta aproximação?

Sim Não

Caso positivo, qual?

a. Político b. Econômico c. Militar

d. Psicossocial e. Científico-tecnológico f. Nenhum

4. Quais os **dois(02)** campos do Poder, no entendimento do Sr, que necessitariam mais atenção neste momento (coloque os Nr 1 e 2 naqueles que julgue, pela ordem de prioridade, que mais precisem atenção – Nr 1 necessita atenção em maior grau que o Nr 2) ?

a. Político b. Econômico c. Militar

d. Psicossocial e. científico-tecnológico

5. No campo militar, o Sr acredita que a integração regional, antes do CDS, se dava, no mais alto escalão (político), de forma satisfatória?

a. Sim b. Não c. Apenas em algumas relações bilaterais

d. Na verdade, não havia esta integração no nível político e. NRA

6. No CDS, a esfera de discussão envolverá diretamente os Ministros da Defesa e das Relações Exteriores. O Sr acredita que a integração no campo Militar irá se intensificar com a participação do MRE (Ministério das Relações Exteriores) e do mais alto escalão das pastas de defesa?

a. Sim b. Não

c. Apenas em relação a algumas relações bilaterais d. Não vê relação

7. O Sr acredita que, no país onde o Sr trabalha, existe a percepção de que o investimento na integração regional traz resultados satisfatórios para os diversos campos do Poder Nacional que justifiquem sua continuação como algo prioritário?

a. Sim, acredito b. Não acredito c. Não tenho Opinião Formada

8. Como o Sr retrataria as atuais áreas de fricção e as disputas ainda existentes entre as nações sul-americanas?

a. Sob controle b. Melhorando gradativamente em alguns países c. NRA

d. Tumultuadas e. Piorando gradativamente em alguns países

9. Da análise anterior, o Sr acredita que a OEA (Organização dos Estados Americanos) e o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) tenham sido **eficientes** na solução de uma área de fricção na América do Sul?

a. Não, pois deveriam ser aperfeiçoadas, sendo originárias da Guerra-Fria

b. Não, pois perderam totalmente a credibilidade

c. Sim, pois ainda permanecem úteis, apesar de serem originárias da Guerra-Fria

d. Sim, pois ainda possuem credibilidade na região

e. outra – cite abaixo, se for o caso:

9.a) Qual é a percepção da eficiência e credibilidade, no país onde o Sr trabalha, da OEA e TIAR?

10. O Sr acredita que o recém criado CDS possa vir a se constituir um órgão que possa atuar, efetivamente, na solução de conflitos e crises na América do Sul?

a. Sim b. Não c. Não teria como responder

10.a) Qual a percepção, no país onde o Sr trabalha, desta efetividade do CDS?

11. No começo do século XX, o Brasil investia suas “fichas” no Pan-Americanismo, patrocinado pelos EUA. Depois, passou a apostar em uma integração de toda a América Latina. Há pouco, o MERCOSUL era a grande prioridade brasileira para a delimitação de seu espaço de interesse. Agora, com a UNASUL e o CDS, o espaço geopolítico de interesse do Brasil se amplia. Em sua Opinião, qual deveria ser a amplitude deste espaço geopolítico?

a. América Latina b. América do Sul

c. Todas as Américas d. apenas o MERCOSUL

11.a) E, no país onde o Sr trabalha, existe, no meio civil e militar, alguma prioridade explícita de qual seria o espaço geopolítico ideal para se buscar maior integração?

12. O Sr acredita que com a criação do CDS, o Brasil se beneficiará na consolidação de sua liderança regional, respaldada pelas demais nações sul-americanas? Vale lembrar que o CDS foi uma iniciativa brasileira, sem a interferência externa.

a. Não há relação de causa e efeito b. Será indiferente c. Será prejudicial
d. Não ajudará em nada e. Sim, ajudará bastante f. Sim, ajudará de certa forma

12.a) Como o Sr avaliaria a aceitação da liderança brasileira, no meio militar e civil, no país onde o Sr trabalha?

12.b) Quais fatores contribuem ou dificultam esta liderança?

13. O CDS foi criado para atuar em um cenário bastante peculiar, com as características próprias do continente sul-americano. Na opinião do Sr, quais as **três (03) condicionantes**, abaixo elencadas, representam maior risco para que o CDS não seja efetivo na consecução de seus objetivos, deixando de promover uma maior integração da AS?

Obs: favor ordená-las numericamente, a partir do numero "1"(maior risco) até o Nr "3" (das três escolhidas, aquela que oferece menor risco). Coloque uma "?", nas que não visualize como risco.

- a. Atitudes anti-democráticas de nações da AS (reeleição indefinida, censura, etc)
b. Populismo c. índices sociais precários e heterogêneos
d. Narco guerrilhas e. Radicalismo ideológico
f. Aliança Bolivariana de Hugo Chavez
g. Economias heterogêneas e pouco desenvolvidas
h. Radicalização do Antiamericanismo na região
i. Adoção pelo Brasil de uma posição conflituosa com os EUA
j. Agravamento das áreas de fricção na AS

14. Com relação às respostas acima, qual outro risco o Sr apontaria, especificamente no país ou região em que trabalha?

15 Os objetivos específicos que o CDS elenca em seu tratado constitutivo são os listados abaixo. Quais os **três (03) objetivos**, em sua opinião, que seriam mais importantes para o Brasil consolidar sua liderança regional:

Obs: favor ordená-las numericamente, a partir do numero "1" (mais importante) até o Nr "3"(menos importante dos três escolhidos).

- Avançar gradualmente na análise e discussão dos elementos comuns de uma visão conjunta em matéria de defesa.
 Promover o intercâmbio de informação e análise sobre a situação regional e internacional, com o propósito de identificar os fatores de risco e ameaça que possam afetar a paz regional e mundial.
 Contribuir para a articulação de posições conjuntas da região em foros multilaterais sobre defesa, no marco do artigo 14 do Tratado Constitutivo da UNASUL.
 Avançar a construção de uma visão compartilhada a respeito das tarefas de defesa e promover o diálogo e a cooperação preferencial com outros países da América Latina e do Caribe.
 Fortalecer a adoção de medidas de fomento da confiança e difundir as lições aprendidas.
 Promover o intercâmbio e a cooperação no âmbito da indústria de defesa.
 Estimular o intercâmbio em matéria de formação e capacitação militar, facilitar processos de treinamento entre as Forças Armadas e promover a cooperação acadêmica entre os centros de estudo de defesa.
 Compartilhar experiências e apoiar ações humanitárias, como a desminagem, a prevenção e mitigação de desastres naturais e a assistência às suas vítimas.
 Compartilhar experiências em operações de manutenção de paz das Nações Unidas.
 Intercambiar experiências sobre os processos de modernização dos Ministérios de Defesa e das Forças Armadas.
 Promover a incorporação da perspectiva de gênero no âmbito da defesa.
16. Da análise dos Objetivos específicos do CDS, como o Sr os classificaria
 Adequados Inadequados Pouco ambiciosos Muito ambiciosos
 outro _____

17. Conforme noticiado pela mídia, recentemente, a região assistiu a reativação da 4ª Frota da Marinha dos EUA. Além disto, alguns analistas alertam para o risco das Ações Preventivas da Potência hegemônica, a partir da 2ª Invasão do Iraque, sem respaldo da ONU. Também a fragilidade tecnológica regional, na área de Defesa, para suas riquezas naturais (Amazônia, Aquífero Guarani, Pré-sal, recursos minerais e energéticos diversos, etc) é uma realidade da AS. Quanto ao Brasil, pleiteia consolidar sua liderança regional e importância global, almejando um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O senhor julga tempestiva a criação do CDS, frente ao atual cenário global?

- a. Sim, o momento é adequado b. Não, o momento é inadequado
c. Não saberia responder d. Outro _____

17.a) No país onde o Sr trabalha, existe esta percepção das ameaças acima elencadas?

18. Da análise dos objetivos, amplitude e contexto da criação do CDS, na opinião do Sr, quais seriam as **três (03)** principais possibilidades do Conselho, que evidenciaríamos sua importância:

Obs: favor ordená-las numericamente, a partir do número "1" (possibilidade mais importante) até o Nr "3" (das três possibilidades escolhidas, a menos importante). Coloque uma "?", nas que não visualize como possibilidade.

- Combate aos ilícitos transnacionais Desenvolvimento da indústria nacional de Defesa
 Aumento de poder regional de barganha em negociações globais
 Incremento da capacidade dissuasória regional, visando a proteção da riquezas da AS
 Obtenção de uma vaga no Conselho de Segurança da ONU pelo Brasil, representando o Subcontinente
 Aumento da estabilidade regional Maior integração no campo militar
 Constituição de mais um fórum regional para solução de crises
 Diminuição da desconfiança em relação aos vizinhos em função da transparência nos gastos na área de Defesa
 Menor ingerência de nações exógenas ao subcontinente na solução de crises
 Evolução do CDS para um organismo semelhante a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) contando com forças conjuntas de reação e uma doutrina comum.
 outras. Cite-as, se for o caso

19. No país onde o Sr trabalha, qual o sentimento em relação à necessidade da AS possuir um (01) assento permanente no Conselho de Segurança da ONU?

20. Segundo vossa avaliação, qual seria a aceitação, no país onde o Sr trabalha, sobre uma possível indicação brasileira para ocupar este assento no Conselho de Segurança da ONU, representando o subcontinente?

21. Como foi a percepção, no meio militar e civil do país onde o Sr trabalha, da criação do CDS?

- Favorável Indiferente Contrária?

Algum setor específico reagiu de forma diferente, ou que mereça referência?

22. Acrescente qualquer outra informação que julgue útil ou pertinente ao assunto tratado nesta tese. Se possível, emita a avaliação que o Sr faz do CDS e sua repercussão na integração regional.

OBRIGADO POR DEDICAR SEU TEMPO A ESTA PESQUISA!

Caso o Sr possua algum artigo, da mídia local ou outra fonte, que retrate a repercussão ou alguma referência sobre o CDS, favor anexar a esta pesquisa, ou fazer alusão ao endereço eletrônico.

Tenha certeza que só a sua boa-vontade em colaborar já é motivo de muito agradecimento.

Muito Grato.

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA ONA

Tema: El papel de Brasil en la Integración de América de Sur y la importancia de la creación del Consejo de Defensa Sur-Americano (CDS).

Objetivo: Analizar la importancia de la creación del Consejo de Defensa Sur-Americano, comprendiendo sus condicionantes, efectividad y el papel de Brasil para una mayor integración sur-americana.

Autor: Maj Inf Ricardo Moussallem.

Email: moussallemprec@hotmail.com

Teléfono: 21 8741- 0561

QUESTIONARIO

Estimado Oficial de la Nación Amiga (ONA)

Soy el Mayor Infante MOUSSALLEM, del Curso del Comando y Estado Mayor (CEM), 2º Año, de la Escuela de Comando y Estado-Mayor del Ejército (ECEME) – Praia Vermelha - RJ.

Con la creación de la Unión de las Naciones Sur-Americanas (UNASUL), en 2008, los países de la región priorizaron la América del Sur como espacio geopolítico para el incremento de la cooperación regional y formación de un espacio con mayor importancia y representatividad global.

En este escenario, se procuró intensificar el proceso de integración regional, que inicialmente tuvo un aspecto económico como principal foco de actuación, basado en las características comunes del tercer mundo – reportémonos a CEPAL. Con los progresos alcanzados, a lo largo del siglo XX, y con la evolución de las relaciones entre las naciones sur-americanas, iniciase un nuevo desafío, en los diversos campos del Poder.

Además del campo político, con representatividad directa de los Presidentes en las Cúpulas de la UNASUL, a partir de diciembre de 2008, se intentó intensificar un mayor intercambio, en el área de Defensa, con la Creación del Consejo de la Defensa Sur-Americano (CDS). En este foro, además de los Ministros de Defensa de los países miembros, también sus cancilleres hicieron representarse.

Así que, sería de inmensa valía para este trabajo su opinión acerca de algunos tópicos, que ciertamente contribuirán para el desarrollo de esta tesis.

Desde ya agradezco la colaboración que será de fundamental importancia para el trabajo.

ESCUELA _____ **PUESTO/NOMBRE** _____
País _____ **Función** _____

1. ¿Usted evalúa que la integración regional avanzó o retrocedió a lo largo del siglo XX?

() Avanzó () Retrocedió () Permaneció inalterada

2. ¿Cómo usted evalúa el actual nivel de integración?

a.() Excelente b.() Bueno c.() Razonable d.() Malo

3. ¿Usted cree que algún campo del Poder había sido más beneficiado con esta aproximación?

() Sí () No

En caso de que sea positivo, ¿cuál?

a.() Político b.() Económico c.() Militar
d.() Psicosocial e.() Científico-tecnológico f.() Ninguno

4. ¿Cuáles de los **dos (02)** campos del Poder, en su entendimiento, que necesitarían más atención en este momento (ponga los números 1 y 2 en aquellos que juzgue, por en orden de prioridad, que más necesiten atención – Número 1 necesita atención en mayor grado que el Número 2)?

- a. () Político b. () Económico c. () Militar
d. () Psicosocial e. () científico-tecnológico

5. ¿En el campo militar, usted cree que la integración regional, antes del CDS, se daba, en el más alto escalón (político), de forma satisfactoria?

- a. () Sí b. () No c. () Solo en algunas relaciones bilaterales
d. () En verdad, no había esta integración en el nivel político e. () NRA

6. ¿En el CDS, la esfera de discusión envolverá directamente los Ministros de Defensa y de las Relaciones Exteriores. Usted cree que la integración en el campo Militar irá se intensificar con la participación del MRE (Ministerio de las Relaciones Exteriores) y del más alto escalón de la Defensa?

- a. () Sí b. () No
c. () Solo en algunas relaciones bilaterales d. () No se ve relación

7. ¿Usted cree que el fondo de inversión en la integración regional trae resultados satisfactorios, en los diversos campos del Poder, que justifiquen su continuación como algo prioritario para las naciones sur-americanas?

- a. () Sí, lo creo b. () No, no lo creo c. () No tengo opinión Formada

8. ¿Cómo usted retractaría las actuales áreas de fricción y las disputas aún existentes entre las naciones sur-americanas?

- a. () Bajo control b. () Mejorando de grado en grado en algunos países c. () NRA
d. () Tumultuosas e. () Empeorando de grado en grado en algunos países

9. ¿Del análisis anterior, usted cree que la OEA (Organización de los Estados Americanos) y el TIAR (Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca) hayan sido **eficientes** en la solución de un área de fricción en América de Sur?

- a. () No, pues deberían ser perfeccionado, siendo originarias de la Guerra-Fría
b. () No, pues perdieran totalmente a la credibilidad
c. () Sí, pues aún permanezcan útiles, a pesar de que sean originarias de la Guerra-Fría
d. () Sí, pues aún poseen credibilidad en la región
e. () otra – cite abajo, si fuera necesario:

10. ¿Cuál el nivel de conocimiento que usted considera poseer a cerca del CDS?

- () Ya he leído sobre el tema () Suficiente para opinar () Razonable
() Muy poco, no suficiente para opinar () Ninguno

11. ¿Usted cree que la recién creación del CDS pueda venir a constituirse un órgano que pueda actuar, efectivamente, en la solución de los conflictos y crisis en América de Sur?

- a. () Sí b. () No c. () No tendría como contestar

12. En el inicio del siglo XX, la región invertía sus fichas en el Pan-Americanismo, patrocinado por los E.E.U.A. Después, pasó a apostar en una integración de toda América Latina. Hace

poco, el MERCOSUL, la CAN, entre otros órganos, eran prioridad para algunas naciones de la región, para la delimitación de su espacio de interés. Ahora, con la UNASUL y el CDS, se amplía el espacio geopolítico de mayor interés de las naciones del subcontinente. ¿En su opinión, cuál debería la amplitud ideal del espacio geopolítico de su país?

- a. () América Latina b. () América de Sul
c. () Todas las Américas d. () solo el MERCOSUL/CAN/otro órgano_____

13. Usted cree que, con la creación del CDS, América de Sur se beneficiará en la consolidación de una integración genuinamente creada por las naciones del subcontinente, sin la inferencia externa?

- a.() No hay relación de causa y efecto b.() Será indiferente c.()Será perjudicial
d.() No ayudará en nada e.() Sí, ayudará bastante f.() Sí, ayudará de cierta forma

14. El CDS fue creado para actuar en un escenario bastante peculiar, con las características propias del continente sur-americano. ¿En su opinión, cuál de las **tres (03)** condicionantes abajo representan mayor riesgo para que el CDS no sea efectivo en la consecución de sus objetivos, dejando de promover una mayor integración de AS?

Obs: favor ordénalas numéricamente, a partir del número "1"(mayor riesgo) hasta Número "3" (de las tres elegidas, aquella que ofrece menor riesgo). Ponga una "?", en las que no visualice como riesgo.

- a.() Actitudes anti-democráticas de las naciones de AS
b.() Popularismo
c. () índices sociales precarios y heterogéneos
d.() Narcoguerrillas
e.() Radicalismo ideológico
f.() Economías heterogéneas y poco desarrollados
h.() Radicalización del Antiamericanismo en regiones
i. () Agravamiento del áreas de fricción en AS

15. Con relación a las respuestas arriba, ¿cuál otro riesgo usted apuntaría?

16. Los objetivos específicos que el CDS enumera en su tratado constitutivo son los listados abajo. Cuales los **tres (03) objetivos**, en su opinión, que serían más importantes para la integración de América de Sur y consolidación de un supuesto liderazgo brasileño:

Obs: favor ordénalas numéricamente, a partir del número "1" (objetivo más importante) hasta el Número "3"(de los tres objetivos elegidos o menos importante).

- () Avanzar gradualmente en el análisis y discusión de los elementos comunes de una visión conjunta en materia de defensa.
() Promover el intercambio de información y el análisis sobre la situación regional e internacional, con el propósito de identificar los factores de riesgo y amenaza que puedan afectar la paz regional y mundial.
() Contribuir para la articulación de posiciones conjuntas de región en foros multilaterales sobre defensa, en el marco del artículo 14 del Tratado Constitutivo de la UNASUL.
() Avanzar la construcción de una visión compartida a respecto de las tareas de defensa y promover el diálogo y a la cooperación preferencial con otros países de la América Latina y del Caribe.
() Fortalecer a la adopción de medidas de fomento de la confianza y difundir las lecciones aprendidas.
() Promover el intercambio y la cooperación en el ámbito de la industria de defensa.
() Estimular el intercambio en materia de formación y capacitación militar, facilitar procesos de entrenamiento entre las Fuerzas Armadas y promover a la cooperación académica entre los centros de estudio de defensa.
() Compartir experiencias y apoyar las acciones humanitarias, como desminado, a la prevención y mitigación de desastres naturales y a la asistencia a sus víctimas.
() Compartir experiencias en operaciones de manutención de la paz de las Naciones Unidas.
() Intercambiar experiencias sobre los procesos de modernización de los Ministerios de Defensa y de las Fuerzas Armadas.
() Promover a la incorporación de la perspectiva del género en el ámbito de la defensa.

17. Del análisis de los Objetivos específicos del CDS, como usted los clasificaría

- () Adecuados () Inadecuados () Poco ambiciosos () Muy ambiciosos
() otro_____

18. Conforme noticiado por la televisión, recientemente, la región asistió a reactivación de la 4ª Frota de la Marina de los E.E.U A. Además, algunos analistas alertan para el riesgo de las Acciones Preventivas de la Potencia hegemónica, a partir de la 2ª Invasión de Iraquí, sin respaldo de ONU. También a la fragilidad tecnológica regional, en el área de Defensa, para proteger sus riquezas naturales (Amazonia, Acuífero Guaraní, Pre-sal, recursos minerales y energéticos diversos, etc.) es una realidad en AS. El subcontinente pleitea estrechar sus lazos de cooperación y amistad, reduciendo a las áreas de fricción. ¿Usted juzga oportuna a la creación del CDS, frente al actual escenario?

- () Sí, el momento es muy propicio () No, el momento es inadecuado
() el momento es indiferente () Otro _____

19. Del análisis de los objetivos, amplitud y contexto de la creación del CDS, cuales, en su opinión, serían las **03 (tres)** principales posibilidades del Consejo, que evidenciarían su importancia:

Ponga una “?”, en las que no visualice como posibilidad.

- () Combate a los ilícitos transnacionales () Desarrollo de la industria regional de Defensa
() Aumento del poder regional del cambalache en negociaciones globales
() Incremento de la capacidad disuasoria regional, visando a la protección de las riquezas de AS
() Aumento da estabilidad regional () Mayor integración en el campo militar
() Constitución de más un foro regional para la solución de la crisis
() Disminución de la desconfianza en regional en función de la transparencia en los gastos en el área de Defensa
() Menor injerencia de las naciones exógenas al subcontinente en la solución de las crisis
() Evolución del CDS para un organismo semejante a OTAN (Organización del Tratado del Atlántico Norte) contando con fuerzas conjuntas de reacción y una doctrina común.
() otras

20. ¿Usted cree que AS debe ser representada con un (01) vacante permanente en el Consejo de seguridad de la ONU? () Sí () No

Caso que sea positivo, ¿Cómo debería ser esta representación?

21. La creación del CDS, demostrando una mayor congruencia de la política regional de defensa y una posición más homogénea de AS, contribuiría en la consecución de un (01) asiento permanente en el Consejo de Seguridad de ONU?

- a. () Sí, mucho b. () Sí, poco c. () No, en nada d. () Perjudicaría
e. () Sería indiferente

22. Añada cualquiera otra información que juzgue útil o pertinente al tema tratado en esta tesis.

MUCHAS GRACIAS POR DEDICAR A SU TIEMPO A ESTA INVESTIGACIÓN!
Esté seguro que solo su buena voluntad en colaborar ya es motivo de agradecimiento.

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA ESCOLAS E CIVIS

Tema: O papel do Brasil na Integração da América do Sul e a importância da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)

Objetivo: analisar a importância, diante da atual conjuntura, da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, compreendendo suas condicionantes, efetividade e papel do Brasil para uma maior integração sul-americana.

Autor: Maj Inf Ricardo Moussallem.

Email: moussallemprec@hotmail.com

Telefone: 21 8741- 0561

QUESTIONÁRIO

Prezado Oficial, cursando o Curso de Altos Estudos Militares.

Sou o Maj Inf MOUSSALLEM, do Curso de Comando e Estado Maior (CEEM), 2º Ano, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) – Praia Vermelha - RJ.

Com a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, o Brasil e os demais países membros definiram a América do Sul como espaço geopolítico para o incremento da cooperação regional e formação de um espaço com maior importância e representatividade global.

Neste cenário, procura-se intensificar o processo de integração regional, que, inicialmente, teve o aspecto econômico como principal foco de atuação, baseado nas características comuns de terceiro mundo – reportemo-nos a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), órgão da ONU, criado em 1948, para incentivar a cooperação entre os países da região. Com os progressos alcançados, ao longo do século XX, e com a evolução das relações entre as nações sul-americanas, inicia-se um novo desafio, nos diversos campos do Poder.

Além do campo político, com representatividade direta dos Presidentes nas Cúpulas da UNASUL, a partir de dezembro de 2008, tenta-se intensificar um maior intercâmbio, na área de Defesa, com a Criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Neste fórum, além dos Ministros da Defesa dos países membros, também seus chanceleres se fazem representar.

Assim, seria de imensa valia para este trabalho a sua opinião acerca de alguns tópicos, que, com certeza, contribuirão para o desenvolvimento desta tese.

Desde já, agradeço a colaboração que será de fundamental importância para o trabalho.

ESCOLA _____ **POSTO/NOME** _____

1. O Sr avalia que a integração regional progrediu ou regrediu ao longo do século XX?

() Progrediu () Regrediu () Permaneceu inalterada

2. Como o Sr avalia o atual nível de integração?

a.() Excelente b.() Bom c.() Razoável d.() Ruim

3. O Sr acha que algum campo do Poder teria sido mais beneficiado com esta aproximação?

() Sim () Não

Caso positivo, qual?

a.() Político b.() Econômico c.() Militar
d.() Psicossocial e.() Científico-tecnológico f.() Nenhum

4. Quais os **dois(02)** campos do Poder, no entendimento do Sr, que necessitariam mais atenção neste momento (coloque os Nr 1 e 2 naqueles que julgue, pela ordem de prioridade, que mais precisem atenção – Nr 1 necessita atenção em maior grau que o Nr 2) ?

- a. () Político b.() Econômico c. () Militar
d. () Psicossocial e. () científico-tecnológico

5. No campo do militar, o Sr acredita que a integração regional, antes do CDS, se dava, no mais alto escalão (político), de forma satisfatória?

- a. () Sim b. () Não c. () Apenas em algumas relações bilaterais
d. () Na verdade, não havia esta integração no nível político () NRA

6. No CDS, a esfera de discussão envolverá diretamente os Ministros da Defesa e das Relações Exteriores. O Sr acredita que a integração no campo Militar irá se intensificar com a participação do MRE (Ministério das Relações Exteriores) e do mais alto escalão das pastas de defesa?

- a. () Sim b. () Não
c. () Apenas em relação a algumas relações bilaterais d. () Não vê relação

7. O Sr acredita que o investimento na integração regional traz resultados satisfatórios para o desenvolvimento dos diversos campos do Poder Nacional que justifiquem sua continuação como algo prioritário para o Brasil?

- a. () Sim, acredito b. () Não acredito c. () Não tenho Opinião Formada

8. Como o Sr retrataria as atuais áreas de fricção e as disputas ainda existentes entre as nações sul-americanas?

- a. () Sob controle b. () Melhorando gradativamente em alguns países c. () NRA
d. () Tumultuadas e. () Piorando gradativamente em alguns países

9. Da análise anterior, o Sr acredita que a OEA (Organização dos Estados Americanos) e o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) tenham sido **eficientes** na solução de uma área de fricção na América do Sul?

- a. () Não, pois deveriam ser aperfeiçoadas, sendo originárias da Guerra-Fria
b. () Não, pois perderam totalmente a credibilidade
c. () Sim, pois ainda permanecem úteis, apesar de serem originárias da Guerra-Fria
d. () Sim, pois ainda possuem credibilidade na região
e. () outra – cite abaixo, se for o caso:

10. Qual o nível de conhecimento que o Sr considera possuir sobre o CDS?

- () Já li bastante a respeito () Suficiente para opinar () Razoável
() Muito pouco, insuficiente para opinar () Nenhum

11. O Sr acredita que o recém criado CDS possa vir a se constituir um órgão que possa atuar, efetivamente, na solução de conflitos e crises na América do Sul?

- a. () Sim b. () Não c. () Não teria como responder

12. No começo do século XX, o Brasil investia suas “fichas” no Pan-Americanismo, patrocinado pelos EUA. Depois, passou a apostar em uma integração de toda a América Latina. Há pouco, o MERCOSUL era a grande prioridade brasileira para a delimitação de seu espaço de interesse. Agora, com a UNASUL e o CDS, o espaço geopolítico de interesse do Brasil se amplia. Em sua Opinião, qual deveria ser a amplitude deste espaço geopolítico?

18. Conforme noticiado pela mídia, recentemente, a região assistiu a reativação da 4ª Frota da Marinha dos EUA. Além disto, alguns analistas alertam para o risco das Ações Preventivas da Potência hegemônica, a partir da 2ª Invasão do Iraque, sem respaldo da ONU. Também a fragilidade tecnológica regional, na área de Defesa, para a proteção de suas riquezas naturais (Amazônia, Aquífero Guarani, Pré-sal, recursos minerais e energéticos diversos, etc) é uma realidade da AS. Quanto ao Brasil, pleiteia consolidar sua liderança regional e importância global, almejando um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O senhor julga tempestiva a criação do CDS, frente ao atual cenário global?

- a. () Sim, o momento é adequado b. () Não, o momento é inadequado
c. () Não saberia responder d. () Outro _____

19. Da análise dos objetivos, amplitude e contexto da criação do CDS, quais, em sua opinião, seriam as **três (03)** principais possibilidades do Conselho, que evidenciarão sua importância:

Obs: favor ordená-las numericamente, a partir do número "1" (possibilidade mais importante) até o Nr "3"(das três possibilidades escolhidas, a menos importante). Coloque uma "?", nas que não visualize como possibilidade.

- () Combate aos ilícitos transnacionais () Desenvolvimento da indústria nacional de Defesa
() Aumento de poder regional de barganha em negociações globais
() Incremento da capacidade dissuasória regional, visando a proteção da riquezas da AS
() Obtenção de uma vaga no Conselho de Segurança da ONU pelo Brasil, representando o Subcontinente
() Aumento da estabilidade regional () Maior integração no campo militar
() Constituição de mais um fórum regional para solução de crises
() Diminuição da desconfiança em relação aos vizinhos em função da transparência nos gastos na área de Defesa
() Menor ingerência de nações exógenas ao subcontinente na solução de crises
() Evolução do CDS para um organismo semelhante a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) contando com forças conjuntas de reação e uma doutrina comum.
() outras. Cite-as, se for o caso

20. Acrescente qualquer outra informação que julgue útil ou pertinente ao assunto tratado nesta tese.

OBRIGADO POR DEDICAR SEU TEMPO A ESTA PESQUISA!

Tenha certeza que só a sua boa-vontade em colaborar já é motivo de muito agradecimento.
Muito Grato.



**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

APÊNDICE E - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

PESQUISA DE CAMPO PARA TRABALHO DE DOUTORADO

Esta entrevista tem por finalidade investigar o significado da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) para a integração da América do Sul, considerando sua efetividade, necessidade e liderança brasileira.

- 1) Perguntas sobre integração Sul-Americana
 - a) O Sr acredita que os resultados obtidos ao longo das últimas três décadas, a partir da criação do MERCOSUL, considerando a evolução histórica de outros órgãos de integração regional (a exemplo da ALADI e ALALC) justificam o investimento brasileiro na UNASUL?
 - b) Como o Sr imagina que o CDS impactará a integração regional?
- 2) Óbices
 - a) Qual seriam os principais óbices para a efetividade do CDS?
 - b) E em relação aos EUA? Como o Sr avalia que a criação do CDS impactará a relação desta potência com o Brasil e com a América do Sul?
- 3) A criação do CDS
 - a) O CDS em seus princípios, objetivos e no conteúdo de seu tratado constitutivo está alinhado com o pensamento geopolítico e estratégico Nacional?
 - b) Na ótica da teoria realista das relações internacionais, como o Sr analisa a utilidade do CDS para a política externa brasileira e para a integração sul-americana?
 - c) Em relação à amplitude do CDS (abrangendo todas as nações sul-americanas) e sua tempestividade (momento de sua criação), qual a avaliação do Sr?
 - d) Quanto à tempestividade do CDS, o senhor concorda com a seguinte assertiva: "No quesito tempestividade, o CDS surge em um momento bastante propício perante algumas ameaças exógenas, servindo para a defesa de interesses e anseios comuns das nações sul-americanas. Também no campo interno, as condições políticas e econômicas favorecem à discussão do tema defesa nacional, exortando iniciativas como o novo conselho regional. A tendência de multilateralismo e novo concerto global indicam uma oportunidade para o fortalecimento de iniciativas como o CDS."
 - e) Com relação a UNASUL, qual a visão prospectiva que o Sr teria a respeito deste órgão?
 - f) O Sr acredita que o CDS, ao aglutinar as nações sul-americanas em torno de um projeto comum, contribuiria para que o Brasil conquiste um assento permanente no CS ONU?
 - g) Quais as principais possibilidades que o Sr visualiza para o CDS?
 - h) Como o Sr classificaria os Objetivos definidos no Tratado Constitutivo do CDS: Adequados, modestos ou ambiciosos?
 - i) O Sr visualiza que seria viável, a partir do CDS, uma integração militar da AS, culminando com uma aliança militar aos moldes da OTAN, uma força de paz conjunta, ou nenhuma das duas?
 - j) O Sr acha o CDS um órgão importante para a integração sul-americana? Porque?

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ricardo. **Uma crise para testar a liderança do Brasil**. Revista Época, São Paulo, p. 79, 10 mar 2008.

AGÊNCIA BRASIL. **Ministro levará proposta de Conselho de Defesa à Colômbia e ao Equador**. 2008, 01 fl. Extraído, em 02 de março de 2009, do site <http://www.direito2.com.br/abr/2008/abr/24>. Brasília, 2008.

ALI, TARIQ. **Piratas do Caribe- O Eixo da Esperança**. 2008, 319 fl. Editora Record.São Paulo/Rio de Janeiro, 2008.

ALMANAQUE ABRIL. São Paulo: Abril Cultural, 2003.

BEAUFRE, André. **Introdução à estratégia**. Tradução de Luiz Alencar Araripe. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

BRAGA, Carlos Chagas Vianna. **Integração Militar no Cone Sul: Uma consequência natural do Mercosul**. O Anfíbio. n.19, p. 83-88, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Política de defesa nacional**. Brasília, DF, 2005.

CASTRO, THALES . **Conselho de Segurança da ONU**. Universidade Católica de Pernambuco. Reportagem de 25/09/07. Extraído, em 14 de março de 2009, do site <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo.html>, reportagem da Globo.com.

CHEVARRIA, Diego Gonzales. **O INVESTIMENTO EXTERNO DA PETROBRAS:UMA ANÁLISE COM BASE EM VANTAGENS ESPECÍFICASII** 2006, 53 f. Monografia apresentada no Prêmio Dest/Mp De Monografias – Estatais. Rio de Janeiro, 2006.

COHEN, José Maria. **Segurança da área estratégica do Atlântico Sul. Idéias sobre as formas de implementação e participação comum**. Revista Política e Estratégia. São Paulo: Convívio, Vol. VI, n. 3, 1988.

CONSIDERA, Carlos Alexandre Fernandes. **Desenvolvimento Produtivo e Equidade Social na América do Sul: Metas de Integração Social no Século**. 2006. 86f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

CORREIO BRASILIENSE. **Bloco militar rejeitado**. Brasília, DF, 2006. Disponível em:<http://correiobrasiliense.com.br>. Acesso em: 10 de julho de 2006.

CORREIO BRASILIENSE. **Coluna “Nas entrelinhas”**. 2009. Brasília. Extraída do site www.exercito.org.com/resenha/hoempage/htm, em 13 de março de 2009.

COUTO, Leandro Freitas. **O horizonte Regional do Brasil e a construção da América do Sul (1999-2005)**. 2006. 152f. Dissertação apresentada para obtenção do mestrado em Relações Internacionais. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

CURRO, Paulo Jorge Varela. **A aplicação do conceito de Cooperação Civil-Militar (CIMIC), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no Exército Brasileiro**. 2008, 63f. Trabalho apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, para conclusão do Curso de Comando e Estado – Maior. Rio de Janeiro, 2008.

DECLARAÇÃO de Cuzco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações. Disponível em <http://pt.wikisource.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_de_Cuzco>. Acesso em 9 de março 2009.

DOVAL, Eduardo Luis. **Reflexos dos processos de integração regional (MERCOSUL) no âmbito militar**. 1997. 52f. Monografia do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado maior do Exército. Rio de Janeiro, 1997.

ECEME. **Integração militar da América do Sul**. 2004. Síntese elaborada pelo Centro de Estudos Estratégicos da ECEME em março de 2004. Rio de Janeiro.

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 2004. 203 fl. EsAO. Rio de Janeiro/RJ. 2004.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Editorial**. 2009. São Paulo/SP Extraído do site www.exercito.org.com/resenha/homepage/htm, em 27 de maio de 2008.

ESTADO DE SÃO PAULO. **O Fiasco da UNASUL**. 2008. Editorial de 27 de maio de 2008., São Paulo/SP. Extraído, em 12 de março de 2009 do site <http://www.estado.com.br/editorias/2008/05/27/edi>.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Rússia divulga plano para militarização do Ártico**. 2009. São Paulo/SP. Extraído, em 28 de março de 2009, do site www.exercito.org.com/resenha/homepage/htm.

FERREIRA, Jorge Ricardo Áureo. **Integração militar do Mercosul: o exemplo europeu**. Rio de Janeiro. 2004. 40 fl. Trabalho de Conclusão de Curso – CPEAEx, ECEME. Rio de Janeiro.

FLORES, Mario Cesar. **Reflexões Estratégicas - Repensando a Defesa Nacional**. 2002, 67f. Ed. É Realizações. Rio de Janeiro, 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Unasul Consolida Integração Regional Com Conselho**. 2009. São Paulo/SP. Extraído do site www.exercito.gov.br/resenha/htm, em 10/03/09.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Conselho de Defesa prevê doutrina comum**. 2009, 01 fl. São Paulo/ SP. Extraído, em 02 de março de 2009, do site www.exercito.gov.br/resenha/homepage/htm.

GONZALEZ, Fabio Ruperto Martinetti. **As Forças Armadas Nacionais e suas perspectivas de integração no Mercado Comum do Sul** . 1998. 39 p. Monografia para o Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Rio de Janeiro, 1998.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Traduzido por M.H.C Cortês. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

JORNAL DO BRASIL. **Entrevista Exclusiva do Ministro da Defesa** . 2009. Rio de Janeiro-RJ. Extraída do site www.exercito.org.br/resenha/homepage/html/15/03/09, em 15 de março de 2009.

JÚNIOR, Manuel Cambeses. **O Brasil e a coesão latino-americana**. A DEFESA NACIONAL, n 789, p.150, Abr/Jun 2001.

LAMAZIÈRE, George. **O impacto dos processos de integração regional nas políticas de defesa e segurança. O Brasil e a cooperação político-militar na América do Sul**. Revista Política Externa. São Paulo: Paz e Terra, Vol. 9, n. 4, 2001.

MATTOS, Carlos de Meira. **A nova ordem mundial**. Revista da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: n. 21, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 23 Ed. Petrópolis:Vozes 2004.

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. **Nota Nr 700 do Itamaraty - Declarações e decisões da "Cúpula Extraordinária da UNASUL"**. 2008, 13 fl. Brasília. Extraído do site www.mre.org.br, em 16/12/08.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Nota nº 265 - Distribuição 22 - Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americana**. 2008. Brasília. Extraído do site www.mre.org.br, em 23/03/2009.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Segurança e a nova ordem internacional**. Revista Premissas. Campinas: UNICAMP, caderno n. 14, 1996.

MOREIRA, Heleno. **Integração sul-americana: situação atual e perspectivas**. Extraído da Internet do site www.tempopresente.org, 27 março, 2009.

MOURA, Cláudio Coscia. **Integração Militar do Mercosul**. Rio de Janeiro. 2004, 57 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (CPEAEx). ECEME. Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, André Luís Maciel. **A Atual Situação do Setor Industrial Bélico nos Países latino-americanos e as possibilidades de intercâmbio comercial com o Brasil**. 2005. 55f. Trabalho de Graduação Interdisciplinar (Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **Política de Defesa e o Mercosul**. Campinas, Núcleo de Estudos Estratégicos. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nee/art2.htm>. Acesso em: 12 de março de 2009.

OTCA. Boletim. Brasília: **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, ano I, n. 1, 2004**. Disponível em: <http://www.otca.org.br/publicacao/portugues.pdf>. Acesso em: 10 de março, 2009.

O GLOBO. **Paraguai exige 1,8 bi do Brasil**. 2009. Rio de Janeiro. Extraído do site www.exercito.org.com/resenha/hoempage/htm, em 14 de março de 2009.

O GLOBO. **Lula quer explicações dos EUA sobre Quarta Frota**. 2008. Rio de Janeiro/RJ. Extraído, em 02 de março de 2009, do site http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2008/07/01/lula_quer_explicacoes_dos_eua.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Carta da OEA**. Bogotá, Colômbia, 1948. Disponível em: < <http://www.oas.org> > Acesso em: 18 de março de 2009. **BASS**, Bernard; **Avolio**, Bruce. **MLQ Manual**. Mindgarden: EUA, 2004.

PERI, Enzo Martins. **A estratégia Nacional de Defesa e suas implicações para o planejamento estratégico do Exército**. 2009. 05 fl. Exército Brasileiro. Brasília. Extraída do site www.exerciot.org.br, em 20 de março de 2009.

REBELO, Aldo. **Forças Armadas e soberania nacional – a defesa nacional**. 2 edição ampliada. Brasília: Gráfica do Congresso Nacional, 2002.

RABELLO, Miguel Angelo Campagnac. **Segurança cooperativa e integração militar no Mercosul: viabilidade de uma força multinacional permanente**. 2006. 117 f, 30 cm. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2006.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez . **Integração sul-americana – Projetos e Perspectivas Estratégicas**. 2006. 11f. Comunicação apresentada no VI Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2006.

SALGUEIRO, Graça. **Entrevista ao Jornal Inconfidência**. 2009, 02 fl. Jornal Inconfidência. Minas Gerais. Extraído, em 03 de março de 2009, do site http://darkabysses.blogspot.com/2008/05/graa-salgueiro_28.html.

SCHNEIDER, Edson Rodrigues. **Mercosul: um estudo geopolítico e seus reflexos para o estabelecimento de um sistema de defesa integrado**. 2003. 78 f, 30 cm. Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2003.

SCHMIDT, Gustav. **A History of NATO: The First Fifty Years**. 2001. 04 Volumes. Editora Palgrave. Nova Iorque, EUA, 2001.

Sherwen, Nicholas **Crítica Literária Sobrevivente Inesperado**. 2002. Extraída, em 29/03/09, do site <http://www.nato.int/docu/review/2002/issue3/portuguese/book.html>. EUA, 2002.

SILVA, José Guilherme Carvalho da. **A Integração Sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA**. 2004. Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas Universidade Federal do Pará, Belém.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org). **Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX**. 2004. Ed. Campus/Elsevier. Rio de Janeiro, 2004.

TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA (TIAR). Rio de Janeiro, Brasil, 1947 Disponível em: <http://www.oas.org> > Acesso em: 25 de março de 2009.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo:Atlas, 1996.

VIDIGAL, Armando de Amorim Ferreira. **Integração sul-americana: segurança regional e defesa nacional**. Campinas, SP. Caderno PREMISSAS n.14, Dez 1996.

_____.Exército. Estado-Maior. **C 124-1. ESTRATÉGIA**. Brasília, DF, 2001.

_____.Exército. Estado-Maior. **SIPLEX - 2**. Brasília, DF, 2002.

_____. Ministério da Defesa. Secretaria de Estudos e de Cooperação. **As Forças Armadas e o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do País**. 2004, 111f. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Defesa. Secretaria de Estudos e de Cooperação. **O Brasil no Cenário Internacional de Defesa e Segurança**. 2004, 96f. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Defesa. Secretaria de Estudos e de Cooperação. **Reflexões sobre Defesa e Segurança: uma estratégia para o Brasil**. 2004, 120f. Brasília, 2004.

_____. **Integração sul-americana: segurança regional e defesa nacional**. Revista Premissas. Núcleo de Estudos Estratégicos. Campinas: UNICAMP, caderno n. 14, 1996.

_____. **Integração sul-americana: segurança regional e defesa nacional**. Revista Premissas. Núcleo de Estudos Estratégicos. Campinas: UNICAMP, caderno n. 17, 1996.